

Relatório e Contas

Demonstrações
Financeiras
Consolidadas

2015

Report and Accounts

Consolidated
Financial
Statements



Queremos contribuir para o progresso das pessoas e das empresas
We want to contribute to the progress of individuals and businesses

Principais Indicadores <i>Key Indicators</i>	p.3
Órgãos Sociais <i>Governing Bodies</i>	p.4
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva <i>Message from the Chairman of the Executive Committee</i>	p.5
1. Relatório do Conselho de Administração <i>Report of the Board of Directors</i>	p.9
2. Demonstrações Financeiras Consolidadas <i>Consolidated Financial Statements</i>	p.48
3. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas <i>Annex to the Consolidated Financial Statements</i>	p.50
4. Relatório e Certificação Legal <i>Report and Statutory Audit</i>	p.122
5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal <i>Report and Opinion of the Statutory Audit Board</i>	p.126
6. Disciplina de Mercado <i>Market Discipline</i>	p.128
7. Transparência da Informação e Valorização dos Ativos <i>Transparency of Information and Asset Valuation</i>	p.157
8. Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário <i>Structure Report and Corporate Governance Practices</i>	p.169

	2015	2014	Variation
<i>Net Assets</i>	1280,784	861,699	48.6%
<i>Loans to Customers (gross)</i>	1323,096	881,930	50.0%
<i>Loans to Customers (net)</i>	1215,489	809,910	50.1%
<i>Equity</i>	152,744	142,883	6.9%
<i>Financed Capital</i>	336,981	239,503	40.7%
<i>Financial Margin</i>	42,720	38,314	11.5%
<i>Gross Margin</i>	60,456	52,204	15.8%
<i>Operating Expenses</i>	25,184	22,418	12.3%
<i>Net income</i>	18,425	9,516	93.6%
<i>Net income per share (in cents)</i>	27.7	14.3	93.6%
(Financing costs + Amortisations) / Gross Margin Gross (1)	41.7%	42.9%	-1.3 p.p.
Costs with staff/ Gross Margin (1)	15.5%	15.1%	0.4 p.p.
<i>Individual Solvency Ratio (1)</i>	9.8%	15.0%	-5.2 p.p.
<i>Capital adequacy ratio - original own funds (1)</i>	9.8%	15.0%	-5.2 p.p.
<i>Consolidated Solvency Ratio (1)</i>	12.0%	17.4%	-5.4 p.p.
<i>Capital adequacy ratio - original own funds (1)</i>	12.0%	17.4%	-5.4 p.p.
<i>Gross Margin/ Average net asset (1)</i>	5.6%	5.8%	-0.1 p.p.
<i>ROA (average)</i>	1.7%	1.1%	0.7 p.p.
<i>Profit before tax and minority interests/ Average net asset (1)</i>	2.7%	1.7%	1.0 p.p.
<i>ROE (average)</i>	12.5%	6.8%	5.7 p.p.
<i>Profit before tax and minority interests/ Average equity capital (1)</i>	19.4%	10.7%	8.7 p.p.
<i>Non Performing Loans / Total Loans (2)</i>	6.9%	6.5%	0.4 p.p.
<i>Non Performing Loans / Net Loans (2)</i>	-0.3%	-0.7%	0.4 p.p.
<i>Credit impairment / Non Performing Loans</i>	128.4%	134.6%	-6.3 p.p.
<i>Number of staff</i>	197	168	17.3%

(1) Calculated in accordance with Instruction no. 23/2007 of the Bank of Portugal

(2) Calculated in accordance with Circular 02/2014 of the Bank of Portugal

in Thousand Euros

Mesa da Assembleia Geral/*General Shareholders Meeting Board*

Presidente/*Chairman*: Henrique Reynaud Campos Trocado

Secretário/*Secretary* : Sara Larcher

Secretário Suplente/*Deputy Secretary* : Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

Conselho de Administração/*Board of Directors*

Presidente/*Chairman*: David Turiel Lopez

Vogais/*Members*: Henrique Carvalho e Silva

Gonzalo Basagoiti Pastor

José Maria Martin Prada

Luis Filipe Pires Ferreira

Comissão Executiva/*Executive Committee*:

Presidente/*Chairman*: Henrique Carvalho e Silva

Vogais/*Members*: Gonzalo Basagoiti Pastor

Luis Filipe Pires Ferreira

José Maria Martin Prada

Conselho Fiscal / *Board of Auditors*

Presidente/*Chairman*: Diogo José Paredes Leite de Campos

Membros efetivos/*Full Member*: Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Manuel António Amaral Franco Preto

Membro suplente/*Alternate Member*: Carla Sofia Simões da Costa Silva

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/*Audit Firm*:

Deloitte & Associados. SROC. SA. representada por Paulo Fernandes. SROC nº 43;

Secretário da Sociedade/*Company Secretary*:

Efetivo/*Full Member*: Sara Larcher

Suplente/*Alternate Member* : Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

Comissão de Remunerações/*Remuneration Committee*:

David Turiel Lopez

Sandra Faustino Sevinante Pinto

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Message from the Chief Executive Officer



"2015 foi um ano de grandes feitos e de grandes desenvolvimentos, ao nível das Parcerias, dos Negócios e dos Resultados da atividade."

"2015 was a year of great achievements and major developments, in terms of partnerships, the business activity and results."

A Economia Mundial sofre ainda os efeitos dos reajustamentos pós Crise Financeira de 2008, agora com forte impacto ao nível das Economias Emergentes, muito vulneráveis aos preços das matérias-primas, com a queda abrupta dos preços do petróleo a afetar em particular o Brasil, Rússia e Médio Oriente e os mercados cambiais muito pressionados. Ao nível do Mundo Ocidental o Ciclo de crescimento é liderado pelos EUA e pelo RU que apresentaram crescimentos do PIB acima de 2%, enquanto o Velho Continente luta ainda para consolidar a tendência de crescimento com algumas assimetrias entre Países, sendo que os reformadores – Irlanda, Espanha e Portugal – encontram-se- claramente no grupo mais dinâmico.

Portugal prosseguiu o seu caminho de recuperação económica e terminou 2015 com um crescimento do PIB na ordem dos 1,6%, alavancado na dinâmica das Exportações (5,3%) e na recuperação do Investimento (4,8%) e do Consumo Privado Interno (2,4%). Este último indicador foi o principal motivo pelo qual houve um crescimento já acentuado das Importações (7%), o que coloca maior pressão sobre as Exportações e sobre a Balança Comercial, equilíbrios essenciais para um crescimento sustentado e para o progressivo equilíbrio das Contas Externas e consequente diminuição da elevada Dívida.

O Grupo Santander beneficiou claramente da consolidação do novo Ciclo Económico e cresceu em Volume de Negócios (6% em Crédito e 7% em depósitos e fundos de clientes) em quase todas as geografias onde está presente, 17 Países com atividade de Banca Comercial de Retalho, dos quais 10 geografias com relevância significativa. Os Resultados Líquidos voltaram a crescer 3% para 5.966 Milhões de Euros, mas o Resultado Bruto cresceu 13%, com um peso da distribuição e diversificação geográfica determinantes para a sustentabilidade destes resultados, aportando a Europa com 56% (RU com 23% e Espanha com 12%) e Américas com 44% dos resultados (Brasil 19% e EUA 8%).

O Grupo Santander possui a maior rede de balcões do Mundo e caracteriza-se por possuir um modelo de riscos e de negócios muito conservador, o que nesta altura permite manter indicadores muito melhores do que as médias de mercado, de forma sistemática e em praticamente todos os mercados onde está presente, assim como uma grande eficiência na operação, comparando muito favoravelmente com a concorrência e com as médias de mercado no que respeita a produtividade, ou “Cost to Income” (47%).

Por seu turno, a Divisão de Crédito ao Consumo opera em 13 Países, é líder de mercado, representando esta Divisão um peso de 11% nos resultados do Grupo. É de realçar ainda que a Divisão de Crédito ao Consumo do Grupo tem uma gestão autónoma e especializada e apresenta rentabilidades muito acima da média do conjunto, associado a um prémio de risco abaixo da média e a uma melhor eficiência em custos.

No que respeita a Portugal, os mercados em que o Banco opera tiveram um comportamento de franca expansão, embora partindo de uma base baixa depois dos anos de recessão, mas distinto de segmento para segmento (+40% no Segmento de financiamento de Auto Novos, +31% em Auto Usados e +9% em Não Auto). Por seu turno, o mercado automóvel de viaturas novas foi de 209 mil viaturas, o que representa uma evolução positiva de cerca de 24%, face ao ano anterior.

Nos principais mercados onde atua, o BSCP ocupa uma posição entre os primeiros operadores, assumindo uma cota de mercado global de 10,5% e a 3ª posição entre os Bancos especializados em crédito ao consumo, tendo a nova produção sido de 337 Milhões de Euros, o que representa um crescimento de 40% face ano anterior.

The World Economy is still suffering from the effects of the readjustments following the 2008 Financial Crisis, now strongly impacting Emerging Economies which are very vulnerable to the prices of raw materials. The sharp drop in oil prices particularly affects Brazil, Russia, and the Middle East, and foreign exchange markets are currently very pressured. In the Western World, the growth cycle is led by the US and the UK, both presenting GDP growth above 2%, whereas the 'Old Continent' still struggles to consolidate its growth trend with various asymmetries among the countries, though the reformers – Ireland, Spain, and Portugal – are clearly part of the most dynamic group.

Portugal has continued its path of economic recovery and ended 2015 with a GDP growth in the order of 1.6%, driven primarily by Exports (5.3%) and the recovery of Investment (4.8%) and Private Domestic Consumption (2.4%). This latter indicator was the main reason why there was a marked increase in Imports (7%), which in turn places increased pressure on Exports and on the Trade Balance, both of which are essential for sustained growth and for the progressive balance of External Accounts and the consequent reduction of the elevated level of Debt.

The Grupo Santander has clearly benefited from the consolidation of the new Economic Cycle and there have been increases in Turnover (6% in Credit and 7% in deposits and client funds) in almost all of the geographic areas where it is present, namely 17 countries with Retail Commercial Banking, of which 10 areas are particularly significant. Net Profits have returned to 3% growth reaching €5,966,000,000, though Gross Profits have increased 13% from key distribution and geographic diversification for the sustainability of these results, with 56% from Europe (the UK with 23% and Spain with 12%) and 44% from the Americas (Brazil with 19% and the USA with 8%).

The Grupo Santander has the largest network of branches in the world and is characterised for having a very conservative risk and business model, which during these times makes it possible to maintain indicators which are much better than the market averages, systematically and in almost all the markets where it operates, in addition to great operational efficiency, comparing very favourably with the competition and market averages in terms of productivity or "Cost of Income" (47%).

In turn, the Consumer Finance Division operates in 13 countries and is a market leader, representing 11% of the Group's earnings. It should also be noted that the Group's Consumer Finance Division has independent and specialised management, presenting returns well above the overall average and associated with a below-average risk premium and better cost efficiency.

With regard to Portugal, the markets in which the Bank operates showed extensive expansion, albeit from a low base after years of recession, though distinct from one segment to another (+40% in the New Auto Financing Segment, +31% in Used Auto, and +9% in Non-Auto Segments). The automotive market segment for new vehicles reached 209,000 vehicles, representing a positive increase of about 24% over the previous year.

In the main markets where it operates, the BSCP is one of the leading operators, assuming a global market share of 10.5% and is in 3rd place among banks specialising in Consumer finance, with new production amounting to €337 million, representing an increase of 40% over the previous year.

De realçar que o ano de 2015 fica assinalado pelo substancial reforço da posição de mercado do Banco, não só devido ao elevado crescimento orgânico, mas sobretudo devido à integração, desde Agosto, da operação da PSA Finance, o que implicou a absorção da sua equipa de colaboradores e de uma carteira de crédito na ordem dos 340 milhões de euros e a representação das Marcas do Universo PSA.

No financiamento de viaturas novas, com mais de 18% de cota de mercado (e cerca de 26% no segmento de particulares), o modelo de negócios do Banco baseia-se em alavancar o crescimento da atividade em Acordos de Marca, que temos vindo a aprofundar ao acrescentar novos Acordos e Parcerias ao nível da Distribuição. A este nível as perspetivas são francamente animadoras, já que alargamos o perímetro de atuação e lançamos as bases para uma fase de forte crescimento, beneficiando ainda de um potencial imenso de crescimento do próprio mercado de viaturas, antes de este atingir volumes considerados de normalidade para uma Economia como a Portuguesa em termos de maturidade e desenvolvimento, tendo em consideração a dimensão da população, poder de compra e antiguidade da frota automóvel.

Já no mercado de financiamento de viaturas usadas o Banco detém cerca de 13,2% de cota de mercado, tendo 2015 sido mais um ano de consolidação deste segmento de negócio no Banco, com progressos qualitativos importantes ao nível do aprofundamento da relação na rede de parceiros não franchisados.

Finalmente, o Banco detém ainda uma posição de liderança no segmento das Motos com quase 32% de cota de mercado e está presente ainda nos mercados de bens duradouros e de cartões de crédito co-branded, onde efetuou um importante investimento numa nova plataforma, a partir da qual tem a ambição de construir outra importante fonte de negócio.

Gostaria de realçar ainda os seguintes indicadores, que marcaram a progressão do Banco em 2015:

- O Crédito líquido a Clientes e o Ativo cresceram cerca de 50%, enquanto o novo crédito concedido no ano cresceu 43,5% quando comparado com o ano anterior;
- A Margem Bruta cresceu quase 45% e o Produto Bancário 16%;
- Enquanto os Custos de Transformação cresceram apenas 12%, permitindo que a eficiência se tenha situado abaixo dos 42%;
- Ao nível dos indicadores de Risco, a Variação da Morosidade de Gestão foi negativa em 3 milhões de euros o que justifica que o prémio de risco da atividade do Banco se tenha situado em terreno negativo, pelo segundo ano consecutivo, uma performance histórica para o Banco e claramente o melhor indicador do sector e do mercado; Ao mesmo tempo mantivemos o grau de cobertura dos valores em morosidade de gestão por provisões em mais de 128%;
- Tudo isto permitiu que o Resultado líquido tenha atingido o valor de 18,4 milhões de euros, um crescimento na ordem dos 94% face a 2014, situando-se o ROE (médio) acima dos 12%
- Por último, de realçar que apesar do crescimento de 50% do Ativo, o Banco manteve um nível de capitalização muito confortável e acima dos mínimos exigidos regulamentarmente (9,75%), tendo agora um Rácio de Core Tier I (BIS II) de 12%, em termos Consolidados.

2015 foi um ano de grandes feitos e de grandes desenvolvimentos, ao nível das Parcerias, dos Negócios e dos Resultados da atividade. Mais importante ainda, o Banco inicia aqui um o novo capítulo da sua história, com uma posição de mercado muito reforçada, com indicadores de enorme qualidade e robustez, o que deve constituir um motivo de grande satisfação e animo para todos os Stakeholders: Parceiros, Colaboradores e Acionistas do Banco.

It should be noted that 2015 was marked by a substantial strengthening of the Bank's market position, due not only to elevated organic growth, but above all to the integration (since August) of the PSA Finance operations, which involved the absorption of its team of collaborators and a Credit Portfolio amounting to €340 million, as well as the representation of the brands of the PSA world.

With new vehicle financing, more than 18% of the market share (and about 26% of the private sector), the Bank's business model is based on leveraging the growth of activity in Brand Agreements which have been further expanded by adding new Agreements and Partnerships for Distribution. At this level, the prospects are downright exciting since we are expanding the perimeter of our operations and launching bases for a strong growth phase while still benefiting from immense growth potential in the automotive market before it reaches volumes considered normal for an Economy like that of Portugal in terms of maturity and development, taking into consideration the size of the population, its purchasing power, and the age of the vehicle fleet.

In the used car financing market the Bank holds about 13.2% of the market share, with 2015 being another year of consolidation of this business segment of the Bank, showing significant qualitative progress in terms of deepening relations in the network of non-franchised partners.

And finally, the Bank still holds a leading position in the Motorcycle segment with almost 32% of the Market Share, and it is still present in the durable goods and co-branded credit card markets, for which it has made significant investment in a new platform, from which it plans to establish another important source of business.

I would also like to point out the following indicators, which marked the Bank's progress in 2015:

- *Client Net Credit and Assets grew by 50%, while new loans granted that year increased by 43.5% compared to the previous year;*
- *The Gross Margin grew by almost 45% and Banking Income by 16%;*
- *Meanwhile, Transformation Costs only rose by 12%, resulting in a level of efficiency situated below 42%;*
- *In terms of the Risk Indicators, the Management Delay Variation was negative by three million Euros, causing the risk premium for the Bank's activities to be located at negative levels for the second consecutive year, representing historical performance for the Bank and clearly the best indicator of the sector and of the market; At the same time we maintained the degree of coverage of the delayed management values by provisions of more than 128%;*
- *All of this has resulted in Net Profits reaching a value of €18.4 million, an increase of 94% compared to 2014 and thus placing the (average) ROE above 12%.*
- *Lastly, it should be highlighted that despite a 50% growth in Assets, the Bank maintained a very comfortable level of capitalisation above the minimum levels required by regulations (9.75%), now possessing a Tier I (BIS II) Core Ratio of 12%, in terms of Consolidated results.*

2015 was a year of great achievements and major developments in terms of Partnerships, Business Operations, and Earnings. More importantly still, the Bank is beginning a new chapter in its history, with a greatly enhanced market position and outstanding indicators of quality and robustness, which in turn should be a source of great satisfaction and encouragement for all Stakeholders: Partners, Employees, and Shareholders of the Bank.

Uma referência para o novo desígnio Estratégico do Grupo que se quer assumir como um Banco cada vez mais Simples, Pessoal e Justo para os seus clientes, mas também para os seus colaboradores, sociedade e acionistas. Este é seguramente um grande repto que o Grupo tem pela frente, um desafio que passa por uma transformação cultural da organização, que obriga a uma revolução tecnológica no sentido da digitalização e da automatização e na própria forma de fazer as coisas. A nossa Visão de Futuro e o contexto de exigência Regulamentar e do Consumidor que se tornou imensamente mais complexo e exigente, requerem ambição e mudanças profundas porque a combinação de produtos e soluções Simples, de atenção pessoal e de uma oferta justa e equilibrada ao cliente, são na nossa Visão a melhor resposta para essa complexidade e exigência!

Termino numa nota de grande confiança relativamente ao futuro do Banco, baseada no entusiasmo que resulta do início de um Ciclo de crescimento económico e de mercado, que se perspetiva sustentado e mais equilibrado, mas também da posição de enorme solidez de que partimos e do potencial imenso que resulta do conjunto de parcerias únicas que possuímos. Com os Parceiros de que dispomos, com a qualidade da equipa do Banco, associados á solidez do Banco e do Acionista, estou absolutamente convicto de que vamos construir um futuro cada vez melhor para todos.

Henrique Salema de Carvalho e Silva
Presidente da Comissão Executiva

The Group's new Strategic Plan would see the Bank assume an increasingly Simple, Personal, and Fair role in its relations with clients, as well as for employees, shareholders, and the company itself. This is surely a big challenge which the Group must face, and one which entails a cultural transformation of the organisation requiring a technological revolution towards digitisation and automation, as well as in terms of how things are done. Our Vision for the Future and the context of Regulatory and Consumer requirements which have become increasingly complex and demanding, require ambition and profound changes because the combination of simple products and solutions, personal attention, and a fair and equitable offer to clients are all part of our Vision and represent the best answer to such complexity and requirements!

I conclude on a note of great confidence regarding the future of the Bank, based on the enthusiasm resulting from the beginning of an economic and market growth cycle which is anticipated to be more sustainable and balanced, not to mention the extremely solid position from which we are operating and the immense potential resulting from the unique partnerships we hold. With the Partners we have and the quality of the Bank's team, as well as the soundness of the Bank itself and its Shareholders, I am absolutely convinced that we will continue to build an even better future for everyone.

1

Relatório do
Conselho de
Administração

*Board of
Directors'
Report*



1

Relatório do Conselho de Administração

Board of Directors' Report

1.1.	Síntese da Atividade do Exercício <i>Synthesis of The Annual Activity</i>	p.11
1.2.	Enquadramento Macroeconómico <i>Macroeconomic Framework</i>	p.13
1.3.	O Modelo de Negócio <i>The Business Model</i>	p.18
1.4.	Mercados Automóvel e de Financiamento <i>Car And Financing Markets</i>	p.19
1.5.	Negócio e Mercado Crédito ao Consumo <i>Business and Consumer Finance Market</i>	p.22
1.6.	Negócio e Mercado de Cartões de Crédito <i>Business and Credit Card Market</i>	p.23
1.7.	Evolução das Demonstrações Financeiras <i>Financial Statements Evolutions</i>	p.24
1.8.	Gestão Financeira <i>Financial Management</i>	p.29
1.9.	Gestão de Risco de Crédito <i>Credit Risk Management</i>	p.34
1.10.	Recuperação de Crédito <i>Collections and Recoveries</i>	p.35
1.11.	Tecnologia & Operações <i>Technology & Operations</i>	p.36
1.12.	Legal e Compliance <i>Legal and Compliance</i>	p.38
1.13.	Controlo Interno <i>Internal Control</i>	p.39
1.14.	Recursos Humanos <i>Human Resources</i>	p.40
1.15.	Proposta de Aplicação de Resultados <i>Results Distribution Proposal</i>	p.44

1.1 Síntese da Atividade do Exercício

Summary of the Activities of the Financial Year

O ano 2015 foi sublinhado pela consolidação do crescimento da atividade económica em Portugal, ainda que de forma moderada, tendo em linha de conta a contração registada nos últimos anos (2011-2013). A esta expansão não é alheia a implementação de reformas estruturais decorrentes do programa de assistência económica e financeira (2011-2014). De facto, foram alcançados importantes objetivos na vertente económica e financeira, acentuaram-se os efeitos positivos do ajustamento, de que resultaram a expansão moderada da economia portuguesa e a contração do desemprego que, embora em desaceleração no final do ano, contribuiu para a expansão do consumo privado. Ao nível externo, as exportações mantiveram um nível animado ao longo do ano, auxiliadas por uma desvalorização do euro. Do lado das importações, o ano 2015 registou uma expansão, quando comparado com o ano anterior, impulsionadas pela procura interna. Este crescimento das importações, foi ainda assim contido, de alguma forma, pela redução do preço do petróleo.

O Banco registou, em 2015, um volume de financiamento a cliente final de 337 milhões de euros, que representa um crescimento de 40,7% face a 2014. Este resultado reflete o acréscimo de atividade na sequência do crescimento do consumo e do investimento, resultante da nova fase do ciclo económico e a expansão do perímetro de atividade.

As vendas a retalho no mercado automóvel – das quais depende parte muito significativa da atividade comercial do Banco – cresceram 23,9% em relação ao ano anterior, refletindo a recuperação da economia portuguesa, visível logo a partir do início do ano. Não obstante, é de salientar a manutenção de uma política de concessão de crédito rigorosa que permite equilibrar o perfil de risco e o retorno esperado das operações de crédito.

Para o crescimento registado em 2015, a incorporação da atividade da sucursal do Banque PSA Finance em Portugal, em 1 de Agosto, teve um impacto relativamente importante. Esta aquisição possibilitou consolidar a posição do Banco como a entidade de referência no mercado de financiamento automóvel no mercado português. Esta incorporação vem salientar as competências do Banco neste segmento de mercado, com soluções inovadoras “end-to-end” por um lado, e por outro lado, diversificar e incorporar economias de escala e de âmbito no modelo de negócio, que possibilitarão o crescimento sustentável no futuro.

O Banco encerrou o ano com uma quota de mercado de 9,58%, valor que evoluiu favoravelmente de 8,31% registado no transato. Em termos do financiamento a viaturas novas, a quota de mercado registada em Dezembro de 2015 foi 15,71%, 1 p.p. acima do registado o ano passado. Nas viaturas usadas, a quota de mercado fixou-se em 13,20%, ligeiramente abaixo do período homólogo. Nos restantes segmentos de negócio (Crédito ao Consumo e Cartão de Crédito), a quota de mercado foi de 2,28%, registando um ligeiro crescimento face a 2014 (+0,10%).

The year 2015 was highlighted by the consolidation of the growth of economic activity in Portugal, albeit moderately, taking into account the contraction recorded in recent years (2011-2013). This expansion was due in part to the implementation of structural reforms resulting from the economic and financial assistance program (2011-2014). In fact, major economic and financial objectives were achieved and the positive effects of the adjustment were accentuated, resulting in moderate growth of the Portuguese economy and the contraction of unemployment which, though decelerating towards the end of the year, contributed to the expansion of private consumption. Externally, Exports maintained an encouraging level throughout the year, aided by a weaker Euro. In terms of Imports, 2015 recorded expansion over the previous year, driven by domestic demand. This growth in imports was also restrained, to a certain extent, by the reduction of oil prices.

In 2015, the Bank recorded a volume of €337 million, representing an increase of 40.7% compared to 2014. This result reflects the increased activity following the growth of consumption and investment, resulting from the new phase of the economic cycle and the expansion of the perimeter of activities.

Retail sales in the automotive market – on which a significant part of the Bank's commercial activity depends – grew 23.9% compared to the previous year, reflecting a recovery of the Portuguese economy which has been visible since the start of the year. Nevertheless, it should be noted that a strict policy for granting credit has been maintained in order to balance out the risk profile and the expected returns from credit operations.

For the growth registered in 2015 the incorporation of the activities of the Banque PSA Finance Branch in Portugal (on 01 August) has a relatively significant impact. This acquisition made it possible to consolidate the Bank's position as the reference entity in the auto financing market in the Portuguese market. This incorporation also highlights the competencies of the Bank in this market segment, with innovative “end-to-end” solutions as well as diversifying and incorporating economies of scale and scope into its business model, thereby allowing for sustainable growth in the future.

The Bank closed the year with a market share of 9.58%, a value which has developed favourably from the 8.31% recorded previously. In terms of new car financing, the market share recorded in December 2015 was 15.71%, 1 percentage point above that of the previous year. For used cars, the market share stood at 13.20%, slightly below the same period of the previous year. In other business segments (Consumer finance and Credit Cards), the market share was 2.28%, registering a slight increase over 2014 (+0.10%).

O Banco mantém a estratégia de desenvolvimento da linha de financiamento ao consumo por constituir uma oportunidade de angariação de clientes e diversificação do negócio. No segmento de crédito ao consumo o crescimento face ao 2014 foi de 10,6%, enquanto no segmento de financiamento com cartão de crédito o crescimento verificado foi de 17,1%. No total, estes dois segmentos atingiram um volume de 28,3 milhões de euros, 13% acima do ano transato.

Perante um enquadramento propício ao incumprimento, o Banco manteve a estratégia de prevenção na admissão de risco e de reforço da capacidade de recuperação. Assim, foi possível manter os níveis de incumprimento em parâmetros bastante inferiores aos do mercado e com um contributo importante para a conta de resultados.

Para sustar a margem financeira o Banco manteve a gestão rigorosa das suas fontes de financiamento. Com esse objetivo foi concretizada uma nova operação de titularização de créditos Silk Finance Nº4, concluída a 16 de Novembro, com um montante de créditos elegíveis de 611 milhões de euros as quais correspondeu uma emissão de obrigações titularizadas, na qual a tranche sénior (Classe A), no valor de 509,4 milhões de euros, obteve a qualificação de rating "A" pelas agências S&P e DBRS. As obrigações emitidas de Classe A, a 31 de Dezembro de 2015, foram utilizadas como colateral nas operações de intervenção de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Na atividade de mediação de seguros o Banco aumentou o volume de comissões em 2015 para 8,2 milhões euros (+26,7% face a 2014), um valor naturalmente potenciado pelo crescimento da atividade de financiamento a cliente final (+40,7%). Este resultado valoriza a aposta nesta atividade complementar centrada na angariação direta e na diversificação dos produtos em comercialização, onde se incluem o seguro proteção ao crédito, o seguro automóvel, os seguros de acidentes pessoais, o seguro "Finance GAP" (ramo de perdas pecuniárias diversas) e a extensão de garantia automóvel.

No que diz respeito aos processos de otimização operacional, o rácio de eficiência do Banco situou-se em 41,6%, mantendo os seus excelentes níveis num enquadramento de mercado já bastante mais favorável.

O exercício de 2015 encerrou com um resultado líquido consolidado de 18,4 milhões de euros, um crescimento acima de 90% face aos 9,5 milhões de euros alcançados no ano anterior.

Beneficiando do novo enquadramento económico, o Banco Santander Consumer Portugal manteve a aposta na captação de novo negócio em mercados complementares. Neste sentido, reforçou-se a aposta na linha de cartões de crédito, a orientação para o mercado de automóveis usados e o envolvimento crescente no financiamento de motociclos.

The Bank maintains the strategy of developing the consumer financing line by providing an opportunity for client canvassing and business diversification. In the consumer finance segment there was a growth of 10.6% compared to 2014, while in the credit card financing segment there was an increase of 17.1%. In total, these two segments reached a volume of 28.3 million Euros, 13% greater than the previous year.

Given an appropriate framework for non-compliance, the Bank maintained the strategy of preventing the admission of risk and strengthening the capacity for recovery. Therefore, it was possible to maintain default levels within parameters much lower than those seen in the market, along with a significant contribution to the Profit and Loss Account.

To sustain its financial margins, the Bank continued with its strict management of the sources of financing. With this goal in mind, a new credit establishment operation was completed - Silk Finance Nº4 -, which was concluded on 16 November, with an eligible credit amount of €611 million corresponding to the issuance of securitised bonds, of which the senior Class A, amounting to €509.4 million, received the "A" rating from the S&P and DBRS agencies. The Class A bonds issued on 31 December 2015 were used as collateral in the liquidity-absorbing intervention operations in conjunction with the European Central Bank.

As part of its insurance mediation activity, the Bank increased the volume of commissions to 8.2 million Euros in 2015 (+26.7% compared to 2014), a value naturally boosted by the growth of end-client financing activities (+40.7%). This result supports the complementary activity focused on direct fundraising and diversification of product marketing, including insurance credit protection, auto insurance, personal accident insurance, "Finance Gap" insurance (a branch including miscellaneous financial losses), and the extension of automobile warranties.

With regard to processes of operational optimisation, the Bank's efficiency ratio stood at 41.6%, maintaining its excellent levels in a market environment which is now much more favourable.

The 2015 financial year closed with a consolidated net profit of 18.4 million Euros, an increase of over 90% compared to the 9.5 million Euros from the previous year.

Benefiting from the new economic environment, Banco Santander Consumer Portugal kept the focus on new business uptake in complementary markets. In this sense, it reinforced the focus on the credit card line, guidance for the used automobile market, and the increasing involvement of motorcycle financing.

1.2

Enquadramento Macroeconómico

Macroeconomic Framework

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Na maioria das economias desenvolvidas a atividade económica melhorou em 2015. Ultrapassado o contexto da crise internacional (ajustamento e consolidação), a recuperação na Europa surgiu menos vigorosa sobretudo pelas tensões na área do Euro, onde a estabilidade financeira está a regressar, apesar do risco de fraco crescimento potencial implicar mudança de drivers para uma economia mais sustentável.

A Economia Mundial registará em 2015 um crescimento de 3,1%, ou seja um desempenho similar ao alcançado do ano anterior.

INTERNATIONAL FRAMEWORK

In most developed economies economic activity improved in 2015. Overcoming the context of the international crisis (adjustment and consolidation), the recovery in Europe was less vigorous mostly because of tensions in the Euro Zone, where financial stability is returning though the risk of potentially weak growth implies a change of drivers for a more sustainable economy.

In 2015, the World Economy will register a growth of 3.1%, a performance similar to that achieved the previous year.

DEVELOPMENTS IN THE WORLD ECONOMY
Percentage rates of change

	2014	2015
World economy	3.3	3.1
U.S.A.	2.4	2.1
Japan	0.1	1.6
Euro Zone	0.8	1.4
Germany	1.5	1.7
France	0.4	1.1
Italy	-0.4	0.8
Spain	1.4	3.4
Portugal	0.9	1.6
United Kingdom	2.6	2.1
China	7.4	6.8

Source: IMF (with the exception of China, data Acm. Q3/2015)

No acumulado a setembro de 2015, a economia dos EUA cresceu 2,1%, ligeiramente abaixo do verificado em 2014. Ainda assim, o crescimento da maior economia do planeta é sempre importante para a economia mundial. Para este desempenho contribuíram razões externas (o crescimento económico da Zona Euro) e internas, relacionadas com o processo de consolidação orçamental que se mantém em curso. A taxa de desemprego prosseguiu a sua trajetória descendente em 2015 e atingiu 5,0% (6,1% em 2014).

A manutenção desta tendência é um sinal obviamente muito positivo para o futuro de médio prazo da economia mundial.

Também o continente asiático continuou a puxar pela Economia Mundial. A China fechou 2015 com indicadores menos pujantes, mas ainda um sólido crescimento de 6,8%. Este desempenho acentuou os riscos relacionados com a evolução do modelo económico que parece, cada vez mais, inadiável para sustentar o desenvolvimento económico a médio prazo. De notar ainda que, o PIB do Japão, cresceu também em 2015 e atingiu 1,6%, ou seja, uma significativa melhoria face a 2014 (0,1%). Este resultado é relevante numa economia que esteve estagnada mas que é um dos motores da economia mundial.

Over the nine-month period through to September, the U.S. economy grew by 2.1%, slightly below the figure of 2014. However, the growth of the biggest economy in the world is always important for the world economy. Both external (economic growth in the Euro Zone) and internal factors contributed to the performance of the budgetary consolidation process that is still ongoing. The unemployment rate continued to fall in 2015, by 5.0% (6.1% in 2014).

The maintenance of this trend is a very positive sign for the medium-term future of the world economy.

The Asian continent also continued to push the world economy forward. China closed 2015 with less favourable indicators, and a solid growth of 6.8%. This performance stressed the risks associated with the development of the economic model, which seems increasingly urgent to support medium-term economic development. It should also be noted that the GDP of Japan, also grew in 2015 and stood at 1.6%, i.e., a significant improvement compared to 2014 (0.1%). This result is significant for an economy that was stagnant but it is one of the main engines of the world economy.

A Europa também acentuou o crescimento económico. De facto, com a redução dos défices estruturais as dívidas ficam mais sustentáveis, à medida que o PIB se vai expandindo e induz perspetivas de crescimento mais sólidas e menores tensões nos mercados.

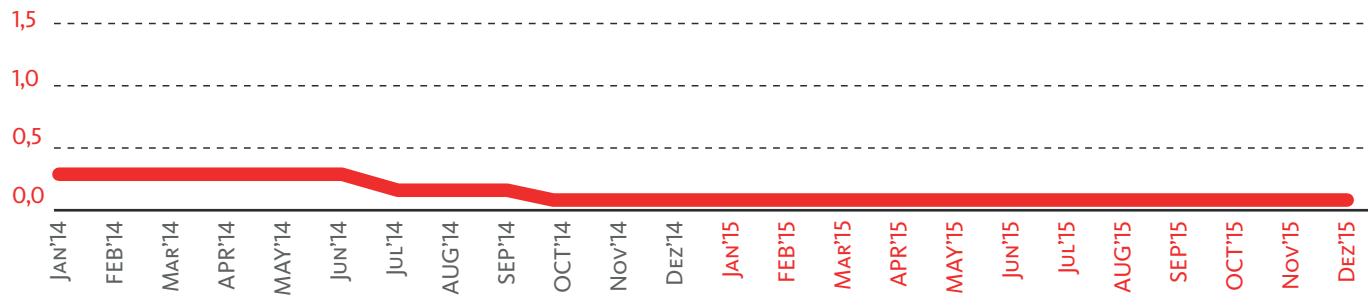
Como corolário, o PIB da Zona Euro cresceu 1,4%, até setembro de 2015, o que compara com 0,8% em 2014.

Até setembro de 2015, a economia Alemã cresceu 1,7% e, portanto, é previsível que alcance desempenho acima do verificado em 2014 (1,5%).

A Espanha, apesar de manter a segunda maior taxa de desemprego (21,2%) da UE, alcançará nova expansão com o PIB a crescer próximo dos 3,4% em 2015 (1,4% em 2014). As perspetivas são bem melhores para o futuro deste nosso importante parceiro económico.

O desafio da confiança parece ultrapassado na Zona Euro, nomeadamente em torno da Grécia, do crescimento e da resolução dos desequilíbrios estruturais nas economias do Sul. Nas economias mais avançadas, as exigências políticas permanecem para enfrentar os desequilíbrios orçamentais, ainda existentes, prosseguindo no caminho da consolidação dos sistemas financeiros por forma a sustentar a recuperação económica.

MAIN REFINANCING INTEREST RATE - EUROSYSTEM Values in percentage



Source: European Central Bank (ECB)

A situação continuou marcada pela incerteza e riscos na estabilidade financeira. Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) reforçou a atuação nos mercados financeiros, através do plano de ações de Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTROs), lançado ainda em 2014, como forma de reforçar a política monetária e resolver as perturbações na área do Euro, com utilização de medidas extraordinárias (para além da taxa de referência) para apoiar a atividade dos maiores bancos na Zona Euro com capacidade para influenciar a economia real.

Em 2015, o BCE manteve a taxa de juro de referência da Zona Euro estável em 0,05%. Este nível da REFI, ajudou a recuperar dos preocupantes níveis de inflação e representa novo mínimo histórico. Ao reduzir a taxa de juro e aumentar a cedência de liquidez ao sistema financeiro, o BCE conduziu uma política monetária expansionista, para aumentar o financiamento e reativar o investimento na Zona Euro.

Europe also achieved high levels of economic growth. The reduction in structural deficits leads to more sustainable debts, as the GDP expands; it induces more solid growth prospects and less tension in the markets.

As a corollary, the Euro Zone GDP grew by 1.4%, until September 2015, compared with 0.8% in 2014.

Until September 2015, the German economy grew by 1.7% and, it is expected to rise above the 2014 (1.5%) figure.

In spite of Spain maintaining the second highest unemployment rate (21.2%) of the EU, it will achieve further expansion with the GDP growing close to 3.4% in 2015 (1.4% in 2014). The prospects are much better for the future of our important economic partner.

The challenge of confidence seems outdated in the Euro Zone, particularly around Greece, in regards to growth and in finding a solution for the structural imbalances in the Southern economies. In more advanced economies, political requirements face existing budgetary imbalances and continue along the path to the consolidation of financial systems in order to sustain economic recovery.

The situation continued to be marked by uncertainty and risks in terms of financial stability. In this context, the European Central Bank has strengthened the role of financial markets through an action plan of Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTROs) launched in 2014 in order to bolster monetary policy and resolve disturbances in the Euro Zone with the use of extraordinary measures (in addition to the reference rate) to support the activity of the largest banks in the Euro Zone with ability to influence the real economy.

In 2015, the ECB maintained the Euro Zone's reference interest rate steady at 0.05%. This REFI level helped to recover from worrying levels of inflation and represents a new historic low. By reducing the interest rate and increasing the provision of liquidity into the financial system the ECB conducted an expansionary monetary policy, to increase funding and re-investment in the Euro Zone.

A ECONOMIA PORTUGUESA

De acordo com o Boletim Económico de dezembro do BdP, o PIB em Portugal espera-se que cresça 1.6% em 2015, acentuando a recuperação económica, após três anos consecutivos de recessão (2011 a 2013), em que a queda acumulada superou os 6.0%. O detalhe do PIB mostra a recuperação da procura interna, ou seja, do investimento e do consumo privado, tanto em Portugal como na Zona Euro.

THE PORTUGUESE ECONOMY

According to the December Economic Bulletin from the BoP, Portugal's GDP is expected to grow 1.5% in 2015, accentuating the economic recovery after three consecutive years of recession (2011-2013) in which the cumulative decline exceeded 6.0%. This detail about the GDP shows a recovery in domestic demand, that is, investment and private consumption, both in Portugal and in the Euro Zone.

GDP
Values in percentage



Fonte: Eurostat

O crescimento esperado das importações (7,3%), a par de um menor crescimento das exportações, contribuiram para um desempenho da economia que, no seu todo, acabará por ser menos pujante do que chegou a prever-se.

No entanto, a Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja o investimento, registará, de acordo com o BE de dezembro do BdP, uma expansão de 4,8% invertendo a tendência de contração anterior a 2014, no que se espera seja a inversão de uma tendência estrutural da economia portuguesa. Sem investimento não há crescimento e sem ele é impossível continuar a reduzir o desemprego de forma sustentada.

O menor crescimento previsto para as exportações, apenas 5,3%, tem importância para impedir maior crescimento do PIB. Importa, contudo, lembrar que o comportamento positivo das exportações continua a resultar do novo direcionamento da oferta de bens transacionáveis para o mercado externo, a par de uma maior diversificação geográfica, traduzida também no aumento do peso em mercados fora da UE.

The expected growth of imports (7.3%), together with lower export growth, contributed to the performance of the economy which, as a whole, will end up being less vigorous than had been expected.

However, according to the December Economic Bulletin from the BoP, the Gross Fixed Capital Formation (i.e. investment) will register an increase of 4.8%, thereby reversing the trend of contraction seen prior to 2014, in what is expected to be a reversal of a structural trend of the Portuguese economy. Without investment there is no growth and without it is impossible to continue to reduce unemployment in a sustainable way.

The lower growth forecast for exports, only 5.3%, is a significant factor preventing further growth of GDP. However, it should be kept in mind that the positive performance of exports continues to be the result of the new focus of the supply of tradable goods to foreign markets, along with greater geographic diversification, which also results in greater clout in markets outside of the EU.

MAIN ECONOMIC INDICATORS
Values in percentage

	2013	2014	2015*
GDP	-1.4	0.9	1.6
Private Consumption	-1.7	2.1	2.7
Public Consumption	-1.7	-0.7	0.1
GFCF	-6.6	2.3	4.8
Exports	6.1	3.4	5.3
Imports	2.8	6.2	7.3
Domestic Demand	-2.3	2.0	2.4
External Demand	1.3	3.4	n.d
Contribution to GDP growth (p.p.)			
Domestic Demand	-2.4	0.3	1.1
Net Exports	1.0	0.6	0.4
HICP	0.4	-0.2	0.6
Unemployment Rate (% of active population)	16.3	13.9	13.9
Long-term Unemployment (% of total employment)	62.0	65.9	n.a
Budget Balance (% of GDP)	-4.9%	-4.5%	n.a.
Public Debt (% of GDP)	129.0	130.2	n.a.

Sources: National Institute of Statistics and Bank of Portugal

(*) 2015 data bop Economic Bulletin of December / 2015

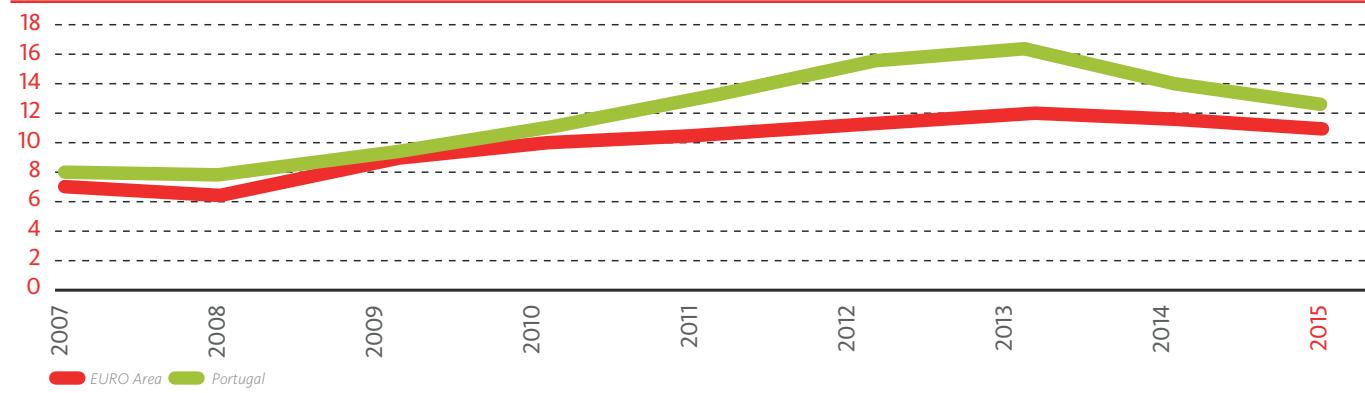
Os últimos dados sobre o emprego em Portugal embora ainda preocupantes, são bastante mais animadores. De facto, a taxa de desemprego mantém a tendência de redução (que já vinha de 2014) e atingiu 12,5%, em média anual acumulada ao 3º trimestre de 2015, um valor já muito inferior ao máximo histórico registado de 2013 (17,5%). Apesar disso, são ainda cerca de 643 mil os portugueses sem trabalho e, neste quadro, relembrando que o desemprego jovem se mantém extremamente preocupante (33,4%).

As condições no mercado de trabalho continuaram a melhorar em 2015, repercutindo-se na descida do desemprego e manutenção da tendência de redução que já vem de 2013 e se deve manter no futuro mais próximo.

Although the latest data on Portuguese employment are still worrying, they are far more encouraging. In fact, the unemployment rate maintains the downward trend (that had already been initiated in 2014) and reached 12.5%, calculated on an accumulated annual average on the 3rd quarter of 2015, a much lower value than the peak reached in 2013 (17.5%). Despite this, there are still about 643 thousand Portuguese without work and, in this context, we must recall that youth unemployment is still extremely worrying (33.4%).

The conditions in the labour market continued to improve in 2015, reflecting the decline in unemployment and continuing the downward trend that was initiated in 2013 and should maintain in the near future.

UNEMPLOYMENT RATE
Values in percentage



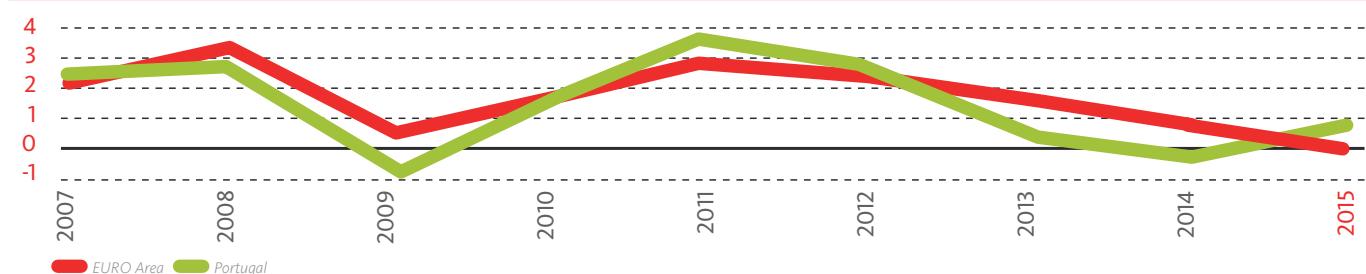
Source: Eurostat

De acordo com dados disponíveis, os custos unitários do trabalho continuaram a evoluir positivamente, sendo que a sua redução favorece a produtividade e competitividade das exportações de bens transacionáveis.

As famílias portuguesas continuaram a disciplinar as suas despesas para manter a poupança, apesar da redução do rendimento disponível, da contenção dos salários e da carga fiscal que se manteve ainda muito elevada. O ajustamento tem sido significativo para os particulares e para as empresas e seria desejável que se mantivesse nos tempos mais próximos.

A taxa de inflação em Portugal será positiva situando-se próximo de 0,6%. O indicador que mede a evolução dos preços mostrou-se já pouco condicionado pelo ajustamento, tendência que é boa para a evolução do consumo e do investimento. Contudo, o cenário de evolução da inflação continuará a condicionar a Economia Portuguesa e Europeia, nomeadamente pelas suas implicações na política monetária do Banco Central Europeu.

HARMONISED INDEX OF CONSUMER PRICES Values in percentage



Source: Bank of Portugal (BoP)

A desejada redução do défice orçamental em 2015 poderá não se materializar, nomeadamente, face aos acontecimentos no fecho do ano no sector bancário. Porém, a meta orçamental prevista, no quadro do ajustamento, poderá ainda ser alcançada graças ao desempenho da receita fiscal e da economia em geral. Assim, o défice orçamental (ótica contas nacionais) em 2015, poderá ficar ligeiramente acima dos 3,0% do PIB o que, a acontecer, manterá Portugal dentro do procedimento de déficit excessivo.

No que diz respeito à dívida pública, deverá manter-se em níveis superiores aos 130% do PIB observados em 2014.

O sistema financeiro continuou o seu processo de desalavancagem e as condições de financiamento continuaram a melhorar em 2015, embora ainda com recurso a financiamento junto do Eurosystem, nomeadamente no âmbito do programa TLTROs. No entanto, o sistema bancário enfrenta desafios significativos, nomeadamente os relacionados com o financiamento da atividade produtiva (a economia real), a sinistralidade do crédito concedido, às famílias e às empresas, e a questão da concentração que certamente se voltará a colocar no futuro mais próximo.

A Economia Portuguesa irá inevitavelmente manter-se na rota de ajustamento dos seus desequilíbrios, o que inclui a manutenção da rota de consolidação orçamental, face aos níveis ainda elevados de endividamento dos diferentes setores da economia. Este ajustamento continuará a implicar um risco adicional de crédito e de mercado, previsivelmente com maior pressão sobre os rácios de capital dos bancos.

According to the data available, unit labour costs have continued to show positive developments, and its reduction favours the increase in productivity and competitiveness of exports of non-tradable goods.

Portuguese families have continued to control their expenses to maintain savings, despite the reduction in disposable income, the containment in wages and tax burden still remained very high. The adjustment has been significant for individuals and for businesses and it is desirable to continue in the foreseeable future.

The inflation rate in Portugal will show positive figures, standing at around 0.6%. The indicator measuring the price development was slightly affected by the adjustment, a trend which is good for the developments in consumption and investment. However, the scenario in relation to inflation developments will continue to influence the Portuguese and European community, in particular by its implications in the monetary policy of the European Central Bank.

The desired reduction of the budget deficit in 2015 may not materialise, particularly due to the events in the banking sector at the close of the year. However, the envisaged budgetary target, in the context of adjustment, may still be achieved thanks to the performance of tax revenue and the economy in general. Therefore, the budget deficit (in terms of national accounts) in 2015 may be slightly above 3.0% of the GDP, and if that is the case Portugal shall continue with the excessive deficit procedure.

With regard to public debt, this is expected to remain at levels higher than the 130% of GDP observed in 2014.

The financial system continued its deleveraging process and financing conditions continued to improve in 2015, though still with recourse to Eurosystem funding, particularly under the TLTRO program. However, the banking system faces significant challenges, including those related to the financing of productive activities (the real economy), the credit claims granted to households and companies, and the issue of concentration which will certainly return in the near future.

The Portuguese Economy will inevitably remain on a path of readjustment of its imbalances, including the maintenance of the fiscal consolidation route given the still high levels of debt in the different sectors of the economy. This adjustment will continue to involve additional credit and market risk, predictably with greater pressure on the capital ratios of the banks.

1.3

O Modelo de Negócio

The Business Model

O negócio do Banco Santander Consumer Portugal consiste no financiamento ao consumo através de produtos de crédito colocados à disposição de parceiros nos mercados automóvel e de grande consumo. O Banco está presente no mercado de financiamento de viaturas novas, viaturas usadas e financiamento ao grande consumo (não auto). No Negócio de financiamento automóvel disponibiliza produtos de crédito, Leasing | ALD com taxas indexadas ou fixas. No segmento do grande consumo através de produtos de crédito clássico e cartão de crédito, disponibilizando modalidades com e sem juros.

O Banco, o Parceiro e o Cliente. Essencialmente o nosso modelo de negócio está assente na disponibilização de soluções financeiras pelo parceiro ao cliente final. Facilitamos o acesso ao crédito no processo de venda de viaturas novas ou usadas ao cliente final, em grandes grupos empresariais dedicados ao negócio automóvel ou concessionários independentes. O mesmo se passa em relação às parcerias de bens de grande consumo.

É de relevar que, relativamente aos valores de financiamento especializado comunicado à ASFAC, o financiamento global, em 2015, situou-se nos 3.513 M€, um aumento significativo comparado com 2014, +22%. Este aumento de volume situou-se, principalmente, no negócio automóvel com +40% em auto novos e +31% em auto usados.

Para o Banco o segmento de financiamento automóvel continuou a ser em 2015 o segmento dominante, representando 89% do volume de nova produção.

A personalização de soluções aderentes às necessidades específicas de cada um dos parceiros sempre constituiu e continua a constituir uma vantagem competitiva muito importante face à concorrência. O ano foi marcado pela entrada de mais dois acordos de marca de especial relevância, as marcas Peugeot e Citroen, e pela renovação dos acordos com todos os grandes grupos parceiros, reflexo do rigor e consistência de práticas e políticas do Banco. Hoje o Banco representa 9 marcas no segmento do financiamento Automóvel abarcando toda a gama de produtos, dirigindo-se a targets distintos desde o importador/ distribuidor, à concessão e por fim ao cliente final.

O mercado de venda de viaturas novas no ano de 2015 registou um aumento de 24% face ao ano de 2014, fechando o ano com 209.352 viaturas vendidas.

No segmento de viaturas usadas, onde as estatísticas das transações reais a cliente final são muito débeis ou inexistentes, constatou-se que no mercado de financiamento de viaturas desta natureza se observou um crescimento, em euros, de 31% que contrasta com o crescimento de 40% do mercado de financiamento de viaturas novas.

The business of Banco Santander Consumer Portugal entails consumer finance through credit products made available to partners in the automotive and consumer markets. The Bank is involved with the financing of new and used vehicles, as well as the financing of consumer goods (non-automotive). As part of its automotive financing business, it offers credit products Leasing | Long-Term Rentals with indexed or fixed rates. In the consumer product segment, through classic credit products and credit cards, it offers procedures with and without interest.

The Bank, the Partner and the Client. Essentially our business model is based on providing financial solutions by partners to end clients. We facilitate access to credit in the process of selling new or used vehicles to end clients through large business groups dedicated to the automotive industry or independent dealers. The same is true for partnerships involving fast moving consumer goods.

It is worth mentioning that with regard to the specialised financing values reported to the ASFAC, global funding in 2015 stood at €3,513,000,000, a significant increase over 2014, +22%. This increase in volume was found predominantly in the automotive business, with a +40% change for new vehicles and +31% for used vehicles.

For the Bank, the auto finance segment continued to be the dominant segment in 2015, representing 89% of the new production volume.

Customising solutions adhering to the specific needs of each partner has always been and remains a very important competitive advantage over the competition. The year was marked by the entry of two particularly relevant brand agreements, Peugeot and Citroen, and the renewal of agreements with all major partner groups, reflecting the rigour and consistency of the Bank's practices and policies. Today the Bank represents 9 brands in the Automobile Financing segment covering the entire range of products, addressing different targets from the importer/distributor to the dealer and finally the end client.

In 2015, new car market increased by 24% compared to 2014, ending the year with 209,352 vehicles sold.

In the used car market, where the statistics of real transactions with end clients are quite weak or non-existent, it was found that the financing market for cars of this type saw a 31% growth (in Euros), in contrast to the 40% growth seen in the financing market for new vehicles.

1.4 Mercados Automóvel e de Financiamento

Automotive and Financing Markets

Consolidação do crescimento verificado já em 2014 afastando-se cada vez mais do ciclo negativo registado em 2011 e 2012 com quedas consecutivas. O ano de 2015 representou um aumento de cerca de 24% face a 2014 com um registo final de 209.352 unidades vendidas. A evolução favorável verificada em 2015 assume ainda maior importância se atendermos ao facto de que já em 2014 se tinha registado um crescimento de 26% face a 2013.

O aumento das vendas verificado em 2015, entre outros fatores, deve-se em larga escala a:

- Consolidação do nível de confiança do consumidor, intrinsecamente ligado à contenção da taxa de desemprego e perspetivas de futuro;
- Maior adaptação das famílias às medidas de austeridade;
- Dinamismo rede empresarial portuguesa com especial destaque para as PME's;
- Políticas comerciais (campanhas contínuas) de desconto por parte de "todas" as principais marcas de automóveis.

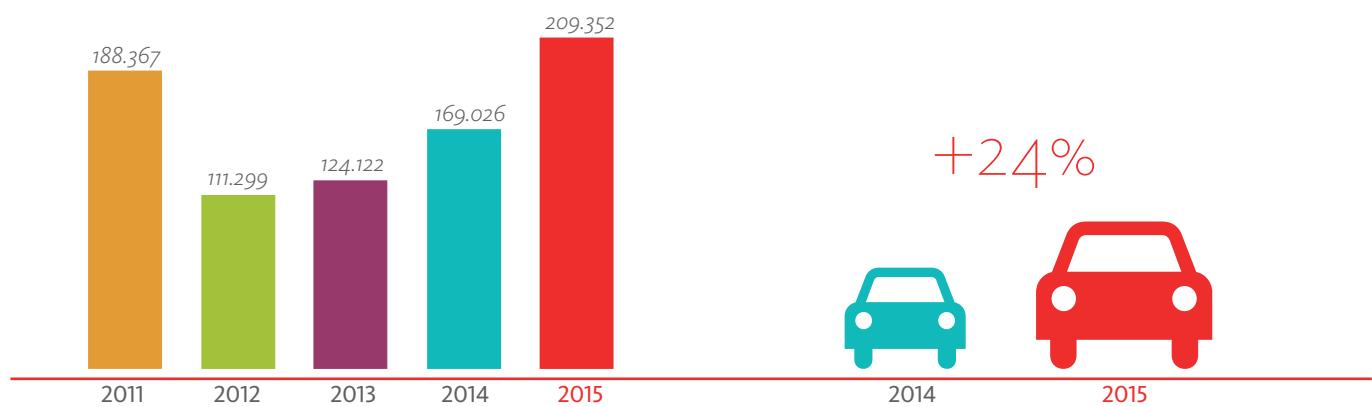
The growth consolidation seen in 2014 is increasingly departing from the negative cycle recorded in 2011 and 2012 with consecutive falls. The year 2015 represented an increase of about 24% compared to 2014, ultimately registering a total of 209,352 units sold.

The favourable developments in 2015 are even more significant if we take into account the fact that in 2014 there has already been an increase of 26% compared to 2013.

The increase in sales experienced in 2015, among other factors, was due in large part to:

- *Consolidation of the consumer confidence level, which is intrinsically linked to the containment of unemployment and prospects for the future;*
- *Greater adaptation of families to the austerity measures;*
- *Dynamism of the Portuguese business network with particular emphasis on SMEs;*
- *Discount trade policies (ongoing campaigns) by "all" of the leading automotive brands.*

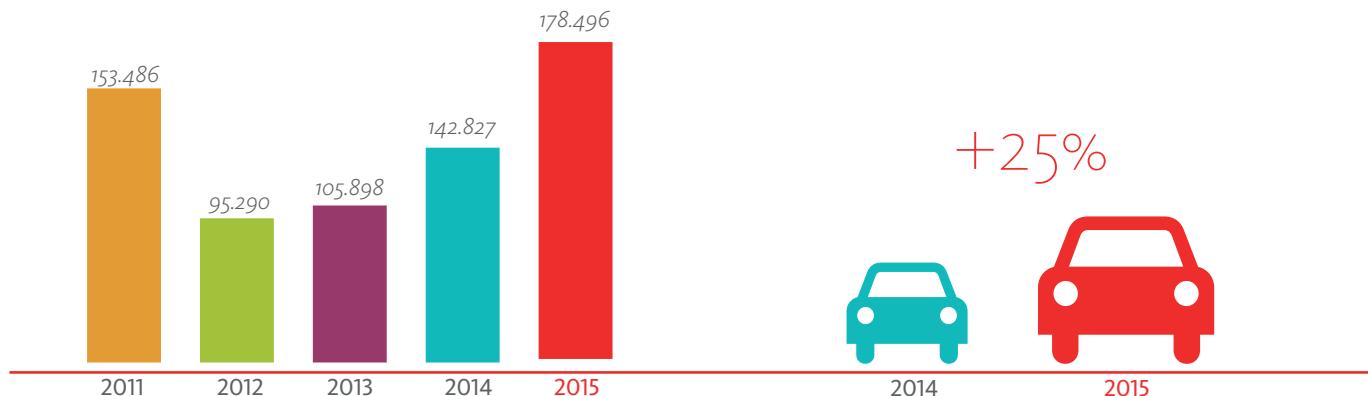
TOTAL LIGHT VEHICLES
Values in units



Por segmento, verificaram-se os seguintes comportamentos:

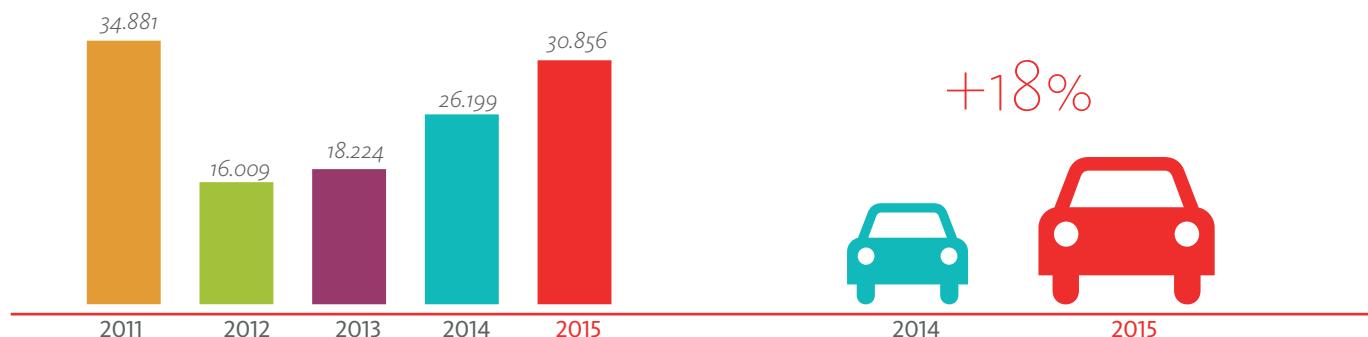
Ligeiros Passageiros: O segmento de Ligeiros de Passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um aumento de 24,97% com 178.496 unidades vendidas em 2015 (compara com 142.827 unidades vendidas em 2014).

PASSENGER CARS Values in units



Comerciais Ligeiros: O aumento verificado neste segmento foi de 17,78%. A maior recuperação neste segmento deve-se em muito à renovação de frotas que ocorreu em 2015 bem como à expansão do número de PME's que se verificou.

COMMERCIAL VEHICLES Values in units



The segments were as follows:

Passenger Cars: The Passenger Cars segment, which includes the all-terrain vehicles, increased by 24.97% with 178,496 units sold in 2015 (compared with 142,827 units sold in 2014).

Commercial Vehicles: The verified increase in this segment was 17.78%. The greatest recovery in this segment is mainly due to the fleet renewal that occurred in 2015 as well as to the expansion of the number of SMES's.

FINANCIAMENTO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

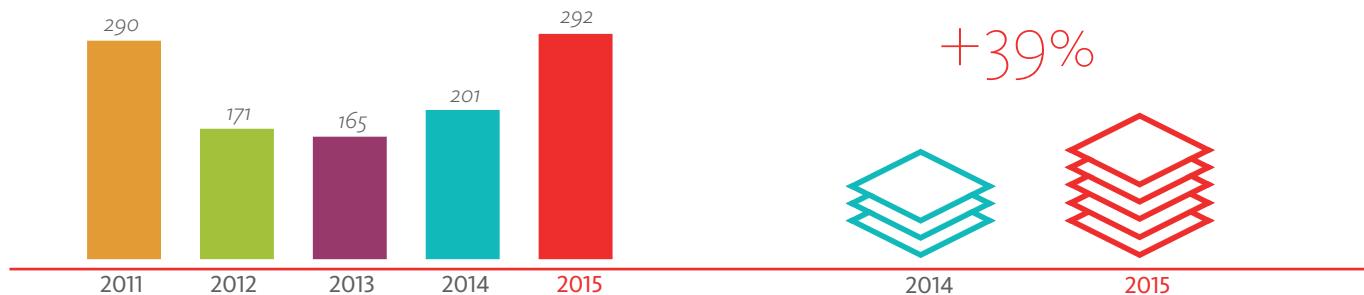
O comportamento do mercado de financiamento de automóveis não só acompanha o crescimento das vendas como o supera. Quando comparado com o ano de 2014, o valor financiado em negócio automóvel teve um incremento de 36%.

Tudo o que já foi referido nos pontos anteriores mantém-se válido também para este mercado, ou seja, inversão da tendência de quebra, aumento da confiança e vendas acompanhadas por forte esforço ao nível do preço e produtos de ciclo de troca.

Em termos de capital financiado, o banco apresentou um volume de 292 Milhões de Euros, com uma variação positiva de 45% face ao registado em 2014.

Relativamente ao número de contratos realizados verificou-se um aumento de 14,718 em 2014 para 20,500 em 2015, traduzindo-se num aumento de 39%.

FINANCED CAPITAL Amounts in Million EUR



MOTOR VEHICLE FINANCING

The behaviour of the motor vehicle financing market not only accompanies the growth of sales, but also exceeds it. When compared with 2014, the financed amount for the motor vehicle sector increased by 36%.

Everything that was mentioned in the previous paragraphs is also valid for this market, i.e., reversal of downward trend, increased confidence and sales accompanied by strong efforts in regards to the price and to the trade cycle.

In terms of financed capital, the bank's turnover was 292 million Euros, with a positive variation of 45% against the value recorded in 2014.

With regard to the number of contracts concluded, there was an increase of 14,718 in 2014 compared to 20,500 in 2015, resulting in an increase of 39%.

1.5 Negócio e Mercado de Crédito ao Consumo

Consumer Finance Business and Market

As principais orientações do Banco neste mercado focaram-se no consolidar das parcerias existentes e na prospeção e angariação de novas parcerias, diversificando esta área de negócio para segmentos do valor médio de financiamento superior à média do mercado, dentro de mercados previamente identificados como de menor exposição de risco e de maior rentabilidade para o Banco.

Durante 2015 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfolio de opções diversificado:

Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):

- Crédito Tradicional com Juros;
- Crédito Tradicional sem Juros;
- Crédito Misto (com e sem Juros);
- Seguros de proteção ao crédito.

A atividade desenvolvida nesta área de negócio proporcionou uma realização de 20,9 Milhões de Euros em 2015 a que corresponderam 14.941 contratos.

The Banks main strategies in this market have focused on consolidating existing partnerships, as well as prospecting and attracting new partners, diversifying this business area to segments with an average financing value greater than the market average, within markets previously identified as having lower risk exposure and greater profitability for the Bank.

During 2015, the consumer finance business maintained its product structure with regard to the distribution of financial products to end clients by maintaining a diverse portfolio of options:

- *Financing clients (users of the purchased goods):*
- *Traditional Credit with Interest;*
- *Traditional Credit without Interest;*
- *Mixed Credit (with and without Interest);*
- *Credit Protection Insurance*

The activity performed in this business area provided for the realisation of 20.9 million Euros in 2015, corresponding to some 14,941 contracts.

1.6

Negócio e Mercado de Cartões de Crédito

Credit Card Business and Market

Em 2015, o Santander Consumer deu continuidade à aposta estratégica na atividade de Cartões de Crédito, nomeadamente através da migração do negócio de Consumo para Cartão. De acordo com as necessidades identificadas, procedeu-se à redefinição do produto e respetivas práticas de angariação e captação de clientes. As plataformas de sustentação do negócio foram igualmente adaptadas, com vista a suportar funcionalidades inovadoras.

Segundo informação divulgada pela ASFAC, o volume global de produção do mercado de Cartões de Crédito foi de 1.373 Milhões de euros em 2015, o que se traduziu num crescimento de 8,48% face a 2014.

A produção global do Santander Consumer neste segmento de negócio situou-se nos 15.505 milhares de euros em 2015.

In 2015, Santander Consumer continued its strategic investment in Credit Card activities, namely through the migration of the Consumer Business to Credit Cards. Based on the identified needs, the products and practices for attracting new clients have been redefined. Business support platforms have also been adapted in order to support innovative features.

According to information disclosed by the ASFAC the overall production volume of the Credit Card market was €1,373,000,000 in 2015, which equates to a growth of 8.48% compared to 2014.

Santander Consumer's overall production in this business segment stood at €15,505,000 in 2015.

1.7 Evolução das Demonstrações Financeiras

Development of the Financial Statements

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as normas IAS/IFRS, enquanto as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

INTRODUÇÃO

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encerrou o exercício de 2015 com um resultado líquido consolidado de 18,4 milhões de euros, representando um acréscimo de 93,6% em relação aos 9,5 milhões de euros registados no ano anterior.

O resultado consolidado antes de impostos cifrou-se em 30,1 milhões de euros, aumentando o seu valor em 99,7% quando comparado com o valor registado em 2014 de 15,0 milhões de euros.

O exercício de 2015 foi marcado por um crescimento da atividade implissionada, por um lado, pelo desempenho positivo nos mercados onde o Banco atua (mercado de financiamento automóvel, financiamento ao consumo e cartão de crédito), e por outro e de forma marcante, pela incorporação da atividade da sucursal do Banque BPF (PSA) no balanço no 2º semestre do ano.

BALANÇO CONSOLIDADO

O valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, no final de 2015, líquido de provisões, ascendia a 1 215 milhões de euros, o que significou um aumento de 50,0% face ao registado no valor final do ano anterior. Este acréscimo no valor de balanço está diretamente relacionado com aumento nos volumes de financiamento e pela incorporação dos ativos da sucursal do Banque BPF (PSA) no balanço do Banco em 1 de agosto.

Na estrutura de composição do crédito concedido, a componente de financiamento a cliente final, representa o core business do Banco Santander Consumer Portugal. No que se refere ao financiamento de stock a concessionários automóveis, o saldo da componente de Factoring totalizou 207 milhões de euros em 2015.

Under the provisions of (CE) Regulation No. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council, of 19 July 2002, as transposed into Portuguese law by Legal Decree 35/2005 of 17 February, and of Notice No. 1/2005 of 21 February from the Bank of Portugal, financial institutions have to prepare their consolidated accounts in accordance with International Accounting Standards (IAS/IFRS) for fiscal years beginning from 01 January 2005.

Consequently, the consolidated accounts of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. represented herein were prepared in accordance with IAS/IFRS standards, while its statutory Financial Statements have been prepared in accordance with the Adjusted Accounting Standards (NCA), as established by the Bank of Portugal.

INTRODUCTION

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. closed the 2015 fiscal year with a consolidated net profit of 18.4 million Euros, representing an increase of 93.6% compared to 9.5 million Euros the previous year. The pre-tax consolidated profits amounted to 30.1 million Euros, increasing its value by 99.7% when compared to the value of 15.0 million Euros recorded in 2014.

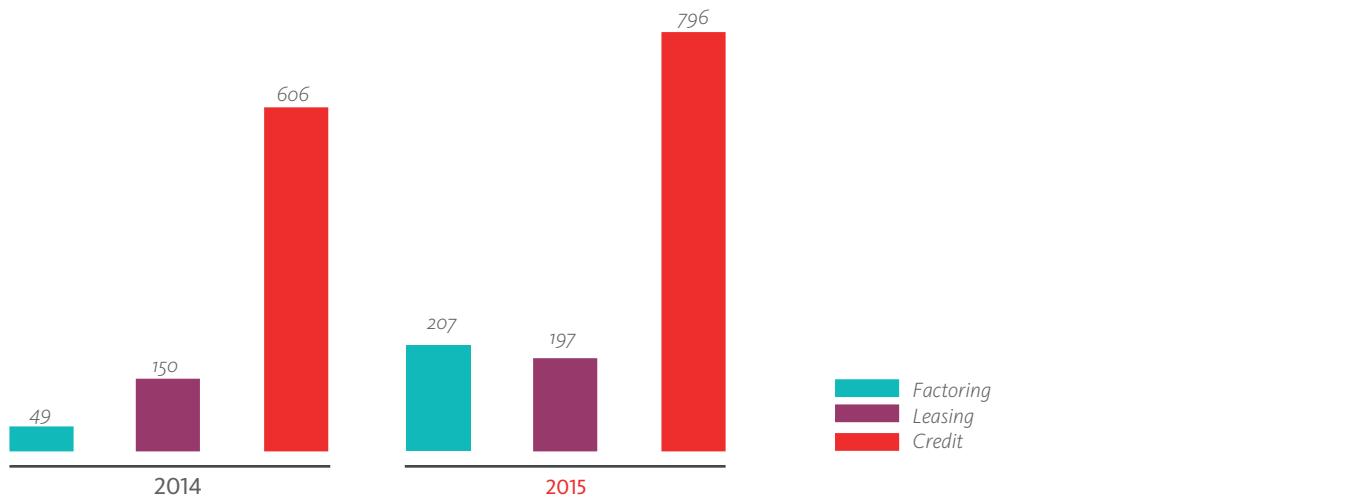
The year 2015 was marked by an increase in activity driven, on the one hand, by positive performance of the markets where the Bank operates (automotive financing market, consumer financing, and credit cards), and on the other hand - and markedly so - by the incorporation of the activities of the Banque BPF (PSA) Branch in the Balance Sheet for the second half of the year.

CONSOLIDATED BALANCE SHEET

The amount of the consolidated credit awarded to clients in late 2015, net of provisions, amounted to €1,215,000,000 - an increase of 50% compared to the value recorded the year before. This increase in value is directly related to the increase in financing volumes and the incorporation of assets from the Banque BPF (PSA) Branch into the Bank's Balance Sheet on 01 August.

In the context of awarded credit, the component of financing to end clients represents the Core business of Banco Santander Consumer Portugal. With regard to stock financing to auto dealers, the balance of the Factoring component totalled 207 million Euros in 2015.

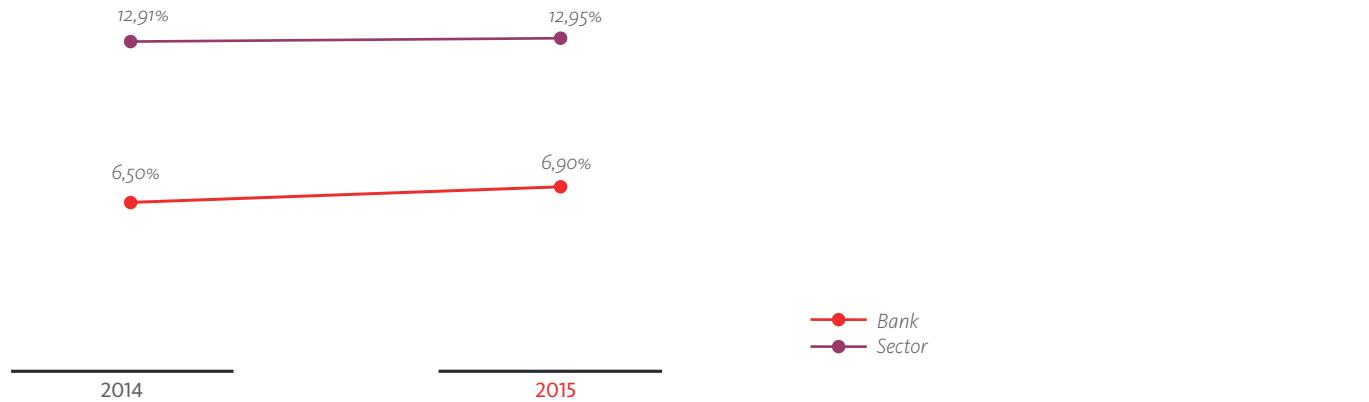
DEVELOPMENT OF LOANS FALLING DUE
Million EUR



O crédito com incumprimento, nos termos da Circular 02/14 do Banco de Portugal, representou 6,9% do crédito total concedido, o que significou um incremento face ao valor do rácio de 0,9% registado em 2014. Esta evolução da sinistralidade do crédito reflete essencialmente uma alteração da política de passagem a Incobrável, que sem esse efeito o rácio de crédito com incumprimento situar-se-ia em 5,3%. Num enquadramento adverso da conjuntura económica, nomeadamente no que respeita aos rendimentos decrescentes das famílias, com aumento da carga de impostos, redução de subsídios e aumento do desemprego, e às dificuldades crescentes das empresas, nomeadamente pela redução da procura e dificuldades de financiamento, o Banco conseguiu melhorar a qualidade de crédito, e quando comparado com o restante sector bancário de crédito ao consumo, este apresenta uma evolução menos positiva, com um aumento dos rácios de incumprimento para máximos históricos, especialmente afetando o segmento de particulares reflexo do agravamento das condições económicas em Portugal ao longo do ano. O desempenho consistente do crédito em incumprimento registado no ano de 2015 é fruto da abordagem tática do Banco, implementada na segunda metade do ano de 2009, para os processos de admissão e formalização de forma a conter o acréscimo na sinistralidade do crédito, antevendo uma deterioração nas capacidades de cumprimento e ajustando o perfil de risco das solicitações de crédito às perspetivas, do prazo, da conjuntura económica e solvabilidade dos clientes. Adicionalmente, as melhorias operativas implantadas nos processos de recuperação de crédito, nomeadamente com incorporação das metodologias do modelo corporativo do Grupo Santander nesta área, possibilitou melhorarem a sua eficácia e o seu contributo para a conta de exploração do ano de 2015 face ao cenário atual.

The Non Performing Loans, according to Circular 02/14 from the Bank of Portugal, represented 6.9% of the total credit awarded and an increase of 0.9% compared to the value of the ratio recorded in 2014. This evolution of credit loss essentially reflects a change in the policy concerning the transition to write off, and without this the ratio of credit in default would stand at 5.3%. In the adverse environment of the current economic situation, particularly with regard to decreasing household income and increased tax burdens, the reduction of subsidies and rising unemployment, as well as the growing difficulties faced by companies - in particular the reduction of demand and financing difficulties, the Bank has been able to improve the quality of credit, and when compared to the rest of the consumer finance banking sector this presents a less positive trend, with an increase in default ratios to record highs which especially affect the private sector, reflecting the worsening economic conditions in Portugal throughout the year. The consistent performance of non-performing loans registered in 2015 is the result of a tactful approach by the Bank, implemented during the second half of 2009 for admission and formalisation processes in order to contain the increase in credit loss, anticipating a deterioration in performance capabilities and adjusting the risk profile of credit requests to the prospects of the period, the economic situation, and creditworthiness of clients. Additionally, the operational improvements implemented in the credit recovery processes, namely with the incorporation of the methodologies of the Grupo Santander's corporate model in this area, made it possible to improve their effectiveness and their contribution to the operating account for the year 2015 compared to the current scenario.

DEVELOPMENT OF LOANS FALLING DUE
Million EUR



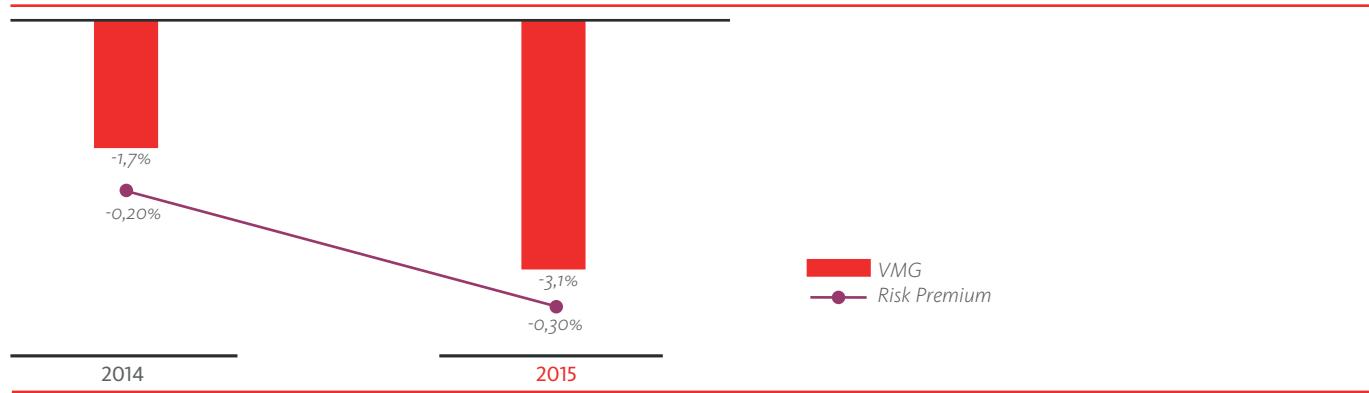
O montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 128,4% do valor dos créditos em mora, valor que se situou abaixo do registado em 2014 de 134,6%, um resultado confortável considerando o contexto particularmente adverso que caracterizaram o exercício, sublinhando a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito.

Constata-se que, desde o início da atual crise financeira, a estratégia seguida pelo Banco, dá ênfase à minimização da exposição ao risco de crédito, pelo que tem vindo continuamente a adotar critérios cada vez mais exigentes ao nível da concessão de crédito evitando igualmente concentrações excessivas a uma determinada contraparte ou a contrapartes relacionadas. Este caminho tem-se revelado bastante acertado, na medida em que o crédito com incumprimento apresenta uma evolução bastante mais favorável que a tendência do sector.

The amount of accumulated credit impairment on the balance sheet showed a 128.4% coverage of the value of credit in arrears, a value which stood below that recorded in 2014 (134.6%), a comfortable result considering the particularly adverse context that characterised the year which underlines a scrupulous and conservative approach to the management and mitigation of credit risk.

It should be noted that since the beginning of the current financial crisis, the strategy followed by the Bank has emphasised minimising exposure to credit risk, for which increasingly demanding criteria have been adopted in terms of credit lending in order to avoid excessive concentrations with a particular counterparty or related counterparties. This route has proven to be quite successful, to the extent that credit in default represents a much more favourable evolution than what is seen in current sector trends.

KPI'S CREDIT RISK
Million EUR / %



No seu modelo de gestão, o Banco utiliza para efeitos de gestão e acompanhamento da sinistralidade no crédito outros indicadores qualitativos, como sejam a Variação da Mora de Gestão (VMG) e o Prémio de Risco, que considera mais assertivos do que o crédito com incumprimento em percentagem do crédito total, na medida em que aqueles são líquidos das entradas e saídas em estado de incobrável, refletindo assim o verdadeiro acréscimo de risco de crédito em gestão.

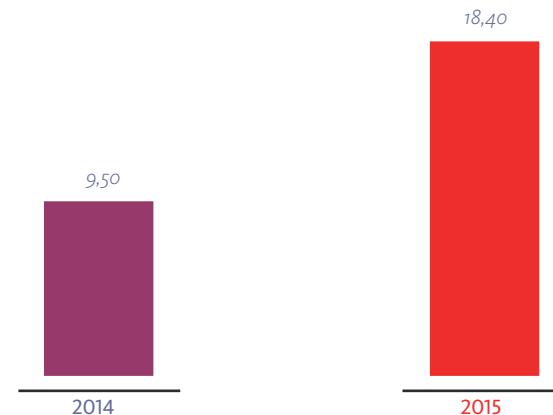
The Bank's management model uses other metrics, such as the Management Default Variation (known in Portuguese as VMG) and the Risk Premium for managing and monitoring the expected credit loss, which it considers to be more assertive than the default credit as a percentage of the total credit, to the extent that it is the net movement of non collectable, thus, reflecting in the actual increase in credit risk management.

O indicador de Variação da Mora de Gestão (VMG) registou um forte decréscimo em relação a 2014, apresentando em 2015 -3,1 milhão de euros, como resultado de uma rigorosa política e monitorização contínua nos mecanismos de admissão e de recuperação de crédito. Por consequência, o Prémio de Risco fixou-se em -0,30% em Dezembro de 2015.

CONTA DE RESULTADOS CONSOLIDADA

O resultado líquido consolidado (IAS) cifrou-se em 18,4 milhões de euros no final de 2015, resultando numa subida de 93,6% face ao indicador homólogo de 2014. Este crescimento é particularmente assinável num ano ainda com contexto adverso, onde em particular o sector financeiro foi penalizado com desempenhos desfavoráveis dado o enquadramento adverso registado em muitos setores da economia portuguesa.

NET INCOME
Million EUR



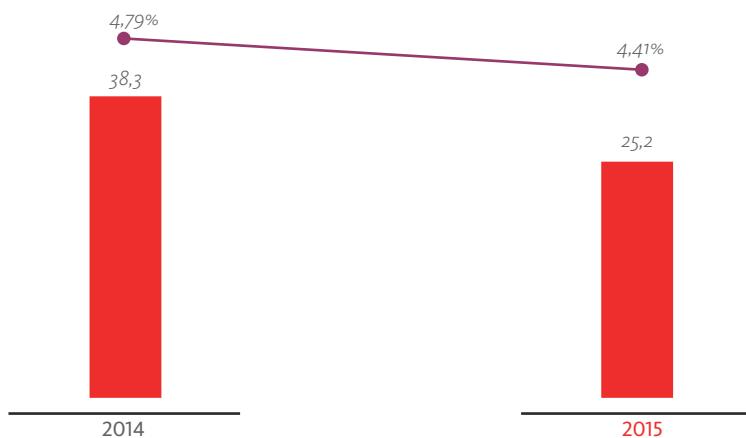
A ligeira erosão da Margem Financeira ao longo do exercício de 2015 deveu-se essencialmente à redução verificada na carteira sob gestão, a qual foi substancialmente compensada pela diminuição nos custos de financiamento, resultado da gestão criteriosa desta rubrica, nomeadamente pela redução da duração média de financiamento e da redução das taxas de juro de referência de mercado.

The Management Default Variation (VMG) metrics registered a sharp drop in relation to 2014, amounting to 3.1 million euros in 2015 as a result of a strict policy and continuous monitoring of the admission mechanisms and credit recovery. As a result, the Risk Premium stood at -0.30% in December 2015.

CONSOLIDATED INCOME STATEMENT

The consolidated net income (IAS) amounted to 18.4 million euros at the end of 2015, increasing 93.6% compared to the same period of 2014. This growth is particularly notable in a year of adverse environment, where the financial sector was particularly penalised with unfavourable performances given the adverse environment registered in many sectors of the Portuguese economy.

FINANCIAL MARGIN
Million EUR/%



The slight deterioration of the Financial Margin during 2015 was mainly due to the decrease in the portfolio under management, which was substantially offset by a decrease in the financing costs, the result of the operating cost under this heading, in particular by reducing the average financing term and the market reference interest rates.

Ao nível do Produto Bancário há ainda a destacar o acréscimo nas rubricas de comissões líquidas, que totalizaram 13,5 milhões de euros e que compararam com 8,8 milhões de euros em 2014, o que significou um aumento de 53,8%, acompanhando o crescimento de 40,7% de novos volumes de financiamento. O Produto Bancário totalizou 60,5 milhões de euros, crescendo 15,8% face ao registado no ano de 2014.

Em contrapartida, os Custos de Transformação aumentaram o seu valor em 12,3% face a 2014, fixando-se em 25,2 milhões de euros. O rácio de eficiência situou-se em 41,7% no final do exercício registando um decréscimo de 1,3 p.p. de 2014 para 2015.

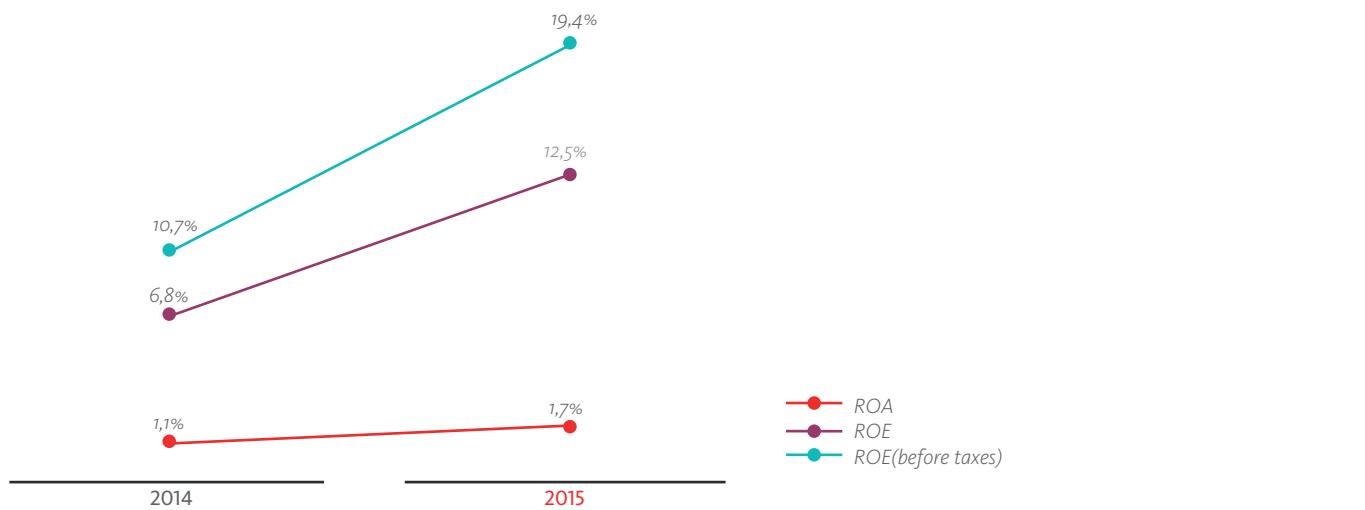
O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões atingiu 5,4 milhões de euros, o que representou um decréscimo de -63,6% relativamente a 2014, refletindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.

O resultado antes de impostos em 2015 atingiu 28,7 milhões de euros o que significou um acréscimo de 90,7% face aos 15,0 milhões de euros registados no ano transato. A rubrica de impostos cresceu 85,9% face ao valor verificado no exercício anterior.

Os indicadores de rendibilidade do exercício do ano 2015 encontram-se positivamente afetados pela evolução, de um modo geral, favorável dado o contexto em que foi desenvolvida a atividade do Banco, nomeadamente quando comparados com os valores obtidos no exercício de 2014.

PROFITABILITY

%



Com um resultado líquido de 18,43 milhões de euros no final de 2015, equivalente a 0,277 euros por ação (0,14 euros em 2014), a rendibilidade média dos capitais próprios (ROE) situou-se nos 12,5%, quando este valor em 2014 ascendeu a 6,8%, o que representa um acréscimo de 570 b.p. No que se refere à rendibilidade média do ativo (ROA), esta situou-se em 1,7% em 2015, acima do valor registado no ano transato em 70 b.p.

O indicador de rendibilidade dos capitais próprios está naturalmente afetado pela postura conservadora do Banco nesta matéria, no qual o rácio de solvabilidade atingiu os 12,00%, superando simultaneamente os valores mínimos pelo regulador para o Core Equity Tier 1 de 9,75% e de 10,25% para o total de requisitos de capitais próprios regulamentares.

In the gross margin, we should also note the increase in net commissions, which totalled 13.5 million euros compared with 8.8 million euros in 2014, which meant an increase of 53.8%, following the growth of new financing volumes by 40.7%. The Gross margin totalled 60.5 million euros, up by 15.8% compared to that recorded in the 2014.

In contrast, the processing costs have increased their value by 12.3% compared to 2014, reaching 25.2 million euros. The efficiency ratio stood at 41.7% at the end of the year, decreasing 1.3 p.p. from 2014 to 2015.

The amount recorded for the recovery of net impairment losses and for other provisions reached 5.4 million euros, which represented a -63.6% decrease compared to 2014, reflecting the Bank's caution policy in assessing risks and maintaining an adequate coverage to cope with the deterioration of the macroeconomic environment.

The result before tax in 2015 reached 28.7 million euros increasing 90.7% compared to 15.0 million euros recorded in the previous year. Taxes grew by 85.9% compared to the figure recorded in the previous year.

The profitability indicators for 2015 were positively affected by development, generally favourable, given the context in which the Bank's activity was developed compared with the figures obtained in 2014.

With a net profit of 18.43 million euros at the end of 2015, equivalent to 0.277 euros per share (0.14 euros in 2014), the average return on equity (ROE) stood at 12.5%, when this figure in 2014 amounted to 6.8%, representing an increase of 570 b.p. With regard to the average return on equity (ROA), this stood at 1.7% in 2015, above the value recorded for the previous year: 70 b.p.

The return on equity indicator is naturally affected by the conservative stance of the Bank in this matter, in which the solvency ratio reached 12.00%, exceeding both the minimum values by the regulator for the Core Equity Tier 1 of 9.75% and 10.25% for the total regulatory equity requirements.

1.8 Gestão Financeira

Financial Management

No ano de 2015, a economia portuguesa esteve já completamente marcada pelo processo de recuperação económica, sobretudo em resultado do crescimento das componentes da procura externa, mas também do investimento e do consumo privado. Portugal continua, porém, sujeito a um acompanhamento rigoroso por parte das autoridades europeias, de modo a garantir o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental e de sustentabilidade da dívida pública, bem como evitar desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente os decorrentes da alteração dos ciclos políticos.

O sector bancário não ficou imune ao contágio da crise das dívidas soberanas Europeias. Isto levou a um abrupto processo de desalavancagem, mais apertados requerimentos de capital, que levam à busca permanente de novas técnicas de sobrevivência por forma a evitar nova recessão. O sector está a mudar o seu modelo comercial, com o objetivo de aumentar a eficiência e a rendibilidade, mantendo ainda em aberto a possibilidade de processos de concentração futuros, sempre com foco no aumento da produtividade e captação de sinergias.

Para potenciar a retoma da economia europeia e controlar a inflação na zona euro, o Banco Central Europeu (BCE) lançou em 2014 um conjunto de estímulos para conter a descida dos preços e aumentar o financiamento à economia. Essas medidas e outras de natureza menos convencional (como são as operações TLTRO), levaram, em 2015, à descida sustentada das taxas de juro e à colocação da taxa de depósito dos bancos num valor negativo. Os níveis historicamente baixos da REFI também afetaram diretamente as taxas de juro da dívida e, indiretamente, as taxas de juro que os bancos disponibilizam aos seus clientes e à economia real.

O facto de estar integrado num Grupo financeiro de cariz global aporta evidentes e importantes benefícios com reflexos positivos na gestão financeira corrente, e na adequação de procedimentos, políticas e estratégias para a gestão, mediação e mitigação dos riscos financeiros inerentes à atividade.

Neste contexto, a gestão financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direção Financeira de acordo com as orientações do Conselho de Administração, regeu-se pelos seguintes objetivos fundamentais ao longo do ano:

- Assegurar a liquidez necessária ao correto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios para maximizar a rentabilidade dos acionistas, sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Adotar as melhores práticas em termos de gestão de riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juro, quer por via das economias de escala proporcionadas pela pertença ao Grupo Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;

In the year 2015, the Portuguese economy was completely marked by the process of economy recovery, especially as a result of the growth of the components of external demand, but also investment and private consumption. However, Portugal remains subject to close monitoring by European Authorities in order to ensure compliance with rules on budgetary balance and public debt sustainability so as to prevent macroeconomic imbalances, namely those resulting from changes in political cycles.

The banking sector was not immune to the contagion of the crisis of European sovereign debt. This led to an abrupt deleveraging process and tighter capital requirements, leading to a permanent quest for new survival techniques in order to avoid another recession. The sector is changing its business model in order to increase efficiency and profitability, while still keeping open the possibility of future concentration processes focused on increasing productivity and achieving synergies.

To boost the recovery of the European economy and control inflation in the Eurozone, in 2014 the European Central Bank (ECB) launched a set of stimuli to contain the fall in prices and increase funding to the economy. These measures and others of a less conventional nature (such as TLTRO operations) led to a sustained decline in interest rates in 2015 and the placement of the bank deposit rate at a negative value. The historically low levels of REFI also directly affected debt interest rates and, indirectly, the interest rates that banks offer their clients and the real economy.

Being part of a global financial group brings about obvious and major benefits with positive effects in current financial management, as well as in the adequacy of procedures, policies, and strategies for the management, measurement, and mitigation of financial risks inherent to the activities performed.

In this context, the financial management of Banco Santander Consumer Portugal, developed by the Financial Department in accordance with the Board's guidelines, was governed by the following fundamental objectives throughout the year:

- *Ensure the liquidity necessary for the correct development of the business, while maintaining a balance between equity and other capital to maximise the profitability of shareholders without jeopardising the financial soundness of the institution;*
- *Adopt the best practices in terms of financial risk management, either through the recommended policies of assumption and mitigation of exposure to liquidity risks and interest rates, or through economies of scale provided by belonging to the Grupo Santander, which in turn impacts competitiveness;*

- Diversificar as fontes de financiamento, por um lado, diminuindo a dependência da Tesouraria do Grupo Santander, e por outro, encontrar canais alternativos à exposição ao Mercado de Operações de Intervenção do Banco Central Europeu, utilizando para o efeito os ativos titularizados e potenciando a sua colocação junto a investidores privados, assegurando o financiamento do balanço a prazos mais alargados;
- Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander, uma política ativa e dinâmica de cobertura da exposição aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

A) FINANCIAMENTO DO NEGÓCIO

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, no momento da sua originação, prazos que em média se situa acima dos 6 anos, pelo que o financiamento do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em conta que esses mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos de mercado.

As diferentes necessidades financeiras, subjacentes ao financiamento destes ativos, foram satisfeitas através de um mix equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Na sequência das medidas adotadas pelo Banco Central Europeu alusivas a operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas), o Banco, no ano de 2015, seguiu uma estratégia de redução do prazo médio das novas operações de liquidez, dado que também dispõe de uma operativa de mitigação do risco de taxa de juro, através da contratação de instrumentos derivados, nomeadamente swaps de taxa de juro.

Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respetiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos ativos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal, bem como os limites impostos corporativamente pelo acionista.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em operações de mercado monetário e operações contratadas, quer, junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha, quer, junto de outras instituições de crédito. Estas operações têm uma duração média de sensivelmente 2 anos, para adequação à correspondente duração do ativo.

O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte deste esforço e sinergias para o seu core business, beneficiando assim de uma importante vantagem competitiva no mercado.

Ao longo de 2015 e devidamente enquadrado na política de liquidez prosseguida pelo Grupo Santander, o Banco continuou a aceder periodicamente às operações de cedência e absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu por via do desconto de ativos titularizados considerados elegíveis para aquele efeito.

- Diversify the sources of financing by reducing the dependence of the Treasury of the Grupo Santander and finding alternative channels to exposure to the European Central Bank Intervention Operations Market, using the securitised assets for this purpose and enhancing their placement with private investors, thereby ensuring the financing of the financial statements over longer terms;
- Maintain, with support from the Treasury of the Grupo Santander, an active and dynamic policy to cover exposure to financial risks (liquidity and interest rate) inherent to the business

A) BUSINESS FINANCING

New Credit, Leasing, and ALD (LTR – Long Term Rental) contracts, at the time of their origination, have average terms of more than 6 years and business financing should take this fact into account, also keeping in mind that said terms may be diluted pursuant to market requirements.

The different financial needs underlying the financing of these assets have been met by a balanced mix of short and medium-term capital. Following the measures adopted by the European Central Bank alluding to targeted long-term refinancing operations (targeted LTROs); in 2015 the Bank followed a medium-term reduction strategy for new liquidity operations, given that it also has a cooperative mitigation strategy for interest rate risks by contracting derivative instruments, including interest rate swaps.

Thus, under the framework of the guidelines from previous years based on ensuring the solvency of the institution, the stability of the respective Treasury, and obtaining competitive financing costs, appropriate liabilities (in terms of duration) have been negotiated for the Bank's assets, observing both the prudential requirements imposed by the Bank of Portugal and the limits imposed by the corporate shareholder.

Bondholder and Medium and Long Term Loans

The Bank bases its financing structure on money market and contracted operations, either with the Treasury of Banco Santander Consumer Finance in Spain, or together with other credit institutions. These operations have an average duration of roughly two years to adjust to the corresponding period of the asset.

Permanent access to high stability liquidity lines allows the Bank, operating with stringent management, to drive part of this effort and synergies for its core business, thus offering a significant competitive advantage in the market.

Throughout 2015 and duly included in the liquidity policy pursued by the Grupo Santander, the Bank continued to periodically access liquidity yielding and absorption operations, together with the European Central Bank through discounting securitised assets considered eligible for that purpose.

Financiamento dos ativos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta atividade foi efetuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou através de operações de tomada de fundos de curto prazo.

B) ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

No ano de 2015 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e liquidez.

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas, negociadas para garantir a adequação das maturidades e o perfil de taxa de juro dos ativos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal, foram implementados em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão nacionais.

Risco de Taxa de Juro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado conveniente), a sensibilidade do valor atualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (ativos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respetivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal privilegia a utilização de instrumentos financeiros derivados – swaps de taxa de juro – por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash-flows da carteira de taxa fixa (ativo) a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário. A utilização dos instrumentos derivados permitiu uma otimização da liquidez, uma vez que o financiamento da atividade pode passar a ser feito por prazos mais reduzidos, facto especialmente relevante dadas as condições persistentes ao nível do custo dos fundos nos mercados financeiros.

Não obstante, no decorrer do exercício de 2015, o Banco Santander Consumer Portugal procedeu à liquidação antecipada da operação de titularização de créditos Silk Finance Nº3 e concretizou uma nova operação de titularização de créditos, Silk Finance Nº4, com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez, financiamento da actividade corrente e redução do seu custo implícito.

Em conformidade, em 31 de Dezembro de 2015, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros factores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 6.662 milhares de euros de impacto positivo nos capitais próprios, refletindo a postura conservadora que o Banco adotou nesta matéria, representando apenas cerca de 5% dos seus fundos próprios elegíveis.

Risco de Liquidez

Em virtude da inserção do Banco Santander Consumer Portugal no Grupo Santander, maior grupo financeiro Europeu e um dos dez maiores a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez encontrava-se completamente mitigado, com linhas de crédito aprovadas de 1.450 milhões de euros, limites que perfazem a quase totalidade do valor do ativo, assegurando a plenitude da atividade desenvolvida ao longo exercício.

Financing Short-Term Assets

As in previous years, and since this type of credit is intended particularly to support the acquisition of stocks by the car dealers with whom the Bank holds collaboration agreements, the financing of this activity was executed almost exclusively based on the Bank's checking accounts or through short-term fundraising operations.

B) FINANCIAL RISK MANAGEMENT STRATEGY

In the year 2015, the Bank continued conservative management of financial risks inherent to its business, particularly with regard to interest rates and liquidity risks.

Monitoring of market risks and the resulting coverage, negotiated to ensure the adequacy of maturities and the interest rate profile of assets and liabilities of Banco Santander Consumer Portugal, were implemented in close coordination with the treasury of the Grupo Santander, being naturally subject to national supervision rules and policies.

Interest Rate Risk

On a monthly bases (or on specific occasions, as deemed appropriate), Banco Santander Consumer Portugal, S.A. measures the sensitivity of the updated value of the sum of the future cash flows of the business portfolio (assets of commercial and financial nature), with the cash flows of the respective liabilities associated with a parallel increase of 1% on the interest rate curve of the interbank market.

To mitigate the risk of rising interest rates, Banco Santander Consumer Portugal favours the use of derivative financial instruments – interest rate swaps – in amounts and terms that allow for the immunisation of cash flows from the fixed rate portfolio (assets) to adverse operations in the context of interest rates in the interbank market. The use of derivatives made it possible to optimise liquidity, since financing of the activity may now be performed for shorter deadlines, a fact which is particularly relevant given the persistent conditions in terms of fund costs in the financial markets.

Nevertheless, during the course of 2015, Banco Santander Consumer Portugal proceeded with the early settlement of the Silk Finance Nº3 credit securitisation operation and executed a new credit securitisation operation as well (Silk Finance Nº4), with the sole purpose of maximising their liquidity levels, financing current activities, and reducing implicit costs.

Accordingly, on 31 December 2015, the interest rate risk in the Bank's Balance Sheet, measured according to Instruction 19/2005 from the Bank of Portugal (which assumes, among other things, a parallel movement of 200 basis points in the interest rate structure) was €6,662,000 with a positive impact on equity, reflecting the conservative approach that the Bank adopts in this area and accounting for only about 5% of its eligible capital.

Liquidity Risk

Due to the inclusion of Banco Santander Consumer Portugal in the Grupo Santander, the largest European financial group and one of the ten largest in the world (by market capitalisation), the liquidity risk was found to be completely mitigated, with approved credit lines of €1,450,000,000 representing almost all of the asset value and ensure the fulfilment of the activities carried out during the year.

No decorrer do exercício de 2015, e com independência de estar numa situação privilegiada em termos de liquidez, o Banco diversificou adicionalmente as suas fontes de financiamento por via da concretização de uma operação de titularização de créditos, onde atua como cedente e gestor dos créditos concedidos.

Com a concretização desta nova operação de titularização de créditos, o Banco passou a deter ativos elegíveis pelo Banco Central Europeu possibilitando, desta forma, a participação nas operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas).

No final de 2015, a operação de titularização de créditos totalizava 614,6 milhões de créditos do segmento automóvel (novos e usados) e cuja estrutura de passivo pode ser analisada da seguinte forma:

Status exposures securitised Class	RATINGS		Original	Current	Remuneration
	DBRS	S&P			
A	A	A	509,4	509,4	1,20%
B	-	-	101,5	101,5	2,40%
C	-	-	3,7	3,7	
VFN	-	-	0,0	0,0	
TOTAL			614,6	614,6	

Amounts in millions of euros

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº4 não configura como uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente ao nível do risco de crédito, estando os créditos objeto da operação de titularização registados na rubrica de Ativos Titularizados não Desreconhecidos e os fundos recebidos registados na rubrica Passivos por Ativos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

C) GESTÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS

Para desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital por forma a:

- i) Garantir o crescimento sustentado da atividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objetivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- iii) Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objetivo último da maximização do valor do Banco para os seus acionistas;

Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito à disciplina de supervisão do Banco de Portugal, pelo disposto no Decreto-Lei nº103/2007 e Decreto-Lei nº10/2007, de 3 de Abril e pela aplicação das disposições regulamentares em vigor a 31 de Dezembro de 2015, nomeadamente pelos Avisos nº 5/07 e 6/10 do Banco de Portugal.

Em matéria de fundos próprios, o Banco de Portugal aprovou o Aviso nº 6/2013, que estabelece o regime transitório ao abrigo do Regulamento (UE) nº 575/2013 e estabelece medidas destinadas à preservação desses fundos.

No âmbito de Basileia III o Banco irá manter as abordagens definidas no passado para a determinação da alocação de fundos próprios, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e, na componente de Risco Operacional, continua a guiar-se pelo Método do Indicador Básico.

During 2015, and despite being in a privileged position in terms of liquidity, the Bank further diversified its sources of funding through the implementation of a securitisation operation, whereby it acts as the assignor and manager of the credit awarded.

With the execution of this new credit securitisation operation, the Bank now holds assets eligible for the European Central Bank, thus making it possible to participate in targeted long-term refinancing operations (targeted LTROs).

At the end of 2015, the credit securitisation operation amounted to 614.6 million in the car loans segment (new and used) and the structure of the liabilities is as follows:

Status exposures securitised Class	DBRS	S&P	Original	Current	Remuneration
A	A	A	509,4	509,4	1,20%
B	-	-	101,5	101,5	2,40%
C	-	-	3,7	3,7	
VFN	-	-	0,0	0,0	
TOTAL			614,6	614,6	

For prudential purposes, the Silk Finance nº4 securitisation operation does not constitute a significant transfer of the risks involved, namely in terms of credit risk, as the credits subject to the securitisation operation are registered as Derecognised Securitised Assets and the funds received are recorded as Liabilities for Derecognised Assets in Securitisation Operations.

C) OWN RESOURCES MANAGEMENT

The Bank assesses its capital adequacy policy on an ongoing basis to develop its growth and expansion strategy in order to:

- i) Ensure the sustained growth of credit activities by carefully managing solvency, as a result of its strategic objectives;
- ii) Meet the requirements imposed by the supervisory entities;
- iii) Ensure careful handling of borrowed capital, with the ultimate goal of maximising the Bank's value for its shareholders;

In prudential terms and in this respect, the Bank is subject to the supervision of the Bank of Portugal, by the provisions of Decree Law no.103/2007 and Decree-Law no.10/2007, of 3 April and by the implementation of the regulations in force as at 31 December 2015, in particular by Notices No. 5/07 and 6/10 of the Bank of Portugal.

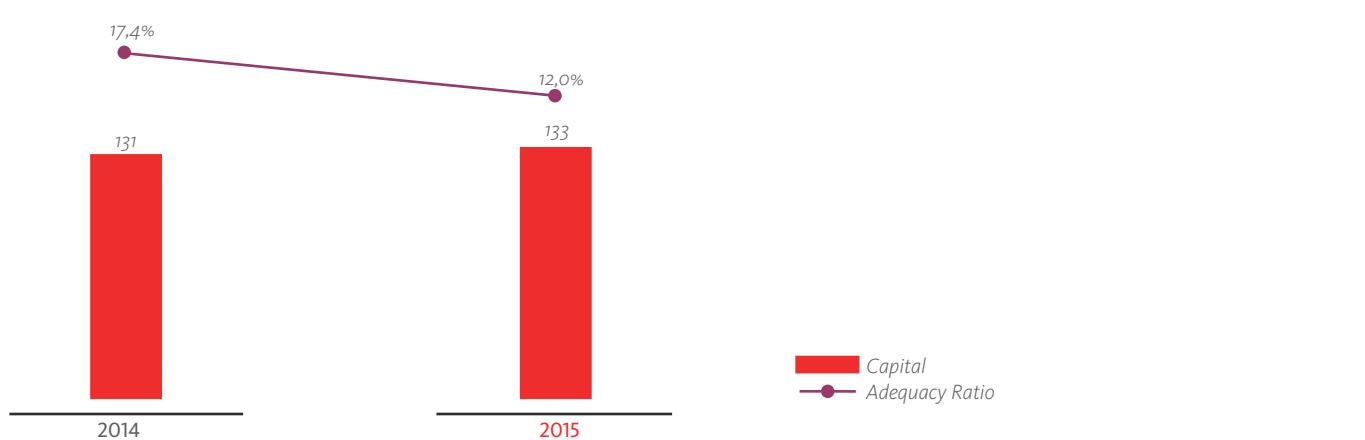
Regarding equity, the Bank of Portugal approved the Notice No. 6/2013, which establishes the transitional regime under the (EU) Regulation No. 575/2013 and establishes measures for the preservation of these funds.

In the scope of Basel III, the Bank will maintain the approaches established in the past for determining the allocation of own funds, the Standard Approach methodology in the Credit Risk component, and the Operational Risk component, continues to be guided by the Basic Indicator Approach.

No âmbito de Basileia III, no final de 2015, os requisitos de fundos próprios consolidados ascendiam a 88 milhões de euros, o que significou um crescimento de 47% sobre o valor registado no final do ano de 2014 de 60 milhões de euros, refletindo o aumento verificado no ativo por via da parceria comercial com o Banco PSA Finance. Em Abril de 2015, os fundos próprios foram incrementados em cerca de 1 milhão de euros pela aprovação dos resultados do exercício de 2014 deduzida da distribuição de dividendos ao acionista. Assim, no final de 2015 os fundos próprios ascendiam a 132,7 milhões de euros, comparando com 131,5 milhões de euros no final de 2014.

In the context of Basel III, at the end of 2015, consolidated capital requirements amounted to 88 million euros, resulting in an increase of 47% above the value recorded at the end of the 2014 of 60 million euros, reflecting in the increase in assets due to the commercial partnership with Banco PSA Finance. In April 2015, equity was increased by approximately 1 million euros upon approval of the results for 2014 deducted from the distribution of dividends to shareholders. Thus, at the end of 2015, equity amounted to 132.7 million euros, compared with 131.5 million at the end of 2014.

CAPITAL ADEQUACY Million EUR/%



Em matéria de solvabilidade, no final de 2015, o rácio de adequação de fundos próprios e o rácio de adequação dos fundos próprios de base (core Tier I) calculados em base consolidada, cifravam-se ambos em 12,00%. No final de 2014, os mesmos rácios cifravam-se ambos em 17,44%.

Relativamente ao rácio de fundos próprios principais de nível 1 (CET1) em base consolidada, conforme definido no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Basileia III), o Banco atingiu os 12,00%, muito acima dos patamares mínimos (7% em 2015) impostos pelo Banco de Portugal.

In terms of solvency, at the end of 2015, the capital adequacy ratio and the core Tier I capital adequacy ratio calculated on a consolidated basis, amounted to 12.00%. At the end of 2014, the same ratios amounted to 17.44%.

With regard to CET1 consolidated capital ratio, as defined in (EU) Regulation No. 575/2013 (Basel III), the Bank has reached 12.00%, well above the minimum levels (7% in 2015) imposed by the Bank of Portugal.

1.9 Gestão do Risco de Crédito

Credit Risk Management

A principal alteração na estrutura orgânica foi a incorporação do negócio da sucursal do Banque PSA em Portugal que trouxe um conjunto de novos produtos financeiros que anteriormente não faziam parte do portfolio do Banco.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, registando-se um aumento na taxa de aprovação global, mantendo-se o perfil de risco médio-baixo.

Com a migração da carteira do Banque PSA, os níveis de risco de crédito aumentaram porque a percentagem de delinquência da carteira migrada era muito superior à delinquência da carteira do Banco.

Os níveis de risco de crédito são permanentemente mediados e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da Mora sob Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL), a análise de carteiras com igual período de originação (vintages), a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos e a monitorização da perda esperada do novo negócio angariado.

Em relação ao negócio de não retalho, risco individual por empresa com valor superior a 150 mil Euros, mantiveram-se as visitas a concessionários, por parte do binómio gestor/ analista. Esta actuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa.

The main change in the organisational structure was the acquisition of the operations of the subsidiary of Banque PSA in Portugal, which brought a set of new financial products that previously were not part of the Bank's portfolio.

In terms of the acceptance policies, the same were kept, recording an increase in the overall approval rate, while maintaining a medium-low risk profile.

With the migration of the Banque PSA portfolio, credit risk levels increased as a result of the percentage of delinquent accounts for the portfolio was much higher than the delinquency percentage in the Bank's portfolio.

The credit risk levels are constantly measured and monitored, according to corporate methodologies, which emphasise the monitoring of the change in Non Performing Loans (NPL), Non Performing Loans Ratio (NPL %), the analysis of portfolios with equal origination period (vintages), the permanent monitoring of automatic decision models and the monitoring of the expected loss of the new business acquired.

Regarding the non-retail business, individual risk per company with amounts greater than 150,000 Euros, the visits to the dealers were kept by the binomial manager / analyst. This performance allows for greater insight and comprehensiveness of the information obtained, providing better quality in the preparation of the company's rating.

1.10 Recuperação de Crédito

Credit Recovery

Em 2015, foram mantidas globalmente as políticas e estratégias de recuperação, tendo sido apenas efetuados os ajustes necessários face à incorporação do negócio da sucursal do Banque PSA em Portugal. Durante os primeiros meses após a integração da carteira do Banque PSA foram necessários vários ajustes devido a incongruências iniciais do processo de migração/integração.

Mantem-se como principal preocupação da área de recuperação, a eficiência do processo de recuperação, bem como a redução de custos.

Em termos de Recuperação Telefónica, registou-se uma redução de -12,8% da carteira sob gestão, implicando também um decréscimo de 9,1% dos valores cobrados; 21,7MM€ vs 23,9MM€. Registou-se um rácio de recuperação global de 99,6%, inferior em -1,9% face ao período homólogo.

No que se refere ao processo de Recuperação Presencial, vulgo Recuperação Externa em regime outsourcing para o bucket de 90D a 180D, salienta-se a redução da carteira sob gestão (-22,3%), mas de relevar a boa performance da unidade, face ao crescimento do rácio de recuperação em +4,8%.

Também a carteira sob gestão de Contencioso, apresenta um decréscimo de -5,4%, justificado pela venda recorrente de portfólio; o rácio de recuperação apresenta um crescimento de +0,5%, face ao período homólogo; o valor recuperado pela unidade de Contencioso não inclui valor obtido por via da venda de carteiras.

Foi também mantido o enfoque na recuperação da carteira de write-off, com a realização de várias campanhas.

No decurso do ano ocorreu como previsto a venda de duas carteiras de crédito; em Julho de 2015 uma carteira de 14,7MM€ pelo preço 8,8% e uma segunda venda concretizada em Dezembro no valor de 10,6MM€, pelo preço de 10,2%, o que corresponde a uma melhoria de +14,9% deste último preço de venda, face ao anterior.

In 2015, the strategies and policies for recovery were maintained, implementing any adjustments necessary in light of the merger of the Banque PSA branch in Portugal. During the first months after the integration of the Banque PSA portfolio, several adjustments were needed as a result of initial incongruities of the migration/integration process.

A primary and ongoing concern of the recovery involves the efficiency of the recovery process and the reduction of costs.

In terms of Telephonic Recovery, there was a reduction of -12.8% of the portfolio under management, also implying a decrease of 9.1% of the amounts charged; €21.7 million vs €23.9 million. There was a total recovery ratio of 99.6%, down by -1.9% compared to the homologous period.

With regard to the Prudential Recovery process, commonly known as External Recovery in the outsourcing regime for the bucket from 90D to 180D, there was a notable reduction in the portfolio under management (-22.3%), highlighting the good performance of the unit against growth of the recovery ratio at +4.8%.

Additionally, the portfolio under litigation management showed a decrease of 5.4%, justified by the recurring sale of the portfolio; the recovery rate presented a growth of +0.5% compared to the homologous period; the amount recovered by the litigation unit does not include the value obtained through the sale of portfolios.

Focus was also kept on the recovery of the write-off portfolio with the execution of various campaigns.

Over the course of the year, as predicted, two credit portfolios were sold; in July 2015 a portfolio of €14.7 million at a price of 8.8%, followed by a second sale made in December in the amount of €10.6 million at a price of 10.2%, which corresponds to an improvement of +14.9% from this most recent sale price compared to the one before it.

1.11

Tecnologia e Operações

Technology & Operations

OPERAÇÕES

No que se refere às áreas de Operações, mais concretamente a de processamento e a de gestão de clientes, mantivemos em 2015 como desígnio estratégico, a procura sistemática da eficiência e da eficácia, tanto na estrutura interna como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing.

A atividade destas duas áreas sofreu enorme influência do processo de integração da carteira e atividades do Banco PSA e da PSA Gestão.

Apesar de a instituição ter promovido anteriormente diversos processos de integração de outras instituições, é assumido que cada processo tem as suas próprias vicissitudes e este não foi exceção, dado que se tratou da primeira integração completa de uma financeira de marca.

Assim, nem sempre durante o ano de 2015, e mais concretamente no segundo semestre, não foram assegurados, primeiro na estrutura externa e depois na estrutura interna, de uma forma sistemática as atividades de todas as operações realizadas pelo banco e de acordo com as necessidades (níveis de serviço nomeadamente) dos clientes internos e externos.

Apesar das dificuldades sentidas quanto a níveis de serviço, assegurámos integração na estrutura das pessoas com origem na instituição Banco PSA e a implementação de novos produtos e processos, o que implicou um enorme envolvimento de todos, numa demonstração de competência, compromisso e capacidade das equipas.

TECNOLOGIA E CONTROLO OPERACIONAL

Á área de Tecnologia e Controlo Operacional foi atribuída ainda em 2014 a responsabilidade pela gestão do projeto de integração do Banco PSA. Tal responsabilidade foi garantida nos anos de 2014 e 2015 pelas equipas desta área, o que implicou um enorme esforço por parte das respetiva equipas no sentido de garantirem não só a consecução da integração, estratégica para o Banco, assim como a persecução da atividade regular da área, assegurando o acompanhamento de todas as atividades, controlos da direção e gestão dos projetos do banco de forma eficiente e eficaz.

Para tal, mantivemos a nossa estratégia sustentada num modelo que sintetiza a sua área de atuação, visando a obtenção da maior eficiência possível, com processos controlados.

Modelo de Controlo de Headcount

Em parceria permanente com a Direção de Recursos Humanos, foi garantido o acompanhamento da evolução do headcount da direção e a sua adequação ao orçamentado.

OPERATIONS

With regard to the areas of Operation, but more specifically the processing and management of clients, we maintained the systematic search for efficiency and effectiveness, both in the internal structure as well as the structure subcontracted through outsourcing, as part of our strategic plan in 2015.

The activity of these two areas was greatly influenced by the integration process of the portfolio and activities of Bank PSA and PSA Management.

Although the institution previously promoted various integration processes in other institutions, it is assumed that each process has its own events and this was not an exception, since this was the first complete integration of financial brand.

Thus the activities of all the operations performed by the bank and based on the needs (including service levels) of internal and external clients were not systematically ensured throughout all of 2015, but more specifically in the second half of the year, first in the external structure and then in the internal structure.

Despite the difficulties experienced with regard to service levels, we ensured the integration of persons from Banco PSA into the structure, as well as the implementation of new products and processes which required a great degree of involvement from everyone in a demonstration of the competence, commitment, and capacity of the teams.

TECHNOLOGY AND OPERATIONAL CONTROL

In 2014, the area of Technology and Operational Control was assigned in the responsibility of managing the Banco PSA integration project. This responsibility was ensured in 2014 and 2015 by the teams from this area, requiring enormous effort by the respective teams in order to ensure not only the integration (which was strategic for the bank), but also the regular activities of the area while ensuring the monitoring of all activities, directive controls, and management of the bank's projects efficiently and effectively.

To this end, we maintained our strategy on the basis of a model which synthesises its area of operation in order to obtain the highest possible efficiency with controlled processes.

Headcount Control Model

Throughout an ongoing partnership with the Directorate of Human Resources, it was possible to ensure monitoring of the development of the managerial headcount and the suitability thereof in terms of the budget.

Modelo de Gestão de Custos

Neste modelo enquadrados todos os controlos que visam a gestão integrada de todos os custos da direção, visando a garantia do cumprimento do orçamento em todas as suas linhas.

O acompanhamento minucioso e regular das diversas rubricas de custos, motivou alertas permanentes com respetiva justificação, para inesperados incrementos de custos, mas com apresentação simultânea de soluções de poupança responsáveis.

Releve-se nesta matéria a consecução do projeto de integração do Banco PSA, totalmente dentro do orçamento inicialmente identificado.

Modelo de Risco Operacional e Tecnológico

Na sequência de um novo modelo de gestão assumido pelo Grupo Santander, T&O passou a garantir a 1ª linha de defesa dos riscos operacionais nesta direção.

Com um conjunto diversificado e exaustivo de controlos, onde se incluem checklists das tarefas mais relevantes, reportes regulares de tarefas em que existam atrasos na respetiva execução, assim como verificações independentes a processos e atividades, esta área garante que as operações são executadas na forma adequada e dentro dos níveis de serviço estabelecidos.

No segundo semestre de 2015, às atividades regulares tivemos que acrescentar os processos de controlo prévio e posterior à migração da carteira do Banco PSA, o que gerou enorme impacto na capacidade da área, implicando enorme e inusitado esforço e dedicação por parte das respetivas equipas.

Modelo de Acompanhamento Quantitativo

A medição constante de todas as atividades da direção, em diferentes perspetivas e com periodicidades adequadas, permitiu uma intervenção imediata dos gestores de equipas para qualquer ajustamento de estruturas e uma afetação adequada dos recursos, tendo em conta as respetivas competências, tendo-se demonstrado uma enorme ajuda ao processo de integração.

Modelo de Acompanhamento Qualitativo

Este modelo incorpora um conjunto de atividades de controlo dos níveis de serviço e de ocorrências excepcionais (positivas e negativas), e a análise da sua adequabilidade aos princípios definidos para os produtos e processos que visam o suporte ao negócio.

Modelo de Qualidade e Clientes

O acompanhamento dos clientes internos. (seja na vertente de apoio às áreas de processamento da direção seja no apoio a outras direções). assim como dos clientes externos (concessionários e importadores nos produtos de factoring e de tesouraria) é uma virtude deste modelo. com o objetivo de uma avaliação em cada momento do nível de qualidade dos processos da direção.

A área acompanha e participa ativamente na implementação de projetos do banco que tenham impacto na operativa diária da direção.

Modelo de Acompanhamento do Plano de Sistemas

Em 2015 a atividade da área nesta matéria esteve obviamente centrada no acompanhamento a execução dos 18 projetos de desenvolvimento identificados como necessários para a integração já anteriormente mencionada. Tal incluiu obviamente a gestão da adequação dos sistemas desenvolvidos às necessidades identificadas pelos utilizadores, através da realização de uma gama diversificada de testes.

Cost Management Model

In this model, we have included all of the controls intended for the integrated management of all management costs, seeking to comply with budgetary constraints in all aspects related thereto.

Careful and regular monitoring of the various cost items produced constant alerts with the respective explanations in the event of unexpected increases in costs, along with the simultaneous presentation of responsible saving solutions.

All of this helped to give rise to the achievement of the Banco PSA integration project while remaining entirely within the initially identified budget.

Operational and Technological Risk Model

Following a new management model assumed by the Grupo Santander, T&O has ensured the first line of defence against operational risks in this area.

With a diverse and comprehensive set of controls, which include check-lists of the most important tasks, regular reporting of activities experiencing delays in their implementation, and independent checks of various processes and activities, this area ensures that the operations are performed in the proper manner and within the established service levels.

In the second half of 2015 we had to add control processes to regular activities before and after the migration of the Banco PSA portfolio, which had a huge impact on the area's capacity and required enormous and unprecedented effort and dedication on the part of the respective teams.

Quantitative Monitoring Model

The constant measurement of all the activities, from different perspectives and with the appropriate frequencies, has allowed for the immediate intervention of team managers for any structural adjustments and an appropriate allocation of resources, taking into account their skills, which has proved to be instrumental in the integration process.

Qualitative Monitoring Model

This model incorporates a set of activities to control service levels and exceptional occurrences (positive and negative), as well as an analysis of their suitability in light of the principles defined for the products and processes designed to support the business.

Quality and Clients Model

The monitoring of internal clients (whether with regard to support for processing areas or support in other departments), as well as external clients (dealers and importers of factoring and treasury products) is a virtue of this model, with the goal of ongoing evaluation of the level of quality employed in the management processes.

The area monitors and actively participates in the implementation of Bank projects which have an impact on daily operations.

Model for System Plan Monitoring

In 2015, the activities of this area were obviously focused on monitoring the implementation of 18 development projects deemed necessary for the aforementioned integration. This therefore included management of the suitability of the systems developed to meet the needs identified by users through performing a wide range of tests.

1.12 Legal e Compliance

Legal and Compliance

A Direção de Legal e Compliance incorpora numa mesma direção duas áreas com elevadas conexões, o Legal e o Compliance.

Esta estrutura constitui parte da resposta, às exigências regulamentares mas sobretudo aos diferentes stakeholders que progressivamente têm exigido melhores práticas de gestão, orientadas para o crescimento e melhor performance mas assentes no cumprimento da regulamentação, o que implica uma visão holística.

A função de compliance, tem como principais desafios assegurar, em estreita articulação com as demais áreas funcionais, a conformidade das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos com a legislação e regulamentação em vigor, com especial enfoque nos produtos e serviços disponibilizados pelo Banco e no sistema de prevenção de branqueamento de capitais, sobre a sua direta responsabilidade.

Para o efeito zela pela contínua adoção em todas as atividades, de regras de conduta e de princípios deontológicos, com o intuito de mitigar o risco de ocorrência de impactos negativos.

Por outro lado, em 2015 foram implementados uma série de projetos locais e corporativos que contribuíram para o maior controlo, monitorização e mensuração do risco de Compliance e a sua manutenção em níveis de tolerância adequados.

De facto, e com base nos referidos Projetos, o Banco incrementou a sua abordagem preventiva na gestão do risco de compliance em 2015.

The Legal and Compliance Department incorporates two highly connected areas, Legal and Compliance, into a single Department.

This structure is part of the response to regulatory requirements, but also to the various stakeholders who have progressively called for the best management practices, geared towards growth and better performance based more on compliance with regulations, implying a holistic approach.

Some of the main challenges facing the area of compliance are to ensure - in close cooperation with other functional areas - the compliance of the strategies, systems, processes, policies and procedures with the laws and regulations in force, with special focus on products and services offered by the Bank and the money laundering prevention system, all under its direct responsibility.

To this end, it strives for the continued adoption of rules of conduct and ethical principles in all activities in order to mitigate the risk of occurrence of negative impacts.

On the other hand, in 2015 a series of local and corporate projects were implemented that facilitated greater control, monitoring, and measurement of Compliance risks and their maintenance within adequate tolerance levels.

In fact, and based on these Projects, the Bank increased its preventive approach in terms of compliance risk management in 2015.

1.13 Controlo Internoo

Internal Control

O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua atividade numa ótica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objetivos estabelecidos.

Durante o ano de 2015, em consonância e na sequência da reestruturação organizativa da Dirección General de Riesgos do Grupo Santander, que viu ampliado o seu perímetro de responsabilidades em matéria de controlo de riscos, o Controlo Interno foi integrado na Direção de Risco e Recuperação de Crédito do Banco. De facto, o ambiente de controlo, cuja avaliação está sob a responsabilidade do Controlo Interno, constitui um elemento essencial para a adequada mitigação de todos os riscos.

No que respeita à estratégia de controlo, foi dada continuidade à até então conduzida, de fortalecer o Sistema de Controlo Interno do Banco, assegurando a sua permanente adequação e eficácia, bem como a apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas.

Tendo presente os desafios inerentes a um contexto de reforço das práticas a adotar pelo sector financeiro, a linha de atuação do Controlo Interno privilegiou o aperfeiçoamento dos mecanismos que garantem a prossecução de uma estratégia de negócio sustentável, assegurando a sua robustez e permitindo que se alcance um retorno dos capitais, em linha com expectativas dos seus acionistas, numa ótica de médio e longo prazo.

Assim, no decorrer de 2015, o Controlo Interno conduziu a sua atividade de forma a monitorizar de forma integrada a adequação e eficácia dos processos, políticas e procedimentos, das diferentes componentes do Sistema de Gestão de Riscos, e a assegurar, de forma autónoma e independente, a sua aderência e efetividade, tendo por referência as boas práticas internacionais, bem como as orientações estratégicas definidas a nível corporativo.

The Bank has been guiding the development of its activities with a perspective of continuous monitoring and evaluation of the effectiveness of its internal policies and procedures to ensure efficient and profitable performance in the medium and long-term activities, in line with the strategic guidelines and the objectives which have been established.

During the year 2015, in line with and following the organisational restructuring of the General Office for Risk Management of the Grupo Santander, which has broadened the range of its responsibilities for controlling risks, Internal Control was integrated into the Bank's Risk and Credit Recovery Department. In fact, the control environment, the evaluation of which is under the responsibility of Internal Control, is an essential element for the proper mitigation of all risks.

With regard to the control strategy, the methods implemented thus far have been continued in order to strengthen the Bank's Internal Control System, thereby ensuring its continuing suitability and effectiveness, as well as the appropriate management of the risks inherent to the activities performed.

Keeping in mind the challenges involved in a context of strengthening the practices to be adopted by the financial sector, the line of operations performed by Internal Control favoured the improvement of the mechanisms ensuring the pursuit of a sustainable business strategy, while also guaranteeing its robustness and allowing it to reach a return of capital in line with expectations of shareholders, both in the medium and long-term.

As such, during 2015 Internal Control conducted its activities to monitor (in an integrated manner) the adequacy and effectiveness of the processes, policies, and procedures of the various components of the Risk Management System, as well as to ensure its adherence and effectiveness autonomously and independently with reference to the best international practices and the strategic guidelines defined at the corporate level.

1.14 Recursos Humanos

Human Resources

O ano de 2015 no Banco Santander Consumer Portugal (BSCP) foi, particularmente, desafiante em processos de gestão da mudança.

Na Gestão de Pessoas, o Banco teve como uma das grandes metas a integração do Banque PSA (BPSA), o qual conduziu à incorporação no quadro de pessoal do BSCP de 40 novos Colaboradores. Tal decorreu através de uma ação integrada das diferentes vertentes da gestão de recursos humanos e processos subjacentes, permitindo assim o acolhimento e integração de cada Colaborador na estrutura já existente do BSCP.

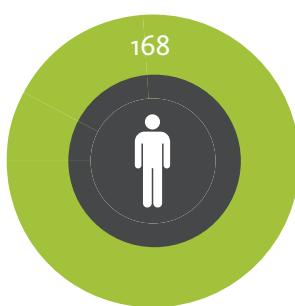
Do ponto de vista organizacional, a Direcção de Recursos Humanos (DRH) passou a integrar desde o inicio do ano a área de Património e Serviços Gerais, anteriormente na Direcção de Tecnologias e Operações, dando deste modo cumprimento ao Modelo de Governo Corporativo.

GESTÃO DE PESSOAS

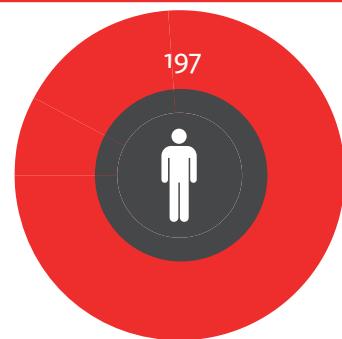
No sentido de continuamente reforçar competências críticas do negócio, o Banco desenvolveu um conjunto de projetos na área do Recrutamento & Seleção, tendo-se verificado a integração de 7 novos Colaboradores. A estes acrescem, conforme referido acima, os colaboradores que com origem no BPSA.

Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2015 o Banco apresentava a seguinte evolução de quadro de pessoal:

STAFF
Values in units



2014



2015

No âmbito das Políticas de Formação e Desenvolvimento, o Banco continua a promover ações no sentido de contribuir para o crescimento e evolução dos seus Colaboradores.

The year 2015 was particularly challenging for Banco Santander Consumer Portugal (BSCP) in terms of change management processes.

In Personnel Management, one of the Bank's major goals was the integration of Banque PSA (BPSA), which led to the incorporation of 40 new employees into the staff of BSCP. This took place through an integrated action involving various aspects of human resource management and the underlying processes, thereby enabling the reception and integration of each employee into the existing structure of BSCP.

From an organisational point of view, the Human Resources Department (HRD) began to integrate the Assets and General Services area (previously the Technologies and Operations Department) from the beginning of the year, in compliance with the Corporate Governance Model.

PERSONNEL MANAGEMENT

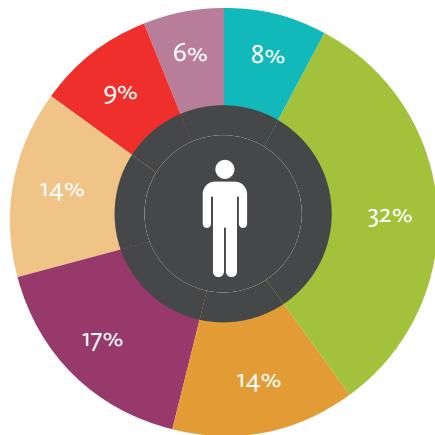
In order to continuously enhance the critical skills for the business, the Bank has developed a set of projects in the area of Recruitment & Selection, having integrated seven new employees. This is in addition to the employees incorporated from BPSA, as mentioned above.

As such, on December 31, 2015, the Bank presented the following development in terms of its staff:

As part of its Training and Development Policies, the Bank continues to promote actions to contribute to the growth and development of its employees.

Tendo como referencia a identificação das necessidades de aprendizagem junto das suas Equipas, em 2015 a formação ministrada num total de 1 626 horas, assumiu a seguinte caracterização:

TRAINING GIVEN Subject Areas



- *Trading Capacities and Products*
- *Commitment and Business Values*
- *Financing and Risks*
- *Languages*
- *Legal and Regulatory*
- *Technology and Processes*
- *Management Capacities*

Procurou-se fomentar a formação em e-learning, tendo esta modalidade assumido um peso de 14% no total da formação ministrada.

Face ao atual contexto do setor financeiro português e europeu, destaque para as ações de formação em Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (PBC/FT), enquanto pilares ao desenvolvimento sustentável do negócio, apoiando no conhecimento das matérias de PBC/FT e regras a observar, sensibilizando todos os Colaboradores para a necessidade de identificar e compreender os riscos inerentes.

Tendo sido um ano forte em novas admissões, o Banco levou a cabo um conjunto ações de formação de integração e acolhimento, a fim de dotar os novos Colaboradores de conhecimentos transversais sobre a cultura, valores, organização e processos do Santander Consumer Portugal.

Como aposta no desenvolvimento continuado dos seus profissionais e igualmente como forma de reconhecimento, foram ainda atribuídas 2 Bolsas Universitárias nas áreas de Marketing Digital e Gestão.

O Banco considerou que a aposta realizada em 2014 num programa de estágios profissionais foi, sem dúvida, uma aposta ganha, com mais-valias tanto para o Banco como para os participantes no programa. Uma iniciativa que tem permitido apoiar os jovens profissionais no seu percurso de aprendizagem e integração no mercado de trabalho, possibilitando a aquisição de conhecimentos, competências e experiências práticas em ambiente profissional. Para BSCP a relação com estudantes e jovens profissionais permite, em contínuo, investir em novas dinâmicas de atuação e promover uma cultura de crescimento e espírito multigeracional.

Taking as reference the identification of learning needs together with the various teams, in 2015 the training administered over a total of 1,626 hours assumed the following format:

It sought to foster training through e-learning, with this method accounting for 14% of the total training provided.

Given the current context of the Portuguese and European financial sector, some of the notable training activities involved the Prevention of Money Laundering and Financing of Terrorism (PML/FT) as pillars of the sustainable development of the business, supporting awareness about matters related to PML/FT and the rules to be observed, while educating all employees about the need to identify and understand the inherent risks.

Having been a strong year for new admissions, the Bank conducted a series of integration and acceptance training activities in order to provide new employees with cross-sector ("transversal") knowledge about the culture, values, organisation, and processes of the Santander Consumer Portugal.

In support of the continued development of its professionals and also as a form of recognition, two University Scholarships were awarded in the areas of Digital Marketing and Management.

The Bank felt that efforts made in 2014 through a professional internship program were, without a doubt, a wise decision which proved to be successful for both the Bank and the participants in the program. This initiative contributed to supporting young professionals in their learning and integration in the labour market, thereby enabling the acquisition of knowledge, skills, and practical experience in a professional environment. For BSCP, the relationship with students and young professionals continuously allows for investment in new dynamics and the promotion of a culture of growth and a multi-generational spirit.

Em paralelo, concretizou-se por mais um ano o programa corporativo Mundo Santander, que vai já na sua 9ª edição e que consiste no intercâmbio de profissionais do Grupo entre os vários países, por um período de 3 meses. O ano de 2015, à semelhança dos anos anteriores, permitiu que mais Colaboradores do Grupo, incluindo do Santander Consumer Portugal tivessem a oportunidade de desenvolver os seus conhecimentos e ampliar o seu nível de experiência em contexto internacional e multicultural.

Adicionalmente, 2015 foi o ano de lançamento de um novo programa de desenvolvimento, o "Talent in Motion". Programa corporativo destinado ao desenvolvimento de jovens quadros do Banco que pretendam abraçar um projeto profissional a 2 anos, abroad.

A cultura reflete-se no dia-a-dia de cada um dos profissionais com impacto nos resultados obtidos. Com vista a fomentar uma cultura organizacional alinhada com a visão e missão do Grupo Santander, só possível com a colaboração e participação de todos, o Banco disponibilizou junto de cada Colaborador a possibilidade de responder ao "Questionário Global de Compromisso 2015". Uma ferramenta corporativa, lançada em todas as Unidades do Grupo Santander nas diferentes geografias, o que permite conhecer a opinião e expectativas dos Colaboradores relativamente a um conjunto de temáticas, que vão desde os Processos, Foco no Cliente, Liderança, entre outros, fundamental para apoiar na transformação cultural que o Grupo pretende fazer tornando-se num Banco mais Simples, Próximo e Justo, para os seus Colaboradores, Clientes, Acionistas e Comunidade em geral. Localmente, a iniciativa contou com uma adesão de 79%.

A Gestão de Desempenho é um dos pilares da política de recursos humanos que visa, por um lado o alinhamento dos Colaboradores com a estratégia e objetivos do Grupo e do Banco, por outro o reconhecimento da performance e contributos individuais para o sucesso dos resultados obtidos. A evidência da gestão por mérito está no recebimento de remuneração variável por parte da generalidade dos Colaboradores. Este é um instrumento que permite igualmente a obtenção de informação essencial às políticas de formação, gestão de carreiras, entre outras.

Enquadrado nos objetivos de Conciliação Familiar, o Banco manteve a sua aposta na concretização da "Semana Santander Júnior", tendo desenhado uma semana de ocupação de tempos livres, composta por iniciativas lúdico - pedagógicas para os filhos dos seus Colaboradores, incluindo temas nas áreas de: Desporto, Arte e Cultura, Saúde & Bem Estar, Ambiente e Fomento do Espírito de Equipa.

E porque as crianças são o Futuro do Mundo e sabendo a importância dos laços familiares para o bem-estar dos seus Colaboradores, o Banco realizou a 1ª edição do concurso infantil "Santander a Colorir o Natal" destinado aos filhos de cada Colaborador. Assim, cada criança entre os 4 e os 12 anos, foi desafiada para, através da sua criatividade e espírito natalício, fazer um desenho que representasse o Natal. Um evento cheio de cor e alegria, bem ao estilo dos mais pequenos.

Também na esfera da Conciliação Familiar e Benefícios Santander Consumer Portugal, foi possível manter a atribuição da Comparticipação do Passe Social aos seus Colaboradores, tendo esta iniciativa uma adesão de 60%.

Meanwhile, the Santander World corporate program became a reality for another year, now currently in its 9th edition involving the exchange of professionals of the Group between various countries for a period of three months. As in previous years, 2015 allowed more employees of the Group, including Santander Consumer Portugal, to have a chance to develop their knowledge and increase their level of experience in an international and multicultural context.

Additionally, 2015 was the release year of a new development program called "Talent in Motion". This Corporate Program is designed to develop young executive staff for the Bank who wish to undertake a two-year professional project abroad.

The culture is reflected in the day-to-day activities of each professional with a resulting impact on results achieved. In order to foster an organisational culture in line with the vision and mission of the Grupo Santander, which is only possible with the cooperation and participation of everyone, the Bank has made it possible for each Employee to respond to the "2015 Global Commitment Survey". This corporate tool, launched in all of the Grupo Santander's units in the various countries where it is present, makes it possible to identify the opinions and expectations of employees on a number of issues ranging from Processes, Client Focus, and Leadership, among others, which is essential for supporting the cultural transformation sought after by Group in order to become a Bank which is Simpler, Closer, and Fairer for its Employees, Clients, Shareholders, and the Community in general. Locally, the initiative had an adherence rate of 79%.

Performance Management is one of the pillars of the Human Resources Policy and seeks to align Employees with the strategy and objectives of the Group and of the Bank, as well as recognising their performance and individual contributions towards the success of the results obtained. The evidence of merit-based management can be seen in the variable remuneration received by the majority of employees. This instrument also makes it possible to obtain information essential to training and career management policies, among others.

In the context of its objectives in terms of Family Conciliation, the Bank maintained its commitment to implement the "Santander Junior Week", having designed a week of leisure activities and playful teaching initiatives for the children of its Employees, involving topics in areas such as: Sports, Art and Culture, Health and Well-being, the Environment, and fostering Team Spirit.

Since children are the Future of the World, and knowing the importance of family ties to the well-being of its Employees, the Bank held the 1st edition of the children's contest "Santander Colouring Christmas", intended for the children of its employees. Every child between the ages of 4 and 12 was challenged to prepare a drawing that represented Christmas, guided by their creativity and the Christmas spirit. It was an event full of warmth and happiness, quite suitable for the young children.

Also with regard to Family Conciliation and Benefits at Santander Consumer Portugal, it was possible to maintain the allocations for the Social Pass ("Passe Social") initiative, which had a participation rate of 60%.

No âmbito das suas ações de Responsabilidade Social, o Banco associou-se à causa da Associação Refood, promovendo junto dos Colaboradores BSCP uma ação de divulgação e sensibilização para a mesma. Um momento inspirador e motivacional, no qual os Colaboradores tiveram a oportunidade de serem convidados diretamente pelo Presidente da Associação a juntarem-se a esta causa. O Banco promoveu também a participação de 3 frigoríficos na perspetiva de apoiar o arranque desta Associação na Junta de Freguesia de Santo António, à qual o Banco pertence. Aliando-se à iniciativa Run With Castro, cujo objetivo se pretendia em promover o fundraising de capitais para a Associação Ajuda de Berço, o Banco participou com o apoio financeiro a esta Associação.

PATRIMÓNIO E SERVIÇOS GERAIS

A área de Património e Serviços Gerais manteve a sua atuação focada nas diferentes áreas de intervenção, em concreto:

- Gestão e manutenção das instalações, espaços físicos nas várias geografias, procurando as melhores em condições de funcionalidade e conforto;
- Segurança de pessoas e bens;
- Serviços gerais, no que se refere à condução e acompanhamento de vários serviços de suporte ao negócio e atividade do banco, como seja arquivo, correios, economato, a frota de viaturas do Banco, limpeza, assegurando a disponibilidade adequada às diferentes necessidades.

A par destas atividades próprias deste centro de serviços, destacam-se os seguintes projetos:

- Por via da incorporação do BPSA, houve a necessidade de assegurar a adaptação e continuidade os vários serviços e processos como sendo, gestão de arquivo, serviço de correio e estafetagem, estacionário, frota de viaturas, telecomunicações móveis e transporte de valores, a mudança física de bens do BPSA, bem como a reconfiguração do espaço do edifício sede do banco ao nível dos postos de trabalho para acolhimento dos novos Colaboradores.
- Projeto de printing, em colaboração com a Direção de Tecnologias e Operações, relativo à impressão, tratamento e expedição da documentação de faturação do Banco, incluindo já a relativa ao novo negócio proveniente do BPSA. O projeto visou uma melhoria substancial e contínua dos processos subjacentes e consequente impacto na qualidade de serviço junto dos Parceiros e Clientes do BSCP.

Somos Santander!

Contamos com uma Equipa de Profissionais de excelência. Juntos, construímos o futuro do Banco.

As part of its actions towards Social Responsibility, the Bank joined the cause of the Refood Association, promoting activities to raise awareness thereof among the employees of BSCP. It was an inspiring and motivational time in which employees had the opportunity to be invited directly by the President of the Association to join this cause. The Bank also promoted the sharing of 3 refrigerators in order to support the start of this Association in the Board ("Junta") of the Parish of Santo António, to which the Bank belongs. Allying with the initiative Run With Castro, whose purpose is to promote the fundraising of capital for the 'Ajuda de Berço' Association, the Bank participated by financially supporting the Association.

ASSETS AND GENERAL SERVICES

The area of Assets and General Services kept the focus of its activities on certain areas of operation, namely:

- Management and maintenance of facilities, physical spaces in various geographic locations, and seeking the best options in terms of functionality and comfort conditions;*
- Security of People and Goods;*
- This entails general services, such as the execution and monitoring of various business support operations and banking activities, including archiving, emails, office supplies, and the Bank's fleet of vehicles, cleaning, and ensuring adequate availability to meet various needs.*

Alongside these activities of the Service Centre, the following projects are worth noting:

- Through the incorporation of BPSA, it was necessary to ensure the adaptation and continuity of various services and processes such as file management, mail and stationary services, the vehicle fleet, mobile telecommunications and the transportation of securities, physical changes to BPSA goods, and the reconfiguration of the space of the bank's headquarters in terms of jobs for welcoming new employees.*
- A printing project, in collaboration with the Director of Technology and Operations, as well as the processing and shipment of billing documents from the Bank, including those related to the new business from the BPSA. The project envisioned the substantial and continuous improvement of the underlying processes and the consequent impact on the quality of service provided, together with BSCP Partners and Clients.*

We are Santander!

We rely on a team of excellent professionals. Together, we are shaping the future of the Bank.

1.15

Proposta de Aplicação de Resultados

Results Distribution Proposal

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2015 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 37 538 021, sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada positivo de Euros 18 425 329.

Considerando as disposições legais e estatuárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Legal Reserve (10% of individual Net Profit):

Euros 3,753,802;

Distribution of dividends:

Euros 16,000,000;

Earnings to be carried over on an individual basis:

Euros 17,784,219;

Earnings to be carried over on a consolidated basis:

Euros 2,425,329.

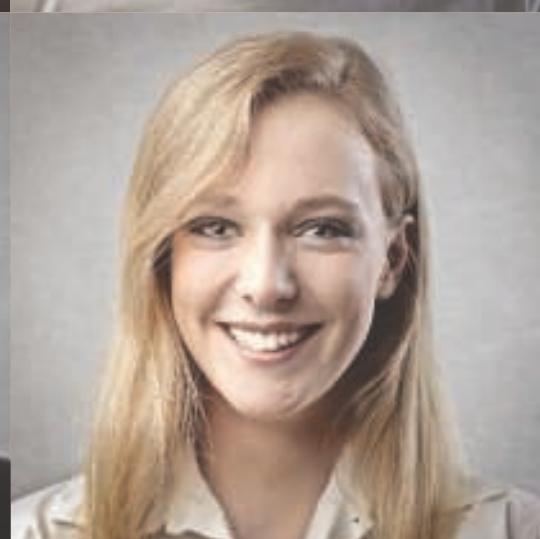
Banco Santander Consumer Portugal ended 2015 with a (individual) Net Positive Result of 37,538,021 Euros, which is calculated on a positive consolidated basis of 18,425,329 Euros.

Taking legal and statutory provisions into account, the Board of Directors proposes the following Appropriation of Profit:

2

Demonstrações
Financeiras
Consolidadas

*Consolidated
Financial
Statements*



**CONSOLIDATED BALANCE
SHEETS ON DECEMBER 31 2015 AND 2014
(AMOUNTS EXPRESSED IN EUROS)**

2015

ASSETS	Notes	Gross Assets	Amortisations, provisions and impairment	Net Assets	2014
Cash and deposits at Central Banks	5	15.071.920	-	15.071.920	43.483
Deposits in other credit institutions	6	23.832.207	-	23.832.207	35.783.082
Financial assets held for trading	7	-	-	-	849.592
Loans to clients	8	1.323.095.620	(107.607.111)	1.215.488.509	809.910.120
Non-current assets held for sale	9	652.113	(249.731)	402.382	479.815
Investments in affiliates, associates and joint ventures	10	2.187.884	-	2.187.884	-
Other tangible assets	11	12.344.317	(5.286.580)	7.057.737	7.168.995
Intangible assets	11	10.213.039	(8.649.759)	1.563.280	1.881.924
Current tax assets	12	-	-	-	3.711
Deferred tax assets	12	10.669.023	-	10.669.023	7.530.320
Other assets	13	15.944.006	(11.433.174)	4.510.832	4.971.958
		1.414.010.129	(133.226.355)	1.280.783.774	868.623.000

LIABILITIES AND EQUITY	Notes		2015	2014
Central Bank Resources	14		405.009.000	149.139.871
Resources from other credit institutions	14		632.705.490	499.303.189
Resources from clients and other loans	15		3.623.791	1.500.088
Financial liabilities held for trading	7		-	857.949
Hedging derivatives	7		249.138	632.800
Provisions	16		-	303.726
Current tax liabilities	12		14.209.673	5.566.605
Deferred tax liabilities	12		81.567	6.903.644
Other subordinated liabilities	17		-	15.056.126
Other liabilities	18		72.160.761	46.475.777
Total Liabilities			1.128.039.420	725.739.775
Capital	19		66.592.947	66.592.947
Other reserves and retained earnings	20		67.726.078	66.774.502
Comprehensive income for the year	21		18.425.329	9.515.776
Total Equity			152.744.354	142.883.225
Total Liabilities and Equity			1.280.783.774	868.623.000

The Annex is an integral part of these balance sheets.

**INCOME STATEMENTS AND OTHER CONSOLIDATED COMPREHENSIVE INCOME
FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2015 AND 2014
(AMOUNTS EXPRESSED IN EUROS)**

	Notes		2015	2014
<i>Interest and similar income</i>	23		54.939.118	54.493.268
<i>Interest and similar charges</i>	23		(12.218.889)	(16.179.383)
FINANCIAL MARGIN			42.720.229	38.313.855
<i>Income from services and commissions</i>	24		18.875.778	14.087.489
<i>Charges with services and commissions</i>	24		(5.339.514)	(5.288.636)
<i>Income from financial operations</i>	25		(43.008)	54.329
<i>Other operating income</i>	26		4.143.630	5.036.791
<i>Income from associated companies (equity method)</i>	27		99.182	-
BANKING PRODUCT			60.456.297	52.203.858
<i>Staff costs</i>	28		(9.390.758)	(7.889.937)
<i>Administrative overheads</i>	29		(14.738.560)	(11.985.386)
<i>Depreciation and amortisation</i>	11		(1.054.457)	(2.543.106)
<i>Impairment for credit</i>	16		(3.469.786)	(13.862.980)
<i>Impairment for other assets</i>	16		(3.107.889)	(1.032.088)
<i>Other provisions</i>	16		-	156.664
PROFIT BEFORE TAX			28.694.847	15.047.025
<i>Current taxes</i>	12		(20.230.299)	(5.619.974)
<i>Deferred taxes</i>	12		9.960.781	88.725
NET RESULT FOR THE YEAR			18.425.329	9.515.776
PROFIT DIRECTLY RECOGNISED IN EQUITY			-	-
COPREHENSIVE INCOME FOR THE YEAR			18.425.329	9.515.776
<i>Number of shares outstanding at the end of the year</i>			66.592.947	66.592.947
<i>Earnings per share</i>			0.28	0.14

The Annex is an integral part of these financial statements.

**STATEMENT OF CHANGES IN CONSOLIDATED EQUITY
FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2015 AND 2014
(AMOUNTS EXPRESSED IN EUROS)**

		Other reserves and retained earnings							
		Capital	Share Premium	Legal Reserve	Other Reserves	Retained Earnings	Total	Profit for the year	Total
Balances at 31 December 2013	66.592.947	12.790.664	13.631.404	21.970.594	17.755.729	66.148.391	6.261.108	139.002.446	
Appropriation of net income:									
- Transfer to reserves and retained earnings	-	-	-	-	-	626.109	626.109	(626.109)	-
- Distribution of dividends	-	-	-	-	-	-	-	(5.634.997)	(5.634.997)
Comprehensive income for the year	-	-	-	-	-	-	-	9.515.776	9.515.776
Others	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balances at 31 December 2014	66.592.947	12.790.664	13.631.404	21.970.594	18.381.840	66.774.502	9.515.776	142.883.225	
Appropriation of net income:									
- Transfer to reserves and retained earnings	-	-	-	-	-	951.576	951.576	(951.576)	-
- Distribution of dividends	-	-	-	-	-	-	-	(8.564.200)	(8.564.200)
Comprehensive income for the year	-	-	-	-	-	-	-	18.425.329	18.425.329
Others	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balances at 31 December 2015	66.592.947	12.790.664	13.631.404	21.970.594	19.333.416	67.726.078	18.425.329	152.744.354	

The Annex is an integral part of these financial statements.

**CONSOLIDATED CASH FLOW STATEMENTS
FOR THE YEAR ENDED 31 DECEMBER 2015 AND 2014
(AMOUNTS EXPRESSED IN EUROS)**

	2015	2014
<i>Operating flows before variations in assets and liabilities</i>		
Interest, commissions and other similar income received	74.052.127	67.172.120
Interest, commissions and other similar charges payed	(17.558.403)	(21.344.806)
Recoveries on loans previously written off	7.289.721	7.970.167
Payments to suppliers and employees	(24.129.317)	(19.086.800)
Other income	4.100.622	(2.933.377)
	43.754.750	31.777.304
<i>(Increases) decreases in operating assets:</i>		
Loans to customers	645.781.115	19.881.160
Aquisição Ativos Banque PSA - Branch office in Portugal	(253.226.944)	-
Other assets and liabilities	(26.683.617)	(2.979.629)
Aquisition of a stake in Santander Consumer Services	2.088.702	-
<i>Increase (decrease) in operating liabilities:</i>		
Resources from Central Banks and other credit institutions	(384.573.775)	(84.614.978)
Resources from customers and other loans	(2.123.703)	(1.237.358)
	(18.738.222)	(68.950.805)
<i>Taxes on profits</i>	(10.667.732)	2.719.329
CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES	14.348.796	(34.454.172)
<i>Payments relating to fixed assets</i>	(2.707.034)	(1.217.340)
CASH FLOWS FROM INVESTMENT ACTIVITIES	(2.707.034)	(1.217.340)
<i>Dividends paid</i>	(8.564.200)	(5.634.997)
<i>Share capital increase</i>		
<i>Costs incurred in connection with share capital increase</i>		
<i>Share premium</i>		
<i>Issue of subordinated liabilities, net of repayments</i>		
CASH FLOWS FROM FINANCING ACTIVITIES	(8.564.200)	(5.634.997)
<i>Net increase (decrease) in cash and cash equivalents</i>	3.077.562	(41.306.509)
<i>Cash and cash equivalents at the start of the period</i>	35.826.565	77.133.074
<i>Cash and cash equivalents at the end of the period</i>	38.904.127	35.826.565

The Annex is an integral part of these financial statements.

3

Anexos às
Demonstrações
Financeiras
Consolidadas

Anex
*Consolidated
Financial
Statements*



1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por "BSCP" ou "Banco"), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua atividade em 31 de dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas atividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a atividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobilíaria, Aluguer de Longa Duração (ALD) e "Factoring".

No exercício de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Silk Finance No.3 e uma entidade de propósito especial denominada Silk Finance No.3 Limited. Estas entidades foram consolidadas pelo Banco pelo método integral, uma vez que o Banco detinha a totalidade dos riscos e benefícios das suas atividades pelo facto de deter a totalidade dos títulos emitidos pelo Silk Finance No.3 Limited. O Fundo de Titularização de Créditos Silk Finance No. 3 foi liquidado com referência a 15 de julho de 2015 nos termos do Regime Jurídico da Titularização de Créditos (Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro) e do artigo 17º do Regulamento de Gestão do Fundo.

Em 16 de novembro de 2015, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos – Silk Finance no. 4. Esta operação é consolidada pelo Banco pelo método integral, uma vez que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios das suas atividades. As referidas operações de crédito foram alienadas ao seu valor nominal à sociedade de titularização de créditos TAGUS, S.A. STC.

AQUISIÇÃO DA ATIVIDADE DA SUCURSAL DO BANQUE PSA EM PORTUGAL

Em 1 de agosto de 2015, o Banco adquiriu, no âmbito do acordo de parceria pan-europeu estabelecido entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA Peugeot-Citroën em 10 de julho de 2014, os ativos da sucursal do Banco BPF, S.A. em Portugal. Este acordo de parceria tem um prazo inicial de 10 anos, podendo ser renovado por acordo entre os contraentes. A transmissão dos ativos entre o Banco e a sucursal do BPF foi formalizado através de um contrato de "transmissão de estabelecimento". O valor preliminar da transmissão do estabelecimento foi de 262.180.647 euros com a seguinte composição por natureza de ativos:

Cash and Banks	523.412
Loans to customers	175.772.852
Sales on credit	99.980.720
Financial leasing	15.820.100
Factoring	291.573.672
Deferred charges with commissions associated with amortised cost. net of deferred income	6.157.014
Impairment for credit (Note 16)	(36.185.333)
	261.545.353
Sundry debtors	2.036.323
Sundry creditors	(647.694)
Suppliers	(2.792.290)
Other sundry	1.515.543
	262.180.647

(Montantes expressos em euros)

1. GENERAL INFORMATION

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (hereinafter referred to as "BSCP" or "Bank"), formerly known as Interbanco, S.A., is a public limited company with its headquarters in Lisbon, having started its activity on 31 December 1996.

The Bank carries out its activities in accordance with the legislation applicable to credit institutions. At 31 December 2015 and 2014, the activity of BSCP is segmented, mainly, in the areas of Consumer Finance, Equipment Finance Lease, Long-term rental (ALD) and "Factoring".

In 2009, the Bank conducted a credit securitisation operation under which Silk Finance No.3 Credit Securitisation Fund and a special purpose entity called Silk Finance No.3 Limited were set up. These entities were fully consolidated by the Bank, as the bank holds the full risks and benefits of its activities by holding all the securities issued by Silk Finance No.3 Limited. The Silk Finance No.3 Credit Securitisation Fund was paid up with reference to 15 July 2015 under the terms of the Regime of Credit Securitisation (Decree-law no. 453/99 of 5 November) and of Article 17 of the Fund's Management Regulation.

On 16 November 2015, the Bank conducted the credit securitisation operation – Silk Finance no. 4. This operation is fully consolidated by the Bank, as the Bank holds the full risks and benefits of its activities. These credit operations were sold at their nominal value to the credit securitisation company TAGUS, S.A. STC.

ACQUISITION OF THE BANQUE PSA BRANCHES ACTIVITY IN PORTUGAL.

On 1 August 2015, the bank acquired the Banco BPF, S.A. branches assets in Portugal under the Pan-European partnership agreement established between the Banco Grupo Santander and the PSA Peugeot-Citroen Group on 10 July 2014. This partnership agreement has an initial term of 10 years and may be renewed by agreement between the parties. The transmission of assets between the Bank and the BPF branch was formalised by means of a "transfer of undertakings" contract. The preliminary value of the transfer of undertakings was 262.180.647 euros and the nature of the assets was broken down as follows:

Ainda no âmbito do acordo de parceria entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA, o Banco adquiriu 20% da empresa Santander Consumer Services, S.A. (anteriormente designada "PSA Gestão S.A.") (Nota 10), que desenvolve a sua atividade no Aluguer Operacional de Viaturas ("Renting") e na consignação e venda de viaturas. Os restantes 80% foram adquiridos pelo Santander Consumer Finance, S.A..

De acordo com o definido no acordo de cooperação entre o Grupo Santander e o Grupo PSA, o valor preliminar da transmissão será objeto de uma revisão "due diligence" final para determinação do valor definitivo da operação. Estima-se que valor seja definido no decorrer do 1º trimestre do ano de 2016. É convicção do Conselho de Administração que o valor final dos ativos e passivos transmitidos, sujeito às conclusões finais do processo de "due diligence" atualmente em curso, não será diferente do valor preliminar que foi determinado.

A parceria em Portugal está assente e num acordo de "Marca Branca – White Label Agreement", onde o Banco assegura o financiamento da atividade de distribuição das viaturas das marcas Peugeot, Citroen e DS, bem como o apoio de financiamento de stock aos concessionários de peças e automóveis abrangidos pelo protocolo de cooperação. Este acordo prevê a distribuição igualitária dos riscos e benefícios associados à atividade de financiamento a concessionários e a cliente final, relativos às marcas do Grupo PSA, em Portugal.

No decurso do acordo de parceria foram ainda incorporados no quadro de pessoal do Banco 30 quadros da sucursal do Banco BPF.

O Banco pagou, em 3 de agosto de 2015, 253.226.944 euros relativo ao valor preliminar do ativo da sucursal do Banco BPF em Portugal. O diferencial entre o valor do ativo e o montante pago pelo valor preliminar encontra-se registado na rubrica "Outros Passivos – Operações Passivas a Regularizar" (Notas 3 e 18) e será objeto de revisão e ajuste no momento de determinação do valor definitivo dos ativos transmitidos.

Ainda, com base na informação disponível, o Conselho de Administração entende que o valor contabilístico dos ativos e passivos adquiridos não difere do respetivo justo valor na data de aquisição.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2016.

Still under the partnership agreement between the Banco Grupo Santander and the PSA Group, the bank acquired 20% of Santander Consumer Services, S.A. (formerly known as "PSA Gestão S.A.") (Note 10), that operates in the Renting sector and selling vehicles and consignment industry. The remaining 80% were acquired by Santander Consumer Finance, S.A.

In accordance with the terms defined in the cooperation agreement between Grupo Santander and the PSA group, the preliminary value of the transfer will be subject to a final due diligence review to determine the final amount of the operation. It is estimated that the value will be defined during the first quarter of 2016. The Board of Directors firmly believes that the final value of the assets and liabilities transferred, subject to the final conclusions of the ongoing due diligence process will not be different from the preliminary value that was determined.

The partnership in Portugal is based on a White Label Agreement, where the Bank ensures the financing for the vehicle distribution activity of Peugeot, Citroen and DS, and financial support for car dealers and car part dealers under the cooperation protocol. This agreement foresees the equal distribution of benefits and risks associated with the financing activity to dealers and to final customers, relating to the trademarks of the PSA Group, in Portugal.

In the course of the partnership agreement 30 employees from the bank were incorporated in the workforce of the Banco BPF branch.

The Bank paid 253.226.944 euros on 3 August 2015 with respect to the preliminary value of assets of Banco GMP branch in Portugal. The difference between the asset value and the amount paid by the preliminary value is recorded under "Other Liabilities - Liability Operations Pending Payment" (Notes 3 and 18) and shall be subject to a review and adjustment at the time of calculating the final amount of assets transferred.

Still, on the basis of the information available, the Board of Directors considers that the book value of the assets and liabilities acquired does not differ from the respective fair value at the date of acquisition.

The consolidated financial statements were approved by the Board of Directors on 29 February 2016.

2. ASES DE APRESENTAÇÃO E PRIN CIPALAS POLÍTIAS CONTABÉIS

2.1. ASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. ADOÇÃO DE NORMAS NOVAS OU REVISTAS EMITIDAS PELO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD IASB E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE IFRIC, CONFORME ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

ADOÇÃO DE NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS, EMENDADAS OU REVISTAS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

-IFRIC 21 - Pagamentos ao Estado - Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

-Emenda à IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013) - Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

-Emenda à IFRS 13 - Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013) - Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.

-Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011-2013) - Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da adoção das normas e interpretações acima referidas.

2. BASIS OF PRESENTATION AND MAIN ACCOUNTING POLICIES

2.1. BASIS OF PRESENTATION

The consolidated financial statements were prepared based on the accounting records of the Bank and of its subsidiaries and maintained in accordance with the International Financial Reporting Standards, as adopted by the European Union (IAS/IFRS), following Regulation (EC) No. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council of 19 July, transposed to the national legislation through Decree-Law no. 35/2005, of 17 February.

The Bank's financial statements for the year ended 31 December 2015 are awaiting approval by the General Shareholders' meeting. However, the Board of Directors expects that they will be approved without significant changes.

2.2 ADOPTION OF STANDARDS NEW OR REVISED ISSUED BY THE INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD IASB AND INTERPRETATIONS ISSUED BY THE INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE IFRIC AS ENDORSED BY THE EUROPEAN UNION

ADOPTION OF NEW STANDARDS AND INTERPRETATIONS AMENDED AND REVISED

The following standards, Interpretations, amendments and revisions endorsed by the European Union will be compulsory for the first time in the year ended 31 December 2015:

IFRIC 21 - Payments to the State - Sets out the conditions for the timing of the recognition of a liability related to the payment of a contribution to the State by an entity as a result of certain events (for example, participation in a given market), without involving goods or services supplied in exchange.

Amendment to IFRS 3 - Business combination (included in the improvement to the international financial reporting standards - 2011-2013 cycle) - Clarifies that IFRS 3 excludes the formation of a joint agreement in the financial statements from the agreement itself within its scope.

Amendment to IFRS 13 - Measurement of fair value (included in the improvement to the international financial reporting standards - 2011-2013 cycle) - Clarifies that the exception to the application of the standard to financial assets and liabilities with matched positions extends to all contracts within the scope of IAS 39, regardless of complying with the definition of financial assets and liabilities of IAS 32.

Amendment to IAS 40 - Investment properties (included in the improvement to the international financial reporting standards - 2011-2013 cycle) - Clarifies that judgement is required to determine if the acquisition of an investment property is an asset acquisition or a business combination under IFRS 3.

The adoption of the standards and interpretations referred to above will not have a significant impact on the consolidated financial statements of the Bank for the year ended 31 December 2015.

**NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES UE
IRÃO ENTRAR EM VIGOR EM EROS FUTUROS**

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

**STANDARDS. INTERPRETATIONS. AMENDMENTS AND REVISI
ONS THAT SHALL ENTER INTO FORCE IN FUTURE FINANCIAL
YEARS**

The following standards, interpretations, amendments and revisions with mandatory applicability in future economic years, were until the approval date of these financial statements, endorsed by the European Union:

NORMAS INTERPRETAÇÃO	APLIC E ER IOS INI IADOS EM OU AP S	VEL NA U.E.NOS INTE RPRE TAT ION	STANDARD / INTERPRETATION	APP I A E INT E ER ROPEAN N ION INT E INAN IA E EAR S E INNIN IN OR A TER
Emenda à IAS 19 Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	1-Fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.	Amendment to IAS 19 - Employee Benefits - Contributions of employees	1-Feb-15 <i>Clarifies under which circumstances the employee contributions for post-employment benefit plans are a cost reduction with short-term benefits.</i>
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 2 - Pagamentos com base em ações: definição de vesting condition; IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.	Improvements to the International Financial Reporting Standards (2010-2012 cycle)	1-Feb-15 <i>These improvements involve the clarification of some aspects related to: IFRS 2 - Share-based payments: definition of vesting condition; IFRS 3 - Business combination: accounting for contingent payments; IFRS 8 - Operating segments: disclosures relating to the judgement applied in relation to the aggregation of segments and clarification on the need for reconciliation of total assets by segment with the value of assets in the financial statements; IAS 16 - Tangible fixed assets and IAS 38 - Intangible assets: need for a proportional reassessment of accumulated amortisation in the case of revaluation of fixed assets; and IAS 24 - Related party disclosures: defines that an entity that provides management services to the Company or its parent company is considered a related party of the entity; and IFRS 13 - Fair value: clarifications concerning the measurement of short-term receivables or payables.</i>

NORMAS INTERPRETAÇÃO	APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO INICIAIS EM OUTUBRO	VEL NA U.E.NOS	STANDARD / INTERPRETATION	APPLICAÇÃO E ROPEAN NATIONALE EARNS E INNIN IN ORA TER	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan-16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.	<i>Improvements to the International Financial Reporting Standards (2012-2014 cycle)</i>	1-Jan-16	<i>These improvements involve the clarification of some aspects related to: IFRS 5 - Non-current assets held for sale and discontinued operations: introduces guidance as to how to proceed in case of amendments regarding the expected realisation method (sale or distribution to shareholders); IFRS 7 Financial instruments: disclosure: clarifies the impacts of contracts for monitoring assets within the disclosures associated with continued involvement of derecognised assets, and exempts interim financial statements from disclosures required for the compensation of financial assets and liabilities; IAS 19 - Employee benefits: defines that the rate to be used for employee benefits discounting purposes should be determined by reference to high-quality corporate bonds which have been issued in the currency in which the benefits shall be settled; and IAS 34 - Interim financial reporting: clarification on the procedures to adopt when the information is available in other documents issued in conjunction with the interim financial statements.</i>
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.	<i>Amendment to IFRS 11 - Joint agreements - Accounting for acquisitions of interests in joint agreements</i>	1-Jan-16	<i>This amendment is related to the acquisition of interests in joint operations. Establishes the mandatory application of IFRS 3 when the joint operation acquired constitutes a business activity in accordance with IFRS 3. When the joint operation in question does not constitute a business activity, the transaction should be recorded as an asset acquisition. This amendment has a prospective application for the new acquisitions of interests.</i>

NORMAS INTERPRETAÇÃO	APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO	VEL NA U.E.NOS INÍCIOS DADOS EM OUTUBRO	STANDARD / INTERPRETATION	APPENDIX E ROPEAN NATION INANCIAL EARNINGS AND INVESTMENT
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Initiative”	1-Jan-16	<p>Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações. designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas. conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível. devendo estas respeitar a seguinte ordem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção. 	Amendment to standard IAS 1 - Presentation of Financial Statements - "Disclosure Initiative"	<p>1-Jan-16</p> <p>This amendment clarifies certain aspects related to the disclosure initiative, namely: (i) the entity should not hinder the intelligibility of the financial statements through the aggregation of material items with immaterial items or through the aggregation of material items from different sources; (ii) the disclosures specifically requested by IFRS are only required if the information is material; (iii) the line items in the financial statements specified by IAS 1 can be aggregated or disaggregated. whichever is more relevant to the objectives of the financial reporting; (iv) the part of the other comprehensive income resulting from the application of the equity method in associates and joint agreements must be presented separately from the other elements of the other comprehensive income also segregating the items that might be reclassified to the income statement if not reclassified; (v) the structure of the notes must be flexible and should follow the following order:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a statement of compliance with the IFRS in the first section of the notes; • a description of the relevant accounting policies in the second section; • supporting information for items of the financial statements in the third section; and • other information in the fourth section.
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan-16	<p>Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rendimento não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rendimento como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.</p>	Amendment to IAS 16 - Tangible fixed assets and IAS 38 - Intangible Assets - Acceptable depreciation methods	<p>1-Jan-16</p> <p>This amendment establishes the presumption (which may be refuted) that revenue is not an appropriate basis to amortize an intangible asset and prohibits the use of revenue as the basis for depreciation of tangible fixed assets. The presumption established for depreciation of intangible assets can only be refuted when intangible assets are expressed in terms of the income generated or when the use of economic benefits is highly correlated with the revenue generated.</p>

NORMAS INTERPRETAÇÃO	APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO INTEGRADA EM APÉNDICES	VEL NA U.E.NOS	STANDARD / INTERPRETATION	APPENDIX E ROPEAN NION INT E INANIA EARS E INNIN IN ORA TER
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	1-Jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.	Amendment to IAS 16 - Tangible fixed assets and IAS 41 - Agriculture - Production plants	1-Jan-16 <i>This amendment excludes plants that produce fruit or other components designed to harvest and/or removal from the scope of IAS 41, being covered by IAS 16.</i>
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.	Amendment to IAS 27 - Application of the equity method in the separate financial statements	1-Jan-16 <i>This amendment introduces the possibility of measuring the interests in subsidiaries, joint agreements and associated in separate financial statements by the equity method, in addition to the current measurement methods. This amendment is applied retrospectively.</i>

Não são esperados efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da adoção das normas e interpretações acima referidas.

The adoption of the standards and interpretations referred to above are not expected to have a significant impact on the consolidated financial statements of the Bank for the year ended 31 December 2015.

NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

STANDARDS, INTERPRETATIONS, AMENDMENTS AND REVISIONS NOT YET ADOPTED BY THE EUROPEAN UNION

The following standards, interpretations, amendments and revisions with mandatory applicability in future economic years, were not until the approval date of these financial statements, endorsed by the European Union:

NORMAS INTERPRETAÇÃO	STANDARD / INTERPRETATION		
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	<p>Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;</p>	IFRS 9 - Financial instruments (2009) and subsequent amendments	<p><i>This standard is part of the draft revision of IAS 39 and establishes the new requirements for the classification and measurement of financial assets and liabilities to the impairment calculation methodology for the application of hedge accounting rules. This standard is mandatory for the financial years beginning on or after 1 January 2018;</i></p>
IFRS 14 – Ativos regulados	<p>Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados;</p>	IFRS 14 - Regulated Assets	<p><i>This Standard establishes the reporting requirements by institutions that adopt the IFRS applicable to the regulated assets for the first time;</i></p>
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	<p>Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;</p>	IFRS 15 – Revenue from contracts with customers	<p><i>This standard introduces a revenue recognition structure based on principles and on a model to be applied to all contracts concluded with customers, replacing the IAS 18 standards - Revenue, IAS 11 - Construction contracts; IFRIC 13 - Customer loyalty programs, IFRIC 15 - Agreements for the construction of buildings, IFRIC 18 - Transfers of assets from customers and SIC 31 - Revenue - Barter transactions involving advertising services. This standard is mandatory for the financial years beginning on or after 1 January 2018;</i></p>
IFRS 16 – Locações	<p>Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.</p>	IFRIC 16 - Leases	<p><i>This standard introduces the recognition and measurement principles of leases, replacing the IAS 17 - Leases. The standard defines a single leasing contract accounting model that results in the recognition of assets and liabilities for all leasing contracts by the lessee, except for leases with less than 12 months or leases that relate to low-value assets. Lessors will continue to classify the leases as operational or financial, given that IFRS 16 will not entail any substantial changes to such entities vis-à-vis the defined in IAS 17.</i></p>
Emenda à IFRS 10- Demonstrações financeiras consolidadas. IFRS 12- Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas	<p>Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspectos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.</p>	Amendment to IFRS 10 - Consolidated financial statements. IFRS 12 - Disclosures related to shareholdings in other entities and IAS 28 - Investments in associates and jointly controlled entities	<p><i>These amendments include the clarification of various aspects related to the application of the exception of consolidation by investment entities.</i></p>

NORMAS INTERPRETAÇÃO	R E S INTERPRETATION
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.	Amendments to IFRS 10 - Consolidated financial statements, and IAS 28 - Investments in associates and joint ventures
As políticas contabilísticas mais significativa, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, foram as seguintes:	These amendments eliminate an existing conflict between the standards, related to the sale or with the contribution of assets between the investor and the associate or between the investor and the joint venture.
2.3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTIAS CONTABILITÁRIAS	2.3. SUMMARY OF SIGNIFICANT ACCOUNTING POLICIES
As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa directa ou indirectamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua atividade.	These standards have not yet been endorsed by the European Union and, as such, were not applied by the Bank in the year ended 31 December 2015.
a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais	a) Consolidation of subsidiary companies and other entities with special purposes
As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa directa ou indirectamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua atividade.	The consolidated financial statements include the Bank, subsidiary companies in which it directly or indirectly holds part of the equity and other special purpose entities for which the Bank retains most of the benefits and risks related to its activity.
São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerce um controlo efetivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objetivo de obter benefícios da sua atividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efetiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.	Subsidiaries are entities in which the Bank has significant influence over the management of its financial and operating policies with the objective of obtaining benefits from its activity. Control is presumed whenever the bank owns a majority stake of the share capital or voting rights.
As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transações ocorridos no exercício entre as empresas objeto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a refletir a aplicação das políticas contabilísticas adotadas pelo Banco.	The financial statements of subsidiaries and of entities with special purposes are included in the consolidation using the full consolidation method. According to this method, the balances and transactions which took place during the year between consolidated companies. Where applicable, the financial statements of the consolidated entities are adjusted in order to reflect the application of the accounting policies adopted by the Bank.
O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efetiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transações realizadas entre as referidas entidades.	The consolidated net result results from the aggregation of the individual results of the Bank and of other entities included in the consolidation perimeter, in proportion to the effective percentage held, plus the additional effects of adjustments that are required, in particular those arising from transactions between these entities.
Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades consolidadas incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é refletido na rubrica “Interesses Minoritários”.	Additionally, the value corresponding to the interest held by third parties in equity of consolidated entities included in the consolidation perimeter, where applicable, is reflected in the heading "Minority Interests".
De acordo com a Norma IFRS 10, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.	In accordance with IFRS 10 Standard, the Bank includes the special purpose entities (SPE) created in connection with securitisation transactions in its consolidated financial statements, given that it holds all of the risks and benefits associated to the respective activity.

b) Investimentos em associadas

São consideradas empresas associadas aquelas em que o Banco exerce, direta ou indiretamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira mas não detém o controlo da empresa.

As empresas associadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Segundo este método, o valor do investimento inicialmente reconhecido pelo custo é ajustado pela alteração, posteriormente à aquisição, do valor dos ativos líquidos da empresa associada na proporção detida pelo Banco.

c) Concentração de atividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efetuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transação, dos ativos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos diretamente suportados na transação, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva (“goodwill”), é registada como um ativo intangível. O “goodwill” não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respetivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” gerado em operações de concentração de atividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospetivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 e, consequentemente, o “goodwill” gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de atividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos ativos e passivos com referência à data de incorporação.

d) Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber registados na rubrica de “Outros Ativos”. No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos diretamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes ativos são registados pelo seu custo amortizado.

i) Crédito Concedido

Locações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efetuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efetuadas pelos clientes).

b) Investments in associates

Associate companies are those in which the Bank has significant influence, either directly or indirectly, over its management and financial policy but does not exercise control over the company.

Associated companies are accounted for by the equity method of accounting. According to this method, the value of the investment initially recognised by the cost is adjusted by the change, after the acquisition of the value of the net assets of the associated company in the proportion held by the Bank.

c) Business combination

The registration of the acquisition of subsidiaries is carried out in accordance with the purchase method, according to which the acquisition cost must match the fair value, at the date of the transaction of the assets and liabilities assumed or incurred, plus the costs directly incurred in the transaction, in accordance with the requirements set out in IFRS 3 – "Business Combination". The difference between the acquisition cost and the proportion acquired in the fair value of the identifiable assets, liabilities and contingent liabilities, when goodwill is registered as an intangible asset. Goodwill is not amortised and is subject to periodic impairment analysis. Impairment losses recognised cannot be reversed.

Whenever the fair value of the stake acquired exceeds the respective acquisition cost, the difference of the value obtained is recognised as income in the statement of income.

Until 1 January 2004, in accordance with the accounting policies defined by the Bank of Portugal, the goodwill generated in business combination was fully recognised against equity at the time of acquisition of subsidiaries. As permitted by IFRS 1, the Bank has not retrospectively applied the IFRS 3 requirements in operations that occurred up to 1 January 2004 and, consequently, the goodwill generated in these operations remained recorded under reserves.

Business combination involving entities under common control is registered by the pooling of interests method, the book value of the assets and liabilities with reference to the date of incorporation is maintained.

d) Financial instruments - Credit and other receivables

These are financial assets with fixed or determinable payments, not quoted in an active market. This category includes loans granted to customers, applications in credit institutions and other receivables recorded under the heading "Other Assets". On initial recognition, these assets are recorded at their fair value, plus other costs and income directly attributable to the origin of the operation. Subsequently, these assets are recorded at their amortised cost.

i) Loans Granted

Leases

Loans granted to customers by means of leasing operations are recorded as accounts receivable by the net value of the investment made by the Bank at the date of acquisition of the leased good (cost of acquisition, minus discounts obtained or advances to rents made by customers).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de "factoring"

As faturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no ativo, na rubrica "Crédito a clientes – Factoring", a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de "Outros passivos – credores por contratos de factoring" (Nota 18), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respetiva data de vencimento da fatura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis ou quando a exposição se encontra totalmente provisionada pelos critérios de provisionamento do Banco de Portugal. As recuperações posteriores de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à origem do crédito, são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de faturas em operações de "factoring" sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

iv) Reports

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

The amortisation of loans granted is calculated using the criterion of financial depreciation. According to this method, amortisation is calculated taking into account the implicit interest rate, resulting from the principal paid, the agreed instalment plan and the residual value of the contracts.

Factoring operations

The invoices or other documents transferred by the members for collection are recorded in Assets, under the heading "Loans to customers - Factoring", registered under the heading "Other liabilities - Creditors by factoring contracts" (Note 18), by the amount that will be paid to the member after the due date of the invoice is reached. The contractual advances on the value of the loans taken out in factoring operations without recourse are recorded as a debit under the heading of liabilities.

Lending for consumption

Loans granted to customers to finance credit purchases and in current account regime is registered by its nominal value.

ii) Credit and interest overdue

This heading includes the capital, interest, Value Added Tax (VAT) and other accrued values which are not collected, deducted from the interest annulled. These amounts are recorded by receivable ageing categories, counted from the start of the default date.

The rents and other accrued values which are not collected, relating to the same contract, are recorded in the risk class where the amounts to be recovered can be found.

This heading also includes the loans relating to leasing operations in which the contracts have been terminated but whose goods have not yet been recovered. In these situations, the value registered under overdue loans and interest includes unpaid principal at the date of termination.

The Bank shall write-off loans when operations are considered bad credit or when the loan is fully provided by the provisioning criteria of the Bank of Portugal. The subsequent recovery of write-off loans are reflected in the profit and loss statement under the heading "Other Operating Income".

iii) Recognition of costs and income

The interest on credit operations, as well as the commissions paid and received associated to the origin of the credit, are recognised based on the effective rate method, during the lifetime of the transaction.

The commissions associated with invoices received under factoring transactions without recourse are fully recognised when received. The impact of the deferral of these commissions would not be significant to the consolidated financial statements of the Bank.

iv) Reports

Securities sold with a repurchase agreement are maintained in the portfolio where they were originally registered. The funds received are registered on the settlement date in liabilities own account and the interest is spread over time.

e) Impariedade de ativos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Banco efetua com uma periodicidade trimestral análises de impariedade das rubricas de "Crédito concedido e outros valores a receber". Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

Tipo de negócio;

- Operações de "factoring";
- Aluguer de longa duração (ALD);
- Crédito ao consumo;
- Operações de leasing mobiliário;
- Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks);
- Créditos com garantia imobiliária;
- Crédito pessoal;
- Cartões de crédito;
- Crédito Intersolução (financiamento automóvel sob a forma de conta corrente, com obrigatoriedade de um pagamento mínimo mensal por parte do devedor);
- Crédito automóvel migrado da sucursal do Banque PSA em Portugal; e
- Outros créditos migrados da sucursal do Banque PSA em Portugal (inclui Aluguer de longa duração (ALD) e operações de leasing mobiliário)

Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente.

Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário):

- Aquisição de automóvel em estado novo;
- Aquisição de automóvel em estado usado; e
- Aquisição de outros bens e serviços.

Tipo de processo de renegociação, para créditos que tenham sido reestruturados:

- Reconduções (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso inferior a 90 dias);
- Refinanciamentos (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso entre 90 e 180 dias); e
- Acordos de pagamento (operações resultantes da renegociação de contratos que apresentavam atraso superior a 180 dias).

A metodologia de análise de impariedade adotada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de impariedade. Esta identificação é efetuada individualmente para ativos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e coletivamente para grupos homogéneos de ativos de montante individual não significativo. Dadas as características da atual carteira de crédito do Banco, apenas são efetuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring. Crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria e Créditos com garantia hipotecária, sendo a restante carteira analisada numa base coletiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de impariedade em ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

e) Impairment of financial assets at amortised cost - loans granted and other receivables

The Bank performs an impairment analysis of heading "Loans granted and other receivables" on a quarterly basis. For this purpose, the loan portfolio is broken down as follows:

Type of business;

- Factoring operations;
- Long-term rental (ALD);
- Consumer Finance;
- Leasing of movable property;
- Loans to companies (liquidity support and financing the acquisition of shares);
- Loans with real estate guarantee;
- Personal credit;
- Credit cards;
- Crédito Intersolução (automotive financing in the form of a current account, with the obligation to pay a minimum monthly payment by the debtor);
- Automobile loans migrated from Banque PSA branches in Portugal; and
- Other loans migrated from Banque PSA branches in Portugal (include long-term rental (ALD) and leasing of movable property)

Risk level attributed to customers on the basis of criteria defined internally.

Nature of financed goods (in relation to the ALD business. Consumer Finance and leasing of movable property):

- Acquisition of a new vehicle;
- Acquisition of a used vehicle;
- Acquisition of other goods and services.

Type of renegotiation process for credits which have been restructured:

- Renewals (operations that resulted from the renegotiation of contracts which were delayed by less than 90 days);
- Refinancing (operations that resulted from the renegotiation of contracts which were delayed by 90 to 180 days); and
- Payment agreements (operations that resulted from the renegotiation of contracts which were delayed by more than 180 days);

The impairment assessment methodology adopted by the Bank provides, in a first stage, the identification of credits with signs of impairment. This identification is performed individually for financial assets for which the added value is considered individually significant, and collectively for assets homogeneous groups where their individual amount is not significant. Given the characteristics of the current credit portfolio of the Bank, individual reviews are only performed to Debtors by factoring transactions, loans granted to companies for supporting cash-flow and loans secured by a mortgage, the rest of the portfolio is reviewed on a collective basis.

IAS 39 identifies some events that are considered as indicators of signs of impairment in financial assets recorded at amortised cost, in particular non-compliance with the contract conditions (highlighting, for example, the late payment of rent), the restructuring of credit or financial difficulties of the debtor. These indicators are considered by the Bank within the framework of this review, as well as others that result from the knowledge of customers and the historical behaviour of the portfolio relating to the default and recovery levels.

No que respeita a ativos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respetivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Adicionalmente, o Banco calcula perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento e das probabilidades de incumprimento associadas ao rating interno do cliente e, quando este não estiver disponível, ao rating interno do aderente, e regista este montante como perda por imparidade na parte em que exceda o total de perdas de imparidade que resulta da análise descrita no parágrafo anterior.

Para ativos analisados coletivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efetiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percecionado pelo Banco, o qual foi estimado em três meses.
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento ("default"). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição atual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

Os créditos que sejam objeto de processo de renegociação são registados nas aplicações operacionais como novos créditos, pelo que o Banco introduziu um conjunto de pressupostos relacionados com a classificação destes créditos:

- "Reconduções" – são classificados no modelo como créditos em situação normal;
- "Refinanciamentos" – inicialmente são classificados no modelo como créditos "em default", havendo a possibilidade de transitarem para o segmento "regular" caso não apresentem prestações em atraso durante um período determinado em função do respetivo prazo residual do empréstimo:
 -3 meses se o prazo residual for inferior a 24 meses;
 -9 meses se o prazo residual for superior ou igual a 24 meses mas inferior a 60 meses; e
 -12 meses se o prazo residual for igual ou superior a 60 meses.
- "Acordos de pagamento" – ficam sempre classificados no modelo como "em default", mesmo que não voltem a apresentar qualquer prestação em atraso.

As regards to the assets individually analysed for which signs of impairment are identified, the Bank estimates the respective value of recovery. Impairment corresponds to the differential between the balance sheet value of these loans and the estimated realization value, whenever this is lower than the former.

Additionally, the Bank calculates impairment losses according to the expected loss in the event of default and probability of default associated with the internal rating of the customer and, when this is not available, the internal rating of the member, and registers this amount as impairment loss when it exceeds the total impairment loss that emerges from the analysis described in the previous paragraph.

When analysing assets collectively, the expected future cash flows are estimated based on the historical information of the behaviour of Assets with similar characteristics and shall be discounted at the effective interest rate of operations. In the scope of the model developed by the Bank, criteria have been identified for the classification of operations for the segments defined above, as well as conditions representative of differentiated risk levels to be considered for determining impairment as described below:

- *Definition of the period necessary for the loss event, in operations that are in good standing on the date of the analysis, perceived by the Bank, estimated at three months.*
- *Classification of transactions for the delay period identified, in particular, operations without signs of impairment (in normal situation), operations with impairment signs (with overdue instalments) and default operations. Operations are considered in default whenever the delay period is more than 90 days.*
- *Determination of the likelihood of default, which are a function of the current position of the portfolio, but also of its past behaviour.*
- *Determination of the estimated recovery values after entry into default, which include the costs to be incurred in the recovery process.*

Loans that are object of the renegotiation process are recorded in operational applications as new credits, by which the Bank introduced a set of assumptions related to the classification of these credits:

- *"Renewals" - are classified in the model as loans in good standing;*
- *"Refinancing" - are initially classified in the model as loans "in default", with the possibility of transferring to "good standing" if they do not have any late payments over a given period of time according to the remaining term of the loan:
 -3 months if the residual maturity is less than 24 months;
 -9 months if the residual maturity is more or equal to 24 months but less than 60 months; and
 -12 months if the residual maturity is equal or more than 60 months.*
- *"Payment agreements" - are always classified as "default" in the model, even if there are no late payments. I*

Face à inexistência de informação histórica para os segmentos onde se encontram os créditos adquiridos à PSA na sequência da operação descrita na Nota 1, para efeitos de cálculo dos fatores de risco destes segmentos, o Banco teve de considerar um conjunto de pressupostos e simplificações adicionais para estimar as respetivas perdas por imparidade de acordo com o IAS 39, as quais tiveram por base essencialmente algumas análises comparativas das características de risco destes segmentos face aos segmentos comparáveis de créditos originados no Banco.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do ativo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica "Imparidade de crédito", líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao ativo, ocorridas no período.

f) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo). Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo) são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados que não são transacionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

g) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de Bancos Centrais, de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Banco, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica "Outros passivos".

h) Contabilidade de cobertura – derivados de cobertura e instrumentos cobertos

O Banco designa como instrumentos de cobertura os derivados contratados para cobertura do risco de taxa de juro de conjuntos de operações, nomeadamente de carteiras de crédito – macrocoberturas.

O Banco dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transação inicial, a carteira de operações que está a ser coberta, a estratégia de cobertura e tipo de risco coberto, os derivados de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Banco testa a eficácia retrospectiva e prospectiva das coberturas comparando a variação do justo valor dos elementos cobertos, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor dos derivados de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125% e 90% e 111%, respetivamente.

In the absence of historical information for the sectors where the credits were acquired from PSA following the transaction described in Note 1, for the purposes of calculation of risk factors of these sectors, the Bank had to consider a set of assumptions and additional simplifications to estimate the impairment losses in accordance with IAS 39, which were essentially based on some comparative analysis of the risk characteristics of these segments vis-à-vis comparable segments originated in the Bank.

The variation of impairment values obtained (difference between the balance sheet value of the asset and its estimated recovery value) is recorded in costs in the year under the heading "Credit impairment", net of recoveries of capital and interest, previously written-off from assets, during the period.

f) Financial assets and liabilities held for trading

Financial assets held for trading include trading derivatives with net amount receivable (positive fair value). Trading derivatives with net amount payable (negative fair value) are included under heading financial liabilities held for trading.

The financial assets and liabilities held for trading are initially recognised at fair value. Gains and losses arising from subsequent valuation at fair value are recognised in the income statement.

The fair value of derivatives that are not traded on the stock exchange is estimated based on the amount that would be received or paid to settle the contract at the date in question, considering the prevailing market conditions, as well as the credit quality of counterparties.

g) Financial liabilities

This category essentially includes resources from Central Banks, from credit institutions and customers as well as subordinated liabilities issued by the Bank, which are valued at amortised cost. It also includes liabilities incurred by the provision of services or purchase of goods, which are recorded under the heading "Other liabilities".

h) Hedge accounting - hedge derivatives and hedged instruments

The Bank designates hedge instruments derivatives contracted to hedge interest rate risk of joint operations, in particular for loan portfolios - macro-hedge.

The Bank has at its disposal formal documentation of the hedging relation identified, in the initial transaction, the portfolio of transactions that is to be hedged, the hedge strategy and type of risk hedged, hedge derivatives and the methods used to demonstrate the effectiveness of the hedge.

The Bank tests the retrospective and perspective effectiveness of the hedge by comparing the variation in the fair value of the items hedged, attributable to the risk hedged with the variation of the fair value of hedging derivatives, and the relationship between both must lie between 80% and 125% and 90% and 111%, respectively.

Os instrumentos derivados de cobertura são registados ao justo valor no ativo ou no passivo, em função de apresentarem valor líquido a receber ou a pagar, respetivamente, e os ganhos e perdas resultantes da sua reavaliação são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de ativos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos ativos cobertos.

Um ativo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberta (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por a variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos atribuível ao risco coberto é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

i) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

j) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

A amortização destes ativos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 apresentam o seguinte detalhe:

	Years
Real Estate	50
Equipment and furniture	4-10
Computer equipment	3-10
Other tangible fixed assets	3-10

k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

l) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica “Ativos não correntes detidos para venda”, pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Hedging derivatives are recorded at fair value as either assets or liabilities, according to if they show a net value receivable or payable, respectively, and the gains and losses resulting from the revaluation are registered in the income statement. Gains and losses resulting from changes in the fair value of financial assets hedged, for the hedged risk, are also recognised in the income statement, against the balance sheet value of the assets hedged.

A hedged asset or liability may only have a part or a component of its fair value hedged (interest rate risk, foreign exchange risk or credit risk), provided that the effectiveness of the hedge can be assessed separately.

If the hedging relationship ceases to exist due to the relative change in the fair value of the hedged derivatives and instruments being found outside the range of 80% and 125%, derivatives are reclassified for trading and the amount of the revaluation of the hedged instruments attributable to the hedged risk is recognised in the income statement during the remaining term of the operation.

i) Balances and transactions in foreign currency

All assets and liabilities expressed in foreign currencies are converted into euros using the exchange rate in force at the balance sheet date.

Favourable and unfavourable exchange rate differences, originated by differences between the exchange rates in force on the date of transactions and those in force on the date of collection, payments or at the balance sheet date, are recorded as income or expenses in the income statement for the year.

j) Other tangible assets

Tangible assets are registered at acquisition cost, deducted of amortization and cumulative impairment losses. The reparation and maintenance costs as well as other expenses associated to their use are recognized as costs in the year under heading “General administrative overheads”.

The amortisation of these assets is calculated by the straight-line method on a systematic basis over the estimated useful life of the asset, which on 31 December 2015 and 2014 is as follows:

k) Intangible assets

Intangible assets relate mainly to software, which is amortised according to the straight-line method, during a period of three years.

l) Assets acquired in exchange for loans

Assets recovered as a result of the termination of leasing contracts are recorded under "Non-current assets held for sale", by the value of the outstanding principal at the date of termination.

Em 31 de dezembro 2015 e 2014 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes ativos são objeto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax) e sujeito a um ajustamento em função da informação histórica sobre o diferencial entre o valor da venda das viaturas e o respetivo valor líquido contabilístico à data da venda, para as vendas ocorridas no trimestre anterior. O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes ativos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os ativos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a amortização.

m) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a. Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado; e
- b. Comissões pela realização de um ato significativo – tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um ato significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

n) Especialização de exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

o) Impostos correntes e diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2014 foi de 22,5% e 24,5%, respectivamente. Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável (23% para o exercício de 2014);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2014); e.
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados (igual ao exercício de 2014):
 - Menor do que 1.500.000 euros - 0%;
 - Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros - 3%;
 - Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros - 5%;
 - Maior do que 35.000.000 euros - 7%.

A taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi de 25,5%.

At 31 December 2015 and 2014, this heading mainly includes vehicles received in exchange for loans overdue. These assets are subject to periodic assessments, and their fair market value is determined by reference tables of the Automotive sector (Eurotax) and are subject to an adjustment in the light of historical information regarding the differential between the value of the sale of vehicles and the respective net book value at the date of sale, for sales that have occurred in the previous quarter. The Bank recognises impairment losses whenever the fair market value of these assets (less costs to be incurred in the sale) is less than the value for which they are accounted for.

The assets received in exchange for the loans are not subject to amortisation.

m) Commissions for services rendered

The commissions charged to customers for services rendered are recognised in accordance with the following criteria:

- a. *Commissions for ongoing services rendered- these commissions are recognised on a straight-line basis over the period during which the service is provided; and*
- b. *Commissions for carrying out a significant act - these are commissions designated for compensating the performance of a significant act, being registered at the time the service is provided.*

n) Accrual

The Bank adopts the accrual basis as the accounting principle for the vast majority of line items in the financial statements. Thus, the costs and income are recorded as they are generated, regardless of the time of payment or receipt.

o) Current and deferred taxes

The Bank is subject to taxation according to the Corporate Income Tax (IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) regime and the corresponding Municipal Tax, which had an aggregate tax rate in the 2015 and 2014 periods of 22,5% and 24,5%, respectively. In addition, the companies with higher profits are also subject to State Taxes.

Thusm the taxation of corporate profits is as follows:

- *Corporate Income Tax rate of 21% on the tax base (23% for the 2014 period);*
- *Municipal tax at a rate between 0% and 1m5% of taxable income (equal to the 2014 period); and.*
- *State tax at a variable rate on taxable income according to the scales indicated below (equal to the 2014 period):*
 - Less than 1.500.000 euros - 0%;*
 - Between 1.500.000 euros and 7.500.000 euros - 3%;*
 - Between 7.500.000 euros and 35.000.000 euros - 5%;*
 - Over 35.000.000 euros - 7%.*

The tax rate used by the Bank in the calculation and recording of deferred taxes as of December 31, 2015 and 2014 was 25,5%.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, e subsequentes prorrogações previstas nos Orçamentos do Estado dos anos seguintes, o Banco esteve, nos exercícios de 2014 e 2015, abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútua. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas; e
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

A publicação da Portaria n.º 64/2014, veio alterar as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores para 0,07% e 0,00030%, respetivamente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes, os impostos diferidos e a contribuição sobre o sector bancário.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos ativos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013 e doze anos para os exercícios de 2014 e 2015). Desta forma, as declarações fiscais do Banco dos exercícios de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

With the publication of Law No. 55 - A/2010 of December 31, and subsequent extensions provided for in the State Budgets of the following years, the Bank was in the 2014 and 2015 periods, covered by the tax contribution regime for the banking sector. The tax contribution for the banking sector is incident upon:

- a) *The liability calculated and approved by the taxpayers, deducted from core capital (tier 1) and supplementary capital (tier 2) and from the deposits covered by the Deposit Guarantee Fund and by the Mutual Agricultural Credit Guarantee Fund. The following is deducted from the calculated liabilities:*
 - Resources that according to the applicable accounting rules, are recognised as equity;*
 - Liabilities associated with the recognition of obligations for defined benefit plans;*
 - Provisioned liabilities;*
 - Liabilities arising from the revaluation of derivative financial instruments;*
 - Deferred income, without consideration of the related liability transactions; and*
 - Liabilities for assets unrecognised in securitisation transactions.*

- b) *The notional amount of the off-balance sheet derivative financial instruments calculated by the taxpayers, with the exception of derivative financial instruments for hedging or that which has a risk exposure that mutually cancels each other out.*

The publication of Ordinance No. 64/2014, amended the rates applicable to tax bases defined by the previous items a) and b) to 0,07% and 0,00030%. respectively.

The total taxes on profits recorded in the income statement include current taxes, deferred taxes and the contribution for the banking sector.

The current tax is determined based on the taxable income for the period, which corresponds to the accounting profit or loss adjusted for costs or income not relevant for tax purposes.

The assets and deferred tax liabilities correspond to the tax credits and taxes payable in future periods resulting from temporary differences between the value of an asset or liability on the balance sheet and the respective tax base, while being recorded in accordance with IAS 12 - Income taxes", and calculated on the basis of the tax rates which it anticipates will be in effect during the period in which the respective assets are expected to be realised or the liabilities settled.

The deferred tax liabilities are generally recognised for all taxable temporary differences.

The Bank only recognizes deferred tax assets when it is estimated that they are recoverable and to the extent that future taxable profits are probable, to be applied to.

According to the applicable law, the tax returns are subject to review and correction by the tax authorities for a period of four years (five years for Social Security), except for the use of carry forward tax losses, for which the expiry period is that of the exercise of the right to carry forward (four years for 2010 and 2011, five years for 2012 and 2013 and twelve years for the 2014 and 2015 fiscal periods). Thus, the tax returns of the Bank for the years 2012 to 2015 may still be subject to revision.

A dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

p) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente- procedendo-se à respetiva divulgação- em conformidade com os requisitos do IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes".

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da atividade do Banco, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

q) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, são incluídos no saldo de "Caixa e seus equivalentes" os saldos das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efetuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efetivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do perímetro de consolidação, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efetuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.e). As estimativas efetuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

The deduction of carry forward tax losses may not exceed the amount corresponding to 70% of the respective taxable income.

Given the nature of the eventual corrections that may be made by the tax authorities, it is not possible to quantify them at this time. However, in the opinion of the Bank's Board of Directors it is not expected that any additional payment in respect to the fiscal periods cited above, would be significant for the financial statements in attachment.

p) Contingent provisions and liabilities

A provision is made when there is a present obligation (legal or constructive) resulting from past events that make it likely for the future expenditure of resources to occur, which can be reliably determined. The amount of the provision is the best estimate of the amount to be paid to settle the liability at the balance sheet date.

If the future expenditure of resources is not likely, it is a contingent liability, which prescribes the respective disclosure in accordance with the requirements of IAS 37 - "Provisions, contingent liabilities and contingent assets".

Provisions for other liabilities and charges are intended to address contingencies arising from the Bank's operations and are not generally accepted as a tax cost.

q) Cash and cash equivalents

When preparing the statement of cash flows, included in the balance of "Cash and cash equivalents" are the balances of the line items "Cash and deposits at central banks" and "Deposits in other financial institutions".

3. PRINCIPAL ESTIMATES AND UNCERTAINTIES REGARDING THE APPLICATION OF ACCOUNTING POLICIES

The preparation of financial statements requires the preparation of estimates and assumptions adopted by the Bank's Board of Directors. These estimates result from the analysis performed based on the best information available on the date of the respective recording. Consequently, the actual future amounts may differ from the amount of the recorded estimates, particularly in the following areas:

Taxes on profits

On December 31, 2015 and 2014, the income taxes were determined based on the current tax laws for the companies included in the Bank's consolidated financial statements, or pursuant to laws already published for future application. Different interpretations of the tax laws can influence the amount of taxes on profits. As a result, the recorded amounts, which result from a better understanding of the Bank's management bodies and other companies included in the consolidation, may be found to be subject to change based on different interpretations by the tax authorities.

Impairment of loans and other receivables

The determination of impairment losses on loans and other receivables is conducted in accordance with the criteria described in Note 2.3.e). The estimates made by the Bank in respect to loan portfolio performance risk and other receivables are a result of the application of assumptions determined based on historical analysis, particularly with regard to the segmentation of the portfolio, the probability of default, rates, periods and recovery costs, as well as the assessment of the information available regarding the debtor.

Caso o Banco utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a atual metodologia utilizada é aquela que reflete de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

Face à inexistência de informação histórica para os segmentos onde se encontram os créditos adquiridos à PSA na sequência da operação descrita na Nota 1, para efeitos de cálculo dos fatores de risco destes segmentos, o Banco teve de considerar um conjunto de pressupostos e simplificações adicionais para estimar as respetivas perdas por imparidade de acordo com o IAS 39, as quais tiveram por base essencialmente algumas análises comparativas das características de risco destes segmentos face aos segmentos comparáveis de créditos originados no Banco.

Tendo em consideração que se tratam de créditos que foram adquiridos em agosto de 2015, não foi ainda possível beneficiar da experiência acumulada de aplicação dos fatores de risco ao longo de um período alargado de tempo e dos resultados da execução de exercícios de backtesting, bem como do contributo desses resultados para a análise e eventual adaptação dos principais pressupostos e simplificações considerados na determinação dos fatores de risco aplicados a estes segmentos, face às características e realidade comportamental dos créditos que os compõem.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, o Banco considera que a atual metodologia utilizada é aquela que reflete de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

Aquisição da atividade da sucursal do Banque PSA em Portugal (Nota 1)

No âmbito da aquisição dos ativos da sucursal do Banque PSA em Portugal, o Banco estimou que não existem diferenças materiais entre o valor da transação e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos, o qual no entender do Conselho de Administração do Banco não difere do respetivo valor contabilístico. A diferença entre o valor provisório já pago e valor líquido dos ativos adquiridos encontra-se registado no passivo pelo montante de 8.420.980 euros (Notas 1 e 18), que será liquidado após o processo de revisão final da "Due Diligence". Estima-se que valor seja definido no decurso do 1º trimestre do ano de 2016. Ainda a este respeito, é convicção do Conselho de Administração que o valor final da transação não difere daquele que está representado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 (Notas 1 e 18).

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as empresas incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas são os seguintes:

Entity	Head Office	Line of Business	2015			2014		
			Effective Participation	Net Position	Net Income	Effective Participation	Net Position	Net Income
Fund Silk Finance No.3	Portugal	Credit securitization fund	n.a.	n.a.	n.a.	0%	433.115.791	(5.471.920)
Silk Finance No.3 Limited	Ireland	SPE	0%	566	20.125.370	0%	(20.124.804)	4.076.593
TAGUS, S.A. STC - Silk 4	Portugal	Credit securitization Society	0%	n.a..	(8.729.474)	n.a.	n.a.	n.a.
Santander Consumer Services S.A.	Portugal	Vehicle sale and rent	20%	10.514.348	495.912	na.	n.a.	n.a.

Amounts expressed in Euros

If the Bank utilizes distinct criteria and assumptions in determining the impairment losses on loans and other receivables, the calculated amounts would be different from those currently reflected in the consolidated financial statements. However, the Bank considers that the current methodology is one that most appropriately reflects the default risk associated with these assets.

In the absence of historical information for the sectors where the credits were acquired from PSA following the transaction described in Note 1, for the purposes of calculation of risk factors of these sectors, the Bank had to consider a set of assumptions and additional simplifications to estimate the impairment losses in accordance with IAS 39, which were essentially based on some comparative analysis of the risk characteristics of these segments vis-à-vis comparable segments originated in the Bank.

Taking into account that these are loans that were acquired in August 2015, it has not yet been possible to benefit from the accumulated experience of applying risk factors over an extended period of time and the results of the implementation of backtesting exercises, as well as the contribution of the results to the analysis and possible adaptation of the main assumptions and simplifications considered in determining the risk factors applied to these segments, due to the characteristics and behavioural reality of the loans that they are comprised of.

If the Bank utilized distinct criteria and assumptions in determining the impairment losses on loans and other receivables, the calculated amounts would be different from those currently reflected in the financial statements. However, the Bank considers that the current methodology is one that most appropriately reflects the default risk associated with these assets.

Acquisition of the operations of the subsidiary of Banque PSA in Portugal (Nota 1)

In connection with the acquisition of the assets of the subsidiary of Banque PSA in Portugal, the Bank estimated that there are no material differences between the transaction amount and the fair value of the acquired assets and liabilities, which in the opinion of the Board of Directors of the Bank does not differ from the respective carrying amount. The difference between the provisional amount already paid and the net amount of the assets acquired is recorded under liabilities in the amount of 8.420.980 Euros (Notes 1 and 18), which will be paid after the final review process of the Due Diligence. It is expected that the amount will be defined during the 1st quarter of 2016. Also in this regard, it is the conviction of the Board of Directors that the final amount of the transaction will not differ from that which is represented in the financial statements as of December 31, 2015 (Notes 1 and 18).

4. GROUP COMPANIES AND TRANSACTIONS OCURRING DURING THE PERIOD

On December 31, 2015 and 2014, the group companies included in the consolidation and the main financial data extracted from the statutory accounts on the respective dates are as follows:

Nos exercícios de 2015 e 2014, as principais operações ocorridas com empresas incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Fundo Silk Finance No.3 e Silk Finance No.3 Limited

Em 4 de agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito do qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária. Tal como descrito na Nota 34, em 15 de outubro de 2010 o montante total envolvido nesta operação foi aumentado através de uma venda adicional de créditos.

O Fundo foi liquidado com referência a 15 de julho de 2015 nos termos do Regime Jurídico da Titularização de Créditos (Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro) e do artigo 17º do Regulamento de Gestão do Fundo. O reembolso antecipado foi aprovado em Assembleia Geral de obrigacionistas realizada no dia 14 de julho de 2015 e o Banco, único detentor das unidades de participação, confirmou o seu interesse em que o Fundo fosse antecipadamente liquidado e partilhado em carta enviada à Sociedade Gestora datada de 15 de julho de 2015.

Após a data de liquidação antecipada da operação Silk 3 foram iniciados os procedimentos de liquidação e encerramento da empresa Silk Finance No.3 Ltd, sediada na Irlanda, uma vez que deixou de ter atividade.

Operação de titularização SILK 4

Em 16 de novembro de 2015, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos – Silk Finance No. 4, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas à sociedade de titularização de créditos TAGUS. S.A. STC (Nota 34).

Tal como referido na Nota 2.3 a) o Banco inclui no perímetro de consolidação, veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre os mesmos um controlo financeiro e operacional efetivo e detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

Assim, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo Silk Finance No.3, o veículo (SPE) Silk Finance No.3 Limited e a operação de titularização denominada de SILK 4 foram incluídos no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à atividade destas entidades (Nota 34). Nesse sentido, os créditos relativos às operações de titularização permanecem registados no balanço consolidado, e as obrigações emitidas pelos veículos de titularização, cujos riscos e benefícios associados são detidos integralmente pelo Banco através da subscrição direta ou de operações de venda com acordo de recompra, foram anuladas no processo de consolidação.

In 2015 and 2014, the main changes in the companies included in the consolidation perimeter were as follows:

The Silk Fund Finance No.3 and Silk Finance No.3 Limited

In 4 August 2009, the Bank conducted a credit securitisation operation under which it sold a loan portfolio comprising sales transactions on credit and mortgage finance lease transactions. As referred to in Note 34, on 15 October 2010 the total amount involved in this operation was increased due to having sold additional credits.

The fund was paid up with reference to 15 July 2015 under the terms of the Regime of Credit Securitisation (Decree-law no. 453/99 of 5 November) and of Article 17 of the Fund's Management Regulation. The early repayment was approved in the General Shareholders Meeting held on 14 July 2015 and the Bank, the sole holder of the shares, confirmed its interest in the anticipated settlement of the Fund and shared it in a letter sent to the Management Company dated 15 July 2015.

After the date of the anticipated settlement of the Silk 3 operation, the closure and settlement procedures of Silk Finance No.3 Ltd, with headquarters in Ireland were initiated, since it ended its activities.

SILK 4 securitisation transaction

On 16 November 2015, the Bank conducted a credit securitisation operation – Silk Finance no. 4, under which it sold a loan portfolio comprising sales transactions on credit and mortgage finance lease transactions. These operations were sold to the credit securitisation company TAGUS, S.A. STC (Note 34).

As referred to in Note 2.3 a) the Bank includes vehicles and funds in the consolidation perimeter under the scope of securitisation operations, when it has an effective financial and operational control and holds the majority of the benefits and risks associated with the respective activity.

For purposes of the preparation of the consolidated financial statements, the Silk Finance No.3 Fund, the vehicle (SPE) Silk Finance No.3 Limited and the securitisation operation called SILK 4 were included in the consolidation perimeter, given that the bank holds all of the benefits and risks associated with the activity of these entities (Note 34). Accordingly, loans relating to securitisation operations remain recorded in the consolidated balance sheet, and the obligations issued by the securitisation vehicles, whose associated risks and benefits are fully owned by the Bank through direct subscriptions or sales transactions, were cancelled in the consolidation process.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Cash	21.504	43.016
Sight deposits at Central Banks	15.050.416	467
	15.071.920	43.483

Amounts expressed in Euros

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Em 31 de dezembro de 2015, estes depósitos correspondem a mais de 60% do total de saídas líquidas a serem realizadas nos próximos 30 dias – rácio “Liquidity Coverage Ratio” (“LCR”). Em 31 de dezembro de 2014, estes depósitos correspondiam a 2% sobre o montante dos depósitos efetuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

<i>Current Accounts</i>	2015	2014
In the country	23.819.466	35.747.980
Receivables	12.741	35.102

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Valores a cobrar” respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

As rúbricas de ativos financeiros detidos para negociação e de derivados de cobertura têm a seguinte composição:

	2015		2014			
	Notional Amount	Balance sheet value		Notional Amount	Balance sheet value	
		Assets	Liabilities		Assets	Liabilities
<i>Interest rate contracts</i>						
Trading Swaps	-	-	-	881.294.032	849.592	857.949
Hedging Swaps	44.000.000	-	249.138	97.500.000	-	632.800
	44.000.000	-	249.138	978.794.032	849.592	1.490.749

Amounts expressed in Euros

5. CASH AND DEPOSITS AT CENTRAL BANKS

As at 31 December 2015 and 2014, the breakdown of this heading is as follows:

	2015	2014
Cash	21.504	43.016
Sight deposits at Central Banks	15.050.416	467
	15.071.920	43.483

Sight deposits at the Bank of Portugal aim to comply with the minimum cash reserve requirements of the European System of Central Banks (ESCB). At 31 December 2015, these deposits amounted to more than 60% of total net outflows in the next 30 days - Liquidity Coverage Ratio (“LCR”). At 31 December 2014, these deposits amounted to 2% on the amount of deposits made with the Bank, plus other eligible liabilities.

6. DEPOSITS IN OTHER CREDIT INSTITUTIONS

As at 31 December 2015 and 2014, the breakdown of this heading is as follows:

<i>Current Accounts</i>	2015	2014
In the country	23.819.466	35.747.980
Receivables	12.741	35.102

Amounts expressed in Euros

At 31 December 2015 and 2014, the heading “Receivables” essentially concerns customer checks from other credit institutions sent for compensation, which were settled in the first days of the following year.

7. DERIVATIVE FINANCIAL INSTRUMENTS

The financial assets held for trading and the hedge derivatives headings are broken down as follows:

	2015		2014			
	Notional Amount	Balance sheet value		Notional Amount	Balance sheet value	
		Assets	Liabilities		Assets	Liabilities
<i>Interest rate contracts</i>						
Trading Swaps	-	-	-	881.294.032	849.592	857.949
Hedging Swaps	44.000.000	-	249.138	97.500.000	-	632.800
	44.000.000	-	249.138	978.794.032	849.592	1.490.749

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação" correspondia ao justo valor do swap de taxa de juro, contratado no âmbito da operação de titularização referida na Nota 3 e que foi cancelado em 15 de julho de 2015 na sequência da liquidação antecipada da referida operação.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco tem registado no seu passivo o justo valor dos swaps contratados no âmbito da cobertura de risco de taxa de juro de posições de natureza estrutural (crédito a clientes a taxa fixa).

A negociação de derivados baseia-se num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre o Banco e a contraparte. As operações em vigor nos exercícios de 2015 e 2014 foram contratadas com o Banco Santander, S.A.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou feitos sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O valor de mercado (fair value) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

Na Nota 32 são apresentadas em detalhe as metodologias de determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

A perda potencial de um conjunto de operações derivadas num dado momento é dada pelo seu valor de exposição nesse momento. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações preveem em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a repartição do valor nocional por maturidades residuais é a seguinte:

At 31 December 2014, the balance of the heading "Financial assets held for trading" corresponded to the fair value of the interest rate swap contracted under the securitisation operation referred to in Note 3 which was cancelled on 15 July 2015 following the anticipated settlement of the transaction.

At 31 December 2015 and 2014, the Bank had the fair value of the swaps contracted entered in liabilities under the hedging interest rate risk of a structural nature (loans granted to customers on a fixed rate basis).

Derivative trading is based on a standard bilateral contract, which includes all the transactions in derivatives between the Bank and the counterparty. The operations in force in 2015 and 2014 were contracted with Banco Santander, S.A.

This type of contract foresees liabilities compensation in the event of non-compliance (this compensation is provided for in the contract itself and is governed by Portuguese Law and, contracts with foreign counterparts or made under foreign law are governed by the relevant jurisdictions).

The derivatives are also recorded in off-balance-sheet accounts at its fair value (notional value). The notional value is the reference value for calculating payment and receipt flows generated by the operation.

The fair value corresponds to the value that the derivatives would have if they were traded on the market at the reference date. The evolution of the market value of derivatives is recognised in the relevant accounts of the balance sheet and has an immediate impact on results.

Note 32 includes the breakdown of the methodologies for determining the fair value of derivative financial instruments.

The potential loss of a set of operations derived at a given point is given by its exposure value at that moment. In medium and long term operations, contracts which fall within the operations foresee a compensation between debtors and balances with the same counterparty, which eliminates or reduces credit risk.

At 31 December 2015 and 2014, the breakdown of the notional value by residual maturities is as follows:

2015						
Interest rate contracts	> 3 months ≤ 3 months	> 3 months ≤ 6 months	> 6 months ≤ 1 year	> 1 year ≤ 5 years	> 5 years	Total
Trading Swaps	-	-	-	-	-	-
Hedging Swaps	9.500.000	9.000.000	14.000.000	11.500.000	-	44.000.000
	9.500.000	9.000.000	14.000.000	11.500.000	-	44.000.000
2014						
Interest rate contracts	> 3 months ≤ 3 months	> 3 months ≤ 6 months	> 6 months ≤ 1 year	> 1 year ≤ 5 years	> 5 years	Total
Trading Swaps	71.049.200	72.747.724	129.698.878	557.165.408	50.632.822	881.294.032
Hedging Swaps	15.500.000	14.000.000	24.000.000	44.000.000	-	97.500.000
	86.549.200	86.747.724	153.698.878	601.165.408	50.632.822	978.794.032

Amounts expressed in Euros

8. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

8. LOANS TO CUSTOMERS

As at 31 December 2015 and 2014, this heading presented the following composition:

<i>Loans falling due</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>
Sales on credit (includes credits with mortgage guarantee)	773.201.362	582.714.685
Factoring	207.391.980	48.898.432
Long-term rental	133.375.471	100.642.656
Financial leasing	63.394.846	49.741.850
Current account loans	13.179.202	15.010.715
Credit cards	9.901.489	8.212.039
Others	36	36
	1.200.444.386	805.220.413
 <i>Credit and interest overdue</i>		
Interest receivable, net of deferred income	83.830.909	53.489.434
Deferred charges with associated commissions at amortised cost, net of deferred income	2.500.977	1.849.503
Value adjustments of hedged items	36.072.218	20.714.505
	247.130	656.071
	1.323.095.620	881.929.926
 <i>Impairment for credit (Note 16)</i>	(107.607.111)	(72.019.806)
	1.215.488.509	809.910.120

Amounts expressed in Euros

O movimento na Imparidade para Crédito nos exercícios de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 16.

Changes in impairment for credit in 2015 and 2014 are shown in Note 16.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito concedido a clientes por sector de atividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição, tendo por base os Códigos da Atividade Económica do Instituto Nacional de Estatística em vigor em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente:

	2015	2014
<i>Wholesale and retail activities; repair of motor vehicles and motorcycles.</i>	244.196.252	81.219.268
<i>Manufacturing industries</i>	12.087.738	10.217.359
<i>Administrative activities and support services</i>	44.495.398	9.857.675
<i>Construction</i>	7.690.317	5.591.286
<i>Transport and storage</i>	6.342.076	4.538.392
<i>Consulting, scientific and technical activities</i>	5.209.386	4.527.702
<i>Human health and social support activities</i>	5.042.173	4.461.653
<i>Other Service Activities</i>	3.377.892	967.164
<i>Hotels, restaurants and similar</i>	3.013.553	2.369.741
<i>Information and communication activities</i>	1.795.401	1.741.327
<i>Education</i>	1.434.121	1.273.912
<i>Real estate activities</i>	1.719.736	1.245.254
<i>Financial and insurance activities</i>	767.460	867.691
<i>Artistic, entertainment, sports and recreation activities</i>	629.434	578.321
<i>Collection, treatment and supply of water supply; sanitation, waste management and depollution</i>	213.773	222.523
<i>Agriculture, livestock production, hunting and forestry and fishing</i>	136.701	32.063
<i>Electricity, gas, vapour, hot and cold water and cold air</i>	50.897	30.456
<i>Public administration and defence, Compulsory Social Security</i>	39.799	16.000
<i>Extractive industries</i>	38.068	17.735
<i>Others</i>	32.117.623	11.203.648
<i>Another Sector of Activity (Private Individuals)</i>	830.046.588	664.241.243
	1.200.444.386	805.220.413

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

At 31 December 2015 and 2014, the loans falling due were broken by type of credit and maturity as follows:

	<i>2015</i>							
	Sales on Credit	Factoring	Long Term Rental	Equipment Finance Lease	Current Account Loans	Credit Cards	Other Loans	Total
<i>Up to 1 year</i>	24.974.627	207.391.980	41.667.439	4.936.290	13.179.202	9.901.489	36	302.051.063
<i>From 1 to 5 years</i>	359.663.233	-	68.633.344	46.403.664	-	-	-	474.700.241
<i>Over 5 years</i>	388.563.502	-	23.074.688	12.054.892	-	-	-	423.693.082
	773.201.362	207.391.980	133.375.471	63.394.846	13.179.202	9.901.489	36	1.200.444.386
	<i>2014</i>							
	Sales on Credit	Factoring	Long Term Rental	Equipment Finance Lease	Current Account Loans	Credit Cards	Other Loans	Total
<i>Up to 1 year</i>	18.995.604	48.898.432	14.170.079	4.833.503	15.010.715	8.212.039	36	110.120.408
<i>From 1 to 5 years</i>	267.567.275	-	68.716.578	36.813.628	-	-	-	373.097.481
<i>Over 5 years</i>	296.151.806	-	17.755.999	8.094.719	-	-	-	322.002.524
	582.714.685	48.898.432	100.642.656	49.714.850	15.010.715	8.212.039	36	805.220.413

Amounts expressed in Euros

Nota: A informação incluída nos quadros acima considera a distribuição do total do crédito vincendo de acordo com a data de reembolso final da Saless operações.

Note: The information in the tables above includes the spread of the total loans due according to the date of the final repayment date of operations.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

	2015						
	Sales on Credit	Long Term Rental	Equipment Finance Lease	Factoring	Credit Cards	Other Loans	Total
From 1 to 3 months	2.719.043	227.880	239.958	190.551	12.640	7.517	3.397.589
From 3 to 6 months	1.319.926	155.371	229.504	132.081	34.828	6.452	1.878.162
From 6 to 12 months	8.068.194	197.566	190.310	228.058	100.313	23.335	8.807.776
From 1 to 3 years	17.501.492	1.277.751	1.592.000	1.422.103	405.121	274.856	22.473.323
More than 3 years	27.482.050	2.431.592	4.143.041	4.506.301	6.093.576	2.617.499	47.274.059
	57.090.705	4.290.160	6.394.813	6.479.094	6.646.478	2.929.659	83.830.909

	2014						
	Sales on Credit	Long Term Rental	Equipment Finance Lease	Factoring	Credit Cards	Other Loans	Total
From 1 to 3 months	972.113	126.732	111.045	203.941	11.416	6.220	1.431.467
From 3 to 6 months	1.433.442	139.020	128.417	122.825	28.200	4.382	1.856.286
From 6 to 12 months	4.303.307	253.378	148.871	227.555	106.929	12.065	5.052.105
From 1 to 3 years	21.626.959	1.778.379	1.433.301	3.632.861	510.443	166.185	29.148.128
More than 3 years	5.433.764	136.007	61.484	2.290.244	5.759.726	2.310.223	16.001.448
	33.779.585	2.433.516	1.883.118	6.477.426	6.416.714	2.499.075	53.489.434

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o crédito vincendo associado a crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, ascende a cerca de 5.736.654 euros e 3.736.573 euros, respetivamente.

Aquisição da atividade da sucursal do Banque PSA em Portugal (Nota 1)

Em 1 de agosto de 2015, o Banco adquiriu, no âmbito do acordo de parceria pan-europeu estabelecido entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA Peugeot-Citroen em 10 de julho de 2014, os ativos da sucursal do Banco BPF, S.A. em Portugal. À data desta aquisição, o valor de Crédito a Clientes representava 291.573.672 euros e o valor de imparidades para crédito representava 36.185.333 euros (Nota 16).

At 31 December 2015 and 2014, the credit and accrued interest were broken down as follows, according to ageing of receivables and by type of credit:

At 31 December 2015 and 2014, the loans due and past due older than 90 days, amounted to approximately 5.736.654 euros and 3.736.573 euros, respectively.

Acquisition of the Banque PSA branches activity in Portugal (Note 1)

On 1 August 2015, the bank acquired the Banco BPF, S.A. branches assets in Portugal under the Pan-European partnership agreement established between the Banco Grupo Santander and the PSA Peugeot-Citroen Group on 10 July 2014. At the acquisition date, the Loans to Customers amounted to 291.573.672 euros and credit impairments totalled 36.185.333 euros (Note 16).

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os montantes registados nesta rubrica correspondem essencialmente a veículos recebidos em diação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes ativos nestes exercícios apresenta o seguinte detalhe:

Balance at 31 December 2013		746.802
Recoveries		3.045.638
Sales		(3.074.972)
Balance at 31 December 2014		717.468
Recoveries		2.292.276
Sales		(2.375.631)
Balance at 31 December 2015		652.113

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco tinha registado imparidade para estes ativos no montante de 249.731 euros e 237.653 euros, respetivamente (Nota 16).

10. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os investimentos em empresas associadas, reavaliadas pelo método da equivalência patrimonial correspondem a:

ENTITY	Effective shareholding		Balance sheet value	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Santander Consumer Services. S.A. (anteriormente designada por "PSA Gestão")	20%	n.a.	2.187.884	-

Amounts expressed in Euros

Durante o exercício de 2015 o Banco não recebeu dividendos da empresa associada, A Santander Consumer Services, S.A. tem como atividades principais a aquisição de viaturas novas das marcas Peugeot e Citroen e o Aluguer Operacional de Viaturas ("Renting"). A aquisição da Santander Consumer Services, S.A. ocorreu no âmbito da operação descrita na Nota 1 relacionada com o acordo estabelecido entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA Peugeot - Citroen. Em 31 de dezembro de 2015 os principais dados retirados das demonstrações financeiras da Santander Consumer Services, S.A. eram os seguintes:

Total Net Assets:		157.841.832
Total Liabilities:		147.327.483
Total Equity:		10.514.348
Profit or loss for the year:		495.912

Amounts expressed in Euros

A 31 de dezembro de 2015 a empresa era detida a 80% pelo Santander Consumer Finance, S.A. (Espanha) e a 20% pelo Banco.

9. NON-CURRENT ASSETS HELD FOR SALE

At 31 December 2015 and 2014, the amounts recorded under this heading essentially correspond to vehicles received in lieu of payment of loans. Movements occurred in the gross value of these assets in these years were as follows:

Balance at 31 December 2013		746.802
Recoveries		3.045.638
Sales		(3.074.972)
Balance at 31 December 2014		717.468
Recoveries		2.292.276
Sales		(2.375.631)
Balance at 31 December 2015		652.113

In 31 December 2014 and 2015, the Bank recorded an impairment of assets in the amount of 249.731 euros and 237.653 euros, respectively (Note 16).

10. INVESTMENTS IN ASSOCIATES

Investments in associated companies reassessed by the equity method are as follows:

ENTITY	Effective shareholding		Balance sheet value	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Santander Consumer Services. S.A. (anteriormente designada por "PSA Gestão")	20%	n.a.	2.187.884	-

During 2015 the Bank did not receive dividends from the associated company, Santander Consumer Services, S.A. primarily operates in the acquisition of new vehicles of Peugeot and Citroen and in Renting. The acquisition of Santander Consumer Services, S.A. occurred in the framework of the operation described in Note 1 related to agreement established between the Banco Grupo Santander and the PSA Group Peugeot - Citroen. On 31 December 2015 the main financial statements figures of Santander Consumer Services, S.A. were as follows:

Total Net Assets:		157.841.832
Total Liabilities:		147.327.483
Total Equity:		10.514.348
Profit or loss for the year:		495.912

Amounts expressed in Euros

As at 31 December 2015, the company was owned 80% by Santander Consumer Finance, S.A. (Spain) and 20% by the Bank.

11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimentos ocorridos nas rubricas "Outros ativos tangíveis" e "Ativos intangíveis" durante os exercícios de 2015 e 2014 foram os seguintes:

11. OTHER TANGIBLE AND INTANGIBLE ASSETS

The movements under the headings "Other tangible assets" and "Intangible assets" during 2015 and 2014 were as follows:

		2015			2014			
		Beginning Balance		Amortisations	Write-downs and Disposals Acumulated		Final Balance	
		Accumulated	Gross Value		Acquisitions	in the year	Transfers	Accumulated
		Gross Value	Amortisations	Net Amount				
<i>Other tangible assets:</i>								
Properties for own use	8.683.359	(2.020.839)	6.662.520	-	(137.414)	-	-	8.683.359
Works in rented properties	725.608	(646.825)	78.783	-	(19.501)	-	-	725.608
<i>Equipment:</i>								
Furniture and material	102.509	(99.649)	2.860	-	(1.378)	8.957	-	111.466
Machines and tools	52.899	(47.283)	5.616	20.962	(3.392)	-	-	73.861
Computer equipment	1.537.988	(1.272.287)	265.701	-	(130.573)	11.417	-	1.549.405
Indoor facilities	884.261	(833.979)	50.282	3.922	(16.793)	32.648	-	920.831
Safety equipment	102.000	(47.077)	54.923	-	(9.390)	-	-	102.000
Other equipment	200	(200)	-	-	-	-	-	200
Fixed assets in progress	48.310	-	48.310	182.972	-	(53.022)	(673)	177.587
	12.137.134	(4.968.139)	7.168.995	207.856	(318.441)	-	(673)	-
								12.344.317
								(5.286.580)
								7.057.737
<i>Intangible assets:</i>								
Software	9.364.117	(7.962.823)	1.401.294	-	(736.017)	787.815	(662.636)	49.081
Fixed assets in progress	480.630	-	480.630	1.030.928	-	(787.815)	-	-
	9.844.747	(7.962.823)	1.881.924	1.030.928	(736.017)	-	(662.636)	-
	21.981.881	(12.930.962)	9.050.919	1.238.784	(1.054.458)	-	(663.309)	49.081
								22.557.356
								(13.936.339)
								8.621.017

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo das imobilizações em curso de ativos intangíveis referem-se a projetos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software. Em 2015 em 2014, no âmbito das políticas do Grupo Santander, os desenvolvimentos efetuados a software já existente são reconhecidos como custo do exercício.

At 31 December 2015 and 2014, the balance of the fixed assets in progress of intangible assets refers to projects in progress of computer software, including the development of new software. In 2015 and 2014, in the framework of the policies of Grupo Santander, the developments made to the existing software are recognised as costs in that year.

12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Current tax assets</i>		
<i>Tax for the period to be recovered</i>	-	3.711
<i>Current tax liabilities</i>		
<i>Tax payable for the year</i>	(14.209.673)	(5.426.564)
<i>Contribution to the banking sector</i>	-	(140.041)
	(14.209.673)	(5.566.605)
<i>Deferred tax assets</i>	10.669.023	7.530.320
<i>Deferred tax liabilities</i>	(81.567)	(6.903.644)
	10.587.456	626.676

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2015 e 2014, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	2015	2014
<i>Current taxes</i>		
<i>For the year</i>	19.622.339	6.036.093
<i>Correction of the estimate of the previous year Current taxes</i>	200.816	(904.623)
<i>Contribution to the banking sector</i>	407.144	488.504
	20.230.299	5.619.974
<i>Deferred taxes - appropriations. net of reversals</i>		
<i>For the year</i>	(9.960.781)	(912.549)
<i>Corrections to previous years</i>	-	823.823
	(9.960.781)	(88.725)
<i>Total taxes recorded in the profit and loss statement</i>	10.269.518	5.531.249
<i>Profit before tax</i>	28.694.847	15.047.025
<i>Tax burden</i>	35.79%	36.76%

Amounts expressed in Euros

12. CURRENT AND DEFERRED TAX ASSETS AND LIABILITIES

At 31 December 2015 and 2014, the current and deferred tax assets and liabilities were broken down as follows:

	2015	2014
<i>Current tax assets</i>		
<i>Tax for the period to be recovered</i>	-	3.711
<i>Current tax liabilities</i>		
<i>Tax payable for the year</i>	(14.209.673)	(5.426.564)
<i>Contribution to the banking sector</i>	-	(140.041)
	(14.209.673)	(5.566.605)
<i>Deferred tax assets</i>	10.669.023	7.530.320
<i>Deferred tax liabilities</i>	(81.567)	(6.903.644)
	10.587.456	626.676

In the financial years 2015 and 2014, the cost involving taxation on profits recognised in the profit and loss statement and the tax burden, measured by the ratio between the appropriation for taxes and pre-tax profit can be summarised as follows:

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto para os exercícios de 2015 e 2014, pode ser detalhada como se segue:

The reconciliation between the nominal rate and the effective tax rate for the financial years 2015 and 2014 can be broken down as follows:

	2015		2014	
	Tax Rate	Tax	Tax Rate	Tax
<i>Result before Tax</i>		28.694.847		15.047.025
<i>Tax calculated on the basis of the nominal tax rate</i>	22.50%	6.456.341	24.50%	3.686.521
<i>Permanent differences</i>				
Contribution of the banking sector	1.42%	407.144	3.25%	488.504
Contracts of association not relevant for tax purposes	0.78%	223.620	1.35%	203.871
Exemption of Local Tax up to 1.5 million euros of taxable profit	-0.16%	(45.000)	-0.30%	(45.000)
Local State Tax Surcharge	14.07%	4.037.235	6.14%	924.241
Autonomous taxation	0.39%	111.773	0.81%	122.149
Other permanent differences	0.33%	95.878	0.65%	97.418
Effect of changes to the rate used to calculate deferred tax	0.00%	-	0.89%	134.344
Differential between the current tax rate actually recorded and the deferred tax rate	-4.25%	(1.218.290)	0.00%	-
<i>Income tax for the year</i>	35.09%	10.068.702	37.30%	5.612.048
<i>Insufficient/(excess) of estimated tax for previous years</i>				
Current tax	1.33%	200.816	-6.01%	(904.623)
Deferred tax	0.00%	-	5.47%	823.823
<i>Corrections of taxes relating to previous years. net of deferred taxes</i>	0.70%	200.816	(0.54%)	(80.800)
<i>Taxes on profits recognised in the income statement</i>	35.79%	10.269.518	36.76%	5.531.248

Amounts expressed in Euros

Conforme referido na Nota 2.3 o), o Banco, enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, efetua o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A base de incidência e taxas aplicáveis relativamente à contribuição sobre o sector bancário encontram-se descritas na Nota 2.3 o).

As referred to in Note 2.3), the Bank is subject to supervision by the Bank of Portugal and is obliged to prepare their individual financial statements in accordance with the Adjusted Accounting Standards and determines the taxable profit in accordance with those standards.

As established by the publication of Law no. 55 - A/2010, of 31 December, the Bank is now covered by the contribution scheme for the banking sector. The reserve base and applicable taxes regarding the contribution for the banking sector are described in Note 2.3).

O movimento nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

The change to the deferred tax assets and liabilities of the financial year ending on 31 December 2014 and 2014 was as follows:

	2015					
	Balance at 31-12-2014	Reinforcements	Sales/ Cancellations	Others	Reclassification	Balance at 31-12-2015
<i>Deferred tax assets</i>						
Impairment for loans granted	5.534.174	5.537.536	(3.193.053)	(53.836)	-	7.824.821
Provisions	1.996.146	1.370.558	(519.724)	(2.778)	-	2.844.202
Total deferred tax liabilities	7.530.320	6.908.094	(3.712.777)	(56.614)	-	10.669.023
<i>Deferred tax liabilities</i>						
Income of Silk Finance no.3 Limited not distributed	(6.903.644)	(81.567)	6.903.644	-	-	(81.567)
Total deferred tax liabilities	(6.903.644)	(81.567)	6.903.644	-	-	(81.567)
Net Balance	626.676	6.826.527	3.190.867	(56.614)	-	10.587.456
	2014					
	Balance at 31-12-2013	Reinforcements	Sales/ Cancellations	Others	Reclassification	Balance at 31-12-2014
<i>Deferred tax assets</i>						
Impairment for loans granted	3.908.432	2.154.085	(244.094)	(284.249)	-	5.534.174
Provisions	2.102.012	385.674	(338.666)	(152.874)	-	1.996.146
Total deferred tax liabilities	6.010.444	2.539.759	(582.760)	(437.123)	-	7.530.320
<i>Deferred tax liabilities</i>						
Silk Finance no.3 Limited undistributed income	(4.163.217)	(1.733.930)	-	302.779	(1.309.276)	(6.903.644)
Total deferred tax liabilities	(4.163.217)	(1.733.930)	-	302.779	(1.309.276)	(6.903.644)
Net Balance	1.847.227	805.829	(582.760)	(134.344)	(1.309.276)	626.676

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2014, os valores detalhados em outros correspondem ao impacto da alteração da taxa de impostos diferidos de 27,5% para 25,5% em 2014 (Nota 2.3 o).

No exercício de 2014, o montante apresentado na coluna "Reclassificações" da rubrica "Passivos por impostos diferidos" refere-se a impostos diferidos relacionados com o resultado não distribuído do Silk Finance No. 3 Limited, que em 31 de dezembro de 2013 estavam classificados na rubrica "Passivos por impostos correntes".

At 31 December 2014, the detailed figures in Others correspond to the impact of the change in the deferred tax rate from 27,5% to 25,5% in 2014 (Note 2.3).

In the financial year 2014, the amount shown in column "Reclassifications" under heading "Deferred tax liabilities" refers to deferred taxes related to Silk Finance No. 3 Limited undistributed income, that were classified under the heading "Current tax liabilities".

13. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Other assets</i>		
<i>Tax recoverable</i>	5.976.716	5.976.716
<i>Sundry debtors</i>	2.466.791	2.824.340
	8.443.507	8.801.056
<i>Income receivable</i>		
<i>Commissions and other amounts receivable</i>	2.934.079	752.292
<i>Deferred expenses</i>	1.278.836	666.149
<i>Different values to be settled</i>	3.287.584	2.140.992
	15.944.006	12.360.489
<i>Impairment (Note 16)</i>		
<i>Recoverable taxes</i>	(5.914.356)	(5.914.356)
<i>Other receivables</i>	(5.518.818)	(1.474.175)
	(11.433.174)	(7.388.531)
	4.510.832	4.971.958

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Imposto a recuperar" corresponde a reembolsos pedidos e reclamações efetuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Nestas datas, o valor de imparidade constituída para os referidos ativos ascende a 5.914.356 euros e reflete a expectativa do Banco quanto ao correspondente valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros ativos - devedores diversos", inclui 53.732 euros e 76.796 euros, respetivamente. relativos a valores a receber dos clientes após a alienação de viaturas, os quais não tinham ainda sido reclassificados para rubricas de Crédito vencido.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Valores diversos a regularizar", inclui 1.161.679 euros e 1.002.213 euros, respetivamente. relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança.

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de "Outros ativos" nos exercícios de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 16.

13. OTHER ASSETS

On 31 December 2015 and 2014, these headings presented the following composition:

	2015	2014
<i>Other assets</i>		
<i>Tax recoverable</i>	5.976.716	5.976.716
<i>Sundry debtors</i>	2.466.791	2.824.340
	8.443.507	8.801.056
<i>Income receivable</i>		
<i>Commissions and other amounts receivable</i>	2.934.079	752.292
<i>Deferred expenses</i>	1.278.836	666.149
<i>Different values to be settled</i>	3.287.584	2.140.992
	15.944.006	12.360.489
<i>Impairment (Note 16)</i>		
<i>Recoverable taxes</i>	(5.914.356)	(5.914.356)
<i>Other receivables</i>	(5.518.818)	(1.474.175)
	(11.433.174)	(7.388.531)
	4.510.832	4.971.958

At 31 December 2014 and 2015, the heading "Recoverable tax" corresponds to reimbursement requests and complaints subject to value-added tax. On these dates, the impairment value constituted for those assets amounts to 5.914.356 and reflects the expectation of the Bank regarding the corresponding realisable value.

At 31 December 2015 and 2014, the heading "Other assets - sundry debtors", amounted to 53.732 euros and 76.796 euros, respectively. relating to Customer receivables after the sale of cars, which had not yet been reclassified under the heading Loans overdue

At 31 December 2015 and 2014 the heading "different values to settle", amounted to 1.161.679 euros and 1.002.213. respectively, relating to income from credit cards due.

Changes to impairment and provisions under the heading of "Other assets" in the year of 2015 and 2014 are shown in Note 16.

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Central Bank Resources</i>		
Capital	405.000.000	147.000.000
Interest payable	9.000	2.139.871
	405.009.000	149.139.871
<i>Resources from other credit institutions</i>		
Overdrafts on sight deposits	25.016.805	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-
Interest payable	-	4.070
<i>Deposits and other resources</i>		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	403.000.000	293.000.000
Banco Santander Totta, S.A.	200.000.000	200.000.000
Interest payable	4.684.240	6.299.119
	607.684.240	499.299.119
	632.705.490	499.303.189

Amounts expressed in Euros

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Current Accounts</i>		
Sight deposits	631.132	3.225
Checks and orders payable	2.992.659	1.496.863
	3.623.791	1.500.088

Amounts expressed in Euros

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 12/2014 de 15 de dezembro, do Banco de Portugal.

14. RESOURCES FROM CENTRAL BANKS AND OTHER CREDIT INSTITUTIONS

On 31 December 2015 and 2014, these headings presented the following composition:

	2015	2014
<i>Central Bank Resources</i>		
Capital	405.000.000	147.000.000
Interest payable	9.000	2.139.871
	405.009.000	149.139.871
<i>Resources from other credit institutions</i>		
Overdrafts on sight deposits	25.016.805	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-
Interest payable	-	4.070
<i>Deposits and other resources</i>		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	403.000.000	293.000.000
Banco Santander Totta, S.A.	200.000.000	200.000.000
Interest payable	4.684.240	6.299.119
	607.684.240	499.299.119
	632.705.490	499.303.189

15. RESOURCES FROM CUSTOMERS AND OTHER LOANS

On 31 December 2015 and 2014, these headings presented the following composition:

	2015	2014
<i>Current Accounts</i>		
Sight deposits	631.132	3.225
Checks and orders payable	2.992.659	1.496.863
	3.623.791	1.500.088

Under the terms of Decree no. 180/94, of 15 December, the Deposit Guarantee Fund was set up, whose aim is to guarantee the repayment of deposits with Credit Institutions. The criteria to calculate the annual contributions to the referred Fund are defined in the Notice no. 12/2014 of 15 December, of the Bank of Portugal.

16. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

Nos exercícios de 2015 e 2014 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

16. MOVEMENTS IN PROVISIONS AND IMPAIRMENT

In the financial years 2015 and 2014 the movements in Provisions and impairment were as follows:

	2015							
	Balance at 31/12/2014	Funds	Adjustments and readjustments	Usage	(Note 1) Balance PSA Migration	Other changes and transfers	Balance at 31-12-2015	Recovery of loans and accrued interest (Note 26)
Credit Impairment (Nota 8) Impairment:	72,019,806	71,889,511	(68,419,725)	(3,100,066)	36,185,333	(967,748)	107,607,111	(7,289,721)
Tax recoverable (Note 13)	5,914,356	-	-	-	-	-	5,914,356	-
Other Assets (Note 13)	1,474,175	4,913,479	(1,817,667)	(10,893)	-	959,724	5,518,818	-
Non-current assets held for sale (Note 9)	237,563	2,646,753	(2,634,676)	(311,749)	-	311,750	249,731	-
Provisions	7,626,184	7,560,232	(4,452,343)	(322,642)	-	1,271,474	11,682,905	-
	303,726	-	-	-	-	(303,726)	-	-
	79,949,716	79,449,743	(72,872,068)	(3,422,708)	36,185,333	-	119,290,016	(7,289,721)
	2014							
	Balance at 31/12/2013	Funds	Adjustments and readjustments	Usage	Other changes and transfers	Balance at 31-12-2014	Recovery of loans and accrued interest (Note 26)	
Credit Impairment (Nota 8) Impairment:	58,333,402	26,137,384	(12,274,404)	-	(176,576)	72,019,806	(7,970,167)	
Tax recoverable (Note 13)	5,914,356	-	-	-	-	5,914,356	-	
Other Assets (Note 13)	1,069,052	1,535,653	(542,595)	(764,515)	176,580	1,474,175	-	
Non-current assets held for sale (Note 9)	198,626	3,256,581	(3,217,551)	-	(3)	237,653	-	
Provisions	7,182,034	4,792,234	(3,760,146)	(764,515)	176,577	7,626,184	-	
	460,391	40,906	(197,570)	-	(1)	303,726	-	
	65,975,827	30,970,524	(16,232,120)	(764,515)	-	79,949,716	(7,970,167)	

Amounts expressed in Euros

Durante o exercício de 2015, o Banco procedeu ao abate ao ativo de créditos de operações consideradas incobráveis ou cuja exposição se encontrava totalmente provisionada pelos critérios de provisionamento do Banco de Portugal (Nota 2.3 d)) para consequente alienação dos mesmos.

Under the terms of Decree no. 180/94, of 15 December, the Deposit Guarantee Fund was set up, whose aim is to guarantee the repayment of deposits with Credit Institutions. The criteria to calculate the annual contributions to the referred Fund are defined in the Notice no. 12/2014 of 15 December, of the Bank of Portugal.

17. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Subordinated Cash bonds "Interbanco;05/15"	-	15.000.000
Interest payable	-	56.126
	-	15.056.126

Amounts expressed in Euros

As Obrigações de Caixa subordinadas “Interbanco 05/15” foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo sido reembolsadas na data de reembolso, em 28 de setembro de 2015. Estas obrigações venciam juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 1,25%. Os juros foram pagos semestral e postecipadamente em 28 de março e 28 de setembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa de juro em vigor ascendia a 1,43%.

18. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Amounts payable to the State:		
Valued Added Tax	1.151.556	1.305.048
Stamp Duty	564.713	370.971
Withholding taxes	172.086	138.760
Social Security Contributions	193.855	151.969
	2.082.210	1.966.748
Creditors:		
Deposits received - ALD contracts	17.954.098	18.566.413
"Netting" Account	7.475.993	-
Suppliers, current account	7.217.240	3.353.744
Creditors with factoring contracts	4.364.699	9.868.475
Deposits received - Factoring contracts	549.598	160.000
Other creditors	5.224.954	1.821.423
	42.786.582	33.770.055
Funding operations pending payment	18.640.745	3.858.893
Charges payable:		
Administrative overheads	3.794.110	2.795.156
Accrued costs for holidays and holiday subsidies	1.534.565	1.272.528
Cancellation of Insurances	1.247.669	177.540
Participation agreements	1.181.185	1.706.787
Bonus distributed to employees	893.695	928.072
	8.651.224	6.880.083
	72.160.761	46.475.779

Amounts expressed in Euros

17. SUBORDINATED LIABILITIES

As at 31 December 2015 and 2014, the breakdown of this heading is as follows:

	2015	2014
Subordinated Cash bonds "Interbanco;05/15"	-	15.000.000
Interest payable	-	56.126
	-	15.056.126

The “Interbanco;05/15” subordinated cash flows were issued on 28 September 2005, for a period of 10 years and were reimbursed on the repayment date, on 28 September 2015. These bonds earned interest at Euribor rate for 6 months, plus 1,25%. Interest was paid yearly and in arrears on 28 March and 28 September each year. On 31 December 2014, the interest rate in force amounted to 1,43%.

18. OTHER LIABILITIES

As at 31 December 2015 and 2014, the breakdown of this heading is as follows:

	2015	2014
Amounts payable to the State:		
Valued Added Tax	1.151.556	1.305.048
Stamp Duty	564.713	370.971
Withholding taxes	172.086	138.760
Social Security Contributions	193.855	151.969
	2.082.210	1.966.748
Creditors:		
Deposits received - ALD contracts	17.954.098	18.566.413
"Netting" Account	7.475.993	-
Suppliers, current account	7.217.240	3.353.744
Creditors with factoring contracts	4.364.699	9.868.475
Deposits received - Factoring contracts	549.598	160.000
Other creditors	5.224.954	1.821.423
	42.786.582	33.770.055
Funding operations pending payment	18.640.745	3.858.893
Charges payable:		
Administrative overheads	3.794.110	2.795.156
Accrued costs for holidays and holiday subsidies	1.534.565	1.272.528
Cancellation of Insurances	1.247.669	177.540
Participation agreements	1.181.185	1.706.787
Bonus distributed to employees	893.695	928.072
	8.651.224	6.880.083
	72.160.761	46.475.779

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Cauções recebidas – contratos de ALD", respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respetivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se refletido o valor líquido do financiamento efetivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efetuaram antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Conta Netting" consiste numa conta corrente existente entre o Banco Santander Consumer Portugal e os concessionários associados ao acordo de parceria com o Grupo PSA (Peugeot-Citroen), por onde passam todos os fluxos financeiros de pagamentos, recebimentos e reforços.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Fornecedores – conta corrente" inclui 1.481.467 euros e 618.018 euros, respetivamente, relativos a valores a pagar a companhias de seguros (Nota 35).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Credores por contratos de factoring" representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da faturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efetuados e notas de crédito emitidas.

A rubrica "Encargos a pagar – Acordos de participação" respeita à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

A rubrica "Cancelamento de Seguros" diz respeito à estimativa de custos que o Banco irá incorrer relacionados com a devolução de comissões de colocação de seguros relativos a contratos de crédito que foram amortizados antecipadamente pelos clientes.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Operações Passivas a Regularizar", inclui um valor de 8.420.980 euros respeitante ao montante a regularizar referente à aquisição da sucursal do Banco BPF (Nota 1). Esta rubrica engloba ainda um saldo de 4.844.502 euros que corresponde a recebimentos por conta da Santander Consumer Services referente a cobranças de produtos de consignação e renting (Peugeot-Citroen).

19. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 ações, cada um com valor nominal igual a 1 Euro, com a seguinte composição:

	Number of shares	Percentage of shares
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80.086%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19.914%
	66.592.947	100.00%

Amounts expressed in Euros

At 31 December 2015 and 2014, the heading "Deposits received - ALD contracts", refers to the differential between the value delivered by customers in the beginning of the long-term rental operations and the residual value of the contracts. The heading loans granted includes the net value financed by the Bank to customers, which corresponds to the acquisition cost of the goods less the payments made in advance.

At 31 December 2015, the heading "Netting Account" consists in an existing current account between Banco Santander Consumer Portugal and the dealers associated to the partnership agreement with PSA Group (Peugeot-Citroen), which include all the financial flows regarding payments, receipts and reinforcements.

At 31 December 2015 and 2014, the heading "Suppliers – current account" amounts to 1.481,467 euros and 618,018 euros, respectively, relating to amounts payable to insurance companies (Note 35).

At 31 December 2015 and 2014, the heading "Creditors by factoring contracts" corresponds to the Members concerning the value of invoicing operations without recourse in collection procedure, net of advances made and credit notes issued.

The heading "Charges payable - Participation Agreements" with regard to profit sharing in automobile financing operations arising from the establishment of profit sharing Association Agreements between the Bank and the import and distribution car companies. The Bank shares the profits from a particular set of financing operations with these companies, depending on the conditions previously agreed between the parties within these operations.

The heading "Cancellation of Insurances" corresponds to the cost estimate incurred by the Bank related with the refund of commissions for insurances relating to credit agreements that have been depreciated in advance by customers.

At 31 December 2015, the heading "Funding Operations Pending Payments", amounted to 8,420,980 euros in regards to the amounts to be settled for the acquisition of the Banco BPF branch (Note 1). This heading also encompasses a balance of 4,844,502 that corresponds to receivables on behalf of Santander Consumer Services relating to the collection of assignment and renting products (Peugeot-Citroen).

19. SUBSCRIBED CAPITAL

At 31 December 2015 and 2014, the Bank's capital was fully subscribed and paid up and was represented by 66,592,947 shares, each with a nominal value equal to 1 Euro, and broken down as follows:

20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	2015	2014
Share Premium	12.790.664	12.790.664
Legal Reserves	13.631.404	13.631.404
Other Reserves	21.970.594	21.970.594
Retained Earnings	19.333.416	18.381.838
	67.726.078	66.774.500

Amounts expressed in Euros

Os prémios de emissão tiveram origem no aumento de capital social do Banco efetuado em janeiro de 2007. Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República - I Série, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

No dia 4 de maio de 2015 foi aprovado em Assembleia Geral a distribuição aos acionistas de dividendos retirados de resultados transitados no montante de 8.564.198 euros. No dia 30 de abril de 2014 foi aprovado em Assembleia Geral a distribuição aos acionistas de dividendos retirados de resultados transitados no montante de 5.634.997 euros.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, foi anualmente transferido para esta reserva uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. O Banco não constituiu reservas legais devido ao somatório das Outras Reservas e Resultados Transitados ser superior ao capital social.

20. OTHER RESERVES AND RETAINED EARNINGS

As at 31 December 2015 and 2014 the headings Reserves and Retained Earnings was as follows:

	2015	2014
Share Premium	12.790.664	12.790.664
Legal Reserves	13.631.404	13.631.404
Other Reserves	21.970.594	21.970.594
Retained Earnings	19.333.416	18.381.838
	67.726.078	66.774.500

The share premiums were the main reason for the Bank's share capital increase in January 2007. Under the terms of Decree no. 408/99, of June 4, published in the Official Gazette - I Series, No. 129, the share premiums may not be used for dividends or for the acquisition of own shares.

At 4 May 2015 the distribution of dividends to shareholders withdrawn from retained earnings in the amount of 8.564.198 euros was approved at the General Shareholders Meeting. At 30 April 2014 the distribution of dividends to shareholders withdrawn from retained earnings in the amount of 5.634.997 euros was approved at the General Shareholders Meeting.

In accordance with the provisions of Decree-Law no. 298/92, of 31 December, as amended by Decree Law no. 201/2002, of 26 September, the Bank must establish a legal reserve fund up to the limit of its share capital or to the sum of its free reserves and of retained earnings, if higher. To this end, a fraction not less than 10% of the net income for the year is transferred annually to this reserve, until the said sum is made up. This reserve can only be used to cover accumulated losses or to increase the share capital. The Bank does not constitute legal reserves due to the sum of the Other Reserves and Retained Earnings exceeding the share capital.

21. RENDIMENTO INTEGRAL E RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Em 2015 e 2014, o resultado consolidado do Banco foi determinado como segue:

	2015	2014
<i>Contribution of each of the Entities included in the consolidation perimeter for the comprehensive income and the consolidated net income:</i>		
Banco Santander Consumer Portugal	37.538.021	4.187.584
Silk Finance No.3 Limited	9.982.825	6.759.343
Silk Finance Fund No.3	-	-
Silk Finance No.4	(8.729.474)	-
	38.791.372	10.946.927
<i>Consolidation adjustments:</i>		
Deferred tax liabilities arising from the income from Silk Finance no.3 Limited	6.903.645	(1.431.151)
Bond yields Class C (Residual) from Silk Finance Fund No. 3 Limited distributed in the settlement	(27.264.621)	-
Deferred tax liabilities arising from the net profit from Silk Finance no.4	(5.067)	-
	18.425.329	9.515.776

Amounts expressed in Euros

22. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Nos exercícios de 2014 e 2013, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Guarantees provided	2.149.558	2.370.119
Commitments to third parties	58.092.293	58.263.679
Assets provided as security - nominal value (Note 34)	-	173.647.000

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "compromissos perante terceiros" incide essencialmente sobre as linhas de crédito associados à concessão de crédito aos clientes através de cartões.

21. COMPREHENSIVE INCOME AND CONSOLIDATED NET INCOME

In 2015 and 2014, the consolidated result of the Bank was determined as follows:

	2015	2014
<i>Contribution of each of the Entities included in the consolidation perimeter for the comprehensive income and the consolidated net income:</i>		
Banco Santander Consumer Portugal	37.538.021	4.187.584
Silk Finance No.3 Limited	9.982.825	6.759.343
Silk Finance Fund No.3	-	-
Silk Finance No.4	(8.729.474)	-
	38.791.372	10.946.927
<i>Consolidation adjustments:</i>		
Deferred tax liabilities arising from the income from Silk Finance no.3 Limited	6.903.645	(1.431.151)
Bond yields Class C (Residual) from Silk Finance Fund No. 3 Limited distributed in the settlement	(27.264.621)	-
Deferred tax liabilities arising from the net profit from Silk Finance no.4	(5.067)	-
	18.425.329	9.515.776

22. CONTINGENT LIABILITIES AND COMMITMENTS

In 2015 and 2014, the contingent liabilities and commitments were broken down as follows:

	2015	2014
Guarantees provided	2.149.558	2.370.119
Commitments to third parties	58.092.293	58.263.679
Assets provided as security - nominal value (Note 34)	-	173.647.000

At 31 December 2015 and 2014, the heading "Commitments to third parties" essentially concerns lines of credit associated to granting credit to customers through cards.

23. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

23. FINANCIAL MARGIN

In 2015 and 2014, the Financial Margin was as follows:

	2015	2014
<i>Interests and similar income</i>		
Interest on finance from credit sales and financing current accounts	51.299.873	47.887.188
Interest on leasing	9.646.724	9.372.403
Commissions associated to amortised cost		
From intermediation	(8.861.009)	(8.872.161)
Volume discount	(4.669.640)	(3.279.622)
Fixed support	(976.347)	(958.393)
Others	(237.231)	-
Interest on trading swaps	3.327.054	5.589.850
Commissions from opening contract	1.900.199	2.103.628
Interest on factoring advances	2.755.651	1.657.709
Interest on finance from credit cards	712.804	778.880
Interest on hedging swaps	-	212.599
Other interest and income	41.039	1.187
	54.939.118	54.493.268
<i>Interests and similar expenses</i>		
Interest on resources from credit institutions	8.242.893	9.041.106
Interest on trading derivatives	3.362.446	5.639.266
Interest on hedging derivatives	459.290	1.256.412
Interest on subordinated loans	154.084	241.645
Interest on factoring transactions	176	954
	12.218.889	16.179.383
Financial Margin	42.720.229	38.313.885

Amounts expressed in Euros

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2015 e 2014, os Rendimentos e Encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

24. INCOME AND CHARGES FROM SERVICES AND COMMISSIONS

In 2015 and 2014, the Income and Charges from services and commissions heading was broken down as follows:

	2015	2014
<i>Income from services and commissions</i>		
Commissions from the distribution of insurance products	11.032.429	8.966.237
Rent collection expenses	2.892.638	2.624.876
Commissions from services rendered	1.568.967	1.180.233
Factoring operations	1.024.344	356.705
Guarantees provided	10.082	21.118
Other income from commissions	2.347.317	938.320
	18.875.778	14.087.489
<i>Charges with services and commissions</i>		
Commissions from the distribution of insurance products	1.566.517	1.325.675
Commissions from Participation Agreements	1.250.239	1.749.554
By third party banking services	396.908	423.641
Other costs with commissions	2.125.850	1.789.766
	5.339.514	5.288.636
	13.536.264	8.798.853

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros" respeita a comissões recebidas pelo Banco de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica "Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros" encontra-se refletida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respetivo seguro de proteção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respetivas. O Banco considera que se tratam de comissões destinadas a compensar a realização de um ato significativo, na medida em que não retém qualquer envolvimento relacionado com o risco segurado ou com a gestão da apólice de seguro contratada.

In 2015 and 2014, the heading "Income from services and commissions - Commissions from the distribution of insurance products" relates to commissions received by the Bank from insurance companies in relation to insurance premiums charged to customers within the scope of financing contracts. Under the heading "Service charges and commissions - Commissions for taking out insurances"-is reflected in the commission paid by the Bank to dealers for the acquisition of financing contracts for which the customer has subscribed for the respective credit insurance protection. Income and expenditure relating to commissions received from insurance companies and paid to agents are recognised in the income statement which includes the respective credit operations. The Bank considers that these commissions are designed to compensate the completion of a significant act, in that it does not retain any involvement related to the insured risk or the management of the insurance policy contracted.

25. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2015 e 2014, os valores registados nesta rubrica apresentam o seguinte detalhe:

	2015	2014
Revaluation of hedging swaps (Note 32)	(408.941)	(528.310)
Revaluation of hedging items (Note 32)	365.933	473.981
	(43.008)	54.329

Amounts expressed in Euros

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Other operating profits:</i>		
Recovery of loans and overdue interest (Note 16)	7.289.721	7.970.167
Contracting services	366.870	-
Gains on leased assets	365.538	288.229
Rendering of services	11.003	21.565
Others	24.914	97.010
	8.058.046	8.376.971
<i>Other operating costs:</i>		
Losses on leased assets	606.050	756.736
Single Resolution Fund	264.897	-
National Resolution Fund	84.665	98.821
Other operating costs	482.558	615.880
Other indirect taxes	2.476.247	1.868.743
	3.914.417	3.340.180
	4.143.630	5.036.791

Amounts expressed in Euros

No exercício de 2015, o montante registado na rubrica "Outros proveitos de exploração - Contrato de Prestação de Serviços" corresponde ao contrato de prestação de serviços de apoio e suporte, estabelecido entre o Banco e a Santander Consumer Services, S.A.

25. INCOME FROM FINANCIAL OPERATIONS

In 2015 and 2014, the amounts registered under this heading were broken down as follows:

	2015	2014
Revaluation of hedging swaps (Note 32)	(408.941)	(528.310)
Revaluation of hedging items (Note 32)	365.933	473.981
	(43.008)	54.329

Amounts expressed in Euros

26. OTHER OPERATING INCOME

In the financial years 2015 and 2014, this heading was broken down as follows:

	2015	2014
<i>Other operating profits:</i>		
Recovery of loans and overdue interest (Note 16)	7.289.721	7.970.167
Contracting services	366.870	-
Gains on leased assets	365.538	288.229
Rendering of services	11.003	21.565
Others	24.914	97.010
	8.058.046	8.376.971
<i>Other operating costs:</i>		
Losses on leased assets	606.050	756.736
Single Resolution Fund	264.897	-
National Resolution Fund	84.665	98.821
Other operating costs	482.558	615.880
Other indirect taxes	2.476.247	1.868.743
	3.914.417	3.340.180
	4.143.630	5.036.791

Amounts expressed in Euros

In the financial year 2015, the amount recorded under "Other operating income - Contract for the provision of services" corresponds to the contract for the provision of support services and support, established between the Bank and Santander Consumer Services, S.A.

27. RESULTADOS DE EMPRESAS ASSOCIADAS (EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Santander Consumer Services, S.A.	99.182	-

Amounts expressed in Euros

28. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Wages and salaries:</i>		
Remuneration of management	230.555	232.294
Remuneration of employees	5.884.280	5.202.949
	6.114.835	5.435.243
<i>Social charges:</i>		
Social Security	1.393.760	1.115.783
Other charges	215.418	201.141
	1.609.178	1.316.924
<i>Other costs with staff:</i>		
Bonus to employees and to the Board of Directors	851.701	712.314
Contract indemnities	681.741	278.000
Co-participation of interest on housing loans	-	12.000
Others	133.302	135.456
	1.666.744	1.137.770
	9.390.757	7.889.937

Amounts expressed in Euros

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de efetivos ao serviço do Banco era o seguinte:

	2015	2014
Management	10	6
Senior staff	36	22
Technical staff	120	107
Managers	31	33
	197	168

O aumento verificado em 2015 no número de efetivos ao serviço do Banco resulta da incorporação dos colaboradores da sucursal Banque BPF, S.A., no âmbito do acordo de parceria entre o Grupo Santander e o Grupo PSA (Nota 1).

27. INCOME FROM ASSOCIATED COMPANIES (EQUITY METHOD)

This heading is broken down as follows:

	2015	2014
Santander Consumer Services, S.A.	99.182	-

Amounts expressed in Euros

28. STAFF COSTS

In 2015 and 2014, this heading was broken down as follows:

	2015	2014
<i>Wages and salaries:</i>		
Remuneration of management	230.555	232.294
Remuneration of employees	5.884.280	5.202.949
	6.114.835	5.435.243
<i>Social charges:</i>		
Social Security	1.393.760	1.115.783
Other charges	215.418	201.141
	1.609.178	1.316.924
<i>Other costs with staff:</i>		
Bonus to employees and to the Board of Directors	851.701	712.314
Contract indemnities	681.741	278.000
Co-participation of interest on housing loans	-	12.000
Others	133.302	135.456
	1.666.744	1.137.770
	9.390.757	7.889.937

Amounts expressed in Euros

The Bank has not assumed any charges from retirement pensions in addition to social security contributions.

At 31 December 2015 and 2014, the number of employees of the Bank was as follows:

	2015	2014
Management	10	6
Senior staff	36	22
Technical staff	120	107
Managers	31	33
	197	168

The increase in the number of staff in the Bank recorded in 2015 is due to the incorporation of the employees from Banque BPF, S.A. branch, within the scope of the partnership agreement between Grupo Santander and the PSA Group (Note 1).

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Specialized services:</i>		
IT services	2.553.058	1.017.092
Subcontracting employees and other outsourcing services	1.840.594	1.402.896
Recovery of assets and vehicles	770.945	1.015.200
Advocacy	859.796	1.115.970
Support and software	224.161	161.786
Security and surveillance	131.382	109.503
Other specialized services	3.667.026	3.428.950
Communication	1.356.879	840.376
Insurances, legal services and litigation	835.184	678.248
Advertising	822.454	641.676
Leases and rentals	455.216	410.684
Retainers and fees	308.456	361.978
Water, energy and fuel	267.316	274.277
Travel, accommodation and representations	232.503	188.235
Repair and maintenance	129.014	135.814
Current consumption material	181.144	92.903
Training expenses	80.631	79.210
Other supplies and services	22.800	30.588
	14.738.560	11.985.386

Amounts expressed in Euros

No exercício de 2015, as remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas têm a seguinte composição:

<i>Statutory audit</i>	155.500
<i>Other reliability assurance services</i>	95.896
<i>Tax consultancy services</i>	80.235
	331.631

29. ADMINISTRATIVE OVERHEADS

In 2015 and 2014, this heading was broken down as follows:

In 2015, the remuneration paid to the Statutory Auditor was broken down as follows:

30. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a atividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

Banca de retalho: Inclui a atividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.

Banca comercial: Inclui a atividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e "Factoring".

Outros: Compreende todos os segmentos de atividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2015 e 2014, foi a seguinte:

30. SEGMENT REPORT

At December 31, 2015 and 2014, the activity of the Bank is organized according to the following business segments:

Retail banking: It includes the activity of the Bank developed under granting credit under the segments of Leasing, Long Term Rental and Consumer Finance, as well as deposits taken from customers.

Commercial banking: It includes the activity developed by the Bank within loan granting to companies to support treasury, financing the acquisition of stocks and Factoring.

Others: Includes all activity segments not included in previous business lines.

The distribution of results by business lines in 2015 and 2014 was as follows:

	2015			
	Retail banking	Comercial banking	Others	Total
Interest and similar income	52.119.137	2.819.981	-	54.939.118
Interest and similar charges	(12.236.318)	17.429	-	(12.218.889)
Income from services and commissions	17.167.784	1.707.994	-	18.875.778
Charges with services and commissions	(5.339.514)	-	-	(5.339.514)
Income from financial operations	(43.008)	-	-	(43.008)
Other operating income	4.242.812	-	-	4.242.812
Banking Activity Product	55.910.893	4.545.404	-	60.456.297
Other expenses and income				(42.030.968)
Net Result for Year				18.425.329
Loans to customers (net amount)	1.004.528.360	210.960.149	-	1.215.488.509
Total net assets	1.069.823.631	210.960.143	-	1.280.783.774
Resources from Central Banks and other credit institutions	859.784.949	177.929.541	-	1.037.714.490
Resources from customers and other loans	3.623.791	-	-	3.623.791
	2014			
	Retail banking	Comercial banking	Others	Total
Interest and similar income	52.835.559	1.657.709	-	54.493.268
Interest and similar charges	(16.085.980)	(93.403)	-	(16.179.383)
Income from services and commissions	13.438.695	648.794	-	14.087.489
Charges with services and commissions	(5.288.626)	-	-	(5.288.626)
Income from financial operations	54.329	-	-	54.329
Other operating income	5.036.791	-	-	5.036.791
Banking Activity Product	49.990.768	2.213.100	-	52.203.868
Other expenses and income				(42.688.081)
Net Result for Year				9.515.776
Loans to customers (net amount)	739.523.545	70.386.575	-	809.910.120
Total net assets	807.575.841	61.047.159	-	868.623.000
Resources from Central Banks and other credit institutions	592.838.337	55.604.723	-	648.443.060
Resources from customers and other loans	1.500.088	-	-	1.500.088

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2015 e 2014, a atividade do Banco foi integralmente desenvolvida em Portugal.

In 2015 and 2014, the Bank's activity was fully developed in Portugal.

31. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos registados no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

31. RELATED ENTITIES

At December 31, 2015 and 2014, the balances recorded in the consolidated balance sheet and in the consolidated income statement of the Bank that are derived from transactions with related parties are as follows:

Grupo Santander Entities	2015										Total
	Banco Santander SA	Santander Consumer Services	Santander Consumer Finance	Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	Banco Santander Totta	Aegon Santander Portugal Não vida Companhia de Seguros, S.A.	Isban PT Engenharia e Software Bancário	Produban	Geoban	Konecta Portugal	
Balance Sheet											
Assets											
Deposits in other credit institutions	-	-	-	-	207.929	-	-	-	-	-	207.929
Applications in credit institution	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financial assets held for trading	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credit to clients	-	113.349.569	-	-	-	-	-	-	-	-	113.349.569
Investments in associates and joint ventures	-	2.187.884	-	-	-	-	-	-	-	-	2.187.884
Investments due to maturity	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangible assets and other tangible assets	-	-	-	-	-	1.397.060	-	-	-	-	1.397.060
Other assets											
Income receivable	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Other debtors	-	-	-	-	2.234	2.070	-	-	-	-	4.305
Liabilities											
Resources from other Credit Institutions	-	-	(403.788.579)	-	(228.757.413)	-	-	-	-	-	(632.545.992)
Resources from Clients other loans	-	-	(596.573)	-	-	-	-	-	-	-	(596.573)
Financial liabilities associated to transferred assets	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedging derivatives	(249.138)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(249.138)
Subordinated loans	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Other liabilities - Sundry creditors	-	(4.844.502)	(51.751)	-	-	-	(714.444)	(512.481)	(33.617)	(223.871)	(6.380.666)
Profit and loss statement											
Interest and similar income	3.327.054	41.039	-	-	-	-	-	-	-	-	3.368.093
Interest and similar charges	(459.290)	-	(512.7909)	-	(3.216.904)	-	-	-	-	-	(8.804.104)
Income from commissions	-	-	-	22.474	28.543	-	-	-	-	-	51.017
Administrative overheads	-	-	(7.440)	-	-	-	(3.284.671)	(1.654.202)	(65.712)	1.087.600	(3.924.424)
Results of associated companies (equity method)	-	99.182	-	-	-	-	-	-	-	-	99.182
Income from financial operations	(365.933)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(365.933)
Other operating income	-	366.870	-	-	-	-	-	-	-	-	366.870
2014											
Grupo Santander Entities	Banco Santander SA	Santander Consumer Finance	Santander Global Facilities	Banco Santander Totta	Totta Seguros	Isban PT - Engenharia e Software Bancário	Produban	Geoban	Konecta Portugal	Total	
Balance Sheet											
Assets											
Deposits in other credit institutions	-	-	-	948.548	-	-	-	-	-	-	984.548
Financial assets held for trading	849.592	-	-	-	-	-	-	-	-	-	849.592
Intangible assets and other tangible assets	-	-	-	-	-	1.818.511	1.710	-	-	-	1.820.221
Other assets	-	-	-	7.298	8.223	-	-	-	-	-	15.521
Liabilities											
Resources from other Credit Institutions	-	(293.526.313)	-	(205.776.876)	-	-	-	-	-	-	(499.303.189)
Financial liabilities held for trading	(857.949)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(857.949)
Hedging derivatives	(632.800)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(632.800)
Subordinated loans	-	(15.056.126)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.056.126)
Other liabilities - Sundry creditors	-	(46.517)	-	-	(607.313)	(114.819)	-	(137.960)	-	-	(906.609)
Profit and loss statement											
Interest and similar income	5.802.449	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.802.449
Interest and similar charges	(1.256.412)	(4.497.638)	-	(4.438.050)	-	-	-	-	-	-	(10.192.100)
Income from commissions	-	-	-	-	37.609	-	-	-	-	-	37.609
Administrative overheads	-	-	-	-	-	(3.025.595)	(1.586.842)	49.012	980.637	-	(3.680.812)
Income from financial operations	528.310	-	-	-	-	-	-	-	-	-	528.310

Amounts expressed in Euros

Os montantes incluídos nos quadros acima na rubrica Ativos intangíveis e outros ativos tangíveis correspondem essencialmente a montantes pagos pelo Banco a outras entidades do Grupo durante o ano relativos a projetos de desenvolvimento nas aplicações informáticas.

The amounts included in the tables above in the heading Intangible assets and other tangible assets mainly corresponds to amounts paid by the Bank to other Group entities during the year relating to the development of projects in computer applications.

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Banco nem adquiriu títulos representativos do respetivo capital social.

Members of the Board of Directors

None of the members of the Board of Directors contracted credits from the Bank entities or acquired securities representing the respective share capital.

32. GESTÃO DE RISCO

Políticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua atividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção "Risco de Crédito" do Relatório do Conselho de Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

32. RISK MANAGEMENT

Risk management policies

Risk management policies implemented by the Bank within its activity are described in greater detail under the section "Credit risk" of the Board of Directors' Report.

Credit risk

Credit risk is the risk of default of the counterparty with which the Bank has open positions in financial instruments, as a creditor entity.

Maximum exposure to credit risk

At December 31, 2015 and 2014, the maximum exposure to credit risk is detailed as follows:

	2015		
	Nominal value	Gross Balance Value	Provisions and Impairment
Equity accounts			
Deposits in other credit institutions	23.832.207	23.832.207	-
Financial Assets held for trading	-	-	-
Loans to Customers	1.284.275.295	1.287.023.402	(107.607.111)
Other assets, excluding differed charges	14.559.994	14.559.994	(11.433.174)
	1.322.667.496	1.325.415.603	(119.040.285)
			1.206.375.318
Off-balance sheet			
Guarantees provided	2.149.558	2.149.558	-
Commitments to third partie	58.092.293	58.092.293	-
	60.241.851	60.241.851	-
			60.241.851
	2014		
	Nominal value	Gross Balance Value	Provisions and Impairment
Equity accounts			
Deposits in other credit institutions	35.783.082	35.783.082	-
Financial Assets held for trading	-	849.592	-
Loans to customers	858.709.847	861.215.421	(72.019.806)
Other assets, excluding differed charges	11.694.340	11.694.340	(7.388.531)
	906.187.269	909.542.435	(79.408.337)
			830.134.098
Off-balance sheet			
Guarantees provided	2.370.119	2.370.119	-
Commitments to third parties	58.263.679	58.263.679	-
	60.633.798	60.633.798	-
Amounts expressed in Euros			

Nos quadros apresentados acima, a linha Crédito a clientes não inclui encargos diferidos, nos montantes de 36.072.218 euros e 20.714.505 euros em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente (Nota 8).

In the tables above, the Loans to customers line does not include deferred charges, amounting to 36,072,218 euros and 20,714,505 euros at December 31, 2015 and 2014, respectively (Note 8).

Qualidade de crédito dos ativos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco é assegurado por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efetuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da atividade da Direção de Risco e Recuperação é por sua vez avaliada regularmente em Comité de Direção do Banco.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efetuada pela Direção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:

Credit quality of financial assets

The follow-up and monitoring of the processes of credit risk management of the Bank are ensured by an internal structure with competencies attributed for the purpose, being carried out at the level of the concession, follow-up and recovery of loans to companies and private individuals by the Risk and Recovery Management. The analysis and evolution of the activity of the Risk and Recovery Management is regularly assessed by the Bank's Steering Committee.

The credit granting process is supported in risk assessment models developed internally (rating and scoring models) and supplemented where applicable, by the evaluation carried out by Risk Management to the financial and economic data of the customer.

At December 31, 2015 and 2014, the composition of loans granted in Sales scheme to credit, financial leasing and long term rental, is detailed as follows:

	2015		
	Outstanding principal	Overdue loans and interest	Total exposure
Sales on credit			
Non default loans	737.068.529	12.899	737.081.428
Default loans	31.896.487	925.259	32.821.746
Default loans	4.236.346	56.152.547	60.388.893
	773.201.362	57.090.705	830.292.067
Financial leasing			
Non default loans	60.150.340	1.019	60.151.359
Default loans	2.911.334	140.585	3.051.919
Default loans	333.172	6.253.210	6.586.382
	63.394.846	6.394.813	69.789.659
Long-term rental			
Non default loans	128.812.060	895	128.812.955
Default loans	4.137.661	136.257	4.273.918
Default loans	425.750	4.153.008	4.578.758
	133.375.471	4.290.160	137.665.631
Total	969.971.679	67.775.678	1.037.747.357

Amounts expressed in Euros

	2014		
	Principal falling due	Capital and interest overdue	Total exposure
Sales on credit			
Non default loans	552.947.980	25.880	552.973.860
Default loans	26.293.009	837.069	27.130.078
Default loans	3.473.696	32.916.636	36.390.332
	582.714.685	33.779.585	616.494.270
Financial leasing			
Non default loans	47.028.602	1.211	47.029.813
Default loans	2.587.067	102.434	2.689.501
Default loans	126.181	1.779.473	1.905.654
	49.741.850	1.883.118	51.624.968
Long-term rental			
Non default loans	96.589.709	2.037	96.591.746
Default loans	3.664.577	111.080	3.775.657
Default loans	388.370	2.320.399	2.708.769
	100.642.656	2.433.516	103.076.172
Total	733.099.191	38.096.219	771.195.410

Amounts expressed in Euros

Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efetuada de acordo com a seguinte metodologia:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Nos exercícios de 2015 e 2014, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se garantidas, entre outras, pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de "factoring" com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias hipotecárias; e
- (iv) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respetivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Ativos e Passivos ("Asset Liabilities Committee" – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da atividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

The classification of operations was carried out according to the following methodology for the preparation of the table:

- "Non default loans" – loans with no payments in default or with balances unpaid up to 11 days;
- "Default loans" – loans with balances unpaid from 11 to 90 days;
- "Default loans" – loans with balances unpaid over 90 days;

At 2014 and 2015, loan operations granted to customers by the Bank are guaranteed, among others, by the following types of collateral:

- (i) Bank guarantees, usually associated to factoring operations with dealers;
- (ii) Reservation of ownership in sales of goods on credit for the acquisition of vehicles;
- (iii) Mortgage guarantees; and
- (iv) Personal guarantees (bill of exchange, surety, others).

Liquidity risk

Liquidity risk refers to the Bank's risk in obtaining the financial resources it requires to meet its commitments. The liquidity risk may consist in, for example, in the incapacity to dispose of a financial asset quickly and by an amount representative of its fair value.

In the context of the Bank's internal policies, regarding exposure to liquidity risk, the respective follow-up and monitoring is ensured by the Asset Liabilities Committee - ALCO. In accordance with the current procedures, the financing of the activity is mainly ensured by the Grupo Santander, and the bank has an overdraft limit authorised and negotiated for this purpose.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os “cash flows” contratuais não descontados relativos aos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

At 31 December 2014 and 2015, cash flow contract not discounted relative to financial assets and liabilities have the following composition by maturity ranges:

	2015						
	On demand	Up to 3 months	From 3 months to 1 year	From 1 year to 3 year	From 3 year to 5 year	From 3 year to 5 year	Total
Assets							
Cash and deposits at Central Banks	15.071.921	-	-	-	-	-	15.071.921
Deposits in other credit institutions	23.832.207	-	-	-	-	-	23.832.207
Loans to customers (Gross balances)	194.995.281	108.133.098	230.211.632	426.702.697	249.341.667	174.977.697	1.384.362.072
	233.899.409	108.133.098	230.211.632	426.702.697	249.341.667	174.977.697	1.423.266.200
Liabilities							
Central Bank Resources	-	-	-	(405.570.938)	-	-	(405.570.938)
Resources from other Credit Institutions	(98.016.805)	(11.093.097)	(147.611.454)	(318.255.248)	(41.756.223)	(30.278.288)	(647.011.115)
Resources from customers and other loans	(3.623.791)	-	-	-	-	-	(3.623.791)
Subordinated liabilities	-	-	-	-	-	-	-
Other financial liabilities							
Creditors with factoring contracts	-	(4.364.399)	-	-	-	-	(4.364.399)
Deposits received - factoring contracts	-	(549.598)	-	-	-	-	(549.598)
Deposits received - ALD contracts	-	(273.760)	(2.592.591)	(5.897.234)	(5.159.804)	(4.030.709)	(17.954.098)
	(101.640.597)	(16.280.854)	(150.204.045)	(729.723.420)	(46.916.027)	(34.308.997)	(1.079.073.940)
Difference	132.258.812	91.852.244	80.007.587	(303.020.723)	202.425.640	140.668.700	344.192.260
	2014						
	On demand	Up to 3 months	From 3 months to 1 year	From 1 year to 3 year	From 3 year to 5 year	From 3 year to 5 year	Total
Assets							
Cash and deposits at Central Banks	43.483	-	-	-	-	-	43.483
Deposits in other credit institutions	35.783.082	-	-	-	-	-	35.783.082
Loans to customers (Gross balances)	63.756.431	53.619.643	182.795.577	340.886.580	190.141.138	118.581.653	949.781.022
	99.582.996	53.619.643	182.795.577	340.886.580	190.141.138	118.581.653	985.607.587
Liabilities							
Central Bank Resources	-	(149.146.317)	-	-	-	-	(149.146.317)
Resources from other Credit Institutions	(58.008.746)	(676.581)	(183.264.818)	(244.248.544)	(25.234.472)	-	(51.433.161)
Resources from customers and other loans	(1.500.088)	-	-	-	-	-	(1.500.088)
Subordinated liabilities	-	-	(15.250.932)	-	-	-	(15.250.932)
Other financial liabilities							
Creditors with factoring contracts	-	(9.868.475)	-	-	-	-	(9.868.475)
Deposits received - factoring contracts	-	(160.000)	-	-	-	-	(160.000)
Deposits received - ALD contracts	-	(349.946)	(3.408.037)	(7.312.542)	(4.728.358)	(2.767.530)	(18.566.413)
	(59.508.834)	(160.201.319)	(201.923.787)	(251.561.086)	(29.962.830)	(2.767.530)	(705.925.386)
Difference	40.074.162	(106.581.676)	(19.128.210)	89.325.494	160.178.308	115.814.123	279.682.201

Amounts expressed in Euros

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projetados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica "Crédito a clientes", foram classificados no intervalo temporal "À vista";
- Os fluxos de capital projetados relativos à rubrica de "Crédito a clientes" não incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" foram classificados no intervalo temporal "À vista"; e
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.

Risco de taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

In the preparation of the tables above, cash flows of capital and interest were considered, accordingly, all amounts shown are not directly comparable with the account balances on these dates.

Additionally, the following assumptions were used for the preparation of the information above:

- Overdrafts on customer demand deposits and loans granted through credit cards, recorded under the heading "Customer loans", were classified as "On demand";
- Capital flows relating to the heading "Customer loans" do not include overdue loans;
- Demand deposits of customers recorded under the heading "Resources from customers and other loans", were classified as "On demand"; and
- Financial flows presented for operations whose remuneration is indexed to Euribor were estimated on the basis of the reference rate in force on 31 December 2014 and 2015, respectively.

Interest rate risk

Interest rate risk corresponds to the risk that the fair value or cash flows associated with a given financial instrument change as a result of a change in market interest rates.

At December 31, 2015 and 2014, the interest rate risk exposure is detailed as follows:

	31-12-2015				
	Fixed rate	Variable rate	Subtotal	Others	Total
Assets					
Cash and Deposits at Central Banks	15.050.416	21.505	15.071.921	-	15.071.921
Deposits in other credit institutions	12.741	23.819.466	23.832.207	-	23.832.207
Loans to customers (gross balances)	655.373.102	545.071.284	1.200.444.386	122.651.233	1.323.095.619
	670.436.259	568.912.255	1.239.348.514	122.651.233	1.361.999.747
Liabilities					
Resources from Central Banks and other Credit Institutions	(993.016.805)	(40.000.000)	(1.033.016.805)	(4.697.686)	(1.037.714.491)
Resources from customers and other loans	-	(3.623.791)	(3.623.791)	-	(3.623.791)
Subordinated liabilities	-	-	-	-	-
Other liabilities	(17.954.098)	(4.913.042)	(22.867.140)	-	(22.867.140)
	(1.010.970.903)	(48.536.833)	(1.059.507.736)	(4.697.686)	(1.064.205.422)
Hedging financial derivative instruments (notional amount)	(44.000.000)	44.000.000	-	-	-
Net Exposure	(384.534.644)	564.375.422	179.840.778	117.953.547	297.794.325

Amounts expressed in Euros

31-12-2014

	Fixed rate	Variable rate	Subtotal	Others	Total
Assets					
Cash and Deposits at Central Banks	43,016	467	43,483	-	43,483
Deposits in other credit institutions	35,102	35,747,980	35,783,082	-	35,783,082
Loans to customers (gross balances)	354,491,916	450,728,497	805,220,413	76,709,513	881,929,926
	354,570,034	486,476,944	841,046,978	76,709,513	917,756,491
Liabilities					
Resources from Central Banks and other Credit Institutions	(493,000,000)	(147,000,000)	(640,000,000)	(8,443,060)	(648,443,060)
Resources from customers and other loans	-	(1,500,088)	(1,500,088)	-	(1,500,088)
Subordinated liabilities	-	(15,000,000)	(15,000,000)	(56,126)	(15,056,126)
Other liabilities	(18,566,413)	(9,868,475)	(28,434,888)	-	(28,434,888)
	(511,566,413)	(173,368,563)	(684,934,976)	(8,499,186)	(693,434,162)
Hedging financial derivative instruments (notional amount)	(97,500,000)	97,500,000	-	-	-
Net Exposure	(254,496,379)	410,608,381	156,112,002	68,210,327	224,322,329

Amounts expressed in Euros

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os recursos de clientes e o depósito colateral em Bancos Centrais, não remunerados, foram classificados na coluna de "taxa variável".
- A coluna "Outros" inclui os seguintes saldos:
 - Saldos vencidos de crédito concedido a clientes;
 - Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos; e
 - Juros a receber ou a pagar.
- Não foram considerados saldos de swaps de taxa de juro uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

The following assumptions were used for the preparation of the table above:

- Resources from customers and the unpaid collateral deposit in central banks, are listed in the "variable rate" column.
- The column "Others" includes the following balances:
 - Overdue loans granted to customers;
 - Other amounts received or paid which are deferred; and
 - Interest receivable or payable.
- Balances of interest rate swaps were not included since they apply to back-to-back positions (symmetrical).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o impacto na margem financeira projetada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 100 (basis point value) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo repricing ocorra em 2015 e 2014, respetivamente, é o seguinte:

	2015		2014
	- 100 bp	+ 100 bp	- 100 bp
Interest and similar income	-	6.278.915	(44.436)
Interest and similar charges	-	(2.468.778)	60.756
Financial margin	-	3.810.137	16.320
Amounts expressed in Euros			1.831.014

Amounts expressed in Euros

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2015 e 2014, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projetadas para cada exercício. Considerando que a atual curva de taxa de juro é negativa, qualquer cenário de descida de taxas não terá qualquer impacto.

Justo Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado ativo. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é acessado por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

A valorização de instrumentos financeiros para os quais não existam cotações em mercado ativo é descrita nos pontos seguintes:

a) Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor (instrumentos financeiros derivados):

As transações de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de juro são efetuadas em mercados de balcão (OTC – Over-The-Counter). Para as operações de derivados OTC (swaps) a respetiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente, a partir do valor atual dos fluxos futuros (cash flows), com base na curva de taxa de juro relevante, vigente no momento do cálculo.

Os instrumentos financeiros derivados foram contratados com contrapartes com as quais o Banco mantém acordos de colateralização. Desta forma, não são sujeitos a ajustamentos para o risco de crédito, na medida em que o mesmo se encontra mitigado.

As técnicas de valorização utilizam como inputs variáveis representativas das condições de mercado à data das demonstrações financeiras.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (ex: Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Sensitivity analysis – Interest rate

At 31 December 2014 and 2015, the impact on the Bank's projected financial margin, assuming a parallel shift in interest rate curves of 100 basis point value, that index sensitive financial instruments to changes in interest rate with a repricing which occurs in 2014 and 2015, respectively, is as follows:

	2015		2014
	- 100 bp	+ 100 bp	- 100 bp
Interest and similar income	-	6.278.915	(44.436)
Interest and similar charges	-	(2.468.778)	60.756
Financial margin	-	3.810.137	16.320
Amounts expressed in Euros			1.831.014

With regard to fixed rate financial instruments whose maturity occurs in 2015 and 2014, the values shown above, consider their replacing with similar instruments, whose remuneration is calculated according to the projected interest rate curve for each year. Considering that the current interest rate curve is negative, any scenario of decrease in interest rates will have no impact on the Bank's income statement.

Fair Value

The fair value of financial instruments is estimated, whenever possible, on quoted market prices. A market is considered active, and liquid, when it is accessed by counterparties who are equally knowledgeable and where transactions are performed on a regular basis.

The valuation of financial instruments for which there are no quoted market prices is described in the following paragraphs:

a) Financial instruments registered in the balance sheet at fair value (derivative financial instruments):

Financial derivatives transactions in the form of interest-rate contracts are made in Over-The-Counter markets (OTC). For OTC derivative transactions(swaps) the respective assessment is calculated on the basis of generally accepted methods, in particular, from the present value of future cash flows, based on the relevant interest rate curve, in force at the time of calculation.

Derivative financial instruments have been contracted with counterparties with which the Bank maintains collateralisation agreements with. As such, they are not subject to adjustments for credit risk, to the extent that it is mitigated.

The recovery techniques use variables representative of market conditions as inputs as at the date of the financial statements.

Market interest rates are established based on the information disseminated via financial content providers (ex: Bloomberg and Reuters), and adjusted in accordance to liquidity and credit risk.

Interest rates for specific cash flow maturities are determined by appropriate interpolation methods. Interest rate curves are also used in the projection of non-deterministic cash flows such as the reference rate.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros detidos pelo Banco e registados no balanço ao justo valor (derivados), são classificados no Nível 2 da hierarquia prevista na norma IFRS 13, na medida em que são utilizados modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio).

b) Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco apura o respetivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Nesta nota, estes instrumentos financeiros são apresentados no Nível 3, na medida em que se considera que o seu justo valor depende de dados relevantes não observáveis em mercado. Os instrumentos exigíveis à vista (caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e recursos de clientes e outros empréstimos) são apresentados no Nível 1.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido apurado com esse objetivo.

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

For the purposes of this note, the financial instruments held by the Bank and recorded in the balance sheet at fair value (derived), are classified in the hierarchy level 2 provided for in standard IFRS 13, to the extent that internal models which mainly use observable market data (such as interest rates curves or foreign exchange rates) are mostly used.

b) Financial instruments registered in the balance sheet at amortised cost

For the financial instruments registered in the balance sheet at amortised cost, the Bank establishes the respective fair value using the valuation techniques. In this note, these financial instruments are presented in Level 3, since it is considered that its fair value depends on relevant data not observable in the market. Instruments required to be payable (cash and deposits at Central Banks, deposits in other credit institutions and resources from customers and other loans) are shown in Level 1.

It should be noted that the fair value shown may not correspond to the value of realization of these financial instruments in a scenario of sale or liquidation, not having been established with this purpose.

The table below shows the comparison between the fair value and the amount of the balance of the financial instruments, with reference to 31 December 2015 and 2014:

2015

Balance sheet	Methodology used to determine fair value				
	Quoted market prices (Level 1)	Valuation techniques		Fair Value	Difference
		Market Data (Level 2)	Models (Level 3)		
Assets					
Cash and deposits at Central Banks	15.071.921	15.071.921	-	-	15.071.921 -
Deposits in other credit institutions	23.832.207	23.832.207	-	-	23.832.207 -
Loans to customers	1.215.488.509	-	1.227.861.026	838.600.471	1.227.861.026 12.372.517
Trading derivatives	-	-	-	-	-
	1.254.392.637	38.904.128	1.227.861.026	838.600.471	1.266.765.154 12.372.517
Liabilities					
Resources from Central Banks and other credit institutions	1.033.016.805	-	-	1.066.414.868	1.066.414.868 26.601.937
Resources from customers and other loans	3.623.791	3.623.791	-	-	3.623.791 -
Other subordinated liabilities	-	-	-	-	-
Trading derivatives	-	-	-	-	-
Hedge derivatives	249.138	-	249.138	-	249.138 -
	1.036.889.734	-3.623.791	249.138	1.066.414.868	1.010.287.797 26.601.937

2014

Balance sheet	Methodology used to determine fair value				
	Quoted market prices (Level 1)	Valuation techniques		Fair Value	Difference
		Market Data (Level 2)	Models (Level 3)		
Assets					
Cash and deposits at Central Banks	43.483	43.483	-	-	43.483 -
Deposits in other credit institutions	35.783.082	35.783.082	-	-	35.783.082 -
Loans to customers	809.910.120	-	-	-	838.600.471 28.690.351
Trading derivatives	849.592	-	849.592	838.600.471	849.592 -
	846.586.277	35.826.565	849.592	838.600.471	875.276.628 28.690.351
Liabilities					
Resources from Central Banks and other credit institutions	648.443.060	-	-	655.909.942	655.909.942 (-7.466.882)
Resources from customers and other loans	1.500.088	1.500.088	-	-	1.500.088 -
Other subordinated liabilities	15.056.126	-	-	15.197.901	15.197.901 (141.775)
Trading derivatives	857.949	-	-	857.949	857.949 -
Hedge derivatives	632.800	-	632.800	-	632.800 -
	666.490.023	1.500.088	632.800	671.965.792	674.098.680 (-7.608.657)

Amounts expressed in Euros

As técnicas de valorização utilizadas têm por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respetivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituiá uma aproximação fiável do seu justo valor;
- Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2015 e 2014, respetivamente, para operações com características semelhantes;
- O justo valor do Crédito a clientes encontra-se ajustado pelo montante de perdas por imparidade acumuladas, registado nas contas consolidadas.

The valuation techniques used are based on the market conditions applicable to similar operations in the reference date of the financial statements, in particular, the value of the respective discounted cash flows based on the interest rates considered most appropriate, i.e.:

- Regarding financial instrument balances due within one year, it is considered that the value of the balance sheet is a reliable approximation of its fair value;
- In the remaining operations with clients, average interest rates applied by the Bank in the last quarter of 2015 and 2014, respectively, for operations with similar characteristics were used; and
- The fair value of Loans to customers is adjusted by the amount of impairment loss recorded in the consolidated accounts.

Contabilidade de Cobertura

O Banco aplica Contabilidade de Cobertura de justo valor para carteiras de crédito a clientes a taxa fixa. Os instrumentos utilizados para o efeito são swaps de taxa de juro. A aplicação de Contabilidade de Cobertura permite eliminar o “accounting mismatch” que resultaria do reconhecimento ao custo amortizado dos elementos cobertos, enquanto os instrumentos de cobertura (instrumentos financeiros derivados) teriam de ser obrigatoriamente registados ao justo valor através de resultados. O valor dos instrumentos financeiros cobertos é a parcela de cash-flows das operações que iguala os cash-flows dos swaps contratados.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos elementos cobertos e o justo valor dos instrumentos de cobertura associados têm a seguinte composição:

Hedge Accounting

The Bank shall apply fair value Hedge Accounting for loan portfolios to customers at fixed rates. Interest rate swaps are used for this purpose. Hedge accounting allows "accounting mismatch" to be eliminated, resulting in the recognition of the items hedged at amortised cost, while the hedge instruments (derivative financial instruments) would need to be recorded at fair value through profit and loss. The value of the hedged financial instruments is a share of the cash-flows that equals the cash-flows from contracted swaps.

At 31 December 2015 and 2014, the balance sheet value of hedged items and the fair value of associated hedged instruments are broken down as follows:

2015						
	Hedged items			Hedged instruments		
	Nominal Value	Value Adjustments	Total	Notional Amount	Interest and Premiums	Revaluations
Loans to customers	666.154.755	247.130	666.401.885	44.000.000	(22.968)	(226.170)
2014						
	Hedged items			Hedged instruments		
	Nominal Value	Value Adjustments	Total	Notional Amount	Interest and Premiums	Revaluations
Loans to customers	344.193.773	656.071	344.849.844	97.500.000	(40.699)	(592.101)

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2015 e 2014, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos instrumentos financeiros derivados de cobertura e nos elementos cobertos foram os seguintes (Nota 25):

In 2015 and 2014, the profit or loss on financial transactions recognised in hedge derivative instruments and in hedged items were as follows (Note 25):

	2015	2014
Hedged items - loans to customers	365.933	473.981
Revaluation of hedging swaps	(408.941)	(528.310)
	(43.008)	54.329

Amounts expressed in Euros

33. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua atividade encontra-se sujeita à disciplina e disposições da Diretiva 2013/36/EU e do Regulamento EU n.º 575/2013, aprovados pelo Parlamento europeu e pelo Conselho (CRDIV/CRR), que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2014, e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Ainda em matéria de regulação prudencial, dado o Banco fazer parte integrante do Grupo Banco Santander encontra-se sujeito à supervisão do Banco Central Europeu no âmbito do Mecanismo Único de Supervisão, definido pelo Regulamento (EU) n.º 1024/2013.

Nas atribuições conferidas pelo Mecanismo Único de Supervisão, o Banco Central Europeu definiu para o Banco o nível mínimo para os Fundos Próprios Principais de nível 1 (Common Equity Tier 1) o valor de 9,75%.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o apuramento do rácio de solvabilidade do Banco apresenta a seguinte composição:

33. CAPITAL MANAGEMENT

The capital management held by the Bank within the scope of its activity is subject to the discipline and provisions of Decree 2013/36/EU and of Regulation EU no. 575/2013, approved by the European Parliament and the Council (CRDIV/CRR), which entered into force on 1 January 2014, and the Notice of the Bank of Portugal No. 6/2013, as supervisory authority of the national financial system.

Regarding prudential regulation, as the Bank is an integral part of the Banco Grupo Santander, they are subject to the supervision of the European Central Bank within the scope of the Single Supervisory Mechanism, defined by Regulation (EU) No. 1024/2013.

Within the powers conferred by the Single Supervisory Mechanism, the European Central Bank defined the minimum level for the Common Equity Tier 1 as 9.75%.

At 31 December 2015 and 2014, the solvency ratio of the Bank is as follows:

	2015	2014
<i>Paid-up capital</i>	66.592.947	66.592.947
<i>Share premiums</i>	12.790.664	12.790.664
<i>Legal, statutory reserves and others</i>	40.624.725	41.365.111
<i>Retained Earnings</i>	14.310.689	12.618.725
<i>Other net deductions from Original Own Funds</i>	(1.563.279)	(1.881.924)
 <i>Eligible Tier I own funds (1)</i>	 132.755.746	 131.485.523
 <i>Subordinated loans</i>	 -	 -
 <i>Eligible Tier II own funds (2)</i>	 -	 -
 <i>Eligible Tier own funds (1+2)</i>	 132.755.746	 131.485.523
 <i>Own funds requirements</i>	 88.492.359	 60.303.241
 <i>Common Equity Tier 1 ratio</i>	 12.00%	 17.44%
<i>Tier 1 Ratio</i>	12.00%	17.44%
<i>Total Capital Ratio</i>	12.00%	17.44%

Amounts expressed in Euros

34. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Operação de titularização SILK 3

Em 4 de agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efetivamente transferido ascendeu a 681.723.353 euros, na medida em que foram excluídos da transação os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.

Em 15 de outubro de 2010, o Banco procedeu a uma venda de créditos adicionais ao Fundo, no âmbito da referida operação de titularização. Naquela data, o valor vincendo dos créditos alienados ascendia a 177.190.627 euros. Pelos mesmos motivos referidos no parágrafo anterior, deste montante de capital vincendo, o valor efetivamente transferido ascendeu a 154.000.000 euros. Estas operações foram alienadas ao Fundo por 154.000.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor nominal dos créditos titularizados ascendia a 438.849.060 euros.

O Fundo foi liquidado com referência a 15 de julho de 2015 nos termos do Regime Jurídico da Titularização de Créditos (Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro) e do artigo 17º do Regulamento de Gestão do Fundo. O reembolso antecipado foi aprovado em Assembleia Geral de obrigacionistas realizada no dia 14 de julho de 2015 e o Banco, único detentor das unidades de participação, confirmou o seu interesse em que o Fundo fosse antecipadamente liquidado e partilhado em carta enviada à Sociedade Gestora datada de 15 de julho de 2015.

No âmbito da operação de liquidação do Fundo, os créditos titularizados foram retransmitidos ao Banco nos termos do acordo de retransmissão dos créditos ("Receivables retransfer agreement") celebrado entre as partes. O preço de transmissão dos créditos, no montante de 344.592.655 euros, nos termos da alínea b) do número 4 do artigo 17º do Regulamento de Gestão do Fundo, correspondeu ao respetivo valor de mercado na data de transmissão (15 de julho de 2015) que, para esse efeito, foi objeto de relatório de exame simplificado elaborado pela PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

A gestão dos créditos cedidos continuou a ser assegurada pelo Banco durante a vigência da operação de titularização. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito foram entregues ao Fundo, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integravam o Fundo, com base numa taxa anual de 1%.

O financiamento do Silk Finance No. 3 Limited foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de dezembro de 2014, a dívida emitida por esta entidade apresentava as seguintes características:

Bonds	Nominal value	Date of maturity	Rating Fitch / S&P	Remuneration
Class A	173.646.945	July 2025	A / A-	Eur 3M + 1.5%
Class B	288.000.000	July 2025	Not rated	Residual
Class C	3.900.000	July 2025	Not rated	Residual
465.546.945				

Amounts expressed in Euros

34. SECURITISATION TRANSACTIONS

SILK 3 securitisation transaction

On 4 August 2009, the Bank conducted a credit securitisation operation under which it sold a loan portfolio comprising sales transactions on loans and mortgage finance lease transactions to mature on that date in the amount of 688,412,950 euros. The value actually transferred from the principal outstanding amounted to 681,723,353, the amounts relating to securities and residual values from equipment finance lease contracts were excluded from the transaction. These operations were sold for 676,731,708 euros to Silk Finance Fund No. 3, managed by Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.

On 15 October 2010, the Bank held a sale of additional loans to Fundo, within the scope of the said securitisation. On that date, the value of the loans falling due amounted to 177,190,627 euros. For the same reasons as referred to in the preceding paragraph, the actual value transferred from the principal outstanding amounted to 154,000,000 euros. These operations were sold to Fundo for 154,000,000 euros.

On 31 December 2014, the nominal value of the securitised loans amounted to 438,849,060 euros.

The fund was paid up with reference to 15 July 2015 under the terms of the Regime of Credit Securitisation (Decree-law no. 453/99 of 5 November) and of Article 17 of the Fund's Management Regulation. The early repayment was approved in the General Shareholders Meeting held on 14 July 2015 and the Bank, the sole holder of the shares, confirmed its interest in the anticipated settlement of the Fund and shared it in a letter sent to the Management Company dated 15 July 2015.

As part of the liquidation of the Fund operation, the securitised loans were retransmitted to the Bank in accordance with the Receivables retransfer agreement concluded between the parties. The price of the transfer of loans in the amount of 344,592,655 euros, pursuant to point b) of number 4 of article 17 of the Fund's Management Regulations, corresponded to the respective market value on the date of the transfer (15 July 2015) and were object to a simplified examination report prepared by PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

The management of loans transferred continued to be carried out by the Bank during the term of the securitisation operation. All amounts received under the loan contracts were delivered to the Fund, as the Bank's services are remunerated through a commission calculated on a quarterly basis on the overall value of the loans which were part of the Fund, based on an annual percentage rate of 1%.

Financing of Silk Finance No. 3 Limited was ensured by means of the issuance of bonds with different subordination and rating levels and consequently of remuneration. On 31 December 2014, the debt issued by this entity was as follows:

O pagamento de juros das obrigações da classe A e a distribuição do montante residual das classes B e C foram efetuados trimestralmente em 15 de janeiro, 15 de abril, 15 de julho e 15 de outubro de cada ano.

Para cobertura do risco de taxa de juro, o veículo de titularização Silk Finance No.3 Ltd, celebrou com o Banco Santander, S.A., um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap o veículo de titularização entregava, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito, e recebia um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4% até 15 de outubro de 2010 e 5,10% após essa data e até à maturidade. Por sua vez, o Banco Santander, S.A., cobriu a sua posição através da contratação de um swap simétrico com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Nota 7). Esta operação terminou em 15 de julho de 2015, data de liquidação do Fundo.

O Banco manteve a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efetuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que ocorreram. O produto da cobrança das prestações foi mensalmente depositado numa conta do Fundo junto do Banco.

O produto das cobranças de capital entregues era utilizado pelo Fundo para, mensalmente, proceder à aquisição de novos créditos ao Banco. Este procedimento foi seguido até ao IPD (interest payment date) de outubro de 2012, altura em que a parte do capital não utilizada para aquisição de novos créditos, e por este motivo acumulada na conta do Fundo, começou a ser utilizada para proceder trimestralmente ao reembolso, por redução ao valor nominal das unidades de titularização.

O Banco detinha a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas e de recomprar a carteira de crédito ao valor nominal quando esta fosse igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Após a data de liquidação antecipada da operação Silk 3 foram iniciados os procedimentos de liquidação e encerramento da empresa Silk Finance No.3 Ltd, sediada na Irlanda, uma vez que deixou de ter atividade.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco tinha entregue obrigações da Classe A com valor nominal de 173.647.000 euros como colateral ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de financiamento (Notas 14 e 22).

Operação de titularização SILK 4

Em 16 de novembro de 2015, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos – Silk Finance No. 4 -, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 611.022.649 euros. Estas operações foram alienadas ao seu valor nominal de 611.022.649 euros à sociedade de titularização de créditos TAGUS, S.A. STC.

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues à sociedade de titularização TAGUS, S.A. STC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 1%.

The interest payment for Class A bonds and the distribution of the residual amount of classes B and C were performed quarterly on 15 January, 15 April, 15 July and 15 October of each year.

For the hedging of interest rate risk, the Silk Finance No.3 Ltd securitisation vehicle entered into an interest rate swap with Banco Santander, S.A. Under the terms of this swap, the securitisation vehicle paid an amount calculated using the average interest rate of the loan portfolio on interest rate due date, and received an amount calculated with reference to the Euribor 3 months, plus 4% until 15 October 2010 and 5.10% after that date and until maturity. In turn, Banco Santander, S.A., covered their position by contracting a symmetrical swap with Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Note 7). This operation ended on 15 July 2015, settlement date of the Fund.

The Bank has maintained its role as the manager and, consequently, the commercial relationship with its customers, collection of instalments and recovery of benefits and any late-payment interest. The recovery of instalments was deposited monthly in a Fund account with the Bank.

Cash collections were used by the Fund to acquire new loans every month for the Bank. This procedure was followed up to the interest payment date (IPD) of October 2012, at which time the part of the capital not used for the acquisition of new loans, and for this reason accumulated in the Fund's account, began to be used for reimbursement on a quarterly basis, by reducing the nominal value of the securitisation units.

The Bank had the option to liquidate the bonds issued in advance and to repurchase the credit portfolio of the nominal value when this was equal or lower than 10% of the amount of the initial operation.

After the date of the anticipated settlement of the Silk 3 operation, the closure and settlement procedures of Silk Finance No.3 Ltd, with headquarters in Ireland were initiated, since it ended its activities.

On 31 December 2014, the Bank had delivered Class A bonds with a nominal value of 173,647,000 euros as collateral with the European Central Bank, within the scope of the financing operations (Notes 14 and 22).

SILK 4 securitisation transaction

On 16 November 2015, the Bank conducted a credit securitisation operation – Silk Finance no. 4-, under which it sold a loan portfolio comprising sales transactions on loans and mortgage finance lease transactions to mature on that date in the amount of 611,022,649 euros. These operations were sold at their nominal value in the amount of 611,022,649 euros to the credit securitisation company TAGUS, S.A. STC.

The management of loans transferred continues to be carried out by the Bank. All amounts received under the credit agreements are delivered to the securitisation company TAGUS, S.A. STC, as the Bank's services are remunerated through a commission calculated on a quarterly basis on the overall value of the loans which are part of the Fund, based on an annual percentage rate of 1%.

O financiamento do Silk Finance No. 4 foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de dezembro de 2015, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

Bonds	Nominal value	Date of maturity	BRS/S&P Rating	Remuneration
Class A	509 400 000	January, 2031	A	1.20%
Class B	101.500.000	January 2031	Not rated	2.40%
Class C	3.700.000	January 2031	Not rated	Residual
Variable Funding Note	1	January 2031	Not rated	Residual

Amounts expressed in Euros

As obrigações emitidas foram totalmente adquiridas pelo Banco (Nota 7).

O pagamento de juros das obrigações da classe A e B e a distribuição do montante residual das classes C e Variable Funding Note são efetuados trimestralmente em 25 de janeiro, 25 de abril, 25 de julho e 25 de outubro de cada ano.

O Banco mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efetuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que ocorram. O produto da cobrança das prestações é mensalmente depositado numa conta da sociedade de titularização de créditos junto do Banco.

O produto das cobranças de capital entregues é utilizado pela sociedade de titularização de créditos para, mensalmente, proceder à aquisição de novos créditos. Este procedimento manter-se-á até 25 de janeiro de 2019, definido como último o IPD (interest payment date) do "revolving", a partir da qual a operação iniciará a sua amortização.

O Banco detém a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas e de recomprar a carteira de crédito ao valor nominal quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Tal como referido na Nota 2.3 a), o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades de propósito especial (SPE), criadas no âmbito das operações de titularização acima descritas, dado que exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade (Nota 4).

Os créditos relativos às operações de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelos veículos de titularização, que são totalmente detidas pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

Financing of Silk Finance No. 4 was ensured by means of the issuance of bonds with different subordination and rating levels and consequently of remuneration. At 31 December 2015, the debt issued by this entity is as follows:

The bonds issued were fully acquired by the Bank (Note 7).

The interest payment for Class A and B bonds and the distribution of the residual amount of classes C and Variable Funding Note are performed quarterly on 25 January, 25 April, 25 July and 25 October of each year.

The Bank maintains its role as the manager and, consequently, the commercial relationship with its customers, collection of instalments and recovery of benefits and any late-payment interest. The recovery of instalments is monthly deposited in an account of the credit securitisation company with the Bank.

Cash collections delivered are used by the credit securitisation company to acquire new loans each month. This procedure will continue until 25 January 2019, defined as "revolving" (interest payment date), from which the operation will initiate its amortisation.

The Bank has the option to liquidate the bonds issued in advance and to repurchase the credit portfolio of the nominal value when this is equal or lower than 10% of the amount of the initial operation.

As referred to in Note 2.3 a) the Bank includes special purpose entities (SPE), created within the credit securitisation operations described above in its financial statements, given that it has an effective financial and operational control over them and holds all the benefits and risks associated with the respective activity (Note 4).

Loans relating to securitisation operations were recorded in the balance sheet, and the bonds issued by securitisation vehicles, which are entirely owned by the Bank, were cancelled in the consolidation process.

35. OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Seguros

O Banco, para além da sua atividade principal de concessão de crédito, exerce também a atividade de Mediação de Seguros, estando registado no Instituto de Seguros de Portugal ("ISP") na categoria de Mediador de Seguros com o número 408262671.

Conforme requerido pela Norma Regulamentar nº. 15/2009-R de 30 de dezembro, do ISP, artigo 4º nº1, apresenta-se em seguida a informação aplicável ao Banco:

Alínea a) - Reconhecimento dos proveitos

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. O Banco reconhece estas comissões na demonstração de resultados na data de vencimento dos prémios de seguro. Em caso de rescisão antecipada do crédito associado ou caso o cliente decida renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respectiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

Alínea b) - Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

No exercício de 2015, a totalidade das remunerações recebidas pelo Banco relacionadas com a atividade de mediação de seguros corresponderam a comissões, e foram integralmente liquidadas em numerário.

Alíneas c) e d) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradoras

Nos exercícios de 2015 e 2014, as remunerações do Banco relativas a comissões de colocação de seguros apresentam a seguinte composição:

ISP Code	Insurance company	2015			2014		
		Sector			Sector		
		Life	Non-life	Total	Life	Non-life	Total
1138	Cardiff Assurances Vie	8.927.935	-	8.927.935	6.732.462	-	6.732.462
1139	Cardiff Assurance Risques Divers	-	631.640	631.640	-	929.100	929.100
1145	Mapfre Seguros Gerais, SA	-	920.685	920.685	-	687.400	687.400
	Others	-	560.855	617.275	-	449.165	617.275
		8.927.935	2.113.181	11.097.535	6.732.462	2.065.665	8.966.237

Amounts expressed in Euros

35. OTHER LEGALLY REQUIRED DISCLOSURES

Insurance

The Bank, in addition to its main business activity which is granting loans, also pursues the activity of insurance mediation and is registered with the Portuguese Insurance Institute (Instituto de Seguros de Portugal) ("ISP") under the category of Insurance Mediation with the number 408262671.

As required by Regulatory Standard No. -15/2009-R of December 30, of ISP, article 4 No. 1, the information applicable to the Bank is as follows:

Point a) - Recognition of income

The insurance commissions received by the Bank from insurance companies comply with the commissions relating to insurance premiums charged to customers within the framework of financing contracts. The Bank recognises these commissions in the profit and loss statement at the maturity date of the insurance premiums. In case of early termination of the loan associated with or if the customer decides to terminate the insurance policy, the remaining part of the premium is returned to the customer and the Bank recognises the annulment of the corresponding commission in the profit and loss statement. It must be noted that the bank records an estimate of the cost involved with these situations each year.

Additionally, the Bank receives a commission on quality on the whole portfolio, in the event that the performing index of the portfolio is lower than expected. The quality commission is calculated, based on each product, in accordance with the respective contribution in the overall result. If the result is negative, this value accumulates to subsequent financial years.

Point b) - Total remuneration received, broken down by nature and by type:

In the financial year 2015, the entire remuneration received by the Bank related with the insurance mediation activity was from commissions and were fully settled in cash.

Point c) and d) - Total commissions broken down by branches and by insurance companies

In 2015 and 2014, the Bank's yield from insurance policies commissions were as follows:

Alínea e) – Valores das contas “clientes” e volume movimentado no ano

O volume movimentado no ano de 2015 e 2014 relativo a prémios de seguros pagos por clientes e entregues a Seguradoras ascendeu a 15.857.403 euros e 13.651.079 euros, respetivamente. Dado ser uma instituição financeira, o Banco entende não ser necessária a utilização de contas “clientes” segregadas para o registo de prémios de seguros movimentados.

Alínea f) – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas contas apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
<i>Receivables</i>		
<i>Customers - overdue premiums</i>	2,268,437	2,296,005
<i>Other assets - rent collection</i>	26,756	2,457
	2,295,193	2,298,462
<i>Accounts payable</i>		
<i>Insurance companies (Note 18)</i>	(1,481,467)	(618,018)

Amounts expressed in Euros

línea g) – Segregação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

As contas a receber e as contas a pagar referidas na alínea anterior apresentam a seguinte composição:

Point e) - Figures for customer accounts and volume traded in the year

The volume traded in the year 2015 and 2014 from insurance premiums paid by customers and delivered to Insurance Companies amounted to 15,857,403 euros and 13,651,079 euros, respectively. Since the Bank is a financial institution, it considers that it is not necessary to use "customer" accounts broken down for recording traded insurance premiums.

Point f) - Accounts receivable and payable broken down by origin

As at 31 December 2015 and 2014, these accounts were as follows:

	2015	2014
	Accounts receivable	Accounts payable
i) Funds received with a view to being transferred to insurance companies for payment of insurance premiums;	- (6.831.243)	- (1.670.353)
ii) Funds for collection with a view to being transferred to insurance companies for payment of insurance premiums;	2.295.193	2.298.462
iii) Funds that were entrusted to the Bank by insurance companies with a view to being transferred to policyholders, insured persons or beneficiaries;	-	-
iv) Remuneration relating to insurance premiums already recovered and to collect;	- 5.349.777	- 1.052.335
v) Other amounts with indication of their nature;	-	-
	2.295.193	(1.481.467)
	2.298.462	(618.018)

Amounts expressed in Euros

Point g) - Segregation of aggregated values included in the accounts receivable and payable

The accounts receivables and payable referred to in the previous paragraph are as follows:

Alínea h) - Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os montantes de prémios de seguros vencidos encontravam-se classificados na rubrica "Crédito e juros vencidos" (Nota 8) e apresentam a antiguidade que se evidencia no quadro abaixo. Nessas datas, a imparidade registada pelo Banco para estes saldos ascendia a 2.040,341 euros e 2.280,732 euros, respetivamente.

Point h) - Analysis of age of accounts receivable expired at the reporting date but without impairment and accounts receivable individually considered impaired

At 31 December 2015 and 2014, the amounts of insurance premiums overdue were classified in the heading "Overdue loans and interest" (Note 8) and number of years as shown in the table below. At these dates, the impairment registered by the Bank for these balances amounted to 2,040,341 euros and 2,280,732 euros, respectively.

	2015	2014
<i>Up to 30 days</i>	5,976	2,012
<i>Between 30 and 90 days</i>	4,204	3,975
<i>Between 90 and 180 days</i>	202,905	4,615
<i>Between 180 days and 2 Years</i>	34,985	70,722
<i>Over 2 years</i>	2,020,367	2,214,681
 <i>Overdue Loans</i>	 2,268,437	 2,296,005
 <i>Overdue loans and impairment provisions</i>	 (2,040,341)	 (2,280,732)
 	 228,096	 15,273

Amounts expressed in Euros

Alíneas i), j), k) e l)

Não se aplicam ao Banco

Subparagraphs (i), (j), (k) and (l)

Are not applicable to the Bank.

36. OUTROS ASSUNTOS

Medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e ao Banco Internacional do Funchal, S.A.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A. ("Novo Banco").

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco de 4.900 milhões de euros. Este valor foi realizado pelo Fundo de Resolução com base nos seus recursos financeiros próprios e em financiamentos obtidos de aproximadamente 4.600 milhões de euros, os quais serão posteriormente reembolsados com o produto da alienação do Novo Banco. Em caso de insuficiência de recursos, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes no Fundo de Resolução efetuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições. Ainda nos termos do mesmo artigo, uma instituição participante pode não ser obrigada a efetuar contribuições especiais, com fundamento na sua situação de solvabilidade.

As contribuições do Banco para o Fundo de Resolução em 2014 e 2015 representaram cerca de 0,3% das contribuições totais das instituições financeiras nacionais, calculado com base na informação constante no Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2014.

Relativamente ao processo de alienação do Novo Banco, a informação disponível nesta data não permite avaliar o eventual impacto desta situação nas demonstrações financeiras do Banco, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco e das determinações que venham a ser realizadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

De igual forma, para o processo de resolução do Banco Internacional do Funchal, S.A. "Banif", deliberado pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal a 19 de dezembro de 2015, o Banco não dispõe de informação que permita avaliar o impacto nas demonstrações financeiras das eventuais necessidades de financiamento do Fundo de Resolução.

37. CARTA CIRCULAR N.º 2/2014/DSP

Em conformidade com a Carta Circular nº 2/2014-DSP do Banco de Portugal, apresentamos as seguintes divulgações qualitativas:

Política de gestão de risco de crédito:

A principal alteração na estrutura orgânica foi a incorporação do negócio da sucursal do Banque PSA em Portugal que trouxe um conjunto de novos produtos financeiros que anteriormente não faziam parte do portfólio do Banco.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, registando-se um aumento na taxa de aprovação global, mantendo-se o perfil de risco médio-baixo.

Com a migração da carteira do Banque PSA, os níveis de risco de crédito aumentaram porque a percentagem de delinquência da carteira migrada era muito superior à delinquência da carteira do Banco.

36. OTHER SUBJECTS

Resolution action applied to the Banco Espírito Santo, SA and Banco Internacional do Funchal, S.A.

The Board of Directors of the Banco de Portugal , on August 3, 2014, resolved to apply to Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") a resolution action, with the majority of the operations and assets of BES having been transferred to the ("Novo Banco").

Following the resolution action, the capital requirements of the New Bank of 4,900 million Euros was determined. This amount was executed by the Resolution Fund based on its own financial resources and financing obtained of approximately 4,600 million Euros, which will later be reimbursed with the proceeds from the sale of the New Bank. In case of insufficient resources, it can be determined by statute that the institutions of the Resolution Fund make special contributions, and set the amounts, benefits, terms and other conditions of these contributions. Under the terms of that Article, a participating institution may not be required to make special contributions, based on its solvency status.

The contributions from the Bank to the Resolution Fund in 2014 and 2015 accounted for about 0.3% of the total contributions from national financial institutions, based on the information in the Report and Accounts of the Resolution Fund for 2014.

With regard to the sale of the New Bank, the information available on this date does not assess the possible impact of this situation on the financial statements of the Bank, since any costs incurred depend on the price at which the New Bank will be sold and the determinations that may be carried out by the Ministry of Finance, under the powers which are conferred to him legally.

Similarly, for the resolution process of the Banco Internacional do Funchal, S.A. "Banif", deliberated by the Board of Directors of the Banco de Portugal on December 19, 2015, the Bank does not provide information for assessing the impact on the financial statements of eventual financing needs of the Resolution Fund.

37. CIRCULAR LETTER No. 2/2014 / DSP

In accordance with the Circular Letter No. 2/2014-DSP of Banco do Portugal, we present the following qualitative disclosures:

Credit risk management policy:

The main change in the organizational structure was the acquisition of the operations of the subsidiary of Banque PSA in Portugal, which brought a set of new financial products that previously were not part of the Bank's portfolio.

In terms of the acceptance policies, the same were kept, recording an increase in the overall approval rate, while maintaining a medium-low risk profile.

With the migration of the Banque PSA portfolio, credit risk levels increased as a result of the percentage of delinquent accounts for the portfolio was much higher than the delinquency percentage in the Bank's portfolio.

Os níveis de risco de crédito são permanentemente medidos e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da Mora sob Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL), a análise de carteiras com igual período de originação (vintages), a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos e a monitorização da perda esperada do novo negócio angariado.

Em relação ao negócio de não retalho, risco individual por empresa com valor superior a 150 mil euros, mantiveram-se as visitas a concessionários, por parte do binómio gestor/ analista. Esta atuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa.

O Banco dispõe de políticas e procedimentos que permitem identificar, avaliar, acompanhar e controlar a exposição ao risco de concentração de crédito. No processo de análise e gestão ao risco de concentração de crédito da instituição, estão diretamente envolvidos a Direção de Risco e Recuperação, Controlo Interno e a Direção Financeira e os membros do Órgão de Direção.

De referir que a atividade do Banco prende-se essencialmente com a realização de operações de financiamento ao consumo, sendo característica deste tipo de operações a dispersão dos financiamentos efetuados por um elevado número de clientes, pelo que a exposição ao risco de concentração de crédito é algo diminuta. A política de crédito é definida tendo em linha de conta o grau de exposição ao risco, as probabilidades de incumprimento, a concentração e correlação das posições em risco, a perda dado o incumprimento e grau de cobertura das técnicas de redução de risco. Os limites de concentração de risco perante uma contraparte financeira ou um grupo de contrapartes financeiras ligadas entre si são determinados em função da política de crédito em vigor, formalizada no Regulamento de Crédito.

O Banco controla o risco de concentração de crédito da sua carteira, pela análise consolidada das maiores exposições existentes, no decurso do tempo, perante uma contraparte individual ou de um grupo de contrapartes relacionadas, bem como, as concentrações de exposição por sector de atividade e área geográfica. Este processo permite efetuar um acompanhamento sistemático da carteira e determinar preventivamente exposições potenciais sobre o risco de contraparte. No que respeita à Banca Comercial, o Banco avalia e monitoriza individualmente cada posição em risco. Para o efeito, a Direção de Risco e Recuperação realiza o seguimento mensal das 20 maiores exposições de clientes, fazendo um acompanhamento pormenorizado das suas características e implementando ações mitigadoras caso estas revelem indícios de incumprimento.

Como princípio geral, o Banco evita concentrações excessivas sobre uma entidade ou grupo de entidades relacionadas entre si, tomando como referência para a definição de concentração de risco o montante correspondente a 10% dos Fundos Próprios.

No que respeita a grupos de contrapartes cuja probabilidade de entrarem em incumprimento resulta de fatores subjacentes comuns, designadamente o sector económico em que operam e a região geográfica em que estão inseridos, são efetuadas análises periódicas a fim de assegurar a manutenção de níveis de concentração de risco adequados.

The credit risk levels are constantly measured and monitored, according to corporate methodologies, which emphasize the monitoring of the Change in Non Performing Loans (NPL), Non Performing Loans Ratio (NPL %), the analysis of portfolios with equal origination period (vintages), the permanent monitoring of automatic decision models and the monitoring of the expected loss of the new business acquired.

Regarding the non-retail business, individual risk per company with amounts greater than 150,000 Euros, the visits to the dealers were kept by the binomial manager / analyst. This performance allows for greater insight and comprehensiveness of the information obtained, providing better quality in the preparation of the company's rating. were as follows:

The Bank has policies and procedures that identify, assess, monitor and control the exposure to credit concentration risk. In the process of analysing and managing the risk of the institution's credit concentration, the Risk and Recovery Management, Internal Controls and the Financial Management are directly involved as well as the members of the Steering Board.

It should be noted that the Bank's operations are primarily oriented towards the origination of consumer finance transactions, with it being characteristic of these types of transactions, the dispersion of loans made by a large number of clients, so that the exposure to credit risk concentration is minute. The credit policy is defined by taking into account the degree of exposure to risk, the probability of default, concentration and correlation of exposures, loss considering the rate of default and coverage of risk reduction techniques. The risk concentration limits when considering a financial counterparty or a group of financial counterparties linked together are determined according to the credit policy in place, formalised in the Credit Regulations.

The Bank controls the credit risk concentration of its portfolio, by the consolidated analysis of the largest existing exposures, over the course of time, considering a particular counterparty or a group of related counterparties, as well as the exposure concentration by business sector and geographical area. This process allows for the conducting of a systematic monitoring of the portfolio and to proactively determine potential exposures involved with the counterparty risk. With regard to Commercial Banking, the Bank assesses and monitors each individual exposure. For this purpose, the Risk and Recovery Management performs monthly follow-up for the 20 largest customers exposures, performing a detailed monitoring of its characteristics and implementing mitigating actions if they show indications of default.

As a general principle, the Bank avoids excessive concentrations with an entity or group of entities related to each other, taking it into account for the definition of the risk concentration an amount corresponding to 10% of Equity Stock.

With regard to groups of counterparties that demonstrate a likelihood of going into default resulting from common underlying factors, including the economic sector in which they operate and the geographic region in which they are located, periodic reviews are conducted to ensure the maintenance of suitable levels of risk concentration.

Política de write-off de créditos:

A política de Write-Off de créditos até 2014 era baseada no Write-Off de crédito efetuado pela totalidade do saldo em dívida, quando esta era considerada irrecuperável e as respetivas provisões regulamentares estivessem constituídas a 100%. Nos termos da política corporativa do Grupo Santander, em vigor no Banco, os prazos de passagem a Write-Off, sucintamente caracterizavam-se por ser de 24 meses após default para créditos da tipologia de negócio Crédito Automóvel e 12 meses após default para créditos da tipologia de negócio Crédito Pessoal e Crédito ao Consumo. Durante o ano de 2014 não foram efetuados Write-Off de créditos. Durante o ano de 2015 não foram efetuados Write-Off de créditos de forma periódica, foram apenas efetuados Write-Off de um conjunto de créditos para consequente alienação dos mesmos.

Política de reversão de imparidades:

A política de reversão de imparidade define que poderá existir reversão de provisões sempre que a atualização do cálculo das perdas por imparidade, em virtude da redução da perda esperada ou da redução do capital vencido, apure uma quantia recuperável, que apesar de ser inferior à quantia escriturada seja simultaneamente superior à quantia recuperável apurada em momento anterior.

Descrição das medidas de reestruturação aplicadas ao crédito vencido, mecanismos de controlo e monitorização:

As medidas de reestruturação aplicadas a contratos de crédito do Banco são baseadas na celebração de um novo acordo formal com o Cliente relativo a contratos que registem incumprimento ou mora, ou contratos que não registem qualquer dívida, mas para os quais haja razoável expectativa de que venham a entrar em incumprimento, com o objetivo de fazer regressar o Cliente ao pontual cumprimento, em linha com a sua real capacidade de pagamento e, sempre que possível, melhorando as garantias da operação.

O seguimento dos contratos de crédito reestruturados é realizado através de vários mecanismos de monitorização, através da análise de curas ou agravamentos de situações de incumprimentos destes contratos e pelo cálculo específico de provisões por imparidade para esta tipologia de contratos que garante uma segmentação dos fatores de risco independentes dos outros segmentos de crédito.

Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais:

Ao nível dos produtos cujo colateral em garantia seja hipotecário, o Banco procede às avaliações dos imóveis respetivos com periodicidade máxima anual, através de empresas externas especializadas que colaboram com o Grupo Santander.

No que respeita a Garantias Bancárias (GB) como colateral, existe uma relação de afetação direta do registo das mesmas associadas aos produtos/linhas aprovadas, com total especificação da GB (número, banco, datas, etc.). Assim, garante-se que toda a gestão é posteriormente efetuada ao nível do sistema central do Banco.

Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade:

A determinação da imparidade baseia-se nos pressupostos de que existe a probabilidade de qualquer contrato vir a entrar em incumprimento no futuro e consequentemente uma hipótese de perda futura. Estas probabilidades são calculadas através de um histórico recente (5 anos) de contratos com as mesmas características de forma a prever os acontecimentos futuros com a maior antecedência. Para além da informação histórica é utilizada informação externa (como por exemplo a informação da CRC do Banco de Portugal) para incorporar incumprimentos externos nas previsões do Banco.

Loan write-off policy:

The loan write-off policy until 2014 was based on the loan write-off recorded for the total outstanding balance, when it was considered irrecoverable and the respective regulatory provisions were 100% fulfilled. Under the corporate policy of Grupo Santander, currently in force at the Bank, the time periods for recording the write-off, for a brief time were characterized as being 24 months after default for loans in the Car Loan business format and 12 months after default for loans involving the Personal and Consumer Finance format. During 2014 no loans were written-off. During the year 2015 loans were not written-off periodically, but rather, a group of loans were written-off for subsequent sale.

Impairment reversal policy:

The impairment reversal policy states that there may be reversal of provisions whenever the updated calculation of the impairment losses, due to the reduction in the expected loss or reduction in the outstanding principal, results in a recoverable amount, which despite being less than the carrying amount is simultaneously greater than the recoverable amount calculated at an earlier time.

Description of the restructuring measures applied to the overdue loans, monitoring and control mechanisms:

The restructuring measures applied to the Bank's loan agreements are based on the conclusion of a new formal agreement with the Customer, in respect to contracts in default or arrears, or contracts which do not have any debt, but for which there is reasonable expectation that a default will occur, in order for the Client to return meeting the respective obligations in a punctual manner, in line with Client's current ability to pay and, where possible, enhancing the guarantees of the transactions.

The follow-up with the restructured loan agreements is performed through various monitoring mechanisms, through the analysis of solutions or aggravations to the situations of default for these contracts and by the specific calculation of the impairment provisions for the types of contracts that guarantee a segmentation of risk factors, regardless of the other credit segments.

Description of the assessment process and collateral management:

In terms of the products that have a mortgage as the collateral, the Bank conducts assessment of the respective properties at least on an annual basis by way of specialized third-party companies that collaborate with the Grupo Santander.

With regards to Bank Guarantees (BG) as collateral, there is a direct assignment relationship for the registration of the respective products/lines approved, with full specification of the BG (number, bank, dates, etc.). This ensures that the entire management process is subsequently performed at the level of the Bank's central system.

Nature of the main judgments, estimates and assumptions used in determining the impairment:

The determination of impairment is based on the assumption that there is a likelihood of any agreement to enter into default in the future and therefore a chance for future loss. These probabilities are calculated using a recent historical (5 years) of contracts with the same characteristics in order to predict future events far in advance. In addition to the historical information, external information is used (such as CRC information from the Banco do Portugal) in order to incorporate external defaults in the forecasts of the Bank.

Descrição das metodologias de cálculo da imparidade:

O cálculo da imparidade está dividido entre duas metodologias, uma de análise coletiva e outra de análise individual. Na metodologia de análise coletiva, o processo de segmentação permite classificar os contratos da carteira de crédito de acordo com as suas características comuns, associá-las em determinado segmento e calcular fatores de risco (PI, PD e LGD) de acordo com o histórico de contratos com essas mesmas características. Desse modo o cálculo é realizado de acordo com a tipologia de negócio (Auto, Consumo), financiamento (Crédito, ALD, Leasing) e estado do bem (Novo, Usado). Caso os contratos tenham sido alvo de reestruturação também são segmentados de acordo com a tipologia de reestruturação (contratos com dívida inferior a 90 dias, superior a 90 dias ou rescindidos). Para além desta segmentação, os contratos também são segmentados de acordo com o seu comportamento atual e o seu comportamento histórico.

O Banco calcula as perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento (LGD) e das probabilidades de incumprimento (PD) e considera que um ativo está em imparidade quando a sua quantia recuperável é inferior à quantia escriturada.

Os contratos que foram migrados da PSA encontram-se em segmentos autónomos e os seus fatores de risco incluem simplificações e pressupostos adicionais, baseados essencialmente na comparação com os segmentos de crédito com origem no Banco.

As operações são classificadas em função do período de atraso identificado, nomeadamente em operações sem indícios de imparidade (situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento (default).

Na metodologia de análise individual, o cálculo das provisões é efetuado de forma individualizada por cliente sendo a PD definida pelo rating interno associado ao cliente.

Indícios de imparidade por segmentos de crédito:

A evidência de imparidade refere-se a dados observáveis que chegam à atenção do Banco sobre os seguintes indícios de perda:

- Dificuldades financeiras significativas do cliente;
- Incumprimento contratual (falta de pagamento de capital ou juros);
- Concessão por parte do Banco de condições favoráveis, devido às dificuldades financeiras (reestruturação de dívida); e
- Probabilidade de entrada em falência do cliente.

Análise individual:

A análise individual é efectuada para todos clientes do negócio de Stock Finance e para os créditos com garantia hipotecária.

Política relativa aos graus de risco internos:

A política relativa a graus de risco internos é adotada apenas para os clientes carterizados (ou seja clientes com envolvimento superior a 150 mil euros) e tem como base um modelo construído com o objetivo de acompanhar e conhecer a qualquer momento a posição, garantias e validades das diferentes linhas de apoio que se encontram ativas no Banco. Desta forma, existe melhor conhecimento dos clientes, sendo possível igualmente a recolha e tratamento dos novos elementos contabilísticos, com vista à renovação atempada dessas linhas. A FEVE (firmas em vigilância especial) é tratada segundo estabelecido por Marco Corporativo do Grupo Santander. É atualizado em base mensal, encontrando-se classificados clientes que necessitam de acompanhamento especial. Os vários níveis de FEVE são: Extinguir, Reforçar Garantias, Reduzir e Acompanhar.

Description of the impairment calculation methodologies:

The calculation of impairment is divided between two methodologies, one being a collective analysis and the other being an individual analysis. In the collective analysis methodology, the segmentation process allows for the classification of the contracts in the loan portfolio according to their common characteristics, associate them with a particular segment and calculate the risk factors (PI, PD and LGD) according to the history of the contracts with these same characteristics. Thus the calculation is performed according to business type (Auto, Consumer), finance (Loan, ALD, Leasing) and the state of the asset (New, Used). If the contracts have been subject to restructuring, they are also segmented according to the type of restructuring (contracts with debt less than 90 days, more than 90 days or terminated). In addition to this segmentation, the contracts are also segmented according to both the current behaviour and its historical behaviour.

The Bank calculates impairment losses as a function of the expected loss in the case of default (LGD) and the probability of default (PD) and considers that an asset is impaired when its recoverable amount is less than the carrying amount.

The contracts that were migrated from PSA are in separate segments and their risk factors include simplifications and additional assumptions, mainly based on the comparison with the credit segments originating from the Bank.

The classification of the transactions are based on the aging of the late receivable identified, including transactions without signs of impairment (under normal circumstances), transactions with impairment indications (with outstanding instalments) and transactions in default.

In the individual analysis methodology, the calculation of the provisions is done individually per customer and the PD is defined by the internal rating attributed to the customer.

Indications of impairment by credit segments:

Evidence of impairment refers to observable data that come to the attention of the Bank in regards to the following indications of loss :

- Significant financial difficulties of the client;
- Breach of contract (failure to pay principal or interest);
- Granting by the Bank of favourable conditions, due to financial difficulties (debt restructuring); and
- Probability of the client filing bankruptcy.

Individual analysis:

Individual analysis is carried out for all business clients of Stock Finance and mortgage loans.

Policy on internal degrees of risk:

The policy on internal degrees of risk is adopted only for portfolio clients (i.e. customers with representing greater than 150 thousand euros) and is based on a model built with the objective to monitor and know at any time the position, guarantees and validity of the different lines of support that are active in the Bank. Thus, there is a better understanding of the clients, which also makes it possible for the collection and processing of the new accounting data, for the timely renewal of these lines. FEVE (companies under special surveillance) is treated as established by the Corporate Brand of the Grupo Santander. It is updated on a monthly basis, containing classified customers that require special monitoring. The various levels of FEVE are: Extinguish, Reinforce Guarantees, Reduce and Monitor.

Cálculo do valor actual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e colectivamente:
Os fluxos de caixa futuros são calculados por contrato com base na estrutura de rendas futuras adaptadas à probabilidades de incumprimentos, de default e de perda após default desse contrato. Os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efetiva das operações.

Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos:

O período de emergência é definido como 3 meses para todos os segmentos da análise coletiva sendo esse o período médio desde um determinado indício de incumprimento e a respetiva confirmação baseado no histórico do Banco.

Custo associado ao risco de crédito:

Com referência a dezembro de 2015, o total de provisões por risco de crédito foi de 107,6 milhões de euros, sendo as PI (acumuladas a 3 meses – período de emergência definido pelo Banco) dos contratos Sem Indícios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel de 2,8% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 1,2%, as PD (acumuladas à maturidade média de cada contrato) dos contratos Com Indícios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel de 50,1% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 55,8%. Por fim, as LGD dos contratos Sem Indícios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel são cerca de 47,3% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 63,6%.

Ainda em conformidade com a Carta Circular nº 2/2014-DSP do Banco de Portugal, apresentamos as seguintes divulgações quantitativas relativamente à carteira de crédito do Banco com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

The present value calculation of future cash flows when determining the impairment losses assessed individually and collectively:

Future cash flows are calculated per contract based on the structure of future rents adapted to the probability of breach, default and loss after the default of the contract. The future cash flows expected to be received are estimated based on the historical information on the behaviour of the assets with similar characteristics, which is subsequently discounted at the effective interest rate of the transactions.

Description of the emergency period used for the different segments:

The emergency period is set at 3 months for all segments of the collective analysis, with this being the average period from a certain indication of default and the respective confirmation based on the historical information of the Bank.

Costs associated with credit risk:

In reference to December 2015, the total provisions for credit risk was 107.6 million Euros, with the PI (accumulated for 3 months - emergency period set by the Bank) for the contracts without indications of default for the auto Financing business at 2.8% and the Consumer Finance business at 1.2%, the PDs (accumulated average maturity of each contract) of the contracts with indications of default in the Auto Financing business was at 50.1% and that of the Consumer Finance business at 55.8%. Finally, the LGD of the contracts without indications of default for the Auto Finance business is around 47.3% and that of the Consumer Finance business is at 63.6%.

Also in accordance with the Circular Letter No. 2/2014-DSP from the Banco do Portugal, we hereby present the following quantitative disclosures regarding the Bank's loan portfolio as of December 31, 2015 and 2014:

a) Details of exposure and impairment:

Total Exposure 31-12-2015							
Segment	Exposure Total 31-12-2015	Non-default loan		Default loan		Impairment Total 31-12-2015	
		Days in arrears <30		Days in arrears			
		Without sign	With sign	Sub-total	≤90 >90		
Corporate	227,437,280	219,230,805	684,118	219,914,923	- 7,522,357	16,477,137	
Construction and CRE	10,817,960	9,045,284	323,007	9,368,291	- 1,449,669	1,369,398	
Retail	1,046,020,055	932,336,323	33,945,706	966,282,029	- 79,738,026	89,760,576	
	1,284,275,295	1,160,612,412	34,952,831	1,195,565,243	- 88,710,052	107,607,111	

Segment	Total Impairment 31-12-2015			
	Non-default loan		Default loan	
	Days in arrears	Days in arrears	Days in arrears	Days in arrears
Corporate	9,733,951	71,906	-	6,671,280
Construction and CRE	118,890	28,648	-	1,221,860
Retail	14,433,300	3,336,269	-	71,991,007
	24,286,141	3,436,823	-	79,884,147

Amounts expressed in Euros

Total Exposure 31-12-2014							
Segment	Exposure Total 31-12-2014	Non-default loan		Sub-total	Default loan		Impairment Total 31-12-2014
		Days in arrears <30 Without sign	Days in arrears <30 With sign		Days in arrears ≤90	Days in arrears >90	
Corporate	70,386,574	63,467,868	577,062	64,044,930	-	6,341,644	9,339,416
Construction and CRE	7,927,480	6,479,530	343,489	6,823,019	-	1,104,461	1,007,720
Retail	780,395,793	703,648,818	28,399,524	732,048,342	-	48,347,451	61,672,670
	858,709,847	773,596,216	29,320,075	802,916,291	-	55,793,556	72,019,806

Total Impairment 31-12-2014						
Segment		Non-default loan		Default loan		
		Days in arrears <30	Days in arrears 30-90	Days in arrears ≤90	Days in arrears >90	
Corporate		885,804	7,208	-	8,446,404	
Construction and CRE		91,913	26,546	-	889,261	
Retail		14,190,040	2,257,527	-	45,225,103	
		15,167,757	2,291,281	-	54,560,768	

Amounts expressed in Euros

Exposure 31-12-2015						
Segment	Total Exposure	Non-default Loan	of which Healed	of which Restructured	Default Loan	Of which Restructured
Corporate	227,437,280	219,914,923	684,118	-	7,522,357	-
Construction and CRE	10,817,960	9,368,291	323,008	5,497	1,449,669	151,748
Retail	1,046,020,055	966,282,029	33,945,707	3,702,521	79,738,026	3,170,487
	1,284,275,295	1,195,565,243	34,952,833	3,708,018	88,710,052	3,322,236

Impairment 31-12-2015			
Segment	Total Impairment	Non-default Loan	Default Loan
Corporate	16,477,137	6,671,280	9,805,857
Construction and CRE	1,369,397	1,221,860	147,537
Retail	89,760,577	71,991,007	17,769,570
	107,607,111	79,884,147	27,722,964

Amounts expressed in Euros

Exposure 31-12-2014

Segment	Total Exposure	Non-default Loan	of which Healed	of which Restructured	Default Loan	Of which Restructured
Corporate Construction and CRE	70,386,574	64,044,930	577,062	-	6,341,644	-
	7,927,480	6,823,019	343,489	48,342	1,104,461	180,547
	780,395,793	732,048,342	28,399,524	5,456,862	48,347,451	3,585,191
	858,709,847	802,916,291	29,320,075	5,505,204	55,793,556	3,765,738

Impairment 31-12-2014

Segment	Total Impairment	Non-default Loan	Default Loan
Corporate Construction and CRE	9,339,416	893,012	8,446,404
	1,007,720	118,459	889,261
	61,672,670	16,447,567	45,225,103
	72,019,806	17,459,038	54,560,768

Amounts expressed in Euros

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

b) Breakdown of the credit portfolio by segment and by year of production:

Year of production	Corporate			Construction and CRE			Retail		
	Number of Operations	Amount	Impairment Constituted	Number of Operations	Amount	Impairment Constituted	Number of Operations	Amount	Impairment Constituted
2005 and previous	1	33	2	445	143,844	140,890	76,750	9,091,081	8,734,261
2006	-	-	-	66	7,587	6,956	25,021	2,409,638	2,204,439
2007	403	2,434,072	1,473,438	90	11,438	7,943	26,684	5,188,619	4,625,206
2008	139	1,129,945	1,575,981	96	151,151	137,700	29,028	18,700,165	11,623,850
2009	372	1,089,683	495,564	68	201,626	146,403	18,410	43,519,728	13,013,418
2010	507	59,918	58,034	128	498,416	252,184	18,949	88,953,454	17,046,309
2011	700	2,620,726	1,079,165	204	936,493	284,216	18,536	94,554,691	10,951,748
2012	898	518,946	478,963	193	1,124,575	257,824	15,796	89,817,109	6,326,616
2013	1,326	2,093,828	869,011	184	1,162,904	52,487	24,951	120,961,212	4,654,467
2014	1,500	449,602	419,456	274	2,411,689	54,998	43,045	210,783,949	6,110,132
2015	21,674	217,040,527	10,027,524	299	4,168,237	27,797	54,553	362,040,409	4,470,129
	27,520	227,437,280	16,477,137	2,047	10,817,960	1,369,397	351,723	1,046,020,055	89,760,577

Amounts expressed in Euros

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e colectivamente, por segmento, sector, geografia:

c.1) Por segmento:

c) Breakdown of gross exposure value of loan and impairment assessed individually and collectively by segment, sector, geography:

c.1) By segment:

31-12-2015	Corporate		Construction and CRE		Construction and CRE		Total		
	Evaluation	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	227,437,280	16,477,137		10,817,960	1,369,397	-	-	238,255,240	17,846,534
Collective	-	-		-	-	1,046,020,055	89,760,577	1,046,020,055	89,760,577
Total	227,437,280	16,477,137		10,817,960	1,369,397	1,046,020,055	89,760,577	1,284,275,295	107,607,111

Amounts expressed in Euros

31-12-2014	Corporate		Construction and CRE		Construction and CRE		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	70,386,574	9,339,416	-	-	-	-	70,386,574	9,339,416
Collective	-	-	7,927,480	1,007,720	780,395,793	61,672,670	788,323,273	62,680,390
Total	70,386,574	9,339,416	7,927,480	1,007,720	780,395,793	61,672,670	858,709,847	72,019,806

Amounts expressed in Euros

c.2) Por sector de atividade (apenas para o exercício de 2015):

c.2) By sector of activity (only for the financial year 2015):

31-12-2015	Agriculture, animal production, hunting, forestry and fishing		Extractive industries		Manufacturing		Electricity, gas, steam, water hot and cold and cold air	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	147,797	13,755	38,187	1,086	12,945,255	907,538	50,897	446
Total	147,797	13,755	38,187	1,086	12,945,255	907,538	50,897	446

31-12-2015	Collection, treatment and supply of water sanitation,		Construction		Wholesale and retail activities; repair of motor vehicles and motorcycles		Transportation and storage	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	8,989,552	1,234,629	227,437,280	16,477,137	-	-
Collective	247,476	35,392	-	-	30,435,656	5,743,365	7,083,702	787,228
Total	247,476	35,392	8,989,552	1,234,629	257,872,935	22,220,502	7,083,702	787,228

31-12-2015	Hotels, restaurants and related activities		Information and communication activities		Real Estate activities		Consultancy activities, scientific, technical and related	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	1,828,408	134,768	-	-
Collective	3,192,248	190,333	1,909,289	112,495	-	-	5,574,163	343,953
Total	3,192,248	190,333	1,909,289	112,495	1,828,408	134,768	5,574,163	343,953

31-12-2015	Administrative activities and support services		Public Administration and Defence; Social Security Mandatory		Education		Health activities Social support	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	45,936,776	1,816,229	39,799	255	1,472,498	43,863	5,169,699	180,126
Total	45,936,776	1,816,229	39,799	255	1,472,498	43,863	5,169,699	180,126

Amounts expressed in Euros

31-12-2015	Artistic, entertainment, sports and recreation activities		Financial activities and insurances		Other activities services		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	238,255,240	17,846,534
Collective	674,981	39,078	-	-	3,501,018	1,071,895	118,419,439	11,287,039
Total	674,981	39,078	-	-	3,501,018	1,071,895	356,674,679	29,133,573

Amounts expressed in Euros

c.) Por geografia:

c.) By geography:

	2015				2014			
	Portugal		Total		Portugal		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	238,255,240	17,846,534	238,255,240	17,846,534	70,386,574	9,339,416	70,386,574	9,339,416
Collective	1,046,020,055	89,760,577	1,046,020,055	89,760,577	788,323,273	62,680,390	788,323,273	62,680,390
Total	1,284,275,295	107,607,111	1,284,275,295	107,607,111	858,709,847	72,019,806	858,709,847	72,019,806

Amounts expressed in Euros

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada:

d) Breakdown of restructured portfolio by restructuring measure applied:

	2015								
	Noan Default Loan			Default Loan			Total		
	Number of Operations	Exposure	Impairment	Number of Operations	Exposure	Impairment	Number of Operations	Exposure	Impairment
Term extension	744	3,708,018	546,106	543	3,322,236	2,923,157	1,287	7,030,254	3,469,263
Total	744	3,708,018	546,106	543	3,322,236	2,923,157	1,287	7,030,254	3,469,263

	2014								
	Noan Default Loan			Default Loan			Total		
	Number of Operations	Exposure	Impairment	Number of Operations	Exposure	Impairment	Number of Operations	Exposure	Impairment
Term extension	888	5,505,204	2,455,347	655	3,765,737	3,299,163	1,543	9,270,941	5,754,510
Total	888	5,505,204	2,455,347	655	3,765,737	3,299,163	1,543	9,270,941	5,754,510

Amounts expressed in Euros

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

	31-12-2015	31-12-2014
<i>Initial balance of restructured portfolio (impairment gross)</i>	9,270,941	10,361,212
Restructured loans for the period	645,382	1,733,075
Accrued interest for the restructured portfolio	-	-
Settlement of restructured loans (partial or total)	(2,886,070)	(2,885,040)
Loans reclassified as "restructured" to "normal"	-	61,694
Others	-	-
<i>Final balance of the restructured portfolio (gross impairment)</i>	7,030,253	9,270,941

Amounts expressed in Euros

f) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco interno:

<i>2015</i>				
Segment	Low GR	Average GR	High GR	Without GR
Stock Finance	42,708,991	95,937,010	29,070,539	59,720,740
<i>2014</i>				
Segment	Low GR	Average GR	High GR	Without GR
Stock Finance	8,343,700	27,802,705	7,285,238	26,954,931

Amounts expressed in Euros

g) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento:

<i>2015</i>			<i>2014</i>		
<i>Impairment</i>			<i>Impairment</i>		
Sectors	PD%		LGD%	PD%	
	<i>< 30 days without signs</i>	<i>30 - 90 days</i>		<i>< 30 days without signs</i>	<i>30 - 90 days</i>
Automotive	2.80%	50.10%	47.20%	1.50%	45.40%
Consumption	1.20%	55.80%	63.60%	2.30%	63.70%

4
Relatório e
Certificação
Legal

*Report and
Statutory
Audit*



Deloitte.

Deloitte & Associados, SROCS.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

**BANCO SANTANDER
CONSUMER PORTUGAL, S.A.**

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas em 31 de dezembro de
2015 acompanhadas da Certificação
Legal das Contas**



Deloitte S.A. Consultores, S.A.C.L.S.A.
Sociedade Unida CVM nº 49
Registação nº 201

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
Edifício 1, 2nd floor
Portugal

Tel: +351 210 477 520
Fax: +351 210 477 521
www.deloitte.pt

DEMONSTRAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO

CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

- O Balanço de demonstrações financeiras consolidadas sobre o Banco Santander Consumer Portugal, S.A., no período encerrado a 31 de dezembro de 2015, apresenta um total de 1.205.768.774 reais e capital próprio de 180.764.254 reais, incluindo um resultado líquido de 11.425.545 reais, os Desenvolvimentos dos resultados e do custo de rendimento integral consolidados, os efeitos das novas estruturas consolidadas e das alterações consolidadoras no resultado final registado no balanço de valor consolidado no exercício fiscal anterior deste e o correspondente balanço.

PARAGUAMERITÓRIOS

- É da responsabilidade da Diretoria de Administração do Banco a preparação das demonstrações financeiras consolidadas que apresentam os factos consolidados e representam a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, a montante e o resultado integral consolidado dos mesmos separadamente, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e no valor das suas estruturas consolidadoras, bem como a adequação dos políticos e critérios consolidadores adotados e à metodologia da elaboração das suas demonstrações. A direção responsável deve aspirar a uma utilita profissional e independentemente ao resto dos diretores consolidadores.

ANEXO

- O resumo a que procedemos foi elaborado em acordo com as Normas Técnicas de Auditoria da Autoridade Independente de Contabilidade dos Relatórios Contábeis de Consórcio, de que não obste que tal resumo seja integrado num objectivo maior que não seja a preparação das demonstrações financeiras consolidadas, estando inserido nas demonstrações financeiras consolidadas relevantes. Este resumo inclui a estrutura, risco, bens e obrigações, as implicações financeiras e o resultado das operações, bem como os julgamentos e estimativas feitos pela Comissão de Administração do Banco, relativos a esta preparação. Tal resumo inclui, igualmente, a verificação das exigências de conservação e de lealdade dos apreciadores consolidados no desempenho das suas funções institucionais no consórcio, a separação entre os riscos integrados em políticas consolidadoras adicionais e a sua mitigação, tanto no sentido de minimização, a identificação da legitimidade do princípio da conservação das operações e a operação sobre os à risca, um novo projeto, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O resumo contém estatísticas sobre a operação da conservação de informações financeiras consolidadas constantes do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Representa que o resumo elige as prestações mais benéficas para a expressão da nossa opinião.



Porto, 16 de Fevereiro de 2016. Deloitte S.A. Consultores, Sociedade Unida C.V.M. nº 49, Registo de Comércio nº 201, Capital social de 1.205.768.774 reais, com sede na Rua Eng. Duarte Pacheco, 7, Edifício 1, 2nd floor, Portugal.

Por: Francisco Lobo, Auditor, que assinou o documento. Francisco Lobo, Auditor, que assinou o documento.

Detalhes.

Página 2 de 2

Moçambique, 2015/02/26,
versão nº 0000170008
versão revisada nº 237

Omissão

4. Em regras estabelecidas durante o período financeiro contabilizado na parceria entre a agência de fomento e a operadora, em bases de negócios independentemente referenciadas, o projeto financeiro consolidado da Banco Desenvolvimento do Brasil S.A. (BDB) para 2015, base para a elaboração do balanço integrado consolidado, não contém referências às alterações nas suas condições operacionais e ao novo fluxo de caixa contabilizado no resultado fiscal (Anexo 10), em conformidade com as Normas Internacionais de Relações Financieras (NIRF) para Unidades Empresariais (Nota 2).

Revisão sobre outras ressalvas legais

5. O resultado sobre operações que se localizam nos países consolidação conforme os resultados da Unidade de operações internacionais que resultaram na variação de capital de 2015.

Maputo, 26 de fevereiro de 2016



Cidade de Maputo, 2016/02/26.
Representado por Paulo Amorim da Silveira

5
Relatório e
Parecer do
Conselho
Fiscal

*Report and
Opinion of the
Statutory
Audit Board*



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Santander Consumer Portugal, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Parecer sobre o relatório de gestão, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S. A. e a certificação legal de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, os primeiros da responsabilidade do Conselho de Administração.

Somos de opinião que as contas consolidadas, o Relatório de Gestão e a certificação legal de contas, bem como a proposta naquele expressa, estão de acordo com as disposições aplicáveis pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Manifestamos ainda ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2016

6
Disciplina de
Mercado

*Market
Discipline*



6 Disciplina de Mercado

Market Discipline

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no Aviso 10/2007 do Banco de Portugal sobre “Divulgação de Informação Detalhada sobre Solvabilidade”, regulado pelo artº 29 do Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de Abril, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A., apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os riscos incorridos atendendo aos objectivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos no final do exercício do ano civil de 2012, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

Anexo I – Declaração de responsabilidade

O Conselho de Administração do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declara, nos termos e para os efeitos presentes do Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal, o seguinte:

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- A qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere;
- Entre o final do ano de 2015 e a data de publicação do presente documento não existiram factos relevantes que alterem ou condicionem a informação nele contida.

Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

1.1 Designação da instituição e perímetro de consolidação para fins prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., com sede social sita na Rua Castilho, n.º 2, em Lisboa, pessoa colectiva e registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único número 503.811.483, com o capital social integralmente realizado de € 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete euros), é uma sociedade que tem por objecto exclusivo a actividade bancária atribuída às instituições de crédito, nos termos da alínea a) do artigo 3.º e do artigo 4.º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade e permitidas por lei.

INTRODUÇÃO

In compliance with the provisions set forth in Notice 10/2007 from the Bank of Portugal on the "Detailed Disclosure of Information about Solvency", governed by Art. 29 of Legal Decree 104/2007, of 03 April, Banco Santander Consumer Portugal, S.A. presents, on a consolidated basis, the information required about the risks inherent to meeting strategic objectives, as well as the processes and evaluation and management systems in place at the end of the 2012 calendar year, all of which may be consulted by the general public through the following link: www.santanderconsumer.pt

The contents of this document have an underlying predominantly prudential perspective, seeking to provide economic operators with a wide range of information to effectively support decision-making processes.

Annex I - Declaration of Responsibility

The Board of Directors of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declares, pursuant to and for the purposes of Notice 10/2007 from the Bank of Portugal, that:

- All procedures deemed necessary have been carried out and, to the best of its knowledge, all of the disclosed information is true and trustworthy;*
- The quality of all the information contained herein is adequate, including any related to or originating from entities forming part of the economic group to which the Institution belongs;*
- It undertakes to promptly report any significant changes that have occurred during the year following that to which the "Market Discipline" document refers;*
- Between the end of 2015 and the date of publication of this document there were no relevant facts or events altering or affecting the information contained herein.*

Annex II - Scope and Policies for Risk Management

1.1 Designation of the Institution and consolidation aspects for prudential purposes

Banco Santander Consumer Portugal, S.A., with registered offices at Rua Castilho, n.º 2, in Lisbon, a legal entity registered with the Commercial Registry of Lisbon under the unique identification number 503.811.483, with a share capital (paid in full) of €66,592,947(sixty-six million five hundred ninety-two thousand nine hundred forty-seven Euros), is a company whose sole objective entails banking activities geared towards credit institutions, in accordance with the provisions of Paragraph a) of Article 3 and of Article 4, both of the General Regime on Credit and Financial Institutions (RGICSF), including all ancillary operations, whether related or similar, which are compatible with such activities and permitted by Law.

1.2 Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. consolida integralmente para efeitos contabilísticos o património da empresa Silk Finance nº3, Ltd, com sede na Irlanda, constituída no âmbito da operação de titularização de créditos iniciada em 4 de Agosto de 2009, e cujo objecto social é o de Entidade de Finalidade Especial (SPE). No cumprimento da regulação emitida pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelos Avisos nº12/92, 4/07, 5/07 e 7/07, a empresa Silk Finance nº 3 , Ltd integra a base de consolidação para efeitos prudenciais, não existindo diferenças na base de consolidação entre o relato contabilístico e prudencial.

1.3 Transferência de fundos próprios ou reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais

Não existem impedimentos com excepção dos decorrentes da lei.

2. Integração em conglomerado financeiro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., integra o Grupo Santander, e tem como únicos accionistas o Santander Consumer Finance, S.A., titular de 53.331.647 acções representativas de 80,09 % do capital social e o Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., titular de 13.261.300 acções representativas de 19,91 % do capital social, sendo todas as operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo.

3. Objectivos e políticas em matérias de gestão de risco

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. centra-se na realização de operações de financiamento, sendo uma das principais características deste tipo de operações possuírem um significativo grau de estandardização, pelo que a natureza de riscos gerada pela actividade das diferentes áreas de negócio é comum. Adicionalmente o elevado conhecimento e experiência, por parte dos Órgãos de Gestão, do mercado em que o Banco atua permitem avaliar a relevância dos riscos e a sua capacidade para influenciar os resultados da actividade da instituição.

O ciclo de gestão do capital interno e dos riscos tem por pressupostos base a definição do perfil de risco da instituição e dos limites que possibilitam, com o devido acompanhamento e adequada gestão de capital, o cumprimento do planeamento efectuado de acordo com a estratégia definida, gradualmente transposta para os processos de gestão e no limite consolidada no orçamento anual. A alocação do capital interno por segmento de negócio em função do perfil de risco a assumir, permite efectuar um contínuo acompanhamento da sua adequação, bem como da compatibilidade dos processos de gestão por categoria de risco.

O orçamento anual constitui uma ferramenta essencial no ciclo de gestão no sentido que permite quantificar por linha de negócio e de forma estruturada, a evolução da margem financeira, do produto bancário, dos custos operacionais, e da imparidade. Por outro lado, apresenta a evolução do comportamento de indicadores de rendibilidade, de eficiência operacional, de risco, de liquidez, de solvabilidade, de cobertura, entre outros. Mensalmente, é efetuado o acompanhamento das demonstrações financeiras e dos rácios de gestão, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa, da robustez da estrutura e dos processos de gestão e acompanhamento de risco, no sentido de garantir a adequabilidade do capital interno do Banco, face aos riscos materialmente relevantes.

A plena consciéncia dos riscos materialmente relevantes é o pressuposto base do ciclo de gestão enunciado, pelo que a maior ou menor complexidade dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo das diferentes categorias de risco é função do grau de exposição, dos dispositivos de governo interno e mecanismos de controlo implementados.

1.2 Differences in the basis of consolidation for accounting and prudential purposes

Banco Santander Consumer Portugal, S.A., for accounting purposes, fully consolidates the assets of the company Silk Finance nº3, Ltd, headquartered in Ireland and established for the purpose of credit securitisation - launched 04 August 2009 - whose corporate objective is that of a Special Purpose Entity (SPE). In compliance with the regulations issued by the Bank of Portugal, namely the Notices 12/92, 4/07, 5/07, 7/07, the Company Silk Finance no. 3, Ltd integrates the basis of consolidation for prudential purposes, as there are no differences in the basis of consolidation between accounting and prudential reporting operations.

1.3 Transfer of funds or reimbursement of liabilities between the parent company and its subsidiaries

There are no impediments except for those arising from the Law.

2. Integration into a Financial Conglomerate

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. is part of the Grupo Santander and its sole shareholders are Santander Consumer Finance, S.A., holder of 53,331,647 shares representing 80.09% of the share capital, and Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., holder of 13,261,300 shares representing 19.91% of the share capital, and all operations and transactions are influenced by the decisions of the Group.

3. Risk management objectives and policies

The activity developed by Banco Santander Consumer Portugal, S.A. focuses on financing operations, one of the main characteristics of this type of operations is to show a significant degree of standardisation, and the risks produced are common to all business lines. Additionally, the high knowledge and experience of the Management Bodies of the market in which the Bank operates make it possible to evaluate the relevance of the risks and their ability to influence the results within the institution's business.

The internal capital management and risks cycle is based on assumptions of the definition of the risk profile of the institution and the limits that allow to carry out the planning accordance with the defined strategy, gradually incorporated into the management processes and within the limits established in the annual budget with appropriate follow-up and adequate capital management. The internal capital allocation by business segment based on the risk profile to be taken, allows a continuous monitoring of its adequacy, as well as the compatibility of the management processes by risk category.

The annual budget is an essential tool in the management cycle in the sense that it allows the evolution of the financial margin, the gross margin, operating costs, and the impairment to be measured by business line and in a structured form. On the other hand, it shows the evolution in behaviour of the profitability, operational efficiency, risk, liquidity, solvency, coverage indicators, among others. Financial statements and management ratios are monitored on a monthly basis, allowing a quantitative and qualitative assessment to be carried out of the robustness of the structure and of the management procedures and risk monitoring, in order to ensure the Bank's internal capital adequacy against the materially relevant risks.

The full awareness of the materially relevant risks is the basic assumption of the management cycle referred, therefore, the greater or lesser complexity of identification, assessment, monitoring processes and control of different categories of risk is in accordance to the level of exposure, of the internal governance arrangements and implemented control mechanisms.

Para cada uma das categorias de risco e de acordo com o grau de complexidade acima mencionado, o Banco tem vindo a desenvolver e a aperfeiçoar mecanismos de gestão e acompanhamento. Estes processos contribuem de forma decisiva para a avaliação e o cumprimento dos pressupostos adoptados no planeamento e gestão de capital.

RISCO DE CRÉDITO

Por risco de crédito o Banco entende a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros.

A definição do apetite, grau de tolerância e respectivos limites de aceitação de risco traduzem-se na política de crédito, nomeadamente ao nível da concessão de financiamento e seguimento de risco das carteiras, por produto e por angariador, que é da responsabilidade do Órgão de Administração e encontra-se devidamente documentada no Regulamento de Crédito, revisto e aprovado em função das alterações à política em vigor. O controlo do bom cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento constitui a principal ferramenta para assegurar a eficácia da gestão de risco de crédito.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de crédito desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efetuada pela Direção de Risco e Recuperação aos dados financeiros e económicos do cliente, entre outras variáveis, para avaliação da solvabilidade do cliente, bem como à classificação do risco dos fornecedores, e à relação entre o crédito, a entrada inicial e o valor do bem a financiar. O conhecimento completo do cliente passa também pela consulta de bases de dados externas, que contribuem para consubstanciar o integral conhecimento do cliente, nomeadamente permitindo identificar o total de responsabilidades por este assumidas, junto do sistema financeiro. Esta prática tem-se revelado um importante instrumento na análise da concessão de financiamento.

Adicionalmente, são identificadas e avaliadas as ações para prevenção de ocorrência de fraudes e decididas as medidas preventivas ou de acompanhamento a tomar para os casos identificados, nomeadamente a estratégia de recuperação e a aceleração da aplicação da política de provisionamento.

Na avaliação da exposição ao risco de crédito, são tidos em linha de conta os seguintes fatores: probabilidades de incumprimento, a concentração e correlação das posições em risco, a perda dado o incumprimento, o grau de exposição e as técnicas de redução de risco que permitem um significativo grau de cobertura.

Neste sentido para assegurar a qualidade das carteiras, o acompanhamento das mesmas é efetuado com base em análises vintage e na variação da mora sobre gestão (VMG), cujos resultados são apresentados e analisados mensalmente no Comité de Risco e Recuperação.

O Banco dispõe ainda de um departamento dedicado apenas à recuperação de valores, referentes a contratos que se encontram em situação irregular, assegurando que sejam contactados imediatamente todos os clientes cuja qualidade de crédito se deteriora, de forma a atuar preventivamente antes que a situação de incumprimento assuma maior gravidade.

The Bank has been developing and refining mechanisms for managing and monitoring each of the risk categories with the level of complexity referred to above. These processes contribute decisively to the assessment and compliance with the assumptions adopted in capital management and planning.

CREDIT RISK

Credit risk is understood by the Bank as the probability of the occurrence of negative impacts on results or capital, due to the inability of a counterparty to fulfil its financial commitments.

Appetite, degree of tolerance and risk acceptability limits are reflected in credit policy, particularly as regards to financing and monitoring the risk of portfolios, by product and agent, which is the responsibility of the Board of Directors and is documented in the Credit Regulations, reviewed and approved in accordance with the changes to the policy in force. Monitoring full compliance with the standards laid down in this Regulation is the main tool for ensuring the effectiveness of the management of credit risk.

The funding process is supported in credit assessment models developed internally ("rating" and "scoring" models) and complemented, where necessary, by an evaluation performed by the Credit Risk and Recovery Division of the financial and economic data of the client, among other variables, to assess the creditworthiness of the client, as well as the classification of the risk of suppliers, and the relationship between the credit, the initial entry and the value of the good to be financed. The full knowledge of the client also involves consulting external databases, which contribute to gain full knowledge of the client, including identifying all the responsibilities he assumes with the financial system. This practice has proved to be an important tool when deciding to grant funding.

In addition, actions to prevent the occurrence of fraud are identified and evaluated and preventive or follow-up measures are decided for the cases identified, in particular, a recovery strategy and the acceleration of the implementation of a provisioning policy.

During the evaluation of credit risk exposure, the following measures are taken into account: the probabilities of default, the concentration and correlation of positions at risk, the loss in the event of default, the degree of exposure and the techniques used to reduce risk that allows a significant degree of coverage.

In order to ensure the quality of the portfolios, monitoring is carried out based on the analysis and on the variation of arrears on management (VMG), and the results are presented and analysed monthly at the Risk and Recovery Committee.

The Bank also has a department exclusively dedicated to the recovery of amounts, related to contracts that are in an irregular situation, ensuring that all clients whose credit quality deteriorates are immediately contacted, acting preventively before the occurrence of default becomes more serious.

De forma a aferir a eficácia do processo de recuperação, o Banco desenvolveu um processo de seguimento da performance de recuperação de crédito. Este é efetuado mensalmente através do acompanhamento de indicadores de gestão, nas diversas fases de recuperação e para os distintos produtos, assim como indicadores de controlo de processo, sendo os resultados apresentados em Comité de Risco e Recuperação.

A avaliação de risco dos prescritores, é efetuada com base na evolução dos rácios de incumprimento das carteiras geradas, e analisada e revista regularmente.

O seguimento da performance dos scorecards é realizado pela área de Controlo de Risco & Reporting da Direcção de Risco e Recuperação, com base em análises através das quais é monitorizada a adequação da nova população aos perfis de risco previamente estabelecidos e analisado o comportamento dos scorecards face ao inicialmente previsto.

Da avaliação regular destes índices e do risco dos prescritores, resulta, caso necessário, a revisão dos níveis de decisão (cut-offs, variáveis ponderadas e regras de decisão) no sentido de uma melhor adequação da política de concessão de crédito, face aos níveis de tolerância ao risco previamente definidos e às perspetivas económicas futuras.

No processo de auto-avaliação do grau de exposição do Banco ao risco de crédito, são adoptados stress tests que permitem quantificar o efeito de choques inesperados, pouco prováveis mas plausíveis, e antecipar o comportamento das carteiras, aferindo a razoabilidade do capital interno face aos limites de tolerância previamente definidos.

O acompanhamento dos resultados obtidos através destes processos de auto-avaliação, a adequabilidade das medidas corretivas propostas e respetiva implementação, são posteriormente analisados pelos Órgãos de Gestão, de modo a serem integrados de forma ativa na gestão de risco da instituição.

O sistema de gestão de risco de crédito é revisto anual e autonomamente por equipas de auditoria. No âmbito deste trabalho é aferido o grau de cumprimento dos procedimentos definidos e identificadas oportunidades de melhoria.

RISCO DE MERCADO

Uma vez que a instituição não tem carteira de negociação, o risco de mercado coloca-se ao nível da liquidez. A sua gestão é efectuada internamente pela Direcção Financeira, área funcional Gestão Financeira, e preferencialmente junto da Tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura todas as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno (estes ratings são aprovados pela Deloitte, a um nível corporativo), spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções. Face ao exposto e dada a existência de um montante substancial de activos de curto prazo, a exposição do Banco ao risco de liquidez é reduzida.

Os controlos específicos à magnitude de exposição a este risco são efectuados em duas vertentes: numa óptica interna e numa óptica regulamentar.

In order to evaluate the effectiveness of the recovery process, the Bank has developed a credit recovery performance follow-up procedure. This is done on a monthly basis by monitoring management indicators, in various recovery stages and for different products, as well as indicators to control the process, and the results are presented to the Risk and Recovery Committee.

The risk assessment of the prescribers, is carried out based on the evolution of the default ratios of the portfolios generated, and analysed and reviewed regularly.

The scoreboards performance follow-up is conducted by the Risk Control & Reporting area of the Risk and Recovery Division, based on analysis, and the adequacy of the category of the new risk profile previously established is monitored and the behaviour of the scorecards is analysed against the initially forecast values.

The regular evaluation of these rates and risks, results, in the review of the decisions (cut-offs, weighted variables and decision rules), if necessary, in order to better match the funding policy in accordance with the risk tolerance levels previously defined and to the future economic prospects.

In the self-assessment process of the Bank's credit risk exposure level, stress tests used to quantify the effect of unexpected shocks which are unlikely, but plausible, are adopted, and anticipate the behaviour of portfolios, by assessing the reasonableness of internal capital against the tolerance limits previously set.

The follow-up of the results obtained through these self-evaluation processes, the adequacy of corrective action proposals and their implementation, are later analysed by the Management Entities, so that they can actively become part of the institution's risk management.

The credit risk management system is reviewed annually and independently by audit teams. In the context of this work, the degree of compliance with the procedures defined is assessed and opportunities for improvement are identified.

MARKET RISK

As the institution does not have a trading portfolio, market risk also involves the liquidity level. Its management is carried out internally by the Financial Department, the Financial Management functional area, and preferably with the Treasury of its shareholder Santander Consumer Finance S.A., which ensures all the financing needs of the Bank and assigns additive spreads at the market rate based on the maturity of transactions, in accordance with internal rating policies (these ratings are approved by Deloitte, at a corporate level). In view of the above, and given the existence of a substantial amount of assets in the short term, the Bank's liquidity risk exposure is reduced.

The specific controls to the risk exposure magnitude are made in two parts: from an internal and regulatory standpoint.

Internamente existem medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo, analisada bimestralmente nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direcção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno.

O controlo e o seguimento dos níveis de exposição a riscos de mercado encontram-se segregados e são executados pela área de riscos de mercado, que se insere dentro da estrutura da Direcção de Risco de Recuperação, de acordo com o modelo corporativo do Grupo Santander.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto na Situação Líquida ou na Margem Financeira de uma variação desfavorável das taxas de juro de mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Anualmente são revistos e definidos pela Administração os limites de tolerância ao risco de taxa de juro, tendo como guideline os requisitos corporativos. Para o efeito, são tidos em consideração os testes de esforço efectuados com o objectivo de simular impactos, resultantes de uma variação nas taxas de juro de mercados, nos resultados e no valor patrimonial do Banco que, resulta no cálculo do valor mínimo de capital interno adequado ao perfil de risco de taxa de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado bimestralmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais mismatch que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

RISCO DE TAXAS DE CÂMBIO

O risco cambial não assume qualquer expressão no contexto global dos riscos inerentes à actividade, uma vez o Banco não tem qualquer operação cambial, sendo o negócio comercial desenvolvido e o passivo, ambos denominados em euros, pelo que não é alocado capital próprio para fazer face a esta categoria de risco.

Internally there are measures that are considered satisfactory to monitor, on the one hand, the evolution of liquidity on a daily basis and, on the other, the evolution of liquidity in the medium to long term, analysed in bimonthly meetings held by ALCO - Corporate Committee for Asset and Liability Management and integrated in the company's general budget analysed monthly at the Steering Committee and approved by the Executive Committee, thus, ensuring the ongoing maintenance of an adequate internal capital level.

The control and monitoring of the market risks exposure levels are segregated and are performed by the market risks area, which falls within the Risk and Recover Division structure, in accordance with Santander's Group corporate model.

INTEREST RATE RISK

The interest rate risk can be defined as the impact on Net Worth or in the Financial Margin of an unfavourable change in market interest rates. This exposure is caused not only by any existing gaps between the duration/average maturity of assets and liabilities, as well as by the fact that the bank sells products at a fixed rate and variable rate, generating risk exposure of interest rate and index reset.

The interest risk rates tolerance limits are reviewed and defined each year by the Board of Directors, in accordance with the corporate requirements. For this purpose, the stress tests carried out are taken into consideration with the objective of simulating impacts, resulting from a change in market interest rates, the results and the patrimonial value of the Bank, results in the calculation of the minimum value of internal capital suited to the interest rate risk profile.

The follow-up of this risk is carried out every two months by ALCO (Corporate Committee for Asset and Liability Management), or directly by the Board of Directors, where appropriate. At these meetings, the Financial Department proposes the operations that enable the mitigation of value-at-risk, on the date of reporting.

In order to carry out the interest rate risk evaluation, the Bank applies two parallel and autonomous approaches: internal metrics and regulatory indicators, through which the risk positions are analysed and any mismatch is mitigated. The risk evaluation takes into consideration the financial characteristics of each contract, based on which the expected projection of cash flows is carried out, in accordance with the dates for indexing and resetting the rate. Its aggregation by time intervals, allows us to determine the interest rate gaps per rate indexing and resetting period.

EXCHANGE RATE RISK

The exchange rate risk does not have any influence over the overall context of the risks in this activity, as the bank does not undertake any foreign exchange operations, the business developed and the liability are both in euros and equity capital is not allocated to cope with this risk category.

RISCO OPERACIONAL

O conceito de risco operacional adotado pelo Banco consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

A actividade do Banco é caracterizada por um significativo grau de estandardização das operações desenvolvidas, encontrando-se os processos bastante automatizados e as intervenções manuais padronizadas. As principais políticas e orientações definidas e revistas periodicamente pela Administração encontram-se transpostas para regulamentos e normativos internos, tendo em consideração o perfil de risco a assumir pela instituição. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar o grau de adequação do capital ao risco operacional.

Tendo por base a estratégia de gestão, e respectivas linhas orientadoras, foram desenvolvidos e implementados nas diversas áreas funcionais mecanismos de controlo que permitem identificar eventuais incidentes resultantes da operativa de negócio. Os referidos controlos foram desenvolvidos com base nos processos identificados como críticos, sendo monitorizados de forma a mitigar os eventos historicamente ocorridos e antecipar novas ocorrências.

Mantendo constante preocupação em desenvolver e aperfeiçoar os processos internos, adequando-os ao perfil de risco a assumir, no sentido de cumprir os requisitos regulamentares, e em consonância com as melhores práticas do sector bancário, o Grupo Santander definiu um novo modelo de gestão e controlo de risco operacional, sustentado em três linhas de defesa.

A adoção pelo Banco deste novo modelo, tem por finalidade o estabelecimento dos princípios basilares para a adequada gestão e controlo do risco operacional.

Pelo facto do risco operacional ser inherente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas, e sendo o mesmo gerado em todas as áreas de negócio e suporte, pretende-se a descentralização do processo de identificação, avaliação e controlo de eventos.

O modelo de governance definido prevê a ligação entre as três linhas de defesa, e estabelece como fórum deliberativo para matérias relacionados com este risco, o Comité de Risco Operacional, que reúne com periodicidade bimestral, garantindo assim o envolvimento da gestão de topo na gestão do risco operacional.

RISCO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A actividade do Banco é fortemente sustentada pelos sistemas de informação utilizados e pela sua customização ao desenvolvimento do negócio. A estratégia do Banco tem vindo a ser de contínuo aperfeiçoamento dos aplicativos utilizados na gestão do negócio, bem como na minimização de impactos negativos por via destes na actividade.

O modelo corporativo do Grupo Santander prevê que a gestão dos sistemas de informação das diversas unidades seja atribuída a entidades especializadas. Essas entidades, com reporte funcional às respectivas unidades, concentram competências e prestam serviços exclusivamente a unidades do Grupo, nomeadamente na gestão de infra-estruturas e no desenvolvimento de sistemas informáticos.

OPERATIONAL RISK

The operational risk concept adopted by the bank is the probability of occurrence of negative impacts on the results or in the capital, due to failures in the analysis, processing or settlement of transactions, internal and external fraud, the activity being affected due to the use of resources under a subcontracting arrangement, ineffective decision-making processes, insufficient or inadequate human resources or unserviceability of infrastructures.

The operations activity carried out by the Bank are characterised by a significant degree of standardisation, processes are quite automated and manual interventions are standardised. The main policies and guidelines defined and reviewed periodically by the Board of Directors are transposed into internal regulations and standards, taking into account the risk profile of the institution. This definition of the risk tolerance level allows the institution to assess the degree of capital adequacy to operational risk.

Based on the management strategy, and respective guidelines, control mechanisms were developed and implemented in different functional areas that allow the identification of any incidents resulting from business operatives. These controls were developed based on the processes identified as critical, these are monitored in order to mitigate the events that happened historically and anticipate new occurrences.

Because there is a constant concern to develop and improve internal processes and to adapt them to the expected risk profile, in order to fulfil the regulatory requirements, in line with the best practices in the banking sector, the Grupo Santander has established a new risk and control management model, based on three defence lines.

The adoption of this new model by the bank, aims to establish the basic principles for the proper management and control of operational risk.

Because the operational risk is inherent to all products, activities, processes and systems, and it is generated in all business and support areas, the aim is to decentralise the identification and evaluation processes and control events.

The governance model defined provides the connection between the three defence lines, and establishes the Operational Risk Committee as the advisory board, gathered on a bimonthly basis, ensuring the involvement of top management in operational risk management.

RISK OF INFORMATION SYSTEMS

The activity of the Bank is strongly supported by information systems and by their customisation to business development. The Bank's strategy continues to be the improvement of the applications used in business management, as well as to minimise negative impacts of such applications in the activity.

Santander's Group corporate model provides that the management of information systems of the various units is attributed to specialised bodies. These entities, which report to the respective units, focus on skills and provide services exclusively to the Group's units, in particular as regards to the management of infrastructures and the development of software systems.

A estratégia para os sistemas de informação do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é definida pela Administração, em função das necessidades actuais e previsíveis do negócio, implementada pela ISBN e sua execução directamente acompanhada pela Administração e Direcção do Banco.

Neste sentido, o Banco estabeleceu mecanismos de acompanhamento e controlo do risco de sistemas de informação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, inadaptação dos sistemas a novas necessidades, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha.

De acordo com a estratégia previamente definida, é definido, e revisto anualmente, o grau de tolerância ao risco decorrente dos sistemas de informação. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar, ainda que não segmentada, o grau de adequação do capital para cobertura deste risco, por linha de negócio.

A monitorização da adequação do capital interno para cobertura deste risco é efectuada através do acompanhamento de indicadores de performance e dos níveis de serviço, nomeadamente no sentido de assegurar que estes se mantêm nos standards previamente contratuais.

A ISBN, por intermédio da divisão da Produban, tem a seu cargo a gestão de infra-estruturas, sendo responsável por uma eficiente manutenção de toda a infra-estrutura física dos sistemas de informação, por negociar com fornecedores a aquisição de equipamentos e aplicações informáticas, por apoiar os utilizadores na utilização das mesmas, por garantir a utilização de programas devidamente licenciados, por assegurar a execução sistemática de cópias de segurança e de trabalhos informáticos periódicos.

Para a eficiência da gestão de risco de sistemas de informação, contribui a existência de procedimentos específicos a nível de segurança ambiente, segurança lógica e segurança de dados, nomeadamente estipulando as regras de acesso aos pólos informáticos cujos registos são mantidos para posterior monitorização, de gestão de perfis de acesso, manutenção e extração de informação das bases de dados.

A gestão de utilizadores é um processo partilhado entre a ISBN/Produban e as respectivas Direcções do Banco, coordenado pela Direcção de Tecnologia e Operações, de acordo com as normas definidas para a criação, atribuição e gestão de passwords de acesso, à rede e aos sistemas aplicacionais. Regularmente são efectuados controlos no sentido de garantir a alteração das passwords e a desactivação dos utilizadores inactivos.

As regras que garantem a segurança da informação constante em base de dados encontram-se devidamente estipuladas. Os níveis de acesso são definidos, em função das responsabilidades atribuídas, e o risco de intrusão nos sistemas informáticos controlado através de firewalls devidamente certificadas, de softwares antivírus, e de políticas de backups que asseguram a existência de cópias de segurança, permitindo a reposição da informação por ordem cronológica. Adicionalmente, o Banco dispõe de procedimentos que permitem impedir alterações não previstas nos ficheiros de configurações, sistemas operativos, ficheiros de aplicações e demais recursos nas estações de trabalho.

The strategy for Banco Santander Consumer Portugal, S.A. information systems is defined by the Board of Directors, depending on the current needs and expected business, implemented by ISBN and its implementation is directly monitored by the Bank's Board and Management.

In this sense, the Bank has established mechanisms to monitor and control information systems risks, being understood as the probability of the occurrence of negative impacts on the results or in the capital, from the inadequacy of systems to new requirements, from the inability of information systems to prevent unauthorised access, to ensure the integrity of data or to ensure business continuity in the event of failure.

In accordance with the strategy previously defined, the level of tolerance to risk in information systems is defined and reviewed annually. The definition of the level of risk tolerance allows the Bank to assess, the degree of capital adequacy to cover this risk by business line, even if not segmented.

The monitoring of the adequacy of internal capital to cover this risk is carried out by monitoring performance indicators and service levels, in particular, to ensure they remain in the standards previously contracted.

ISBN, via the Produban division, shall be responsible for the management of infrastructure and responsible for an efficient maintenance of all the physical infrastructure of information systems, by negotiating with suppliers to purchase equipment and computer applications to support users in their use, by ensuring that appropriately licensed programs are used, by ensuring the systematic implementation of backup copies and regular computer work.

Specific procedures relating to environment security level, logical security and data security contribute to the efficiency of information system risk management, in particular by stipulating the rules to access computer centres whose records are maintained for subsequent monitoring, management of access profiles, maintenance and removal of information from databases.

The user management is a shared process between ISBN/Produban and the respective Directorates of the Bank, coordinated by the Technology and Operations Department, in accordance with the rules defined for the creation, allocation and management of access passwords for the network and application systems. Regular checks are carried out to ensure that passwords are changed and that inactive users are deactivated.

The rules that guarantee the security of the information contained in the database are properly stipulated. The access levels are defined based on the responsibilities assigned, and the risk of intrusion in the computer systems are controlled by certified firewalls, antivirus software, and backup policies that ensure the existence of backups, allowing to restore the information in chronological order. In addition, the Bank has procedures that prevent changes that are not envisaged in the configuration files, operating systems, application files and other resources on the workstations.

A gestão e controlo da rede informática e da generalidade dos sistemas instalados, é efectuada através de uma plataforma de monitorização que permite a detecção atempada de eventuais problemas de disponibilidade e performance.

A aplicação Remedy permite registar os incidentes nos sistemas de informação do Banco identificados pelos utilizadores. Estes encontram-se sistematizados por tipologia, de forma a permitir a sua prioritzação em função do grau de exposição ao risco, controlando e monitorizando as acções a desenvolver. Os incidentes detectados, acções e respectivas recomendações são monitorizados pela Administração e Direcção do Banco..

Na área de desenvolvimento, o Banco recorre à ISBN para o desenvolvimento de aplicações informáticas, de acordo com as especificações acordadas. Esta garante o cumprimento dos standards corporativos e assegura a revisão pós-implementação.

A estratégia de desenvolvimento aplicacional é definida e aprovada anualmente pela Administração. O desenvolvimento destas actividades é monitorizado semanalmente pelos diferentes órgãos de gestão, em Comité de Direcção.

A gestão de projectos informáticos é realizada, tendo em consideração a tipologia de desenvolvimento definida, designadamente, correctiva, evolutiva e de compliance. Estes encontram-se sistematizados e prioritzados em função de análises custo/benefício para a actividade do Banco.

Em momento prévio à entrada em produção, as aplicações são testadas pelas áreas funcionais de forma a garantir que os requisitos previamente estabelecidos foram devidamente incorporados.

No sentido de minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas em caso de desastre, encontra-se em fase de actualização o plano de recuperação das infra-estruturas tecnológicas (Disaster Recovery Plan – DRP).

RISCO DE COMPLIANCE

As políticas definidas para a gestão do risco de compliance têm como objectivo assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os colaboradores do Banco Santander Consumer Portugal cumprem a legislação, regras e normativos, internos e externos, de forma a evitar prejuízos de ordem financeira ou que a reputação da instituição seja afectada negativamente.

Por sua vez são incorporados nas políticas, normas e procedimentos a adoptar internamente o grau de tolerância ao risco e as formas de conduzir a actividade num mercado concorrencial em consonância com as obrigatoriedades regulamentares.

O Banco constitui capital interno para cobertura deste risco por três vias: não cumprimento da legislação em vigor, emanação de nova legislação para a qual existe dificuldade de adaptação dos processos internos ou sistemas e pela introdução de novos produtos ou entrada em novos mercados.

O processo de identificação deste risco ocorre de diversas formas. Por um lado, através da recolha de informação legislativa e normativa e da sua apreciação, de forma a aferir eventuais impactos ao nível da actividade e operativa interna. Por outro, através da análise de impactos decorrentes da introdução de novos produtos ou desenvolvimento de novas actividades. Na realização destes trabalhos a Direcção de Controlo Interno conta com a colaboração da Assessoria Jurídica do Banco.

The computer network management and control and the majority of the installed systems are carried out by means of a monitoring platform that enables the early detection of potential problems relating to availability and performance.

The Remedy application allows the incidents within the information systems of the Bank to be registered and identified by users. These are systematised by typology, in a way that enables its prioritisation according to the risk exposure level, by controlling and monitoring the actions to be taken. The incidents detected, actions and their recommendations are monitored by the Board of Directors and Management of the Bank.

In regards to development, the Bank uses the ISBN for the development of computer applications, in accordance with the agreed specifications. It ensures the fulfilment of corporate standards and ensures the post-implementation review.

The development strategy to be applied is defined and approved annually by the Board of Directors. The development of these activities is monitored weekly by different management bodies, in the Steering Committee.

The management of computer projects is performed, taking into account the type of development defined, in particular, corrective, evolutionary and in compliance. These are systematised and prioritised based on the cost/benefit analysis for the activity carried out by the Bank.

Prior to starting production, applications are tested by functional areas to ensure that the requirements previously established were properly incorporated.

In order to minimise the probability of the occurrence of losses in case of disaster, a Disaster Recovery Plan (DRP) is being updated.

COMPLIANCE RISK

The policies defined for the compliance risk management are intended to ensure that the management bodies, functional structures and all the employees of Banco Santander Consumer Portugal comply with the legislation, rules and regulations, both internal and external, in order to avoid financial losses or in the event that the reputation of the institution is negatively affected.

In turn, the risk tolerance levels and the forms of conducting the activity in a competitive market in line with the compulsory regulations are incorporated in the policies, standards and procedures to be adopted internally.

The Bank has internal capital to cover this risk by three ways: non-compliance with the legislation in force, issue of new legislation for which there is difficulty in adapting internal processes or systems and the introduction of new products or entry into new markets.

The risk identification process occurs in several ways. On the one hand, by collecting legislative and normative information and assessing it, in order to assess potential impacts as regards to the level of the activity and internal operations. On the other hand, through the analysis of impacts arising from the introduction of new products or development of new activities. The Directorate of Internal Control counts with the collaboration of the Legal Advisors of the Bank to perform these works.

A identificação de novos factores de exposição ao risco decorre ainda da interacção com as áreas funcionais que, sensibilizadas para a temática, reportam indícios de violação das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, de normas e regulamentos internos, orientações dos órgãos sociais, do código de conduta e das práticas profissionais e deontológicas relevantes para a instituição.

Ao nível da operativa interna, do processo de apreciação de reclamações e da realização de trabalhos transversais como, levantamentos de processos, auditorias internas, relacionamento institucional com as entidades de supervisão, entre outros, poderá adicionalmente decorrer a identificação de eventuais debilidades que contribuam para a exposição a este risco.

Tendo por suporte a monitorização dos factores de exposição ao risco, é avaliado e acompanhado o inerente grau de exposição. Este acompanhamento visa a atestar a correcta adequação do capital interno relativo a este risco, e a possibilitar a articulação e a coordenação transversal no sentido de adequar as práticas, procedimentos, normas e regulamentos internos às disposições legais aplicáveis.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco compliance encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Legal & Compliance Report, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes. O processo de monitorização da adequação e eficácia do sistema de controlo implementado para a gestão deste risco é particularmente assegurado através de auditorias.

No que respeita especificamente aos procedimentos de controlo implementados em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma ferramenta de identificação de operações que possam evidenciar indícios de suspeita, de acordo com parâmetros pré-definidos. A sua avaliação é da responsabilidade da Direcção de Controlo Interno, sendo posteriormente incorporada na referida aplicação. O acompanhamento da evolução das operações analisadas bem como da adequação das medidas e procedimentos implementados na gestão deste factor de risco é efectuado, trimestralmente, em Comité de Análise e Resolução.

A exposição do Banco ao risco de compliance é ainda mitigada pela existência de uma cultura de disciplina, incorporada na estratégia e políticas da empresa, e formalizada num código de conduta, que assegura que no cumprimento das suas funções, os colaboradores adoptam elevados padrões de ética, integridade e profissionalismo.

A sensibilização das áreas funcionais para este tema, viabiliza que, com a respectiva cooperação, o Banco tenha possibilidade de aferir de forma fidedigna o grau de exposição ao risco de compliance, a razoabilidade das medidas de controlo adoptadas, e respectivo efeito mitigador, para efeitos da contínua monitorização da adequabilidade do capital interno.

The identification of new risk exposure factors arises from the interaction with the functional areas, sensitised to the issue, report evidence of violation of the legal provisions, regulations and statutory requirements, standards and internal regulations, guidelines of the governing bodies, of the code of conduct and professional practices and ethical codes relevant to the institution.

Regarding internal operations, the process of reviewing complaints and the performance of cross-sectional work, such as surveys, internal audits, institutional relationships with the supervisory entities, among others, can additionally lead to the identification of possible weaknesses that contribute to risk exposure.

Having for support the monitoring of risk exposure factors, the risk exposure weight is evaluated and monitored. The monitoring is meant to certify the correct adjustment of internal capital relating to this risk, and allow its articulation and coordination in order to adapt the practices, procedures, rules and internal regulations to the applicable legal provisions.

The collection and maintenance of events that may lead to risk exposure are duly systematised in monthly and quarterly reports, Legal & Compliance Report, presented to the Board of Directors of the bank and relevant corporate bodies. The adequacy and effectiveness monitoring process of the control system implemented for the management of this risk is mainly ensured through audits.

Specifically with regard to the control procedures implemented in the prevention of money laundering and terrorist financing, the Bank provides a tool for identifying operations which may reveal suspicious transactions, according to predefined parameters. The Directorate for Internal Control is responsible for its assessment, which is later incorporated in the application previously referred. The monitoring of the evolution of the operations examined as well as the adequacy of the measures and procedures implemented in the management of this risk factor is carried out on a quarterly basis, in the Analysis and Resolution Committee.

The Bank's exposure to the compliance risk is also mitigated by the existence of a disciplined culture, incorporated in the strategy and policies of the company, and formalised in a code of conduct, which ensures that employees adopt high standards of ethics, integrity and professionalism in carrying out their duties.

The awareness of the functional areas for this topic, makes it possible for the Bank to measure the degree of risk exposure, the compliance risk, the reasonableness of the control measures adopted, and its mitigating effect reliably, for the purpose of continuous monitoring of the adequacy of internal capital.

RISCO DE REPUTAÇÃO

A identificação do risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, é efectuada com base na recolha e análise de informação, interna e externa, destinada a compreender e acompanhar a percepção do mercado sobre a imagem do Banco.

Para a manutenção de um elevado padrão reputacional, o Banco desenvolveu mecanismos que lhe permitem incorporar na política de comunicação com o mercado, os devidos limites de tolerância. Estes constituem em si, mecanismos de monitorização e alerta, que permitem detectar a ocorrência um incremento significativo ao grau de exposição ao risco de compliance, e antecipar eventuais impactos. Tais limites viabilizam o pressuposto da devida alocação do capital interno até à ocorrência de eventos fora dos standards considerados como razoáveis.

O sistema de gestão de risco reputacional implementado pelo Banco permite assim a identificação de factores que possam vir a afectar a sua capacidade para desenvolver a actividade de acordo com os objectivos previamente estabelecidos. Para o acompanhamento deste risco, os órgãos de gestão procedem casuisticamente à monitorização de websites, blogues e de notícias de imprensa relacionadas com o seu negócio, permanecendo atentos a eventuais mensagens cujo conteúdo passo vir a ser lesivo para a empresa.

Decorre da relação de proximidade com o mercado, nomeadamente da estreita relação mantida com os parceiros de negócio, a auscultação da percepção da imagem do Banco. Anualmente, é ainda recolhida informação sobre a instituição junto do mercado em que esta opera, através da elaboração de inquéritos de qualidade, apelidados de voice of customer, efectuados aos parceiros comerciais responsáveis pela angariação de operações de financiamento. Os resultados obtidos são posteriormente alvo de análise e acompanhamento em Comité de Direcção e verificação do alinhamento dos requisitos de cliente com a estratégia do Banco.

A percepção da exposição ao risco reputacional, que advém da relação mantida com o cliente final, resulta da análise aos contactos com este ocorridos, designadamente dos contactos presenciais nas lojas e através do serviço de apoio ao cliente.

Por sua vez, o processo de gestão de reclamações adoptado pela empresa permite uma análise sistematizada dos motivos de insatisfação demonstrados e a verificação da adequação e cumprimento dos procedimentos internos. Mensalmente, em Comité de Direcção é efectuado o acompanhamento da evolução e motivos das reclamações recebidas, sendo estabelecidas acções correctivas e de melhoria aos processos instituídos.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco reputacional encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Legal & Compliance Report, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes.

Para a mitigação deste risco contribui a cultura organizacional, sustentada em fortes pilares éticos, transcritos no código de conduta, que se encontra disponível para consulta interna e externa e que institui os princípios e regras a observar.

REPUTATIONAL RISK

The identification of the risk of occurrence of negative impacts on the results or in the capital, resulting in a negative perception of the public image of the institution, due cause or not, is carried out in accordance to the information collected and analysed, both internal and external, aimed to understand and monitor the market perception of the image of the Bank.

In order to maintain a high reputational standard, the Bank has developed mechanisms that allow the incorporation of tolerance limits in the communication policy with the market. These monitoring and alert mechanisms allow the detection of the occurrence of a significant increase in the degree of compliance risk exposure and anticipate potential impacts. These limitations enable the allocation of capital market until the occurrence of events outside the standards is considered to be reasonable.

The reputational risk management system implemented by the Bank enables the identification of factors that may affect its ability to develop activities in accordance with the objectives previously established. In order to monitor this risk, management bodies monitor websites, blogs and news reports related to its business on a case by case basis, being attentive to any messages with content that may harm the company.

Results from the close relationship with the market, in particular the close relationship maintained with business partners, and to listen closely to the perception of the bank's image. Each year information on the institution is collected from the market in which it operates, by preparing quality surveys, client opinions and made to commercial partners responsible for carrying out financing operations. The results obtained are later analysed and followed-up in the Steering Committee and the alignment of client requirements are verified against the Bank's strategy.

The perception of reputational risk exposure, which arises from the relationship maintained with the end client, results in the contacts that took, including face-to-face contacts in stores and through customer support.

In turn, the claims management process adopted by the company allows the bank to analyse the reasons for the dissatisfaction demonstrated and to check the appropriateness of the internal procedures and to ensure their fulfilment. Every month, monitoring of the development of the complaints received as well as an examination is performed by the Steering Committee, and set out corrective actions and improvements to procedures.

The collection and maintenance of events that may lead to reputational risk exposure are duly systematised in monthly and quarterly reports, Legal & Compliance Report, presented to the Board of Directors of the bank and relevant corporate bodies.

Organisational culture contributes to mitigate this risk, based on strong ethical pillars, laid down in the code of conduct, which is available for internal and external consultation and establishes the principles and rules to be observed.

RISCO DE ESTRATÉGIA

O risco de estratégia consiste na probabilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de decisões estratégicas inadequadas ou deficitariamente implementadas, e da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente.

A exposição a este risco é função de factores exógenos, nomeadamente do contexto dinâmico do mercado em que a instituição opera, e de factores endógenos como a existência de uma estrutura de governo interno robusta que favoreça a objectividade do processo de planeamento estratégico, a consistência da atitude face ao risco, respectiva consonância do capital interno, e a eficácia e adequação do processo de tomada de decisão.

O Banco instituiu uma política de gestão de risco de estratégia, que consiste no acompanhamento contínuo e tempestivo da conjuntura económica, regulamentar e da evolução do mercado em que opera, tendo também em consideração a envolvente gerada pelo próprio Grupo Santander e a presença que tem noutras geografias

Para o desenvolvimento da estratégia do Banco são anualmente delineados objectivos concretos para cada área de negócio. Estes são definidos com base em propostas efectuadas pelos órgãos de gestão, que são consolidadas pela Direcção Financeira, analisadas e revistas pela Administração e sujeitas a aprovação da casa-mãe.

Para que toda a estrutura organizativa desenvolva a sua actividade alinhada com a estratégia definida é essencial um eficiente sistema de informação e comunicação, que assegure a transmissão dos objectivos definidos, bem como as responsabilidades e deveres de cada colaborador, e que garanta a existência de processos de captação e tratamento de informação, que favoreçam uma comunicação eficaz e que suportem uma tomada de decisão consistente.

Para o efeito, os objectivos estabelecidos são transversalizados, de forma a orientar as diferentes equipas para a prossecução de medidas compatíveis com a estratégia definida.

A avaliação desta estratégia, materializada nos respectivos objectivos, encontra-se suportada por análises, qualitativas e quantitativas, tendo em consideração as condições económicas actuais e cenários adversos, de forma a garantir que a tomada de decisão se encontra suficientemente apoiada por recursos de capital, de gestão e de sistemas.

O seu acompanhamento é posteriormente efectuado recorrendo a diferentes comités constituídos transversalmente, em função do seu âmbito e com periodicidades previamente definidas, com especial ênfase no Comité de Direcção e na Comissão Executiva.

Por sua vez, o controlo orçamental ao nível da evolução das rubricas das demonstrações financeiras e de rácios de gestão, como o rácio de solvabilidade, de cobertura, de eficiência, entre outros, é efectuado mensalmente em Comité de Direcção e na Comissão Executiva, sendo devidamente justificados e documentados os desvios face os objectivos pré-estabelecidos por forma a garantir a permanente adequabilidade do capital interno.

STRATEGIC RISK

The strategic risk consists in the probability of negative impacts on the results or in the capital, due to inadequate or deficient strategic decisions implemented, and the inability to respond to changes in the environment.

Exposure to this risk is mainly the result of exogenous factors, in particular, in a dynamic market context in which the institution operates, and endogenous factors such as the existence of an internal governance structure that favours the objectivity of the strategic planning process, the consistency of attitude toward risk, in line with the internal capital, and the effectiveness and appropriateness of the decision-making process.

The Bank has implemented a strategic risk management policy, which consists in a timely and continuous monitoring of economic, regulatory and market developments in which it operates, also taking into consideration the environment generated by Grupo Santander itself and its presence in other parts of the world.

For the development of the bank's strategy, strategic objectives are outlined each year for each business area. These are defined based on proposals made by the management bodies, which are consolidated by the Financial Department, analysed and reviewed by the Board of Directors and subject to approval by the headquarters.

It is essential to have an efficient information and communication system to ensure that the objectives defined are transmitted, as well as the responsibilities of each employee, that guarantee the existence of capture processes and information processing, that promotes an effective communication and that supports consistent decision-making in order for the organisational structure to develop in accordance with strategy defined.

To this end, the objectives defined are transversal, in order to guide the different teams in pursuit of measures that are compatible with the defined strategy.

The evaluation of this strategy, embodied in the respective objectives, is supported by qualitative and quantitative analysis, taking into account the current economic conditions and adverse scenarios, in order to ensure that the decision is adequately supported by capital, management and system resources.

Its follow-up is subsequently carried out by the various committees set up across the company, according to their scope and with periodicities previously defined, with special emphasis on the Steering Committee and the Executive Committee.

In turn, the budgetary control in terms of the evolution of the financial statements items and management ratios, such as the solvency, coverage, efficiency ratios, among others, is performed monthly at the Steering Committee and the Executive Committee, and the deviations from the predetermined objectives established are duly justified and documented in order to ensure the ongoing internal capital adequacy.

Anexo III – Adequação de Capitais

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Síntese das principais características das diferentes rubricas e componentes dos fundos próprios, em particular sobre capital realizado, interesses minoritários elegíveis, outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base e, se aplicável, passivos subordinados:

O capital regulamentar do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é calculado tendo por base as regras definidas pelo Banco de Portugal através dos Avisos 6/10, que define o conceito de capital regulamentar, do Aviso 5/07, que estabelece a ponderação de risco dos elementos activos e extrapatrimoniais, e do Aviso 9/07, que estabelece a ponderação do risco operacional.

Adicionalmente a carta com referência 1574/14/DSPDR do Banco de Portugal datada de 14 de Maio de 2015 vem estabelecer que sem prejuízo da manutenção de rácios de fundos próprios mais elevados do que os definidos em termos regulamentares para fazer face aos riscos a que a instituição está ou possa vir a estar exposta, deve ser assegurada a manutenção dos seguintes rácios mínimos de fundos próprios calculados de acordo com o regulamento EU nº 575/2013:

- Rácio de fundos próprios principais de nível 1 de 7%
- Rácio de fundos próprios de nível 1 de 8,5%
- Rácio de fundos próprios totais de 10,5%

Durante o exercício de 2015 o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. continuou a utilizar, o Método Padrão para efeitos de cálculo dos requisitos de risco de crédito e o Método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de risco operacional exigidos pelo Aviso 9/07..

a) Capital realizado: Em 31 de Dezembro de 2015, o capital social do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções de valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

	2015	
	Number of shares	% of stake
Santander Consumer Finance, S.A.	53,331,647	80.09%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13,261,300	19.91%
	66,592,947	100.00%

b) Prémios de emissão: Em 31 de Dezembro de 2015, os fundos próprios do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. contam ainda com um prémio de emissão global de 12.790.664 Euros, na sequência da deliberação unânime dos accionistas em Assembleia Geral de 2 de Janeiro de 2007, onde foi decidida a realização de um aumento do capital social mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro, passando este de 37.500.000 Euros para os actuais 66.592.947 Euros.

c) Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base: Em 31 de Dezembro de 2015, os montantes entre reservas e resultados elegíveis a adicionar aos fundos próprios de totalizavam 54.935.415 Euros. Entre os elementos dedutíveis aos fundos próprios de base, há a referir as imobilizações incorpóreas no montante de 1.563.279 Euros.

Annex III - Capital Adequacy

Section A - Qualitative Information

1.1 Summary of the main features of the various headings and components of own funds, in particular on paid-up capital, eligible minority interests, other eligible or deductible items to original own funds and, if applicable, subordinated liabilities:

The regulatory capital of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. is calculated based on the rules laid down by the Bank of Portugal through Notices 6/10, which defines the regulatory capital concept, Notice 5/07, establishes the risk weight of asset and off-balance-sheet items, and Notice 9/07, establishes the weight of operational risk. In addition, the letter with reference to 1574/14/DSPDR of the Bank of Portugal dated 14 May 2015 establishes that without prejudice to the maintenance of equity ratios higher than those defined in accordance with the regulations to cope with the risks to which the institution is or might be exposed to, the maintenance of the following minimum ratios calculated in accordance with the EU No.575/2013 rules must be ensured:

- Common Equity Tier 1 capital of 7%
- Common Equity Tier 1 capital of 8,5%
- Total Common Equity Tier 1 capital of 10,5%

During 2015, Banco Santander Consumer Portugal, S.A. continued to use the Standard Method for calculating capital requirements for credit risk and the Basic Indicator Approach for calculating capital requirements for operational risk required by Notice 9/07..

a) Paid-up capital: On 31 December 2015, Banco Santander Consumer Portugal, S.A.'s capital was fully subscribed and paid-up and was represented by 66,592,947 shares, each with a nominal value of 1 Euro each, and broken down as follows:

b) Share premiums: On 31 December 2015, Banco Santander Consumer Portugal, S.A.'s own funds have a total share premium of 12,790,664 Euros, following a unanimous decision of the shareholders at a General Shareholders Meeting on January 2, 2007, where it was decided an increase in capital through the issuance of 29,092,947 new shares with a nominal value of 1 Euro, from 37,500,000 Euros to the current 66,592,947 Euros.

c) Other eligible or deductible items from original own funds: On 31 December 2015, the amounts between reserves and eligible results to add to the original own funds totalled 54,935,415 Euros. Among the items deductible from original own funds, we must mention the intangible fixed assets in the amount of 1,563,279 Euros.

1.2 Síntese do método utilizado pela instituição para a auto-avaliação da adequação do capital interno, face à estratégia de desenvolvimento da actividade e descrição da forma como a instituição afecta o capital interno aos diferentes segmentos de actividade.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. dispõe de um processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (adiante designado de ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process), com vista a que o capital de que dispõe é adequado face ao perfil de risco da instituição. O ICAAP é definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração.

No processo de auto-avaliação da adequação do capital interno do Banco estão envolvidos, a Direcção de Controlo Interno, a Direcção Financeira, a Direcção de Risco e Recuperação e os membros do Órgão de Direcção.

A Direcção Financeira é responsável pela elaboração anual do orçamento nomeadamente, a definição do capital necessário à cobertura dos riscos e ao planeamento da gestão de liquidez, em função do perfil de risco, da rendibilidade exigida, dos objectivos de solvabilidade e da estratégia para o desenvolvimento da actividade, previamente definidos pela Administração. Por sua vez, assegura também o regular acompanhamento do cumprimento orçamental, analisando desvios face ao previamente definido.

A Direcção de Risco e Recuperação é responsável pelo desenvolvimento dos modelos de avaliação e monitorização do risco de mercado e do risco de crédito, este último o risco materialmente mais relevante para a instituição, atendendo às particularidades de cada área de negócio.

Os restantes Órgãos de Gestão asseguram a correcta prossecução dos sistemas, processos e procedimentos que suportam a integridade do sistema de controlo interno no seu todo e como tal a adequada operacionalização da estratégia definida pelo órgão de Administração.

Compete à Direcção de Controlo Interno controlar a eficácia e efectividade dos mecanismos de identificação, avaliação, controlo e monitorização de processos e inerentes riscos, com o intuito de assegurar o cumprimento dos standards de risco estabelecidos e a sua adequação face ao capital interno da instituição, em consonância com os deveres regulamentares e práticas internacionalmente aceites.

A elaboração do relatório sobre o ICAAP, remetido anualmente ao Banco de Portugal, é da responsabilidade da Direcção de Controlo Interno do Banco, em estreita colaboração com a Direcção Financeira e com a Direcção de Risco e Recuperação, com o contributo dos restantes membros do Órgão de Direcção. Por sua vez, a aprovação do processo de auto-avaliação do capital interno do Banco é da responsabilidade do Órgão de Administração. Adicionalmente, o sistema de gestão de risco é revisto anual e autonomamente pela equipa de auditoria corporativa.

Importa, contudo, neste âmbito relevar que a preparação do ICAAP e, em particular, a definição das metodologias de cálculo inerentes a este relatório, é também executada em estreita cooperação com a Divisão de Intervenção Geral e Controlo de Gestão do Grupo Santander, de forma a assegurar a aproximação das metodologias de avaliação da adequação do capital interno às utilizadas a nível corporativo.

1.2 Summary of the method used by the institution for self-assessment of the internal capital adequacy in view of the development strategy of the activity and description of how the institution affects the internal capital of the different business lines.

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. has an internal capital adequacy self-evaluation process (hereinafter referred to as ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process), with a view to ensure that the amount of capital available is adequate to the institution's risk profile. ICAAP is defined and directly monitored by the Board of Directors.

The Directorate of Internal Control, the Financial Department, the Risk and Recovery Department and the members of the Executive Board are involved in the Bank's internal capital adequacy assessment process.

The Financial Department is responsible for drafting the annual budget in particular, the definition of the capital required to cover the risks and the planning of liquidity management, depending on the risk profile, the profitability required, the solvency objectives and the activity development strategy, previously defined by the Board. In turn, it also ensures regular monitoring of compliance with budget, by analysing deviations from the one previously defined.

The Risk and Recovery Department is responsible for the development of market risk and credit risk assessment and monitoring models, the latter, is the risk which is more relevant to the institution, taking into account the particularities of each business line.

The remaining Management Bodies help to ensure the correct continuity of the systems, processes and procedures that support the integrity of the internal control system as a whole and as such, the proper implementation of the strategy defined by the Board of Directors.

It is the responsibility of the Directorate of Internal Control to monitor the effectiveness and efficiency of the mechanisms for the identification, evaluation, control and monitoring of processes and inherent risks, with the aim of ensuring compliance with the risk standards established and their appropriateness in relation to the internal capital of the institution, in line with the regulatory duties and internationally accepted practices.

The Directorate of Internal Control, in close collaboration with the Financial Department and the Risk and Recovery Department, with the contribution of the remaining members of the Board of Directors is responsible for preparing the ICAAP report, sent annually to the Bank of Portugal. The Board of Directors is responsible for approving the Bank's internal capital assessment process. In addition, the risk management system is reviewed annually and independently by corporate audit teams.

However, in this context, we must note that the preparation of the ICAAP and, in particular, the definition of the calculation methodologies inherent to this report, is also carried out in close cooperation with the General Intervention and Management Control Department of the Grupo Santander, in order to ensure the alignment of methodologies for evaluating the adequacy of internal capital with those used at corporate level.

De salientar igualmente que sendo o ICAAP parte integrante do Sistema de Controlo Interno do Banco, a instituição beneficia da colaboração das Equipas de Auditoria Interna Corporativas e dos Auditores Externos na medida que estas contribuem directamente para assegurar a eficácia dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição se encontra sujeita.

A avaliação quantitativa e qualitativa da adequação do capital interno é efectuada de acordo com a magnitude dos riscos incorridos no desenvolvimento da actividade do Banco e a eficácia das respectivas técnicas de controlo implementadas.

De acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), a definição da relevância ou materialidade dos riscos inerentes a cada uma das áreas funcionais tem por base a probabilidade de ocorrência dos eventos, que afectem significativamente a condição financeira da empresa, e a qualidade e adequabilidade dos processos de controlo instituídos. Neste sentido, para efeitos de avaliação quantitativa da adequação do capital interno, o Banco considera individualmente a exposição ao risco de crédito, ao risco operacional, ao risco de taxa de juro e ao risco de estratégia.

No que respeita aos riscos não contemplados nas categorias acima mencionadas, considera-se que uma avaliação individual é algo desajustada face à sua diminuta materialidade e representatividade pelo que, para efeitos de avaliação do capital interno estes foram considerados de forma agregada. O processo de avaliação dos riscos considerados como materialmente relevantes, encontra-se sistematizado no diagrama infra.

We must also note that, because ICAAP is an integral part of the Bank's Internal Control System, the institution benefits from the collaboration of Corporate Internal Audit Teams and External Auditors to the extent that these contribute directly to ensuring the effectiveness of the identification, assessment, monitoring and risk control processes to which the institution is subject to.

The quantitative and qualitative evaluation of the internal capital adequacy is carried out according to the magnitude of the risks incurred in the bank's activities and the effectiveness of the control techniques implemented.

According to the Risk Assessment Model (RAM), the definition of the relevance or materiality of the risks inherent in each of the functional areas is based on the probability of occurrence of the events, significantly affecting the financial condition of the company, and the quality and suitability of the control procedures in place. In this sense, for the purpose of quantitative evaluation of the internal capital adequacy, the Bank assesses credit risk exposure, operational risk, interest rate risk and strategic risk on a case by case basis.

Risks not included in the categories mentioned above are not subject to a case by case evaluation, since it is considered inadequate in view of their very low materiality and representation, instead their internal capital assessment is in aggregated form. The risk assessment process considered as materially relevant is shown in the diagram below.

Quantification Metrics			
Credit Risk	Operational Risk	Interest Rate Risk	Strategic Risk
Stress Test Models	Regulatory Capital	Stress Test Models	% of General Expenses
O processo de auto-avaliação da adequação do capital interno é considerado uma ferramenta estratégica, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital porque:		The internal capital adequacy assessment is considered a strategic tool, in the sense that it is an essential element in capital management because:	
<ul style="list-style-type: none"> • Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base • Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital • Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital • Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital do grupo • Identifica as áreas de melhoria <p>O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., no processo de auto-avaliação do valor agregado do capital interno considera a soma simples dos valores de capital determinados individualmente, para cada categoria de risco, deduzidos dos efeitos de diversificação entre riscos.</p>			

The internal capital adequacy assessment is considered a strategic tool, in the sense that it is an essential element in capital management because:

- Enables capital management by incorporating an analysis of the specific impacts
- Enables a more efficient use of capital.
- Anticipates the potential lack/excess of capital scenarios
- Supports the formulation of the group's capital management strategy
- Identifies areas for improvement

Banco Santander Consumer Portugal, S.A., in the self-evaluation of the internal capital aggregate value, it considers the sum of individually determined capital values for each risk category, deducted from the diversification effects between risks.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2.1 Para efeitos de fundos próprios:

CAPITAL ADEQUACY - PART 1	Dezembro 2015	Dezembro 2014
1. Total own funds for solvency purposes (=Σ(1.1 to 1.5))	132,755,746	131,485,524
1.1. Original own funds (=Σ(1.1.1 to 1.1.5))	132,755,746	131,485,524
1.1.1 Eligible Capital (=Σ(1.1.1.1 to 1.1.1.4))	79,383,611	79,383,611
1.1.1.1 Paid-up capital	66,592,947	66,592,947
1.1.1.2. (-) Own shares	12,790,664	12,790,664
1.1.1.3. Share premiums	54,935,415	53,983,836
1.1.1.4. Other quasi-equity instruments	54,935,415	53,983,836
1.1.2. Eligible results and reserves (=Σ(1.1.2.1 to 1.1.2.6))		
1.1.2.1. Reserves		
1.1.2.2. Eligible minority interests		
1.1.2.3. Results of the last financial year and provisional results of the current financial year		
1.1.2.4. (-) Net profit arising from the capitalisation of future income from securitised assets		
1.1.2.5. Revaluation differences eligible for original own funds	0	0
1.1.3. Fund for general banking risks		
1.1.4. Other eligible items for original own funds (=1.1.4.1+1.1.4.2)		
1.1.4.1. Impact on the transition to the IAS/NCA (negative impact)		
1.1.4.2. Other eligible items for original own funds		
1.1.5. (-) Other deductible items for original own funds (=Σ(1.1.5.1 to 1.1.5.3))	-1,563,279	-1,881,923
1.1.5.1. (-) Intangible fixed assets/Intangible assets	-1,563,279	-1,881,923
1.1.5.2. (-) Surplus in relation to the eligibility limits of instruments included in original own funds	0	0
1.1.5.3. (-) Other deductible items for original own funds		
1.2. Additional own funds (=Σ(1.2.1 to 1.2.3))	0	0
1.2.1. Additional own funds - Upper Tier 2		
1.2.2. Additional own funds - Lower Tier 2		
1.2.3. (-) Deductions to additional own funds		
1.3. (-) Deductions to additional and original own funds		
1.3a. of which: (-) to original own funds		
1.3b. of which: (-) to additional own funds		
1.5. Deductions to total own funds		
1.4. Total supplementary own funds available to cover market risks		
1.6. Memo items		
1.6.1. (+) Excess / (-) Insufficient provisions on risk-weighted amounts through the Internal Ratings Based Approach		
1.6.1.1. Amount of provisions under the Internal Ratings Based Approach		
1.6.1.2. (-) Expected losses determined under the Internal Based Approach		
1.6.2. Nominal value of subordinated loans recognised as a positive element of own funds	0	15,000,000
1.6.3. Minimum share capital requirements		
1.6.4. Reference own funds for large exposure limits	132,755,746	131,485,524

Amounts expressed in Euros

2.2 Para efeitos de requisitos de fundos próprios:

2.2 For own funds requirement purposes:

CAPITAL ADEQUACY - PART 2	Dezembro 2015	Dezembro 2014
2. Own funds requirements (=Σ(2.1 to 2.6))	88,492,359	60,303,241
2.1. For credit risk, counterparty credit risk, risk of reduction of amounts receivable and risk of delivery (=2.1.1+2.1.2)	80,260,886	52,178,813
2.1.1. Standard Method (=2.1.1.1+2.1.1.2)	80,260,886	52,178,813
2.1.1.1. Risk classes in the Standard Method, excluding securitisation positions	80,260,886	52,178,813
2.1.1.1.1. Claims or contingent claims on central governments or central banks	2,133,805	1,506,064
2.1.1.1.2. Claims or contingent claims on regional governments or local authorities	0	0
2.1.1.1.3. Claims or contingent claims on administrative organisations and non-profit companies	0	0
2.1.1.1.4. Claims or contingent claims on multilateral development banks	0	0
2.1.1.1.5. Claims or contingent claims on international organisations	0	0
2.1.1.1.6. Claims or contingent claims on institutions	569,160	805,801
2.1.1.1.7. Claims or contingent claims on companies	17,286,312	4,903,429
2.1.1.1.8. Claims or contingent claims on retail portfolio	58,484,775	43,467,446
2.1.1.1.9. Claims or contingent claims with immovable property as collateral Overdue items	0	0
2.1.1.1.11. Items belonging to regulatory high-risk categories	682,285	706,854
2.1.1.1.12. Claims in the form of covered bonds or public securities	0	0
2.1.1.1.13. Claims in the form of collective investment undertakings (CIU)	0	0
2.1.1.1.14. Other items	1,104,548	789,219
2.1.1.2. Securitisation positions in the Standard Method	0	0
2.1.2. Internal Ratings Based Approach (=Σ(2.1.2.1 to 2.1.2.5))	0	0
2.1.2.1. When own LGD's estimates and/or conversion factors are not used	0	0
2.1.2.1.1. Claims or contingent claims on central governments or central banks	0	0
2.1.2.1.2. Claims or contingent claims on institutions	0	0
2.1.2.1.3. Claims or contingent claims on companies	0	0
2.1.2.2. When own LGD's estimates and/or conversion factors are used	0	0
2.1.2.2.1. Claims or contingent claims on central governments or central banks	0	0
2.1.2.2.2. Claims or contingent claims on institutions	0	0
2.1.2.2.3. Claims or contingent claims on companies	0	0
2.1.2.2.4. Claims or contingent claims on retail portfolio	0	0
2.1.2.3. Equity claims	0	0
2.1.2.4. Securitisation positions	0	0
2.1.2.5. Other non credit-obligation assets	0	0
2.2. Liquidity risk	0	0
2.3. Capital requirements for position risks, exchange risks and risks on goods (=2.3.1+2.3.2)	0	0
2.3.1. Standard Method (=Σ(2.3.1.1 to 2.3.1.4))	0	0
2.3.1.1. Debt instruments	0	0
2.3.1.2. Equity securities	0	0
2.3.1.3. Currency exchange risks	0	0
2.3.1.4. Risks on goods	0	0
2.3.2. Internal Models Approach	0	0
2.4. Capital requirements for operational risk (=Σ(2.4.1 to 2.4.3))	8,231,474	8,124,428
2.4.1. Basic Indicator Approach	8,231,474	8,124,428
2.4.2. Standard Method	0	0
2.4.3. Advanced Measurement Approach	0	0
2.5. Own funds requirements - Fixed overheads	0	0
2.6. Other and transitional capital requirements	0	0

Amounts expressed in Euros

2.3 Para efeitos de adequação de capitais:

CAPITAL ADEQUACY - PART 3	Dezembro 2015	Dezembro 2014
Excess (+) / Lack (-) of own funds of Solvency Ratio (%)	44,263,387	71,182,282
Adequacy of own funds at the level of the financial conglomerate	12.00%	17.44%

Amounts expressed in Euros

Anexo IV – Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte assume relevância apenas nas operações de tesouraria, visto que, em termos de crédito concedido, dada a sua natureza, a carteira é bastante atomizada, constituindo, assim, um elemento natural de diversificação de risco. Com a transferência da tesouraria do Banco para o accionista financeiro, o controlo de risco de contraparte passou a ser efectuado por esta entidade. No entanto, atendendo à natural posição tomadora de fundos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., este risco não assume relevância material.

Anexo V - A – Risco de Crédito – Aspectos gerais

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Definições, para efeitos contabilísticos, de “crédito vencido”, de “crédito objecto de imparidade” e de “crédito em incumprimento”:

A carteira de crédito concedido do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 3/95, de 30 de Junho, com a particularidade de que nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que respeita aos princípios previstos no âmbito do IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Mensalmente avalia a existência de imparidade, encontrando-se um crédito em imparidade quando exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse acontecimento tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição de “crédito em incumprimento” utilizada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é aquela que consta da Instrução n.º 23/2011 (atualização da instrução 16/2004).

.2 Descrição das abordagens e métodos adoptados para a determinação das correcções de valor e da imparidade:

A metodologia de análise de imparidade adotada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. prevê numa primeira fase a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efetuada individualmente para ativos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e coletivamente para grupos homogéneos de ativos de montante individual não significativo. Para este efeito, a carteira de crédito do Banco encontra-se segmentada de acordo com os seguintes critérios:

2.2 For own funds requirement purposes:

Annex IV - Counterparty credit risk

The counterparty credit risk is important only in treasury operations, since, in terms of credit granted, the portfolio is quite atomised, thus constituting a natural element of risk diversification. With the transfer of cash from the Bank to the financial shareholder, control of counterparty risk is carried out by this entity. However, given the natural borrowing position of funds from Banco Santander Consumer Portugal, S.A., this risk is not materially significant.

Annex V - - Credit Risk - General Aspects

Section A - Qualitative Information

1.1 Definitions, for accounting purposes, "overdue credit", "credit impaired" and "credit in default":

The credit portfolio granted to Banco Santander Consumer Portugal, S.A. is subject to the provisions in accordance with the Notice of the Bank of Portugal, no. 3/95 of 30 June, with the particularity that all credit instalments are considered overdue in credit in litigation.

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. has developed a model for the clearance of impairment losses of its credit portfolio, taking into account the requirements of International Financial Reporting Standards, in particular as regards the principles laid down in the framework of IAS 39 - Financial Instruments: recognition and measurement. Monthly evaluates the existence of impairment, the credit is considered to be impaired when there is objective evidence of impairment resulting from one or more events that occurred after its initial recognition and that event has an impact on the recoverable amount of future cash flows of credit, which may be estimated reasonably.

The definition of "credit in default" used by Banco Santander Consumer Portugal, S.A. is contained in the Instruction No. 23/2011 (update of the Instruction 16/2004).

.2 Description of the approaches and methods used for the determination of valuation adjustments and impairment:

The impairment assessment methodology adopted by the Bank provides, in a first stage, the identification of credits with signs of impairment. This identification is performed individually for financial assets for which it is considered that the aggregate amount of exposure is individually significant, and collectively for homogeneous groups of assets with a non significant individual amount. For this purpose, the Bank's loan portfolio is broken down as follows:

Tipo de negócio

- Operações de “factoring”
- Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
- Aluguer de longa duração (ALD)
- Crédito ao consumo
- Operações de leasing mobiliário
- Cartões de Crédito
- Crédito Pessoal

Natureza do bem financiado (ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)

- Aquisição de automóvel em estado Novo
- Aquisição de automóvel em estado Usado
- Aquisição de outros bens e serviços
- Empréstimos pessoais
- Créditos reestruturados

Origem

- Ex-Interbanco
- Ex-Sucursais (carteiras de crédito provenientes das anteriores Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A., as quais foram integradas no Banco com referência a 1 de Janeiro de 2007)
- Ex-Sucursal do Banque PSA em Portugal (que foram integradas no Banco com referência a 1 de Agosto de 2015)

No âmbito da aplicação desta metodologia, são objecto de análise individual pelo Banco os devedores por operações de factoring e crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks, sendo os restantes créditos analisados numa base coletiva.

No que respeita a ativos analisados individualmente para os quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respetivo valor de recuperação. O valor da imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Para ativos analisados coletivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade. Conforme segue:

- Sem Indícios: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 15 dias;
- Com Indícios: créditos com saldos vencidos entre 16 dias e 90 dias;
- Default: créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

O valor da imparidade estimada resulta assim da diferença entre o valor de balanço e o valor atual dos cash flows futuros estimados, descontados à taxa de juro das operações na data de referência da análise.

Em 31 de Dezembro de 2015, as perdas por imparidade foram calculadas através da metodologia atrás referida. Para créditos concedidos através de cartão de crédito o Banco tem em desenvolvimento um modelo de determinação de perdas por imparidade, utilizando atualmente para o efeito os resultados obtidos para segmentos semelhantes, nomeadamente os obtidos pelos segmentos de empréstimos pessoais e crédito ao consumo para financiamento de outros bens e serviços.

Type of business

- Factoring Transactions
- Loans to companies (*liquidity support and financing the acquisition of shares*)
- Long-term rental (ALD)
- Consumer finance
- Leasing of movable property
- Credit cards
- Personal credit

Nature of financed goods (ALD, consumer finance and leasing of movable property)

- Acquisition of a new vehicle
- Acquisition of a used vehicle
- Acquisition of other goods and services
- Personal loans
- Restructured loans

Origin

- Former Interbanco
- Former branches (*credit portfolios from former branches in Portugal of Santander Consumer Finance S.A. and Santander Consumer, E.F.C., S.A., which were integrated into the bank with reference to January 1, 2007*)
- Former branch of Banque PSA in Portugal (*which was integrated into the bank with reference to August 1, 2015*)

In the context of this methodology, the Bank's borrowers of factoring and credit granted to companies in support of treasury and finance, purchase of stocks are subject to individual assessments by the bank, the remaining claims are analysed on a collective basis.

With regard to assets analysed individually for which evidence of impairment is identified, the Bank estimates the respective recoverable amount. The impairment value corresponds to the difference between the carrying amount of these loans and the estimated realisable amount where this is lower than the first.

For assets analysed collectively, the future cash flows expected to be received are estimated based on the historical information on the behaviour of the assets with similar characteristics, which is subsequently discounted at the effective interest rate of the transactions. Under the model developed by the Bank, classification criteria of the transactions have been identified for the segments defined above, as well as conditions representative of the different levels of risk to consider in the determination of impairment. As Follows:

- No evidence: loans with no payments in default or with balances unpaid up to 15 days;
- With evidence: loans with balances unpaid between 16 to 90 days;
- Default: loans with balances overdue for more than 90 days.

The value of the estimated impairment results from the difference between the balance sheet and the present value of the cash flows estimated future, discounted at the interest rate of the operations at the reference date of the analysis.

On 31 December 2015, impairment losses were calculated using the methodology set out above. For loans granted by credit card the Bank has in developing a model of determination of impairment losses, currently using for this purpose the results obtained for similar segments, including those obtained by segments of personal loans and consumer finance to finance other goods and services.

1.3 Descrição do tipo de correcções de valor e de provisões associadas a posições em risco objecto de imparidade:

As correcções de valor são as definidas na metodologia de cálculo de perdas por imparidade resumida nos pontos anteriores.

1.4 Indicação das correcções de valor e dos montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativa ao exercício de referência e ao exercício anterior:

A Nota 16 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2015 e 2013 indica as correcções de valor e os montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativos a 2015 e 2014.

1.5 Descrição geral da política de gestão do risco de concentração e abordagens adoptadas na sua avaliação e factores de risco considerados para a análise de correlações entre as contrapartes:

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. leva a uma elevada granularidade da carteira de crédito. Ainda assim, dada a natureza do negócio automóvel em que o Banco apoia o financiamento de stocks de viaturas nas parcerias que estabelece, existem valores de exposição a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas que se enquadram como grandes risco de acordo com o definido no Aviso nº 6/2007 do Banco de Portugal. As três maiores exposições verificam-se sobre os Grupos Santogal (19,7% dos fundos próprios), Salvador Caetano (16,5% dos fundos próprios) e Gamobar (11,9% dos fundos próprios). As restantes exposições não ultrapassam os 10%. Para mitigar este risco o Banco recorre a garantias adicionais.

1.3 Description of the type of value adjustments and provisions associated with exposures to impaired:

The value adjustments are those defined in the methodology of calculation of impairment losses summarised in the preceding paragraphs.

1.4 Indication of value adjustments and amounts recovered recorded directly in the income statement, concerning the exercise of reference and the previous year:

Note 16 of the Notes to the Consolidated Financial Statements at 31 December 2015 and 2013 indicates the value adjustments and amounts recovered recorded directly in the income statement, relating to 2015 and 2014.

1.5 General description of the policy on the management of the concentration of risk and approaches adopted in their assessment and risk factors considered for the analysis of correlations between counterparties:

The activity of the Banco Santander Consumer Portugal, S.A. leads to a high granularity of the credit portfolio. Still, given the nature of the business companies in which the Bank supports the financing of stocks of repairs in partnership that establishes, there are values of exposure to a counterparty individually or to a group of related counterparties that fall as large risk in accordance with the defined in the Notice No. 6/2007 of the Bank of Portugal. The three largest exposures are in Santogal Groups (19,7% of own funds), Salvador Caetano (16,5% of own funds) and Gamobar (11,9% of own funds). The remaining exposures do not exceed 10%. To mitigate this risk The Bank uses additional guarantees.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

1 Modelo “Posições em Risco”

Risk Classes	Dezembro 2015	Original risk exposure	Original risk exposure (medium to long term)
			Dezembro 2015
CL I - Central governments and central banks		17,792,169	15,651,692
CL VI - Institutions		26,201,765	32,802,061
CL VII - Companies		230,924,595	149,297,494
CL VIII - Retail portfolio		1,063,140,300	941,354,590
CL X - Overdue items		88,031,614	71,792,401
CL XIII - Other items		17,792,169	14,751,321
TOTAL		1,443,882,612	1,225,649,559

Amounts expressed in Euros

2 Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”

2 "Geographic Distribution of positions at risk" Model

Risk Classes	Portugal / North	Portugal / Centre	Portugal / South	Portugal / Islands
	Dezembro 2015	Dezembro 2015	Dezembro 2015	Dezembro 2015
CL I - Central governments and central banks	0.00%	2.17%	0.00%	0.00%
CL VI - Institutions	0.00%	1.80%	0.00%	0.00%
CL VII - Companies	5.23%	8.65%	1.17%	0.78%
CL VIII - Retail portfolio	23.23%	41.00%	5.22%	3.49%
CL X - Overdue items	0.84%	4.79%	0.25%	0.15%
CL XIII - Other items	0.00%	1.22%	0.00%	0.00%
% of total position at original risk	29.29%	59.64%	6.64%	4.43%

3 Modelo “Distribuição Sectorial das Posições em Risco”

3 "Sectoral Distribution of positions at risk" Model

	Public Sector	Individuals	Companies	
			Dezembro 2015	
Total positions:		88,031,614	88,710,043	107,607,111
Broken down by Main Economic Sectors:		0	0	0
Public Sector	0	0	0	
Individuals	60,951,341	57,560,109	67,136,961	
Companies	27,080,273	31,149,934	40,470,150	
Broken down by Main Geographical Areas:		13,002,061	11,519,158	15,592,079
Portugal / North	68,746,719	71,586,336	84,681,259	
Portugal / Centre	3,889,922	3,426,414	4,496,707	
Portugal / South	2,392,912	2,178,134	2,837,066	
Portugal / Islands				

Amounts expressed in Euros

Positions of risk subject to impairment and overdue: original risk positions

4 Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objecto de Imparidade”

	<i>Positions at risk overdue</i>	<i>Positions at risk subject to</i>	<i>Value adjustments and provisions</i>
<i>Risk Classes</i>	<i>Dezembro 2015</i>	<i>Dezembro 2015</i>	<i>Dezembro 2015</i>
CL I - Central governments and central banks	2.17%	0.00%	0.00%
CL VI - Institutions	0.00%	0.00%	1.80%
CL VII - Companies	0.00%	0.00%	15.84%
CL VIII - Retail portfolio	0.00%	60.11%	12.81%
CL X - Overdue items	0.00%	4.04%	2.00%
CL XIII - Other items	0.00%	0.00%	1.22%
% of total position at original risk	2.17%	64.15%	33.67%

5 Modelo “Correcções de Valor e Provisões”

<i>Value adjustments and provisions</i>	<i>Dezembro 2015</i>	<i>Dezembro 2014</i>
Opening Balance	72,019,806	58,287,085
Appropriations	70,743,471	26,152,747
Uses	-68,387,583	-12,141,830
Restitutions/Annulments	-3 904 381	19,938
Other adjustments:	37,135,798	-298,134
-Adjustments for exchange rate differences		
- Transfers of assets	37,139,947	
- Combinations of activities		
-Acquisitions and disposals of subsidiaries		
- Others	-4,149	-298,134
Final balance	107,607,111	72,019,806

Amounts expressed in Euros

6 Modelo “Prazo e Vencimentos Residuais”

6 “Residual Maturity” Model

	<i>RM < 1 year</i>	<i>1 year < RM < 5 years</i>	<i>5 year < RM < 10 years</i>	<i>RM < 10 year</i>
<i>Risk Classes</i>	<i>Dezembro 2015</i>	<i>Dezembro 2015</i>	<i>Dezembro 2015</i>	<i>Dezembro 2015</i>
CL I - Central governments and central banks	1.23%	0.00%	0.00%	0.00%
CL VI - Institutions	1.81%	0.00%	0.00%	0.00%
CL VII - Companies	15.99%	0.00%	0.00%	0.00%
CL VIII - Retail portfolio	10.24%	34.16%	29.06%	0.17%
CL X - Overdue items	6.10%	0.00%	0.00%	0.00%
CL XIII - Other items	1.23%	0.00%	0.00%	0.00%
% of total position at original risk	36.61%	34.16%	29.06%	0.17%

Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão

Secção A – Informação Qualitativa

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade do Banco.

Desde 2008 que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utiliza o Método Padrão para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito. Para o efeito, as posições em risco originais são segmentadas de acordo com as classes de risco identificadas no número 1 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 104/2007. Cada posição em risco é ponderada de acordo com os ponderadores definidos na Parte 2 do Anexo III do Aviso do banco de Portugal 5/2007.

A Dezembro de 2014 o rácio de crédito em risco, definido pela instrução do Banco de Portugal 23/2011, é de 6,5%

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos.

Annex V-B - Credit Risk - Standard Method

Section A - Qualitative Information

Credit risk, results from the possibility of occurrence of financial losses arising from the failure of the client to comply with the contractual obligations with Banco Santander Consumer Portugal, S.A. within the credit activity, is the Bank's highest risk exposure.

Since 2008, Banco Santander Consumer Portugal, S.A. uses the standard method for calculating capital requirements to cover credit risk. For this purpose, the original risk exposures are segmented according to the risk classes identified in paragraph 1 of article 10 of Decree-Law no. 104/2007. Each risk exposure is weighted according to the weights defined in Part 2 of Annex III of the Notice of the Bank of Portugal 5/2007.

In December 2014, the credit risk exposure ratio defined by the Instruction of the Bank of Portugal 23/2011, is 6.5%.

Section B – Quantitative Information / Models

STANDARD METHOD	Exposure Weight						TOTAL
	0%	20%	75%	100%	150%	250%	
1. Original risk exposure by class							
CL I - Central governments and central banks	21,027,133	0	0	0	0	10,669,024	31,696,156
CL VI - Institutions	0	23,832,207	0	2,369,558	0		26,201,765
CL VII - Companies	0	0		230,924,595			230,924,595
CL VIII - Retail portfolio	0	0	1,063,140,300	0			1,063,140,300
CL X - Overdue items	0			78,720,168	9,311,446		88,031,614
CL XIII - Other items	77,025	2,729,151		14,985,992			17,792,169
TOTAL number of original risk exposures	21,104,158	26,561,358	1,063,140,300	1,286,476	9,311,446	10,669,024	1,457,786,599
2. Number of exposures by risk class (based on weight occurrence):							
CL I - Central governments and central banks	21,027,133	0	0	0	0	10,669,024	31,696,156
CL VI - Institutions	0	23,832,207	0	2,348,063	0		26,180,269
CL VII - Companies	0	0		216,078,905	1,084,371		216,078,905
CL VIII - Retail portfolio	0	0	974,746,244	0			974,746,244
CL X - Overdue items	0			6,902,009			7,986,380
CL XIII - Other items	77,025	2,729,151		13,261,024	1,084,371		16,067,200
TOTAL number of exposures	21,104,158	26,561,358	974,746,244	238,589,999	1,626,557	10,669,024	1,272,755,153
3. TOTAL risk-weighted exposure (a)	0	5,312,272	731,059,683	238,589,999		26,672,559	1,003,261,070
Number of exposures deducted from own funds by risk class:							
CL I - Central governments and central banks							
CL VI - Institutions							
CL VII - Companies							
CL VIII - Retail portfolio							
CL X - Overdue items							
CL XIII - Other items							
TOTAL number of exposures deducted from own funds:							

(a) Product of "Total number of exposures" by "exposure weight".

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Secção A – Informação Qualitativa

De acordo com os melhores princípios de gestão de risco o Banco Santander Consumer Portugal S.A. utiliza várias formas de mitigação do risco de crédito, exigindo diferentes tipos de garantias, consoante o produto financeiro e o perfil de risco dos clientes:

- Reserva de propriedade ou hipotecas - Crédito Auto;
- Propriedade dos bens – Locação Mobiliária, ALD;
- Livranças e Avales;
- Cauções financeiras ALD;

A utilização de garantias é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o juro a pagar pelo cliente.

No que respeita à carteira de retalho, os instrumentos utilizados para redução do risco de crédito são as cauções financeiras, a reserva/ hipoteca dos veículos financiados e as garantias pessoais avalizadas.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

O quadro seguinte procura apresentar o montante das cauções existentes pelo Banco Santander Consumer Portugal S.A. por classe de risco enquanto técnica de redução de risco:

Net risk exposure	Credit risk reduction techniques with substitution effect in position at net risk exposure						Credit risk reduction techniques that have an impact on risk exposure: real credit exposure (a)	
	Guarantees	Credit derivatives	Simple Method: Financial collateral	Others forms of real credit protection	Substitution effect in exposure (net output and input)	Financial collateral: value adjusted by volatility and for any maturity mismatch (Cvarn) (-)	Volatility adjustment to the value of exposure	
Total positions	1	2	3	4	5	6	7	8
CL I - Central governments and central banks	Risk Class I	31,696,156						
CL VI - Institutions	Risk Class VI	26,180,269						
CL VII - Companies	Risk Class VII	219,185,762		549,598				
CL VIII - Retail portfolio	Risk Class VIII	1,047,268,816		17,882,907				
CL X - Overdue items	Risk Class X	8,056,317		69,937				
CL XIII - Other items	Risk Class XIII	16,067,200						

Amounts expressed in Euros

(a) Product of "Total number of exposures" by "exposure weight".

Annex VI - Credit Risk Mitigation Techniques

Section A - Qualitative Information

According to the best risk management principles, Banco Santander Consumer Portugal S.A. uses various credit risk mitigation forms, requiring different types of collateral, depending on the financial product and the risk profile of the clients:

- Ownership or Mortgage reservation - Auto Credit;
- Ownership of goods - Leasing transactions, ALD;
- Promissory notes and sureties;
- ALD Financial collateral;

The use of guarantees is an inescapable component of risk policy and the decision-making process of credit, influencing the acceptance criteria, the levels of decision-making and the interest payable by the client.

With regard to the retail portfolio, the instruments used for reducing credit risk are financial collateral, reservation/ mortgage of financed vehicles and backed up personal guarantees.

Section B – Quantitative Information / Models

The following table seeks to present the existing amount of securities by Banco Santander Consumer Portugal, S.A., by risk class as a technique for risk reduction:

Anexo VII – Operações de Titularização

No dia 15 de Julho de 2015 ocorreu a amortização antecipada da operação de titularização de créditos Silk Finance No.3 Limited.

Na sequência do acima exposto, o Banco Santander Consumer Portugal S.A. efectuou, em 16 de Novembro de 2016, uma nova operação de titularização de créditos Silk Finance No.4 com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco atua como cedente e gestor dos créditos cedidos. Decorrente desta operação foi contratada uma Sociedade de Titularização de Créditos (STC), Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., com sede em Portugal, emitente da dívida da transacção.

O período de revolving desta operação vai decorrer até Janeiro de 2019, ou seja, por um período de 3 anos nos quais será mantido o nível da operação. Com referência a 31 de Dezembro de 2015, a carteira securitizada perfazia um total de 611 007 729 Euros.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº4 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito dado que o Banco Santander Consumer S.A. não transferiu as posições em risco e tendo adquirido a totalidade da estrutura de capital resultante da transacção.

Na data de constituição da operação e a 31 de Dezembro de 2015, a estrutura de capital do Silk Finance nº4 era a seguinte:

Obligations	Amount issued	Date of refund	S&P/DBRS Rating	Compensation
Class A	509,400,000	Janeiro 2031	A/A	1.20%
Class B	101,500,000	Janeiro 2031	N.A.	2.40%
Class C	3,700,000	Janeiro 2031	N.A.	Residual
V. F. N.	1	Janeiro 2031	N.A.	V. N.A.

Amounts expressed in Euros

Para efeitos de relevação contabilística o Banco nas suas contas individuais não desreconheceu do activo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos;
- (iv) detém a totalidade da dívida emitida por parte do Silk Finance nº4.

Para efeitos das contas individuais créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização. As obrigações emitidas no âmbito da operação de titularização estão registadas como Activos Detidos até à Maturidade pelo seu custo amortizado.

Nas contas individuais, cumprindo o disposto das Normas Internacionais de Contabilidade, o Banco Santander Consumer S.A. consolida integralmente o Silk Finance nº4, ajustando e anulando as posições contabilísticas comuns, resultando na eliminação completa da transacção nas demonstrações financeiras.

Conforme anteriormente referido, o Banco Santander Consumer S.A. não desreconhece os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº4, pelo para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são elevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Annex VII - Securitisation Operations

On July 15, 2015 the early amortisation of the Silk Finance No.3 Limited credit securitisation operation took place.

Following the above, Banco Santander Consumer Portugal S.A. held a new Silk Finance No.4 credit securitisation operation on 16 November, 2016 with the sole purpose of maximising its levels of liquidity and financing current activities, where the Bank acts as a transferor and manager of credits transferred. As a result of this operation, a Credit Securitisation Company was contracted (STC), Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., based in Portugal, issuer of the transaction debt.

The revolving period of this operation will run until January 2019, i.e., for a period of 3 years in which the level of operation will be maintained. With reference to 31 December 2015, the securitised portfolio totalled 611,007,729 Euros.

For prudential purposes, the Silk Finance No. 4 securitisation process is not a significant transfer of the risks involved, particularly, credit risk since Banco Santander Consumer S.A. has not transferred the exposures and has acquired the entire capital structure resulting from the transaction.

On the transaction date and on 31 December 2015, the Silk Finance No. 4 capital structure was as follows:

Obligations	Amount issued	Date of refund	S&P/DBRS Rating	Compensation
Class A	509,400,000	Janeiro 2031	A/A	1.20%
Class B	101,500,000	Janeiro 2031	N.A.	2.40%
Class C	3,700,000	Janeiro 2031	N.A.	Residual
V. F. N.	1	Janeiro 2031	N.A.	V. N.A.

For accounting purposes, in its individual accounts, the Bank did not derecognise assigned assets in the securitisation operation that:

- (i) it maintains control over the operations;
- (ii) continues to receive a substantial part of its remuneration;
- (iii) maintains a substantial part of the risk on assets transferred;
- (iv) holds the entire debt issued by the Silk Finance No. 4.

For the purposes of individual accounts, credits under the securitisation operation are recorded in the heading Derecognised Securitised Assets, subject to accounting criteria identical to those of the other credit operations. The funds received by the Bank within the framework of these operations are recorded under Derecognised liabilities for assets in Securitisation Operations. The bonds issued in connection with the securitisation are recorded as assets held to maturity by their amortised cost.

In individual accounts, in accordance with the provisions of International Accounting Standards, Banco Santander Consumer S.A. consolidates the entire Silk Finance No. 4, by adjusting and cancelling the accounting standard positions, resulting in the complete elimination of the transaction in the financial statements.

As previously mentioned, Banco Santander Consumer S.A. does not derecognise the assets transferred in the Finance no.4 securitisation operation, for determining capital requirements, the assets securitised are not identified in the statement of capital requirements, as in point 3 of paragraph 7 of Notice No. 7/07.

Secção A – Informação Qualitativa

Traditional securitisation

Section A – Qualitative Information

SILK FINANCE No. 4

<i>Issuing Institution</i>	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
<i>Sponsoring Institutions</i>	Credit Securitisation Company (Tagus
<i>Information about operations:</i>	
Starting date:	16 July 2015
Legal maturity	25 January 2031
Step-up clause (date)	Not applicable
Revolving (years)	3 year
Securitised assets (in millions of euros)	611
Amount owed (in millions of euros)	611
<i>Information on the involvement of the originator institution:</i>	
Existence of "implicit support"	Not applicable
Assets transferred (per institution)/Securitised assets (total) (%)	100%
Added-value/value of the positions of first loss repurchased	Not applicable
Notes	

As posições de créditos titularizados, na óptica do cedente e as posições de dívida emitida no âmbito da operação de titularização podem ser analisadas da seguinte forma nas seguintes datas de referência:

Securitised credit, as a transferor, and the debt issued in connection with the securitisation can be analysed as follows on the following dates:

Date	Balance of Securitised Credits	Balance of Debt Issued
31/12/2015	611,007,729	614,600,001

Amounts expressed in Euros

Secção B – Informação Quantitativa

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em conformidade com o anteriormente referido, dado que o Banco não desreconheceu os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº4, pelo que para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A. dado que a 31 de Dezembro de 2015 o Banco não detém carteira de negociação.

Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo X - Posições em Risco sobre Ações da Carteira

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Section B – Quantitative Information

Situation not applicable to Banco Santander Consumer S.A., in accordance with the previously referred, given that the Bank does not derecognise the assets transferred in the Finance no.4 securitisation operation, given that, for determining capital requirements, the assets securitised are not identified in the statement of capital requirements, as in point 3 of paragraph 7 of Notice No. 7/07.

Annex VIII - Position risk, credit risk of counterparty and settlement of Trading Portfolio

Situation not applicable to Banco Santander Consumer Portugal, S.A. since 31 December 2015 the Bank does not have a trading portfolio.

Annex IX - Foreign-exchange and Commodity Risks of Banking and Negotiation Portfolios

Situation not applicable to Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Annex X - Exposures to Portfolio Shares

Situation not applicable to Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo XI - Risco Operacional

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios:

Por Risco Operacional entende-se o risco definido na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril. O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional é o do Indicador Básico previsto nos artigos 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e regulamentado através do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007.

1.2 Indicação dos elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante, no caso de utilização do método do Indicador Básico:

Os elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante são os definidos no quadro 1 do ponto 4 da Parte 1 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007. Adicionalmente são tidas em consideração as condições expressas no ponto 5.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Activities	Relevant Indicator			Memo items: Advanced measurement approach Reducing capital requirements (Year 0)	
	2013	2014	2015	Expected losses considered in the context of internal practices	Risk transfer mechanisms
1. Basic Indicator Approach	51,831,275	52,203,854	60,594,346		
2. Standard Method: Corporate finance Trading and sales Brokering on retail portfolio Commercial banking Retail banking Payment and settlement Agency Services Assets Management					
Advanced Measurement Approach (a)					

Amounts expressed in Euros

(a) Reserve base, in terms of a relevant indicator of the activities subject to the Advanced Measurement Approach.

Annex XI - Operational Risk

Section A - Qualitative Information

1.1 Description of the methodology used for calculating capital requirements:

Operational Risk means the risk defined in paragraph (g) of article 2 of Decree-Law no. 104/2007, on 3 April. The methodology used for calculating capital requirements to cover operational risk is the Basic Indicator provided for in Articles 25 and 26 of Decree-Law No. 104/2007, of 3 April, and regulated through the Notice of the Bank of Portugal No. 9/2007.

1.2 Indication of the accounting items considered for calculating the relevant indicator, in the case of the basic indicator approach:

The accounting items considered for calculating the relevant indicator are as defined in Table 1 of Section 4 of Part 1 of Annex I of the Notice of Bank of Portugal No. 9/2007. Additionally, the conditions stated in point 5 are taken into consideration.

Section B – Quantitative Information / Models

Activities	Relevant Indicator			Memo items: Advanced measurement approach Reducing capital requirements (Year 0)	
	2013	2014	2015	Expected losses considered in the context of internal practices	Risk transfer mechanisms
1. Basic Indicator Approach	51,831,275	52,203,854	60,594,346		
2. Standard Method: Corporate finance Trading and sales Brokering on retail portfolio Commercial banking Retail banking Payment and settlement Agency Services Assets Management					
Advanced Measurement Approach (a)					

Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

Secção A – Informação Qualitativa

A exposição do Banco ao risco de taxa de juro decorre da probabilidade de impacto, nos resultados ou no valor patrimonial, resultante de variações das taxas de juro do mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Encontra-se instituída uma política de gestão do risco de taxa de juro, definida em regulamento, revista e aprovada periodicamente pela Administração, que visa garantir o acompanhamento da sua exposição e assegurar que esta se mantém dentro de níveis consistentes com os limites de aceitação ao risco previamente definidos, a nível interno e acompanhados corporativamente.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais mismatch que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

- Indicadores Internos: A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos cash flows simulando um deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de taxas de juro de mercado. Os limites de tolerância ao risco considerados e aprovados actualmente são de EUR 4MM EUR 7MM, sobre a margem financeira e sobre a situação líquida, respectivamente. A avaliação dos potenciais impactos, nos resultados e nos capitais próprios, resultante da alteração das taxas de juros é efectuada bimestralmente pela Direcção Financeira, área funcional Gestão Financeira. Esta, caso considere necessário, sugere a adopção de medidas correctivas para eventuais insuficiências. O controlo e acompanhamento dos limites ao risco de taxa é efectuado pela área de riscos de mercado, inserida dentro da estrutura orgânica da Direcção de Risco e recuperação.

- Indicadores Regulamentares: Adicionalmente, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do BIS (Bank of International Settlements) classificando todas as rubricas do activo, passivos e extrapatrimoniais (carteira bancária) por escalões de refixação de taxa e de indexante, no seguimento das recomendações de Basileia III e demais regulamentação. O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo Duration Gap e consiste num cenário de stress testing correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos em 2 pontos percentuais em todos os escalões de taxas de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado bimestralmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitem a mitigação do valor em risco, na data de reporte. A área de riscos de mercado tem por missão a monitorização dos níveis de exposição a riscos de taxa de juro e liquidez, bem como a validação das operações para mitigação dos respectivos riscos.

Annex XII - Sensitivity Analysis of Capital Requirements

Section A - Qualitative Information

The Bank's exposure to interest rate risk arises from the probability of impact on the results or in the equity value, resulting from changes in market interest rates. This exposure is caused not only by any existing gaps between the duration/average maturity of assets and liabilities, as well as by the fact that the bank sells products at a fixed rate and variable rate, generating risk exposure of interest rate and index reset.

An interest rate risk management policy has been set up, defined in regulation, revised and approved periodically by the Board, which aims to ensure the monitoring of their exposure and ensure that this remains within levels consistent with the limits of acceptability of the risk previously defined, both internally and corporately.

In order to carry out the interest rate risk evaluation, the Bank applies two parallel and autonomous approaches: internal metrics and regulatory indicators, through which the risk positions are analysed and any mismatch is mitigated. The evaluation of this risk takes into consideration the financial characteristics of each contract, based on which the expected projection of cash flows is carried out, in accordance with the dates for indexing and resetting the rate. Its aggregation by time intervals, allows to determine the interest rate gaps per rate indexing and resetting period.

- Internal indicators: The sensitivity to the balance sheet interest rate risk is calculated by the difference between the current interest rate mismatch value deducted from market interest rates and the discounted value of the cash flow simulating a parallel displacement of 1 percentage point of the market interest rate curve. The tolerance risk limits considered and approved today are EUR 4MM EUR 7MM, on the financial margin and on the net worth, respectively. The assessment of potential impacts on results and equity, resulting from the change in interest rates is made bimonthly by the Financial Department, Financial Management application area. If deemed necessary, they suggest the adoption of corrective measures to address possible shortcomings. The control and monitoring of interest rate risk limits is carried out by the market risks department, within the organisational structure of the Risk and Recovery Department.

- Regulatory Indicators: In addition, the Bank calculates its balance sheet interest rate risk exposure based on the BIS methodology (Bank of International Settlements) by classifying all the assets, liabilities and off-balance-sheet (bank portfolio) by interest rate reset and indexing breakdown, following the Basel III recommendations and other regulations. The model used is based on an approximation to the Duration Gap model and consists in a stress testing scenario corresponding to a parallel shift in the yield curve by 2 percentage points in all interest rate levels.

O acompanhamento deste risco é efectuado bimestralmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitem a mitigação do valor em risco, na data de reporte. A área de riscos de mercado tem por missão a monitorização dos níveis de exposição a riscos de taxa de juro e liquidez, bem como a validação das operações para mitigação dos respectivos riscos.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Section B – Quantitative Information / Models

		<i>Impact</i>		
				<i>Dezembro 2015</i>
		<i>Dezembro 2014</i>		
Effect on the Net Position in a shock of 200 basis points in interest rate:	Value	+ ¹ - ²	6,661,538 -6,661,538	-2,430,428 2,430,428
	% of Net position	+ ¹ - ²	5.0% -5.0%	-1.8% 1.8%

Amounts expressed in Euros

¹ "+" = Shock in interest rates, in upward trend

² "+" = Shock in interest rates, in downward trend

7

Transparência da Informação e Valorização dos Ativos

*Transparency of
Information and
Valuation of
Assets*



7

Transparência da Informação e Valorização dos Ativos

Transparency of Information and Valuation of Assets

- | | | |
|-----|---|-------|
| 7.1 | Modelo de Negócio
<i>The Business Model</i> | p.160 |
| 7.2 | Riscos e Gestão de Riscos
<i>Risk and Risk Management</i> | p.163 |
| 7.3 | Impacto do período de turbulência financeira nos resultados
<i>Impact of the financial turmoil in the results</i> | p.165 |
| 7.4 | Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência
<i>Levels and types of exposures affected by the financial turmoil</i> | p.166 |
| 7.5 | Políticas contabilísticas e métodos de valorização
<i>Accounting policies and valuation methods</i> | p.167 |
| 7.6 | Outros aspectos relevantes na divulgação
<i>Other disclosure relevant facts</i> | p.168 |

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do estabelecido pelas Cartas Circulares nº 46/2008/DSB, nº 97/2008/DSB e nº 58/2009/DSB emitidas pelo Banco de Portugal relativas a "Transparência da Informação e à Valorização de Activos" no âmbito das actividades e produtos afectados pelo período de turbulência nos mercados financeiros, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco" ou "BSCP"), apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os eventuais impactos na sua actividade daí decorrentes.

Importa desde já salientar que, no decurso do exercício do ano 2015, ou presentemente, o Banco não mantinha, sob alguma forma, em balanço ou fora de balanço, operações de alto risco associadas a mercados de "sub-prime"/activos tóxicos, pelo que não registou qualquer impacto patrimonial com esta tipologia de operações.

Este anexo pode ser consultado em conjunto com o Relatório e Contas do ano de 2015, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

INTRODUCTION

In compliance with the established by the Circular Letters No. 46/2008/DSB, No. 97/2008/DSB and No 58/2009/DSB issued by Bank of Portugal relating to the "Transparency of Information and Valuation of Assets" within the scope of activities and products affected by the turmoil in financial markets, Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (the "Bank" or "BSCP"), presents the required information regarding the potential impacts on their business on a consolidated basis.

It is important to note that, during the financial year of 2015, or presently, the bank did not have high risk operations associated to "sub-prime"/toxic assets markets, under any form, therefore it did not register any impact on the company's balance sheet for these types of operations.

This Annex may be consulted together with the Annual Report and Accounts for 2015, and is available for general public consultation at www.santanderconsumer.pt.

The contents of this document have an underlying predominantly prudential perspective, seeking to provide economic operators with a wide range of information to effectively support decision-making processes.

7.1 Modelo de Negócio

Business Model

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);

O Banco desenvolve a sua actividade assente na concessão de crédito ao consumo a cliente final através do ponto de venda, nomeadamente crédito automóvel e bens duradouros, e de forma directa através de cartões de crédito ou crédito pessoal. Resultado da oferta de valor e da posição de relevância no mercado de financiamento automóvel, o Banco financia igualmente os interlocutores do ciclo de valor acrescentado desta actividade (importadores e concessionários) através de produtos de Factoring e financiamento de stocks.

Decorrente do enquadramento macro económico e da turbulência registada nos mercados financeiros, o Banco procedeu a diversas acções de ajustamento pontual na sua política de admissão e concessão de crédito, como resultado da deterioração das condições socioeconómicas das famílias portuguesas e de alguns sectores de actividade.

O financiamento da actividade por capitais alheios é maioritariamente suportado pela casa-mãe (Banco Santander S.A.), sendo as necessidades de liquidez monitorizadas de forma tempestiva e de acordo com os regulamentos corporativos existentes para o efeito. Do ponto de vista dos capitais próprios, a estratégia é alicerçada em níveis confortáveis de solvabilidade decorrentes do perfil de risco de cada linha de negócio, com o rácio de solvabilidade a cifrar-se no final do ano 2015 em 12,00%.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. procedeu à liquidação antecipada da operação de titularização de créditos Silk Finance nº3 em 15 de Julho de 2015 e concretizou, em 16 de Novembro de 2015, uma nova operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco atua como cedente e gestor dos créditos cedidos.

Para efeitos prudenciais, a nova operação de titularização Silk Finance nº4 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito. Para efeitos de relevação contabilística, o Banco não desreconheceu do activo, os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (v) mantém o controlo sobre as operações;
- (vi) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (vii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

1. Description of the business model (i.e., reasons for the development of activities/businesses and their contribution to the value creation process) and, if applicable, for the changes made (for example, as a result of the turmoil period);

The Bank develops its activity based on consumer finance granting to the end client through the point of sale, in particular car loans and durable goods, and directly through credit cards or personal loans. As a result of the valuable offer and the prominent position in the car financing market, the Bank also finances the interlocutors of the value added cycle of this activity (importers and dealers) through Factoring products and financing of stocks.

As a result of the macro-economic framework and turmoil in the financial markets, the Bank has made a number of one-off adjustment operations in its admission and granting of credit policy, as a result of the deterioration of the socio-economic conditions of Portuguese families and some activity sectors.

The financing activity for borrowed capital is mostly supported by the headquarters (Banco Santander S.A.), the liquidity requirements are monitored in a timely manner and in accordance with the existing corporate regulations for the purpose. From the equity standpoint, the strategy is based on comfortable solvency levels resulting from the risk profile of each business line, and at the end of 2015 the solvency ratio was at 12.00%.

2. Description of the strategies and objectives (including the strategies and objectives specifically related to the achievement of securitisation operations and with structured products);

The Banco Santander Consumer Portugal S.A. proceeded to the early settlement of the Silk Finance No. 3 credit securitisation operation on 15 July 2015 and carried out a new credit securitisation operation on 16 November 2015 with the sole purpose of maximising its levels of liquidity and financing of current activities, where the Bank acts as a transferor and manager of the credits granted.

For prudential purposes, the new Silk Finance No. 4 securitisation operation does not constitute a significant transfer of the risks involved, particularly as regards to credit risk.
For accounting purposes, the Bank did not derecognise assigned assets in the securitisation operation that:

- (v) it maintains control over the operations;
- (vi) continues to receive a substantial part of its remuneration;
- (vii) maintains a substantial part of the risk on assets transferred.

Credits under the securitisation operation are recorded in the heading Derecognised Securitised Assets, subject to accounting criteria identical to those of other credit operations. The funds received by the Bank within the framework of these operations are recorded under Derecognised liabilities for assets in Securitisation Operations.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);

A operação de titularização realizada em 2015 – Silk Finance nº4 – permitiu ao Banco alargar o leque e continuar, assim, a diversificar as suas fontes de financiamento da actividade do banco. Esta operação obedece aos requisitos de ativos elegíveis para as operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE) tendo permitido eleger 509,4 milhões de euros, correspondentes a rating A (notação atribuída pela agências de rating DBRS e Standard & Poors) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

A 31 de Dezembro de 2015, o Banco tinha contratado 405 milhões de euros de passivo financeiro junto BCE numa operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO).

Ao longo do Relatório e Contas do exercício de 2015, com especial ênfase nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas nas diversas áreas de negócio, bem como a sua respectiva evolução e desempenho.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;

Conforme anteriormente referido e na sequência da operação de titularização Silk Finance No.4, o Banco cedeu os créditos à TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC) com sede em Portugal, emitente da dívida da transacção.

A operação de titularização implicou a cedência à STC de conjuntos de contratos representativos da carteira de crédito do Banco a cada momento, tendo a STC financiado a aquisição destes créditos emitindo dívida, tendo esta sido adquirida pelo Banco, incluindo os títulos first lost position.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital da operação de titularização Silk Finance nº4 era a seguinte:

Bond	Amount Issued	Date of Repayment	Rating (S&P and DBRS)	Remuneration
A	509,400,000.00	January, 2031	A / A	1.20%
B	101,500,000.00	January, 2031	N/A	2.40%
C	3,700,000.00	January, 2031	N/A	Residual
VFN	1.00	January 2031	N/A	Residual

A 31 de Dezembro de 2015, a estrutura de capital da operação de titularização Silk Finance nº4 era a seguinte:

Bond	Amount Issued	Date of Repayment	Rating (S&P and DBRS)	Remuneration
A	509,400,000.00	January, 2031	A / A	1.20%
B	101,500,000.00	January, 2031	N/A	2.40%
C	3,700,000.00	January, 2031	N/A	Residual
VFN	1.00	January 2031	N/A	Residual

No início da operação, foi alienada uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 611.022.648,68 Euros. Deste montante de capital vincendo foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas à TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC) Com referência a 31 de Dezembro de 2015, a carteira securitizada perfazia um total de 611.007.729,10 Euros.

3. Description of the importance of the activities developed and their contribution to the business (including an approach in quantitative terms);

The - Silk Finance No. 4 securitisation operation performed in 2015 has allowed the Bank to extend and to continue to diversify the bank's funding sources to carry out its activities. This operation shall comply with the requirements of eligible assets for funding from the European Central Bank (ECB) and allowed to elect 509.4 million euros, corresponding to the A rating (rating assigned by the DBRS and Standard & Poors rating agencies) for liquidity-absorbing operations with the European Central Bank (ECB).

On 31 December 2015, the bank had contracted 405 million euros of financial liability with ECB in a long-term refinancing operation (TLTRO).

In the 2015 Annual Report and Accounts, with special emphasis in the notes to the financial statements, the detailed information on the activities carried out in the various business lines are included, as well as their evolution and performance.

4. Description of the type of activities, including the description of the instruments used, the operation and qualification criteria that products/investments must comply with;

As stated above and as a result of the Silk Finance No. 4 securitisation operation, the Bank sold its claims to TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC) with headquarters in Portugal, issuer of the debt of the transaction.

The securitisation operation entailed the transfer of a set of contracts covering the credit portfolio of the Bank to STC, and STC financed the acquisition of these claims by issuing debt, this was acquired by the Bank, as well as the first lost position titles.

On the transaction date, the Silk Finance No. 4 capital structure was as follows:

In the beginning of the operation, a loan portfolio comprising of sales transactions on loans and mortgage finance lease transactions to mature on that date in the amount of 611,022,648.68 euros was sold. From the principal outstanding, the amounts relating to securities and residual values from equipment finance lease contracts were excluded from the transaction. These operations were sold to TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC) with reference to 31 December 2015, the securitised portfolio amounted to 611,007,729.10 Euros.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;

Tal como salientado, além do referido no ponto anterior, o objectivo do Banco ao realizar a operação de titularização na condição de Originador foi o de obter financiamento para o desenvolvimento da sua actividade. Para além da posição de Originador, o Banco assume ainda a função de Gestor dos créditos.

5. Description of the purpose and scope of the involvement of the institution (i.e., commitments and obligations undertaken), for each activity;

As pointed out above, in addition to the referred to in the previous paragraph, the objective of the Bank to carry out the securitisation operation as an originator was to obtain funding for the development of their activity. In addition to the position of Originator, the Bank is still the credit Manager.

7.2 Riscos e Gestão de Riscos

Risks and Risks Management

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;

No âmbito da operação de titularização, o Banco incorre em risco de crédito dado que os activos cedidos na operação não foram desreconhecidos uma vez que o Banco possui parte substancial dos riscos e benefícios envolvidos, uma vez que detém a titularidade da dívida emitida, incluindo as classes representativas da first lost position,

Uma vez que os créditos cedidos na operação representam uma amostra representativa da carteira de crédito do Banco, o risco de crédito inherent aos activos cedidos é avaliado e representado de acordo com a metodologia dos restantes activos de características semelhantes, nomeadamente através da determinação da sua imparidade.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;

No âmbito das recomendações do FSF e CEBS sobre o impacto e dimensão dos riscos incorridos derivados do atual enquadramento de turbulência dos mercados financeiros, a política de gestão do risco de liquidez nos princípios da prudência e do Banco é definida e revista periodicamente pela Administração. Esta encontra-se definida no Manual de Gestão de Riscos de Mercado do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. e reflecte a estratégia de gestão, que permite ao Banco garantir que dispõe de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que estas se vencem, em função do grau de risco passível de ser assumido.

A gestão de liquidez é efetuada de acordo as necessidades de tesouraria constantes do orçamento anual e preferencialmente junto da tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno, aprovado pela Deloitte a nível corporativo, spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respetivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direção Financeira, avaliada periodicamente, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

O processo de acompanhamento da exposição a este risco é efectuado a 2 níveis.

6. Description of the nature and extent of the risks incurred in relation to activities and instruments used;

In the context of the securitisation operation, the Bank incurs credit risk since the assets transferred in the transaction have not been derecognised as the bank has a substantial share of risks and benefits involved and holds the title of debt issued, including the classes representing the first lost position.

As the claims granted in this operation are a representative sample of the Bank's credit portfolio, the credit risk inherent in the assets transferred is evaluated and represented according to the methodology of the remaining assets with similar characteristics, in particular by determining their impairment.

7. Description of the risk management practices (including, in particular, the current economic climate, the liquidity risk) relevant to the activities, description of any fragilities/weaknesses identified and the corrective actions taken;

Within the FSF and CEBS recommendations on the impact and scale of the risks incurred derived from the current turmoil in financial markets, the liquidity risk management policy in the principles of prudence and the Bank is defined and reviewed periodically by the Management Board. This is defined in the Market Risks Management Manual of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. and reflects on the management structure, which allows the Bank to ensure that it has net funding to meet their financial obligations as they fall due, depending on the risk level assumed.

The liquidity management is carried out in accordance with the needs of the treasury in the annual budget and preferably together with the treasury of its shareholder Santander Consumer Finance S.A., which ensures all the financing needs of the Bank and assigns additive spreads at the market rate based on the maturity of transactions, in accordance with internal rating policies approved by Deloitte at a corporate level.

On the one hand, the short term management is performed by Managing Means of Payment of the Operations Department, based on daily information of liquidity based on authorised overdraft accounts and well-timed appropriateness of the limits established.

In relation to medium and long term management, this is ensured by the Financial Department and assessed periodically, with the aim of maintaining a satisfactory level of cash to meet financial needs in the medium and long term, and monitor their progress and appropriateness against budget.

This risk exposure process is carried out at two levels.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direção Financeira, com periodicidade mínima bimestral nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, são ainda elaborados relatórios a partir da aplicação ALM 2 Torken que permitem não só identificar os mismatchs negativos para diversas maturidades e para diversos horizontes temporais, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Face ao grau de exposição ao risco de liquidez, é elaborada pela Direção Financeira, uma proposta à Administração com as operações de financiamento, não só adequadas às necessidades de tesouraria, mas que permitam também mitigar o grau de exposição a este risco.

Estas têm ainda em linha de conta não só o limite mínimo de 70% imposto a nível corporativo pelo Santander Consumer, como também o limite mínimo requerido, de 60% durante 2015, pela European Banking Authority (EBA) no que respeita ao cumprimento do LCR – Liquidity Coverage Ratio.

On the one hand, the short term management is performed by Managing Means of Payment of the Operations Department, based on daily information of liquidity based on authorised overdraft accounts and well-timed appropriateness of the limits established.

The medium and long term management is ensured by the Financial Department, which holds meetings with ALCO - Committee for Assets and Liabilities at least every two months and integrated in the general budget of the company analysed monthly at the Steering Committee and approved by the Executive Committee, ensuring the ongoing maintenance of an adequate internal capital level, with the aim of maintaining adequate liquidity levels to meet the medium and long term financial needs of the Bank and monitor their progress and appropriateness in relation to budget.

To assess the overall exposure to this type of risk, reports are created using the ALM 2 Torken application that allows not only to identify the negative mismatches for various maturities and for various time frames, but also to perform dynamic hedging strategy. Given the level of exposure to liquidity risk, the Financial Department sends a proposal to the Board with the funding operations, not only suitable to the needs of treasury, but that also allow to mitigate the level of exposure to this risk.

These take into account not only the minimum limit of 70% imposed at the corporate level by Santander Consumer, as well as the minimum of 60% required by the European Banking Authority (EBA) in 2015 with regard to compliance with the LCR - Liquidity Coverage Ratio.

7.3 Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

Impact of the financial turmoil in the results

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados;

Não aplicável.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Não aplicável. O Banco não sofreu quaisquer perdas/“write-downs” por via das operações de titularização Silk Finance nº3 e Silk Finance nº4.

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;

Não aplicável.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;

Não aplicável.

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados

Não aplicável.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;

O prolongamento do período de turbulência nos mercados financeiros que se sente com particular relevância em Portugal, poderá afectar a situação patrimonial do Banco de forma indirecta, através do:

- Aumento da sinistralidade da carteira de crédito, por força da diminuição da capacidade de cumprimento do serviço da dívida por parte dos clientes, que está fortemente correlacionada com o comportamento das taxas de juro;
- Aumento ou diminuição do custo de financiamento dos capitais alheios.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;

O impacto da valorização das responsabilidades pode ser consultado nas Notas Anexas às Demonstrações Financeira, no ponto do Justo Valor

8. Qualitative and quantitative analysis of the results, with emphasis on the losses (where applicable) and impact of “write-downs” on results;

Not applicable.

9. Breakdowns of the “write-downs”/ by types of products and instruments affected by the financial turmoil, in particular: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS) collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Not applicable. The Bank did not suffer any losses/“write-downs” due to Silk Finance No. 3 and Silk Finance No. 4 securitisation operations.

10. Description of the reasons and factors responsible for the impact suffered;

Not applicable.

11. Comparison of i) impacts between (relevant) periods and (ii) financial statements before and after the financial turmoil impact;

Not applicable.

12. Break downs of the “write-downs” between realised and unrealised amounts

Not applicable.

13. Description of the influence of the financial turmoil in the share prices of the entity;

Not applicable.

14. Disclosure of maximum loss risk and description of how the institution situation could be affected by the ongoing financial turmoil, a further downturn or by a market recovery;

The ongoing financial turmoil is particularly felt in Portugal, indirectly, it can affect the financial position of the Bank, in the following ways:

- Increase the number of claims of the credit portfolio, due to a reduction in the capacity of compliance of the debt service by clients, which is strongly correlated with the interest rate behaviour;
- An increase or decrease in the cost of financing of borrowed capital.

15. Disclosure of the impact that the evolution of “spreads” associated to the responsibilities of the institution itself had on results, as well as the methods used to determine this impact;

The impact of the appreciation of the responsibilities can be consulted in the Notes to the Financial Statements, in Fair Value.

7.4

Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

Levels and types of exposures affected by the period of financial turmoil

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2015.

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes;

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições;

Não aplicável.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)

Não aplicável.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;

Como anteriormente referido a operação Silk Finance nº 4 é integralmente consolidada no património do Banco.

21. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados:

Não aplicável.

16. Nominal value (or amortised cost) and fair value of exposures;

Not applicable as there are no transactions with structured products or 'toxic' assets in the reference period of 31 December 2015.

17. Information on credit protection (e.g. through credit default swaps) and its effect on existing exposure;

Not applicable.

18. Detailed disclosure on exposures;

Not applicable.

19. Movement schedules of exposures between relevant reporting periods and the underlying reasons (sales, "write-downs", purchases, etc.)

Not applicable.

20. Explanations of exposures (including "vehicles" and, in this case, the respective activities) that have not been consolidated (or who have been recognised during the crisis) and the underlying reasons;

As previously stated, the Silk Finance no. 4 operation is fully consolidated in the Bank's assets.

21. Exposure to insurers of "MONOLINE" type and quality of insured assets:

Not applicable.

7.5 Políticas contabilísticas e métodos de valorização

Levels Accounting policies and valuation methods

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2015.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;

Não aplicável. Vide pontos os 2, 3, 4 e 5 deste documento.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros;

Consultar o ponto de Justo Valor das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras de 2015.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros;

Não aplicável.

22. Classification of the transactions and structured products for accounting purposes and the related accounting treatment;

Not applicable as there are no transactions with structured products or 'toxic' assets in the reference period of 31 December 2015.

23. Consolidation of Special Purpose Entities (SPEs) and other "vehicles" and reconciliation with structured products affected by the period of financial turmoil;

Not applicable. See points 2, 3, 4 and 5 of this document.

24. Detailed disclosure of the fair value of financial instruments;

See Fair Value in the notes to the Financial Statements for 2015.

25. Description of modelling techniques used for the valuation of financial instruments;

Not applicable.

7.6

Outros aspectos relevantes na divulgação Documento

Other disclosure relevant facts

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander Consumer S.A. foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n°1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras encontram-se publicadas no sítio da internet do Banco (www.santanderconsumer.pt), dando cumprimento ao Aviso n°6/2006 do Banco de Portugal, podendo ser consultadas por qualquer entidade interessada, pessoa individual ou colectiva.

26. Description of disclosure policies and the principles that are used in the disclosures and financial reporting.

The consolidated financial statements of Banco Santander Consumer S.A. were prepared based on the accounting records of the Bank and of its subsidiaries and maintained in accordance with the International Financial Reporting Standards, as adopted by the European Union (IAS/IFRS), following Regulation (EC) No. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council of 19 July, transposed to the national legislation through Decree-Law no. 35/2005, of 17 February and Notice no. 1/2005 of the Bank of Portugal.

The financial statements are published on the Bank's website (www.santanderconsumer.pt), in compliance with the Notice No. 6/2006 of the Bank of Portugal, which may be consulted by any interested entity, both individual or collective.

8
Relatório
Estrutura e
Práticas de
Governo
Societário

*Corporate
Governance,
Structure and
Practices Report*



O presente Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário foi preparado nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 70.º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (de ora em diante, o "CSC").

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (de ora em diante, o "Banco") dispõe de órgãos sociais estruturados de acordo com o modelo latino reforçado: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade Revisora Oficial de Contas (Cfr. Art. 278.º, n.º 1 alínea a) do CSC).

O Conselho de Administração tem competência para gerir o Banco e é composto por um Presidente e dois a seis Vogais, eleitos por mandatos de quatro anos (Art.º 11º, Art. 19.º e seguintes dos Estatutos).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do Art. 19 dos Estatutos e com o n.º 1 do Art. 391.º do CSC.

A gestão corrente do Banco encontra-se delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 3 do Art. 407.º do CSC e no artº 22º do CSC.

Na Assembleia Geral, os accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei e pelos Estatutos e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições do Conselho de Administração, designadamente:

- Aprovação do relatório de gestão e restantes documentos de prestação do Banco;
- Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Apreciação geral da administração e fiscalização do Banco;
- Alterações aos Estatutos.

A fiscalização do Banco encontra-se confiada ao Conselho Fiscal (Art. 24.º e seguintes dos Estatutos), constituído por um mínimo de três membros efectivos e um suplente, eleitos por mandatos de quatro anos (art.º 1º dos Estatutos), e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do Art. 413.º do CSC.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 1 do Art. 415.º do CSC.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 5 do Art. 24.º dos Estatutos e com n.º 1 do Art. 446.º do CSC.

This Corporate Governance, structure and practices report was prepared pursuant to the terms and for the purposes set forth in Article 70(2)(b) of the Code of Commercial Companies (hereinafter referred to as the "CSC").

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (hereinafter, the "Bank") has a structured governing bodies in accordance with the latin model reinforced: The General Shareholders' Meeting, the Board of Directors, the Audit Committee and the Statutory Audit Company (Cfr. Art. 278(1) (a) of CSC).

The Board of Directors is empowered to manage the bank and is composed of a Chairman and two to six members, elected by mandates of four years (Art. 11, Art. 19 and following the Statutes).

The members of the Board of Directors are appointed by the General Assembly, in accordance with paragraph 1 of Article 19 of the Statute and paragraph 1 of Art. 391 of the CSC.

The current management of the Bank is delegated to an Executive Committee, composed within the Board of Directors, as provided for in paragraph 3 of Art. 407 of the CSC and in Art. 22 of the CSC.

In the General Assembly, the shareholders shall decide on the matters with which they are especially attributed by law and by the Statutes and those that are not included in the powers of the Board of Directors, namely:

- Approval of the annual report and other documents of the Bank;
- Proposed allocation of net profit;
- Election of the members of the Board of Directors and Supervisory Board;
- General assessment of the management and supervision of the Bank;
- Changes to the statutes.

The Bank's supervisory board is entrusted to the Supervisory Board (Article 24 and following of the Statutes), consisting of a minimum of three full members and one alternate member, elected by mandates of four years (Art. 11 of the Statutes), and a Statutory Audit Company, in accordance with the referred to in subparagraph (b) of paragraph 1 of Art. 413 of the CSC.

The Audit Committee is elected by the General Assembly, in accordance with paragraph 1 of Art. 415 of the CSC.

The Statutory Auditor is also appointed by the General Assembly, in accordance with paragraph 5 of Article 24 of the Statutes and paragraph 1 of Art. 446 of the CSC.

1. ASSEMBLEIA GERAL

1.1 Membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o Art. 16º, n.º 1 do Estatutos, por um Presidente e um Secretário.

Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam:

Presidente: Dr. Henrique Trocado

Secretária: Dra. Sara Larcher

Secretária Suplente: Dra. Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

1.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o quadriénio 2012/2015, o qual terminará em 31 de Dezembro de 2015, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual de 2012.

1.3 Antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

De acordo com o disposto no Art. 15º, n.º 1 do Estatutos, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral do Banco os accionistas que tiverem averbadas em seu nome no livro de registo do Banco, ou comprovem ter depositadas em instituições de crédito, até 10 (dez) dias antes da data marcada para a reunião, o número mínimo de acções necessário para conferir voto.

De acordo com o Art. 15, n.º 2 do Estatutos, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

1.4 Número de acções a que corresponde um voto

Nos termos do disposto no n.º 3 do Art. 15º do Estatutos, a cada 5.000 (cinco) mil euros de capital corresponde um voto sendo todavia aplicáveis, enquanto vigorarem de forma imperativa, os limites inferiores que forem fixados em lei.

Não obstante, de acordo com o n.º 4 do Art. 15º do Estatutos, os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir um voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

1.5 Accionistas titulares de direitos especiais

O capital social do Banco está integralmente realizado e está representado por 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete) acções ordinárias com o valor nominal de 1 (um) euro cada uma.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

1.6 Regras estatutárias especiais ou outras restrições em matéria de direitos de voto

Para além do supra referido, não existem regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados, nem outras regras que possam ser consideradas como restringindo os direitos de voto dos accionistas do Banco.

1. GENERAL SHAREHOLDERS MEETING

1.1 Members of the General Meeting Board

The presiding Board Members of the Shareholder's Meeting consists, in accordance with Article 16, paragraph 1 of the Statutes, by a Chairman and a Secretary.

These positions are currently exercised by the members listed below:

Chairman: Dr. Henrique Trocado

Secretary: Dra. Sara Larcher

Deputy Secretary: Dra. Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

1.2 Date of commencement and end of the mandates

The election of members of the General Assembly for the 2012/2015 four-year period, which will end on 31 December 2015, has been decided at the Annual General Shareholder's Meeting of 2012.

1.3 Advance notice required for blocking shares for the participation in the General Shareholders Meeting

In accordance with the provisions laid down in Article 15, Paragraph 1 of the Statute, shareholders are required to have registered in their name in the Bank's logbook, or prove to have deposited with credit institutions, up to ten (10) days prior to the date set for the meeting, the minimum number of shares required to confer voting rights in order to be present and participate at the General Shareholder's Meeting.

According to Art. 15, paragraph 2 of the Statutes, shareholders must keep the shares they hold or that are registered in their name, at least until the end of the General Shareholders Meeting.

1.4 Number of shares that corresponds to one vote

Pursuant to paragraph 3 of Article 15 of the Statute, every 5,000 (five thousand euros of capital corresponds to one vote, while the lower limits established by the law remain in force.

However, in accordance with Art. 15(4) of the Statute, the shareholders who own less shares than the number required to have the right to vote may be grouped to have the minimum required, represented by any group.

1.5 Shareholders holders of special rights

The capital of the Bank is fully paid-up and is represented by 66,592,947 (sixty-six million five hundred and ninety-two thousand nine hundred and forty-seven) ordinary shares with a nominal value of 1 (one) Euro each.

There are no shareholders who hold special rights

1.6 Special statutory rules or other restrictions on voting rights

In addition to the above mentioned, there are no statutory rules that do not give voting rights or shares which establish the non-casting of voting rights above a certain number, when issued solely by a shareholder or by shareholders related to them, or by rules that may be considered as restricting the voting rights of the Bank's shareholders.

1.7 Regras estatutárias sobre o quóruns constitutivos e deliberativos

Quórum constitutivo

De acordo com o Art. 17º, n.º 1 do Estatutos, em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode funcionar quando estiverem presentes ou representados titulares de mais de metade das acções correspondentes ao capital social. De acordo com o Art. 17º, n.º 2, em segunda convocação a Assembleia pode deliberar validamente, qualquer que seja o número de accionistas presentes e o capital representado.

Quórum deliberativo

De acordo com o Art. 17º, n.º 3 do Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada. De acordo com o Art. 17º, n.º 4 do Estatutos, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, sendo que, nos termos do n.º 5, se, porém em Assembleia reunida em segunda convocação estiverem presentes ou representados accionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social a deliberação sobre os assuntos referidos no anterior pode ser tomada pela maioria dos votos emitidos.

É aplicável subsidiariamente o regime legal em matéria de quórum constitutivo e deliberativo, maxime o Art. 383º e o Art. 386º do CSC.

1.8 Regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Não existem regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

1.9 Exercício do direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos

De acordo com o Art. 18º, n.º 4 do Estatutos, não é permitido o voto por correspondência. Os Estatutos não prevêem o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

1.10 Intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração do Banco

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações composta por accionistas, cujos membros são eleitos directamente pela Assembleia Geral, nos termos do Art. 12º dos Estatutos e do Art. 399º, n.º 1 do CSC. Nos termos do mesmo preceito, compete à Comissão de Remunerações dispor sobre o regime de previdência aplicável aos administradores executivos.

A Assembleia Geral poderá anualmente fixar uma percentagem de lucros a serem distribuídos pelos empregados e membros dos corpos sociais, definindo previamente os critérios dessa atribuição (Art. 27º, n.º 2 do Estatutos).

Em conformidade com o disposto no Art. 115º-C, n.º 4 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração submetem anualmente à apreciação da Assembleia Geral, a declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização e dos Dirigentes com Funções de Controlo e Assunção de Riscos, respectivamente.

1.11 Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

De acordo com o Art. 17º, n.º 4 do Estatutos e o Art. 386º, n.º 3 do CSC, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

1.7 Statutory rules on the constitutive and deliberative quorums

Constitutive Quorum

According to Art. 17(1) of the Statutes, the General Shareholders Meeting shall only be convened if shareholders holding at least half of the share capital are present or represented on first call. According to Art. 17(2), On the second call, the General Assembly can deliberate validly regardless of the number of shareholders attending and the capital they represent.

Deliberative Quorum

According to Art. 17, (3) of the Statutes, the deliberations of the General Assembly are taken by a majority of votes cast, except as otherwise provided by law or by-laws requiring a qualified majority. According to Art. 17(4) of the Statutes, the deliberations on the amendment of the Statutes shall be approved by two thirds of the votes cast, pursuant to paragraph 5, if, however, shareholders holding at least half of the share capital are present or represented on second call, the decision on the matters referred to in the previous paragraph may be taken by a majority of votes cast.

The legal scheme governing constitutive and deliberative quorums is also applicable, according to Art. 383 and Article 386 of the CSC.

1.8 Statutory rules highlighting ownership rights

There are no rules on statutory rules highlighting ownership rights

1.9 Exercising right to vote by electronic means

According to Art. 18, paragraph 4 of the Statutes, voting by correspondence is not allowed. The statutes do not provide for the right to vote by electronic means.

1.10 Intervention of the general shareholders meeting regarding the Bank's remuneration policy

The remuneration of the members of the governing board shall be established by a Remuneration Committee composed by shareholders, who are directly elected by the General Assembly, pursuant to Art. 12 of the Statute and Article 399(i) of the CSC. Under the terms of the same provision, the Remuneration Committee is responsible for the Pension Fund scheme applicable to executive directors.

The General Assembly may set up annually a percentage of profits to be distributed among their employees and members of the governing board, previously defining the criteria for such allocation (Article 27(2) of the Statutes).

In accordance with the provisions laid down in Article 115(4)-C, of the General Scheme for Credit Institutions and Financial Companies, the Remuneration Committee and the Board of Directors shall annually submit to the General Assembly, the declaration on the remuneration policy of the board of directors and audit committee and of the Leaders with Supervisory and Risk Taking roles, respectively.

1.11 Rules applicable to the amendment of Statutes

According to Art. 17(4) of the Statutes and Art. 386(3) of the CSC, the deliberations on the amendment of Statutes shall be approved by two thirds of the votes cast.

1.12 Participações Qualificadas no capital do Banco

O Santander Consumer Finance, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábrica, s/n, 1^a Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 53.331.647 acções ordinárias representativas de 80,09% do capital social do Banco.

O Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábrica, s/n, 1^a Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 13.261.300 acções ordinárias representativas dos restantes 19,91% do capital social do Banco.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.1 Membros do Conselho de Administração

Presidente: Dr. David Turiel Lopez
Vogal: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva
Vogal: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor
Vogal: Sr. Luís Filipe Pires Ferreira
Vogal: Eng. José Maria Martin Prada

2.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio de 2012 – 2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual de 2012, à excepção do vogal Sr. Eng. José Maria Martin Prada, cuja eleição foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 08 de Outubro de 2014 e do vogal Sr. Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor, cuja eleição foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 13 de Novembro de 2015. A anterior Presidente do Conselho de Administração, Sra. Dra. Inês Serrano Gonzalez, renunciou ao cargo em Maio de 2015, tendo sido substituída pelo já vogal do Conselho de Administração, Sr. Dr. David Turiel Lopez.

2.3 Poderes do Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração encontram-se previstas no Art. 20.^º do Estatutos.

De acordo com este preceito estatutário, compete ao Conselho de Administração gerir e representar o Banco com os mais amplos poderes que a lei lhe confere, e designadamente:

- Elaborar as propostas relativas à definição das políticas gerais do Banco e dos planos e orçamentos anuais plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as actividades do Banco, praticando todos os actos que a lei ou estes estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar o Banco em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens móveis ou imóveis, incluindo participações em sociedades com qualquer objecto, em agrupamentos complementares de empresas e outras sociedades reguladas por leis especiais, devendo, porém, quanto aos imóveis e às participações estáveis, obter o parecer favorável do Conselho Fiscal;
- Contratar e rescindir contratos com empregados e outros prestadores de serviços.

1.12 Major holdings in the Bank's capital

Santander Consumer Finance, S.A., with headquarters in Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábrica, s/n, 1^a Planta – Boadilla del Monte, Madrid, is holder of 53,331,647 ordinary shares representing 80.09% of the share capital of the Bank.

Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., with headquarters in Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábrica, s/n, 1^a Planta – Boadilla del Monte, Madrid, is holder of 13,261,300 ordinary shares representing the remaining 19.91% of the share capital of the Bank.

2. BOARD OF DIRECTORS

2.1 Members of the Board of Directors

Chairman: Dr. David Turiel Lopez
Member: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva
Member: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor
Member: Mr. Luís Filipe Pires Ferreira
Member: Eng. José Maria Martin Prada

2.2 Date of commencement and end of the mandates

The election of the members of the Board of Directors for the 2012 – 2015 four-year period, which will end on 31 December 2015, has been decided at the Annual General Shareholder's Meeting of 2012, with the exception of the member Mr. Eng. José Maria Martin Prada, who was elected at the General Shareholders Meeting of 08 October 2014, and the member Mr. Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor, was elected at the General Shareholders Meeting on 13 November 2015. The former Chairman of the Board of Directors, Mrs. Dra. Inês Serrano Gonzalez, resigned from her post in May 2015, and was replaced by a member of the Board of Directors, Mr. Dr. David Turiel Lopez.

2.3 Powers of the Board of Directors

The powers of the Board of Directors are provided for in Art. 20 of the Statutes.

According to this statutory provision, the Board of Directors is responsible for managing and representing the Bank with the widest powers granted by law, and in particular:

- Draw up proposals for the definition of the general policies of the Bank and multi-annual plans and budgets;
- Establish the internal organisation of the Bank and delegate powers in the chain of command;
- Operate the Bank, carrying out all the activities that the law and the statutes do not place under the aegis of other governing bodies;
- Execute the resolutions passed by the General Shareholders Meeting
- Represent the Bank in or out of court, engage in arbitrations, propose or defend judicial pleadings, and acknowledge, desist or acquiesce in any legal action;
- Submit the reports, balance sheets and profit and loss accounts of the financial year to the General Assembly at the times specified by Law;
- Acquire, dispose of or encumber any rights or movable or immovable property, including shares in companies with any object, in company groups and other companies governed by special laws, and must obtain a favourable opinion from the Audit Committee for property and stable income.
- Sign and terminate contracts with employees and other service providers.

De acordo com o Art. 5.º, n.º 2 do Estatutos, o Conselho de Administração pode ainda aumentar o capital social até EUR 80.000.000 (oitenta milhões de euros), mediante entradas em numerário, na época e modalidades que considerar mais conformes aos interesses sociais.

2.4 Designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o Art. 19.º, n.º 1 e 2 do Estatutos, o Conselho de Administração é formado por um Presidente e dois a seis vogais, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser ainda eleito um administrador suplente.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de quatro anos (art.º 11º nº 1dos Estatutos), sem prejuízo da sua reeleição.

De acordo com o Art. 19.º, n.º 4 do Estatutos, se um administrador faltar 3 (três) vezes a reuniões do Conselho de Administração, seja de forma seguida ou interpolada, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, tal equivalerá a uma falta definitiva desse administrador.

A substituição de administradores processa-se nos termos do disposto no Art. 393º do CSC.

3. COMISSÃO EXECUTIVA

3.1 Membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva será constituída por deliberação do Conselho de Administração.

Para o quadriénio 2012/2015, foram designados os seguintes membros da Comissão Executiva:

Presidente: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva
Vogal: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor
Vogal: Sr. Luís Filipe Pires Ferreira
Vogal: Eng. José Maria Martin Prada

3.2 Poderes da Comissão Executiva

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração.

Na Comissão Executiva são delegados os seguintes poderes:

- Preparar propostas para o Conselho de Administração – planos e orçamentos, relatório e contas, políticas gerais e executar as suas deliberações;
- Distribuir responsabilidades funcionais (Pelouros);
- Gerir o desenvolvimento dos negócios;
- Definir a organização interna;
- Recrutamento, formação e desenvolvimento de colaboradores;
- Concretizar a política salarial e de prémios variáveis;
- Aprovar acordos comerciais e contratos com prestadores de serviços;
- Definir a política de pricing, fiscal, de marketing, de produtos, de recuperação e de gestão de clientes;
- Aprovar os processos e procedimentos do Banco;
- Nomear mandatários internos;
- Garantir as relações com autoridades e o cumprimento de normas prudenciais.

In accordance with Article 5(2) of the Statutes, the Board of Directors may also increase the share capital up to EUR 80,000,000 (80 million euros), through cash, at the time and manner in accordance with the company's interests.

2.4 Appointment and replacement of the members of the Board of Directors

According to Art. 19(1)(2) of the Statutes, the Board of Directors consists of a Chairman and two to six members elected by the General Assembly, and an alternate member can also be elected.

The members of the Board of Directors are appointed by the General Assembly for a four-year mandate Art. 11(1) of the Statutes, without prejudice to re-election.

According to Art. 19(4) of the Statutes, if a director fails to attend 3 (three) meetings of the Board of Directors, whether consecutive or not, without providing a justification for such absence which is accepted by the Board of Directors, such director shall then be deemed to be permanently unavailable.

The replacement of directors is carried out according to Art. 393 of the CSC.

3. EXECUTIVE COMMITTEE

3.1 Members of the Executive Committee

The Executive Committee shall be formed by resolution of the Board of Directors

The following members of the Executive Committee were designated for the 2012/2015 four-year period:

*Chairman: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva
Member: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor
Member: Mr. Luís Filipe Pires Ferreira
Member: Eng. José Maria Martin Prada*

3.2 Powers of the Executive Committee

The Executive Committee of the Board of Directors exercises powers delegated by this body, pursuant to the delegation of powers approved at the Board of Directors meeting.

The powers delegated to the Executive Committee are as follows:

- Prepare proposals for the Board of Directors - plans and budgets, annual report and accounts, general policies and execute their deliberations;
- Distribute operational responsibilities (Portfolios);
- Manage business development;
- Define internal organisation;
- Recruitment, training and development of workforce;
- Pursue wage policy and variable premiums;
- Approve trade agreements and contracts with service providers;
- Define the pricing, tax, marketing of products, rehabilitation and client management policy;
- Approve the Bank's processes and procedures;
- Appoint internal trustees;
- Establish good relations with authorities, and compliance with prudential standards.

3.3 Designação e substituição dos membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída pelo número de Administradores que for deliberado pelo Conselho de Administração, não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

4. CONSELHO FISCAL

4.1 Membros do Conselho Fiscal

Encontram-se em funções os seguintes membros do Conselho Fiscal:

Presidente: Prof. Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos
Membro efectivo: Dra. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho
Membro efectivo: Dr. Manuel António Amaral Franco Preto
Membro suplente: Dra. Carla Sofia Simões da Costa Silva

4.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho Fiscal para o mandato quadrienal 2012-2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual de 2012.

4.3 Designação e substituição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente designados pela Assembleia Geral (Art. 24º do Estatutos). Na mesma deliberação, os accionistas designam aquele dos membros efectivos que servirá como Presidente (Art. 415º, n.º 2 do CSC).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de composição qualitativa e proibição de incompatibilidades previstos nos Arts. 414º e 414º-A do CSC.

Os membros efectivos do Conselho Fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado são substituídos pelos suplentes (Art. 415º, n.º 3 do CSC).

Os suplentes que substituam membros efectivos cujas funções tenham cessado mantêm-se no cargo até à primeira Assembleia anual, que procederá ao preenchimento das vagas. Não sendo possível preencher uma vaga de membro efectivo por faltarem suplentes eleitos, os cargos vagos, tanto de membros efectivos como de suplentes, são preenchidos por nova eleição (Art. 415º, n.os 4 e 5 do CSC).

4.4 Possibilidade de o Conselho Fiscal propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa

De acordo com o Art. 24º, n.º 5 do Estatutos, o revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal pode propor à Assembleia Geral a destituição do revisor oficial de contas, sempre que houver justa causa.

4.5 Relatório anual do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal elabora o Relatório Anual de acordo com a legislação em vigor.

3.3 Appointment and replacement of the members of the Executive Committee

The Executive Committee shall consist of the number of Directors that is decided by the Board of Directors, no specific statutory regime is provided for the appointment or replacement of its members.

4. SUPERVISORY BOARD

4.1 Members of the Supervisory Board

The members of the Supervisory Board are listed below:

Chairman: Prof. Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos
Full member: Dra. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho
Full member: Dr. Manuel António Amaral Franco Preto
Alternate member: Dra. Carla Sofia Simões da Costa Silva

4.2 Date of commencement and end of the mandates

The election of members of the Supervisory Board for the 2012/-2015 four-year period, which will end on 31 December 2015, has been decided at the Annual General Shareholder's Meeting of 2012.

4.3 Appointment and replacement of the members of the Supervisory Board

The Supervisory Board is comprised of three full members and a deputy member elected by the General Shareholders Meeting (Art. 24 of Statutes). In the same resolution, the shareholders shall designate a full member who will be the Chairman (Article 415(2) of the CSC).

The Supervisory Board shall be constituted in accordance with the qualitative composition and prohibition of incompatibilities referred to in Arts. 414 and 414-A of CSC.

The full members of the Supervisory Board who are temporarily unable to carry out their duties or whose duties have ceased are replaced by alternate members (Article 415(3) of the CSC).

Alternate members who replace full members whose duties have ceased shall remain in office until the first annual General Meeting, and shall fill the vacancies. It is not possible to fill a full member's vacancy due to a lack of elected alternate members, the vacant positions, both of full members and alternate members shall be filled by means of a new election (Article 415(4) and 5 of the CSC).

4.4 Possibility for the Supervisory Board to propose the dismissal of the auditor to the General Assembly with just cause

According to Art. 24(5) of the Statutes, the Statutory Auditor is appointed by the General Assembly on a proposal from the Supervisory Board.

The Supervisory Board may propose the dismissal of the statutory auditor to the General Assembly with just cause.

4.5 Annual report of the Supervisory Board

The Supervisory Board prepares the Annual Report according to the legislation in force.

5. CONTROLO INTERNO

Tendo presente a reconhecida importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, no exercício de 2015, o Banco prosseguiu a estratégia de contínuo fortalecimento do seu Sistema de Controlo Interno, definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração e monitorizado pelo Conselho Fiscal, designadamente com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da actividade no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos e a continuidade do negócio, nomeadamente através de uma adequada gestão e controlo de riscos inerentes à actividade desenvolvida;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e os processos de controlo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais e demais regras, recomendações e boas práticas internacionalmente reconhecidas, de modo a proteger a reputação da instituição e evitar que esta seja alvo de sanções.

O sistema implementado prevê uma organização que assegure a conformidade com o Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, nomeadamente através da existência das funções de Gestão de Risco, Compliance e Auditoria Interna, cujos responsáveis foram designados e reportam directamente ao Órgão de Administração. Em articulação com as demais unidades de estrutura, estas funções desenvolvem as suas actividades de forma independente, permanente e efectiva contribuindo para a solidez do sistema de controlo interno do Banco.

No sentido de atingir os objectivos propostos, foram adoptados os princípios e orientações reconhecidos e aceites internacionalmente em matéria de controlo interno, nas suas diversas componentes, e que visam assegurar a existência de:

- Um adequado ambiente de controlo, de forma a disseminar uma cultura de controlo e de disciplina por parte de toda a estrutura organizacional, que favoreça uma gestão sã e prudente da actividade desenvolvida;
- Um sólido sistema de gestão de riscos, que permita identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e objectivos definidos, bem como assegurar a implementação de acções para responder a desvios não desejados;
- Um eficiente sistema de informação e comunicação, que garanta a captação, tratamento e troca de informação relevante, abrangente e consistente, que suporte uma tomada de decisão eficaz e tempestiva e o cumprimento de obrigações perante terceiros;
- Um efectivo sistema de monitorização, através da implementação de acções e avaliações de controlo com vista identificar eventuais insuficiências e/ou oportunidades de melhoria de forma garantir a contínua eficácia e a adequação do Sistema de Controlo Interno.

Para o efeito, na concretização dos objectivos acima descritos, o Banco prossegue activamente no sentido de fomentar um apropriado ambiente de controlo sustentado numa adequada definição e segregação de funções e no estabelecimento de políticas e procedimentos de controlo, integrados na sua actividade diária. Por sua vez, de forma a promover elevados padrões profissionais o Banco adopta um código de conduta que reflecte os padrões de comportamento ético e de rigor pelos quais todos os colaboradores se devem reger na execução das suas tarefas.

5. INTERNAL CONTROL

Bearing in mind the importance of the existence of an adequate and efficient internal control system, in 2015, the Bank pursued a strategy to continuously strengthen its Internal Control System, defined and monitored directly by the Board of Directors and monitored by the Supervisory Board, particularly with a view to ensuring:

- A medium and long term profitable and efficient performance of its activities, ensuring the efficient use of assets and resources and business continuity, through adequate management and control of risks underlying its activities;
- The existence of financial information and complete, relevant, reliable and timely management that supports decision-making and monitoring processes;
- Compliance with the legal provisions and regulations, including those relating to the prevention of money laundering and terrorist financing, as well as the standards and professional practices and ethics, internal rules and by-laws, rules of conduct and relationship with clients, guidelines of the governing bodies and other rules, recommendations and international best practices, in order to protect the reputation of the institution and prevent it from being subjected to sanctions.

The implemented system provides an organisation that ensures compliance with the Notice No. 5/2008 of the Bank of Portugal, particularly through the existence of the roles of Risk Management, Compliance and Internal Audit, whose managers were appointed and report directly to the Board of Directors. In coordination with the other organisational units, these roles develop their activities independently, permanently and effectively, strengthening the Bank's internal control system.

In order to achieve the objectives proposed, internationally recognised principles and guidelines on internal control are adopted, in their various components, and which aim to ensure:

- An adequate control environment, to disseminate a culture of control and discipline by the entire organisational structure, thus, encouraging a sound and prudent management of the activity developed;
- A solid risk management system, which will identify, assess, monitor and control all risks that may influence the strategy and objectives defined, as well as ensure the implementation of actions to respond to unwanted deviations;
- An efficient information and communication system, which ensures the collection, treatment and exchange of relevant, comprehensive and consistent information, that supports effective and timely decision-making and the fulfilment of obligations to third parties;
- An effective monitoring system, through the implementation of control actions and assessments in order to identify any shortcomings and/or opportunities for improvement and to ensure the continued effectiveness and adequacy of the internal control system.

In order to achieve the objectives described above, the Bank actively continues to promote an appropriate control environment in a sustained adequate definition and segregation of duties and the establish policies and procedures for monitoring, integrated in its daily activity. In turn, in order to promote high professional standards, the Bank adopts a code of conduct which reflects the standards of ethical behaviour and rigour by which all employees must comply to in the execution of their duties.

No que respeita ao sistema de gestão de riscos, este encontra-se baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo, que visam assegurar, de forma permanente:

- O desenvolvimento sustentado da actividade creditícia, pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- A gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas.

O processo de avaliação de riscos instituído, baseado em políticas e procedimentos que visam garantir que a estratégia e os objectivos da instituição, previamente estabelecidos, são atingidos, tem em consideração a natureza e magnitude dos riscos subjacentes à actividade do Banco e encontra-se suportado em análises qualitativas e quantitativas que permitem, de forma sustentada e tempestiva, monitorizar e aferir sobre a adequabilidade do capital interno.

A realização de stress tests como ferramenta de gestão de risco permite avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras decorrentes de alterações excepcionais dos factores de risco e dar cumprimento ao disposto na Instrução nº 4/2011, do Banco de Portugal. Por sua vez, os reverse stress tests permitem complementar os testes de esforço realizados, nomeadamente na aferição dos pressupostos adoptados sobre o modelo e a estratégia de negócio e no planeamento de capital. Estas ferramentas possibilitam a identificação das condições que comprometem o modelo de negócio do Banco e, por consequência, as suas vulnerabilidades.

O sistema de gestão de riscos abrange ainda o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), em linha com as orientações regulamentares e, em particular, com a Instrução do Banco de Portugal nº 15/2007. O ICAAP é um processo contínuo, integral e transversal à instituição, de avaliação de capital económico, acompanhado directamente pelo Órgão de Administração, que assegura a contínua a adequação do capital interno ao perfil de risco do Banco.

Por sua vez, o sistema de comunicação e informação promovido assegura a existência de informação objectiva, inteligível, consistente e correcta de forma a possibilitar uma visão global e abrangente acerca da situação financeira, do desenvolvimento da actividade e do perfil de risco do Banco. Este encontra-se sustentado nas políticas e procedimentos internamente estabelecidos e oportunamente difundidos, que preveem a produção e divulgação atempada de informação a nível interno e externo.

O processo de informação financeira, que integra o sistema de comunicação e informação da instituição, sustenta-se nos sistemas contabilísticos e de apoio à gestão que, de forma completa e sistematizada, registam e armazenam a informação relativa às operações efectuadas. Adicionalmente, o modelo de governo estabelecido assenta numa estrutura transversal e descentralizada que define, de forma rigorosa, os responsáveis, as competências e a periodicidade das sedes de decisão consoante a matéria em causa.

Por último, a contínua monitorização do sistema da adequação e eficácia do sistema de controlo interno, permite avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

Ciente da importância que um adequado e eficaz sistema de controlo interno assume, o Órgão de Administração tem vindo a promover de forma reforçada a incorporação dos objectivos e dos princípios

With regard to the risk management system, this is based on identification, assessment, monitoring and control processes, to continually ensure:

- *The sustained growth of credit activities by carefully managing solvency, as a result of its strategic objectives;*
- *Careful handling of borrowed capital, with the ultimate goal of maximising the Bank's value for its shareholders.*

The risk assessment process set out is based on policies and procedures that aim to ensure that the strategy and objectives of the institution, previously established, are achieved, taking into account the nature and magnitude of the risks underlying the Bank's activities and is supported by qualitative and quantitative analysis which allow to monitor and evaluate the suitability of internal capital in a sustained and timely manner.

The use of stress tests as a risk management tool allows the assessment of the potential effects of the financial conditions resulting from exceptional changes in risk factors and comply with the provisions of Instruction No. 4/2011, of the Bank of Portugal. In turn, the reverse stress tests allow the stress tests performed to be complemented, particularly as regards to the assumptions adopted on the business model and strategy and planning in terms of capital. These tools allow the identification of conditions that compromise the bank's business model and, consequently, its vulnerabilities.

The risk management system also covers the Internal Capital Adequacy and Self-assessment Process (ICAAP), in line with the regulatory guidance and, in particular, with the Instruction of the Bank of Portugal No. 15/2007. ICAAP is a continuous, integral and transversal process to the institution, which assesses the economic capital, accompanied directly by the Board of Directors, which ensures the continued adequacy of internal capital to the risk profile of the Bank.

In turn, the communication and information system promoted ensures the existence of objective, intelligible, consistent and correct information in order to provide a global and comprehensive vision of the financial situation, the development of the activity and the risk profile of the Bank. This is sustained in internally established policies and procedures and appropriately disseminated, that predict the production and dissemination of the information both internally and externally in a timely manner.

The financial reporting process, which integrates the communication and information system of the institution, based on accounting and management support systems that record and store information relating to transactions in a complete and systematic way. Additionally, the governance model established based on a cross-sectional and decentralised structure that defines the managers, the skills and the periodicity in decision-making headquarters depending on the issue in question.

Finally, the continuous monitoring of the appropriateness and effectiveness of the internal control system, allows the evaluation of the ongoing internal control procedures at different functional areas and assesses its suitability and effectiveness to the policies, plans, internal instructions, as well as its compliance with the applicable laws and regulations.

Aware of the importance of an adequate and effective internal control system, the Board of Directors has promoted and strengthened the incorporation of control objectives and principles, in the institution's

de controlo, na estratégia e nas políticas da instituição, assegurando a existência de meios materiais e humanos necessários à sua prossecução e garantindo que as insuficiências identificadas neste âmbito são alvo de acompanhamento contínuo por parte de todos os órgãos de gestão, sempre no sentido de se implementarem as medidas necessárias à sua sanação. Por sua vez, o Conselho Fiscal aprecia anualmente o funcionamento do Sistema de Controlo Interno, face aos requisitos definidos nos Avisos nº 5/2008 e nº 9/2012 do Banco de Portugal e com excepção da parte subjacente ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, a qual é alvo de parecer emitido pelo Auditor Externo/ROC, recomendando quando aplicável as melhorias que considera pertinentes.

6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 115.º-C, do Regime Geral das Instituições de Crédito (aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), no artigo 2.º, nº 1, da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal nº 10/2011, de 29 de Dezembro, é aprovada a proposta de política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), a vigorar no ano 2015, a propor à reunião anual da Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2014, nos termos seguintes:

I. Enquadramento

A política remuneratória do Banco Santander Consumer Portugal enquadra-se nas directrizes definidas pelo acionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do capital social do Banco.

A política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada.

Na respectiva definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco, mostrando-se ainda conformes as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes, vigentes à data. As remunerações encontram-se sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

A actual Comissão de Remunerações foi eleita, para o quadriénio 2012-2015, tendo os actuais membros sido eleitos na reunião da Assembleia Geral de 19 de Abril de 2012, com a seguinte composição:
David Turiel Lopez, administrador não executivo e Sandra Faustino, Directora de Recursos Humanos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

II. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave e que lidera a organização.

strategy and policies, ensuring the existence of material and human resources necessary for its continuation and ensuring that the weaknesses identified in this context are continuously monitored by all management bodies, always with a view to implementing measures for its rectification. In turn, the Supervisory Board annually assesses the operation of the Internal Control System against the requirements defined in the Notices No. 5/2008 and No. 9/2012 of the Bank of Portugal and with the exception to the part underlying the preparation and disclosure of the financial information, which is the target of an opinion issued by the External Auditor/ROC, recommending improvements, that it considers relevant, when applicable.

6. REMUNERATION POLICY OF THE BOARD OF DIRECTORS AND SUPERVISORY BOARD;

Pursuant to the terms of article 115-C, the General Scheme of Credit Institutions (approved by Decree Law no. 298/92 of 31 December), in article 2, paragraph 1, of Law No. 28/2009 of 19 June and in Article 16 of the Notice of the Bank of Portugal No. 10/2011, of 29 December, the remuneration policy for members of the Board of Directors and Supervisory Board of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. has been approved. (the "Bank"), to be applied in 2015, proposes to the Annual General Meeting the approval of the accounts for 2014, in the following terms:

I. Background

The remuneration policy of Banco Santander Consumer Portugal is part of the guidelines defined by the reference shareholder of the Bank for the entire Grupo Santander, which are formulated, with the participation of external consultants, in accordance with the existing best practices in the industry. Grupo Santander owns 100% of the share capital of the Bank.

The remuneration policy of the members of the Management and Supervisory Board is annually reviewed and approved.

The Human Resources Department of the Bank, participated in this decision, making recommendations to ensure that remunerations are appropriate and reflect the risk profile and the long-term objectives of the Bank, making sure that the legal standards and regulations are met as well as the national and international recommendations that are relevant and currently in force. Remuneration are subject to the approval of Santander Consumer Finance Department and the Grupo Santander.

*The current Remuneration Committee, was appointed for the 2012-2015 term, and the following members were appointed at the General Shareholders Meeting held on 19 April 2012:
David Turiel Lopez, non-executive director and Sandra Faustino, Director of Human Resources of Banco Santander Consumer Portugal, S.A.*

II. Grupo Santander's Policy:

The remuneration policy is strongly integrated in the Santander's group policy, therefore, it is important to note the extremely competitive context of this activity and the achievement of goals depends largely on the quality, the work capacity, dedication, responsibility, knowledge of the business and the commitment to the institution, by the person who performs key roles and leads the organisation.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores temos seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função. No entanto, no caso do Banco, as funções não executivas não são remuneradas, sendo os seus titulares remunerados pelas funções que desempenham noutras sociedades do Grupo.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo Santander, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objetivos.

Acrece que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

III. Princípios Orientadores da Política de Remuneração no Banco Santander Consumer Portugal

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva, e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si (e.g. limitação estatutária a que Remuneração Variável excede 5% dos lucros de exercício); ii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;

These are the premises which determine, in general, the remuneration policy of the Group, in particular of executive directors, and which allow to attract and retain the talent within the organisation, bearing in mind the overall framework of the market in which it operates.

Consequently, the remuneration policy of the management bodies has the following objectives:

- Ensure that the total remuneration and its structure (composed by different components of short, medium and long term) are competitive in regards to the international financial sector and are consistent with the leadership philosophy of the Group;*
- maintain a fixed component balanced against the variable component, which is indexed to the achievement of specific and measurable objectives which are aligned with the interests of shareholders.*

Regarding the remuneration for non-executive functions, the remuneration policy also aims to compensate for the dedication, qualification and responsibility required for the performance of these roles. However, in the case of the Bank, non-executive functions are not remunerated, employees are remunerated for the functions performed in other Group companies.

In 2010, the Compensation Risk Assessment Committee was created in Grupo Santander, whose members are persons of recognised competence and impartiality, in order to assess the quality of results, risks and compliance with objectives.

Moreover, the Group was assisted by Towers Watson consultant in defining its remuneration policy.

Thus, the Group, will continue to align their remuneration policy with the best market practices, anticipating, on average and as appropriate, the concerns expressed in Portuguese legislation.

III. Guiding Principles of the Remuneration Policy of Banco Santander Consumer Portugal

In accordance with the foregoing, the general guiding principles for determining the remunerations are as follows:

- a) Simplicity, clarity, transparency and alignment with the Bank's culture, also taking into account the group to which it belongs;*
- b) Consistency with an effective risk management and risk control to avoid excessive exposure to risk and conflicts of interests, on the one hand, aiming to ensure coherence with the goals, values and long-term interests of the Bank, whose ability to strengthen the capital base is preserved, as well as its collaborators, and interests of its clients and investors, on the other hand;*
- c) Competitiveness, taking into consideration market practices and equity, and remuneration practices are founded on uniform, consistent, fair and balanced criteria;*
- d) Alignment with the best practices and recent trends in the financial sector, at national and international level, with the ultimate aim of discouraging the exposure to excessive risks and promoting continuity and sustainability of performances and positive results, in particular through: (i) the establishment of maximum limits for the remuneration components, which must be balanced among themselves (e.g. statutory limits to variable remuneration exceeding 5% of the profits for the year); (ii) the payment of part of the variable remuneration in financial instruments;*

- e) Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inherentes às modalidades de remuneração adoptadas.

IV. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A política de remuneração dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo, as quais foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - (i) Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- c) Relativamente aos administradores não executivos e o Presidente do Conselho de Administração, estes não auferem qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerados pela sua atividade nas entidades do Grupo Santander Consumer Finance onde se encontram afetos.
- d) Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas remuneração fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal. No entanto, uma vez que um dos membros do órgão de fiscalização do BSCP, é colaborador e desempenha funções no Banco Santander Totta, S.A., a sua remuneração é definida e paga nesse banco;
- e) Independentemente das condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a poderem tornar de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

1. Remuneração Fixa

- a) A remuneração fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A remuneração fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A remuneração fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Remunerações, não se prevendo que represente, em 2015, parcela inferior a 40% da remuneração total.

- e) Determining the individual variable remuneration considering the relevant performance evaluation, based on financial and non-financial criteria, in accordance with the functions and the level of responsibility, as well as the results of the Bank, also in comparison with other international entities in the sector;
- f) Subjection to early termination of contracts under the legal rules in force at any given time.
- g) Absence of health insurance payment or other mechanisms for hedging risk in order to mitigate the effects of alignment with the risk inherent to the remuneration methods adopted.

IV. Components of the Remuneration Policy

In accordance with the previous principles, the following is assumed:

- a) The remuneration policy of the members of the corporate bodies forms part of the guidelines of the Group, which were created in accordance with the best existing practices in the sector.
- b) The guidelines referred to above detail how the evaluation of executive directors is performed. The evaluation is as follows:
 - (i) Each year, by the Chairman of the Executive Committee, as concerns the remaining executive directors;
 - (ii) Each year, by the Chairman of the Board of Directors, as concerns the Chairman of the Executive Committee of the Bank.
- c) Non-executive directors and the Chairman of the Board of Directors do not receive any remuneration in Portugal, they are remunerated for their activities by the Santander Consumer Finance Group where they are allocated.
- d) Members of the supervisory body only receive a fixed remuneration, the amount is determined in accordance to the criteria and practices used in other companies within the Group, given the size of the business and of the market in Portugal. However, since one of the members of the supervisory body of the BSCP, is a collaborator and performs functions in Banco Santander Totta, SA, his remuneration is determined and paid in that bank;
- e) Irrespective of whether the conditions of determining the payment of the variable remuneration, as an indeterminate final value, it is not possible to predetermine the ratio between fixed and variable component remuneration, but taking into account the rules defined by the Group, the ratio between the value of all variable remuneration components and the total value of fixed remuneration cannot, under any circumstance, be greater than 200%.

1. Fixed Remuneration

- a) The fixed remuneration is paid 14 times a year.
- b) The fixed remuneration of the executive directors is determined taking into account the criteria used by the Group, the results of the Bank, performance evaluation and references of the market, subject to the different specificities and dimensions;
- c) The fixed remuneration of executive directors has the limits that are established annually by the Remuneration Committee, the tranche is not expected to be lower than 40% of the total remuneration, in 2015.

2. Remuneração Variável

- a) Em função da aplicação das orientações e política do Grupo relativamente a estas matérias à Divisão do Santander Consumer Finance, a remuneração de todos ou alguns membros da Comissão Executiva poderá comportar igualmente uma componente variável, incluindo um elemento anual e um elemento plurianual, ambos de atribuição não garantida;
- b) Tendo presente o definido no ponto IV, alínea e), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- e) No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.
- f) A totalidade da componente variável, incluindo tanto o elemento de atribuição anual como o elemento de atribuição plurianual, poderá ser objecto de redução ("malus") ou reversão ("clawback") que resultem da definição dos critérios de atribuição da remuneração variável (e.g. não atribuição ou a redução em 50% de qualquer componente variável de remuneração – bónus - caso, respectivamente, os resultados líquidos do Grupo Santander, da Divisão do Consumer Finance ou da unidade local em Portugal, sejam negativos ou inferiores a 50% relativamente ao ano anterior) e dos termos legais aplicáveis à responsabilidade dos administradores.

2.1. Remuneração variável anual

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas acções do Banco Santander;
- b) A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios: i) 75% dependem dos resultados após impostos da Sociedade (55%) e do Grupo (20%) e ii) 25% dependem do cumprimento da eficiência no uso do capital (Return on Risk Weighted Assets) da Sociedade (15%) e do Grupo (10%);
- c) A aplicação dos critérios acima referidos para a atribuição do prémio de desempenho é ajustada pela ponderação i) do desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, bem como ii) de factores qualitativos adicionais, designadamente a adequada gestão do risco e do consumo eficiente de capital; a comparação com os resultados de entidades concorrentes; a comparação do nível de satisfação dos clientes face a entidades concorrentes; a evolução do core capital, do capital económico do Grupo, do balanço e de outros fatores relevantes de gestão;

2. Variable Remuneration

- a) As a result of the implementation of the Group's guidelines and policy on these matters in the Santander Consumer Finance Department, the remuneration of all or some members of the Executive Board may also include a variable component, including an annual and a multi-annual element, both are not guaranteed;
- b) As defined in paragraph IV(e), the variable remuneration is properly balanced against the fixed remuneration;
- c) In order to establish and make more transparent the process for determining the variable remuneration, the quantitative and qualitative objectives of the Bank are taken into account, as well as the respective indicators set out in the Strategic Plan that are defined annually by the Group.
- d) The weighting of the achievement of the strategic objectives defined by and for the Bank, either in absolute terms or by comparison with other entities in the sector, for purposes of determining the variable remuneration, allows to establish a proper alignment with the medium and long term interests of the Bank and its shareholders;
- e) In the event that the Bank is charged for management acts by shareholders or by third parties, the variable remuneration may be suspended until the clearance of such claims upon decision of the shareholders and, in the case of being considered well-founded, the respective remuneration will not be attributed until the damages have been settled.
- f) The entire variable component, including both the annual allocation and the multi-annual allocation may be subject to a reduction ("malus") or reverse ("clawback") that result from the definition of the criteria for the allocation of variable remuneration (e.g. non-allocation or a reduction by 50% of any variable component of the - bonus remuneration - respectively, the net profits of the Grupo Santander, of the Consumer Finance Department or local unit in Portugal, are negative or less than 50% compared to the previous year) and of the legal terms applicable to the liability of directors.

2.1. Annual Variable Remuneration

- a) As a variable remuneration, a Company performance bonus is established, linked to objectives, subject to annual review, which is reflected in the current year and in the following years, through which contributions in cash are paid and Banco Santander shares are allocated;
- b) The determination of the value of the performance bonus is based on the following criteria: (i) 75% dependent on the results after tax of the Company (55%) and of the Group (20%) and (ii) 25% dependent on the fulfilment of the efficiency in the Return on Risk Weighted Assets of the Company (15%) and of the Group (10%);
- c) The application of the abovementioned criteria for granting the performance bonus is adjusted by weighting (i) the individual performance, taking into account the quantitative results obtained, and (ii) of qualitative factors, in particular the adequate risk management and energy efficient capital; a comparison with the results of the competitors; a comparison of the level of customer satisfaction compared to competing entities; the evolution of core capital, the economic capital of the Group, the balance sheet and other relevant management factors;

d) O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2015 se estima não superior a 150% do valor do prémio de desempenho da Empresa pago no ano anterior.

2.2. Remuneração variável plurianual

a) Como elemento da remuneração variável plurianual, o Banco poderá fixar para 2015 um Incentivo de Longo Prazo individual, sendo este determinado pela aplicação de uma percentagem, que poderá ir até 20%, do valor de referência do prémio de desempenho de 2015. A determinação concreta do ILP será feita pela Divisão do Santander Consumer Finance de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander e que consta do documento anexo a esta Política. A atribuição do ILP não poderá em nenhuma circunstância implicar que as componentes variáveis da remuneração sejam superiores a 200% da componente fixa da remuneração.

b) A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições:

- i) permanência na Empresa durante o dado período estabelecido;
- ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento;
- iii); cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos;
- iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas;
- v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;

c) No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer ações;

d) As acções atribuídas no âmbito do Incentivo de Longo Prazo não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos mandatos dos respectivos beneficiários, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade da alienação de ações necessária ao pagamento de impostos decorrentes do benefício inerente a essas acções).

2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Em 2015 não serão pagos quaisquer valores por conta da remuneração variável diferida uma vez que, à data, não são devidos quaisquer montantes atribuídos a esse título (o último plano atribuído em 2012 por conta do Incentivo de Longo Prazo já cessou)

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, durante o ano de 2015, foi aprovado pelo Grupo Santander na sua Assembleia Geral (Junta de Accionistas do Banco Santander, Espanha) de 27 Março de 2015, um novo plano de Incentivos de Longo Prazo individual nos termos descritos na alínea a) do ponto 2.2. anterior e que se espera que venha a ser fixado para o Banco.

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2015, montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco.

d) The performance bonus is intended to compensate for the achievement of annual results and individual performance, and may vary depending on the degree of fulfilment of the objectives, in 2015, between 0% and a value that is not expected to exceed 150% of the value of the performance bonus paid by the Company in the previous year.

2.2. Multi-annual variable remuneration

a) As a multi-annual variable remuneration element, the Bank may determine an individual Long-term Incentive for 2015, determined by applying a percentage, which can go up to 20% of the reference value of the performance bonus of 2015.

Santander Consumer Finance department will be responsible for deciding the individual Long-term Incentive in accordance with the general criteria applicable in the context of the Grupo Santander and included in the document attached to this Policy. This award may not in any circumstances include variable remuneration components greater than 200% of the fixed remuneration component.

b) The award of the individual Long-term Incentive shall also be subject to the cumulative assessment of following conditions:

- i) stay in the company during the period established;*
- ii) preservation of the financial performance of the Group during the deferral period;*
- iii); compliance with internal rules, especially those relating to risks;*
- iv) absence of re-engineering of financial elements of the Group imposed by external auditors, unless as a result of the modification of accounting standards;*
- v) lack of significant variations in the economic capital or risk profile of the Group;*

c) Within the limit, there may be no place for the attribution of any shares;

d) The shares attributed under the individual Long-term Incentive do not benefit from any risk coverage agreement and shall remain, until the expiry of the mandates of the respective beneficiaries, subject to maintenance conditions until its value reaches twice the amount of the total remuneration (without prejudice to the possibility of the disposal of shares required for the payment of taxes arising due to the benefits inherent to those shares).

2.3. Identification of the deferred instalment and of the paid amount

In 2015, no amounts will be paid for deferred variable remuneration, since, to date, there are no amounts due under this heading (the latest plane assigned in 2012 under Long-term Incentive has already expired)

Without prejudice to the provisions of the preceding paragraph, during the year of 2015, a new individual Long-term Incentive plan was approved on 27 March 2015 by Grupo Santander at the General Shareholders Meeting (With the Shareholders of Banco Santander) in accordance with section 2.2.(a) above and is expected to be fixed for the Bank.

3. Amounts paid by other companies in a dominant or group relationship with the Bank

No payments to executive directors from other companies in dominant or group relationship with the Bank are expected during 2015.

V. BENEFÍCIOS

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco:

- a) Os administradores executivos beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a quarenta e duas vezes o valor da Remuneração Fixa mensal do titular em causa.
- b) Com excepção do Presidente da Comissão Executiva, os demais administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde contratado para todos os colaboradores com comparticipação correspondente a 0,75% da respectiva Remuneração Fixa.
- c) O Presidente da Comissão Executiva beneficia do Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) de acordo com o regime estabelecido no Banco Santander Totta, S.A. (onde tem contrato de trabalho suspenso).
- d) Relativamente a um dos Administradores, o Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.
- e) Relativamente a Administradores que se encontram em situação de expatriação, o Grupo dispõe de um pacote de benefícios específicos que inclui um Seguro de Saúde e um Seguro de Vida específicos assim como ajudas de custo específicas, e de valor predeterminado, relativas à habitação (rendas, despesas de água, eletricidade e gás), , viagem anual ao país de origem (abrangendo o agregado familiar do Administrador) e formação no idioma do país de deslocação (abrangendo igualmente o agregado familiar do Administrador no país).

VI. ASPECTOS COMPLEMENTARES

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2015.

Atento o disposto no número 5 do artigo 403º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2015, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

VII. CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DEFINIDAS NO REGIME GERAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS

Esta política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios insititos no Decreto-lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro, que veio alterar o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes dos art. 115º-C e seguintes. do RGICSF, os quais constituem manifestamente o seu núcleo base.

V. BENEFITS

The allocation of benefits shall be made to ensure compatibility with the business strategy, objectives, values and the long-term interests of the Bank:

- a) Executive directors have a life insurance policy, with a capital coverage equivalent to 42 times the value of the monthly Fixed Remuneration of the holder concerned.
- b) With the exception of the Chairman of the Executive Committee, the remaining executive directors benefit from a health insurance for all employees with a contribution amounting to 0.75% of the Fixed Remuneration.
- c) The Chairman of the Executive Committee benefits from a Health Insurance in addition to the Social Health Assistance Service (SAMS) according to the procedures established by Banco Santander Totta, S.A. (in the event that the employment contract has been suspended).
- d) With regard to the Directors, the Bank bears the cost of the difference between the market interest rate for housing credit and credit rates charged for the same nature granted to workers under the collective regulation terms of the banking sector.
- e) Directors who are expatriates, the Group offers a specific benefits package that includes a specific Health Insurance and a Life Insurance as well as special aid at a predetermined value, relating to housing (rental costs, water, electricity and gas), annual trip to the country of origin (covering the Director's household) and training in the language of the country of travel (also covering the household of the Director in the country).

VI. ADDITIONAL ASPECTS

No option plans are expected for 2015.

Based on the provisions in Article 403(5) of the Commercial Companies Code, no statutory limitations on compensation for early termination of contract of members of corporate bodies have been defined or proposed.

During 2015, no compensation for early termination of contracts of members of corporate bodies are expected to be paid.

VII. COMPLIANCE WITH THE REMUNERATION POLICIES DEFINED IN THE LEGAL FRAMEWORK OF CREDIT INSTITUTIONS AND FINANCIAL COMPANIES

This remuneration policy of the members of the Bank's administrative and supervisory bodies is as a whole, in line with the principles of Decree-law no. 157/2014, of 24 October, which altered the Legal Framework of Credit Institutions and Financial Companies ("LFCIFC"), based on simplicity, transparency and consistency with the medium and long term objectives.

In this way, the determination of the total remuneration of the members of those bodies, composed of fixed and variable parts, as well as the articulation of these two components, as explained in this Statement, allow us to conclude the adoption of the rules laid down in Article 115-C and the remaining LFCIFC rules, which are clearly its base core.

Ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE, que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do BSCP, não foram implementados mecanismos de diferimento da remuneração variável.

Por último, a circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Neste sentido, salientem-se os critérios aprovados para o Grupo Santander para definição de "unidade relevante" e consequentemente, de aplicação, entre outras, da obrigatoriedade de implementação local de remuneração variável diferida, segundo os quais tal diferimento apenas se aplica (i) a unidades em que o seu capital económico represente mais de 0.2% da totalidade do capital económico do Grupo ou (ii) se algum membro da administração auflira uma remuneração total anual superior a € 385.000. Nenhuma dessas condições se verificam no caso do Banco.

ANEXO I

Critérios de determinação do ILP

a) Para determinação do ILP aplicar-se-á uma percentagem, que poderá atingir até 20%, sobre valor de referência do prémio de desempenho de 2015, de acordo com as seguintes métricas e escalas de cumprimento de objetivos:

1. Escala aplicável ao BPA do Grupo Santander no exercício de 2015 com relação ao orçamento para o referido exercício:

BPA in 2015 (% against the BPA budgeted for 2015)	"Coeficiente BPA 2015"
≥ 90%	1
> 75% mas < 90%	0,75 - 1 (*)
≤ 75%	0

(*) a linear increase of the 2015 BPA Coefficient in accordance with the BPA 2015 percentage on the budget within this scale.

2. Escala aplicável ao ROTE do Grupo Santander em 2015 em relação ao orçamento do referido exercício:

ROTE en 2015 (% sobre o ROTE 2015 orçamentado)	"Coeficiente ROTE 2015"
≥ 90%	1
> 75% over < 90%	0,75 - 1 (*)
≤ 75%	0

(*) a linear increase of the 2015 ROTE Coefficient in accordance with the ROTE 2015 percentage on the budget within this scale.

Para determinar o Valor Previsto do ILP, que corresponda a cada beneficiário aplicar-se-ão o Coeficiente do BPA 2015 e o Coeficiente do Rote 2015 resultantes das anteriores escalas à percentagem correspondente valor de referência do seu prémio de desempenho de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Value Predicted ILP} = \text{value. Ref. X } (0,5 \times \text{coefficient BPA} + 0,5 \times \text{Coeficiente ROTE 2015})$$

"Valor Ref." é o valor que resulte da aplicação da percentagem de até 20% (que será determinado pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Retribuições, do Banco Santander S.A. em função do orçamento do grupo e país) ao valor de referência do prémio de desempenho do beneficiário.

No variable deferral mechanisms were implemented under the guidelines issued by the European Banking Authority in compliance with the provisions of paragraph 4 (22) of Directive no. 2006/48/EC, which allow the circumvention of some rules in the definition of the remuneration policy in non-complex institutions which are not listed on the markets, as is the case of BSCP.

Finally, the fact that the Bank is integrated in the Grupo Santander, which owns 100% of the capital, calls for an appropriate level of consistency with the corporate policies, which, in turn, as a result of the global nature of the Group, comply with the international regulations on this subject. In this sense, we must highlight the criteria approved for the Grupo Santander for the definition of "relevant unity" and consequently, the mandatory character of the local implementation of the deferred variable remuneration, according to which this deferral only applies to (i) to units in which its economic capital represents more than 0.2% of the total economic capital of the Group or (ii) if any member of the Board earns a total remuneration of more than € 385,000. None of these conditions apply to the Bank.

ANNEX I

Criteria for the determination of the ILP

a) For determining the ILP, a percentage of up to 20% is applied to the reference value of the performance bonus of 2015, according to the fulfilment of objectives scales and the following metrics:

1. Scale applicable to BPA of Grupo Santander for 2015 according to the budget for the year:

BPA in 2015 (% against the BPA budgeted for 2015)	"Coeficiente BPA 2015"
≥ 90%	1
> 75% mas < 90%	0,75 - 1 (*)
≤ 75%	0

(*) a linear increase of the 2015 BPA Coefficient in accordance with the BPA 2015 percentage on the budget within this scale.

2. Scale applicable to ROTE of Grupo Santander for 2015 according to the budget for the year:

ROTE en 2015 (% sobre o ROTE 2015 orçamentado)	"Coeficiente ROTE 2015"
≥ 90%	1
> 75% over < 90%	0,75 - 1 (*)
≤ 75%	0

(*) a linear increase of the 2015 ROTE Coefficient in accordance with the ROTE 2015 percentage on the budget within this scale.

To determine the Expected Value of the ILP, for each beneficiary, the BPA 2015 Coefficient and the Rote 2015 Coefficient are applied based on the previous scales to the percentage of the reference value of the performance bonus according to the following formula:

"Ref. Value" is the value resulting from the application of up to 20% (which will be determined by the Board of Directors, on a proposal from the Compensation Committee of Banco Santander S.A. according to the budget of the group and country) of the reference value of the performance bonus of the beneficiary.

O Valor Previsto de ILP ficará diferido integralmente durante 3 anos (2016, 2017 e 2018, e a sua atribuição e valor estarão vinculados ao cumprimento de determinados objetivos definidos para o período 2015-2017 (os "Objectivos Plurianuais"), e às restantes condições do plano. Assim o valor a entregar, e em consequência o numero final de ações que se entregue a cada beneficiário calcular-se-á partindo o Valor Previsto do ILP e tendo em conta : O grau de cumprimentos dos Objetivos plurianuais ; ii) o resultado da aplicação dos impostos ou retenções que corresponda e iii) a Cotização 2016.

b) O Valor Previsto do ILP de cada beneficiário será diferido durante um período de anos e entregar-se-á no inicio do exercício de 2019 ("Data de Pagamento do ILP") em função do cumprimento dos objetivos plurianuais e das restantes condições do plano. Os "Objectivos Plurianuais", as suas métricas e escalas de cumprimento são as seguintes:

(i) Comportamento relativo do crescimento do BPA do Grupo Santander no período de 2015-2017 em relação com um grupo de referência de 17 entidades de crédito (o "Grupo de Referência"). Entender-se-á por crescimento do BPA a relação percentual entre o benefício por ação de acordo com os estados financeiros anuais consolidados iniciais e finais no período de comparação (isto é, os estados financeiros consolidados encerrados entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente.)

The ILP Expected Value will be fully deferred for 3 years (2016, 2017 and 2018, and its attribution and value is bound to the fulfilment of certain objectives defined for the 2015-2017 period (the "Multi-annual Objectives"), and the remaining conditions of the plan. The value paid, and as a result the total number of shares attributed to each beneficiary shall be calculated based on the ILP Expected Value and taking into account the following: The degree of compliance with the multi-annual objectives; (ii) the result by applying tax rates or retentions that correspond to and (iii) the 2016 Contributions.

b) The ILP Expected Value for each beneficiary shall be deferred for a period of years and attributed at the beginning of 2019 ("Date of payment of ILP") in accordance with the fulfilment of the multi-annual objectives and the remaining conditions of the plan. The "Multi-annual Objectives" metrics and scales of compliance are the following:

(i) Relative behaviour of the growth of BPA of Grupo Santander in the 2015-2017 period compared with a reference group of 17 credit institutions (the "Reference Group"). The BPA growth is the percentage between the profit per share in accordance with the annual consolidated financial statements, opening and closing of the comparison period (i.e., the consolidated financial statements closed between 31 December 2014 and December 31, 2017, respectively.)

BPA growth performance at Santander 2015-2017

"BPA Coefficient"

From 1st to 5th	1
6th	0.875
7th	0.75
8th	0.625
9th	0.50
10th - 18th	0

O Grupo de Referência estará formado pelas seguintes entidades: Wells Fargo, JP Morgan Chase, HSBC, Bank of America, Citigroup, BNP Paribas, Lloyds, UBS, BBVA, Barclays, Standard Chartered, ING, Deutsche Bank, Société Générale, Intesa SanPaolo, Itaú-Unibanco e Unicredito.

The Reference Group is formed by the following entities: Wells Fargo, JP Morgan Chase, HSBC, Bank of America, Citigroup, BNP Paribas, Lloyds, UBS, BBVA, Barclays, Standard Chartered, ING, Deutsche Bank, Société Générale, Intesa SanPaolo, Itaú-Unibanco and Unicredito.

(ii) ROTE do exercício 2017 de Grupo Santander:

"ROTE Coefficient"

(%) ROTE in 2017	"ROTE Coefficient"
≥ 12%	1
> 11% and < 12%	0.75 – 1 (*)
≤ 11%	0

(*) Linear increase of the ROTE 2015 Coefficient in accordance with the actual percentage within the ROTE scale, of Grupo Santander for 2017.

(iii) Satisfação dos colaboradores, medida pela inclusão ou não da correspondente sociedade do Grupo em 2017 entre o "Top 3" dos melhores bancos para trabalhar.
Para efeitos desta métrica, a escala de cumprimento difere para os beneficiários que desenvolvem as suas funções num país concreto e os que desenvolvem as suas actividades para o grupo em Geral ou para unidades em que não é possível individualizar esta medição.

*(iii) Employee satisfaction, measured by the inclusion or non-inclusion of the corresponding Group company in 2017 among the "Top 3" best banks to work for.
For the purposes of this metric, the scale of compliance differs for beneficiaries who perform their activities in a specific country and those who perform their activities for the Group in general or for units in which it is not possible to single out this measurement.*

1. Escala de cumprimento ao nível do país:

1. Scale of compliance at country level:

Positioned amongst the best banks to work for in 2017

"Employee Coefficient"

1st to 3rd
4th or higher

1
0

2. Escala de cumprimento ao nível Grupo Santander:

2. Scale of compliance at Grupo Santander level:

Number of Main Markets in which Santander is at the Top 3 of the best banks to work for in 2017

"Employee Coefficient"

6 or more
5 or less

1
0

Para este efeito, os "Mercados Principais" do Grupo Santander são: Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, México, Polónia, Portugal e Reino Unido.

For this purpose, the "Main Markets" of Grupo Santander are as follows: Germany, Argentina, Brazil, Chile, Spain, United States, Mexico, Poland, Portugal and the United Kingdom.

(iv) Satisfação dos clientes, medida pela inclusão ou não da correspondente sociedade do Grupo em 2017 entre o "Top 3" dos melhores bancos no índice de satisfação dos clientes.

(iv) Client satisfaction, measured by the inclusion or non-inclusion of the corresponding Group company in 2017 among the "Top 3" banks as regards to the client satisfaction index.

Para efeitos desta métrica, a escala de cumprimento difere para os beneficiários que desenvolvem as suas funções num país concreto e os que desenvolvem as suas atividades para o grupo em Geral ou para unidades em que não é possível individualizar esta medição.

For the purposes of this metric, the scale of compliance differs for beneficiaries who perform their activities in a specific country and those who perform their activities for the Group in general or for units in which it is not possible to single out this measurement.

1. Escala de cumprimento ao nível do país:

1. Scale of compliance at country level:

Position amongst the best banks in relation to the customer satisfaction index for 2017

"Client Coefficient"

1st to 3rd
4th or higher

1
0

2. Escala de cumprimento ao nível Grupo Santander:

2. Scale of compliance at Grupo Santander level:

Number of Main Markets in which Santander is at the Top 3 of the best banks as regards to customer satisfaction index for 2017

"Client Coefficient"

10
Between 6 and 9
5 or less

1
0.2 – 0.8 (*)
0

(*) Linear increase of the Client Coefficient, so that, within this scale, the coefficient increases by 0.2 per each additional Main Market in which the customer satisfaction index is at the Top 3.

(v) Vinculação de clientes, tendo em conta que os objectivos do Grupo Santander son que a 31 de dezembro de 2017 existam 17 milhões de clientes particulares vinculados e 1,1 milhões de para PME's e empresas.

(v) Tied Clients, taking into account the objectives of the Grupo Santander, are that, on 31 December 2017 there will be 17 million private tied clients and 1.1 million SMEs and companies.

Para efeitos desta métrica, as escalas de cumprimento diferem para os beneficiários que desenvolvem as suas funções num país concreto e os que desenvolvem as suas actividades para o grupo em Geral ou para unidades em que não é possível individualizar esta medição.

For the purposes of this metric, the compliance scale differs for beneficiaries who perform their activities in a specific country and those who perform their activities for the Group in general or for units in which it is not possible to single out this measurement.

1. Escalas de cumprimento a nível país:

<i>Tied private clients (% of budget for the corresponding market)</i>	<i>"Private individuals coefficient"</i>	<i>Tied SMES clients and companies (% on budget for the corresponding market)</i>	<i>"Companies Coefficient"</i>
≥ 100%	1	≥ 100%	1
> 90% over < 100%	0.5 – 1 (*)	> 90% over < 100%	0.5 – 1 (*)
≤ 90%	0	≤ 90%	0

(*) Linear increase of the Private Individuals Coefficient and Companies Coefficient according to the actual percentage, within each scale, that the number of tied clients represents to each type on 31 December 2017 on the budget.

2. Escalas de cumprimento a nível Grupo Santander:

<i>Tied private clients (millions)</i>	<i>Private Clients Coefficient</i>	<i>SMES clients and tied companies (millions)</i>	<i>Companies Coefficient</i>
≥ 17	1	≥ 1.1	1
> 15 but < 17	0.5 – 1 (*)	> 1 but < 1.1	0.5 – 1 (*)
≤ 15	0	≤ 1	0

(*) Linear increase of the Private Client's Coefficient and Companies Coefficient in regards to the number of clients tied to each type on 31 December 2017.

A partir das métricas e escalas de cumprimento anteriormente indicadas e doa dados correspondentes a finais de 2017, o valor da atribuição do ILP de cada beneficiário (Valor de Atribuido do ILP) determinar-se-á de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Value of ILP awarded} = \text{Value.} \times (0,25 \times A + 0,25 \times B + 0,2 \times C + 0,15 \times D + 0,075 \times E1 + 0,075 \times E2)$$

Sendo:

- a.i.1. "Valor" é o Valor Previsto do ILP para o beneficiário.
- a.i.2. "A" é o Coeficiente do BPA que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (i) em função do comportamento durante o período 2015-2017 do crescimento do BPA do Grupo Santander, por comparação com o Grupo de Referência.
- a.i.3. "B" é o Coeficiente do ROTE que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (ii) em função do comportamento durante o exercício de 2017 do Grupo Santander, ajustado, em cada caso, nos termos indicados no definido no ponto (ii) anterior.
- a.i.4. "C" é o Coeficiente Colaboradores que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (iii) anterior em função do posicionamento do Santander entre os melhores bancos para trabalhar.
- a.i.5. "D" é o Coeficiente Clientes que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (iv) anterior em função do posicionamento do Santander no índice de satisfação dos clientes.
- a.i.6. "E1" é o Coeficiente Particulares que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (v) anterior relativamente aos clientes particulares vinculados.
- a.i.7. "E2" é o Coeficiente Empresas que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (v) anterior relativamente aos clientes PME'S e empresas vinculados.

3. O período para medição do ILP finaliza a 31 de dezembro de 2018 e, em consequência as condições do plano deverão cumprir-se até ao fim do referido período, sem prejuízo das métricas anteriormente indicadas estejam referidas para o período de 2015-2017.

1. Scales of compliance at country level:

*Tied SMES clients and companies (% on
budget for the corresponding market)*

≥ 100%	1
> 90% over < 100%	0.5 – 1 (*)
≤ 90%	0

(*) Linear increase of the Private Individuals Coefficient and Companies Coefficient according to the actual percentage, within each scale, that the number of tied clients represents to each type on 31 December 2017 on the budget.

2. Scale of compliance at Grupo Santander level:

*SMES clients and tied companies
(millions)*

≥ 1.1	1
> 1 but < 1.1	0.5 – 1 (*)
≤ 1	0

In regards to the compliance metrics and scales and data corresponding to the end of 2017 referred to above, the value of the ILP awarded to each beneficiary shall be determined according to the following formula:

Where:

- a.i.1. "Value" is the ILP Expected Value for the beneficiary.
- a.i.2. "A" is the BPA Coefficient which results from the scale defined in point (i) based on Grupo Santander's BPA growth performance in the 2015-2017 period, compared to the Reference Group.
- a.i.3. "B" is the ROTE Coefficient which results from the scale defined in point (ii) based on the behaviour of the Grupo Santander in the 2017 financial year, adjusted accordingly, in accordance with the terms indicated in the previous point (ii).
- a.i.4. "C" is the Employees Coefficient which results from the scale defined in point (iii) above, as a result of the positioning of Santander as one of the best banks to work for.
- a.i.5. "D" is the Clients Coefficient which results from the scale defined in point (iv) above, the positioning of Santander in regards to its customer satisfaction index.
- a.i.6. "E1" is the Private Clients Coefficient which results from the scale defined in point (v) above in relation to tied private clients.
- a.i.7. "E2" is the Companies Coefficient which results from the scale defined in point (v) above, regarding tied SMES clients and companies.

3. The ILP measuring period ends on 31 December 2018 and, as a result, the conditions of the plan must be met until the end of that period, without prejudice to the metrics previously referred being listed for the 2015- 2017 period.

Remuneração atribuída aos Dirigentes em 2015

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), correspondendo à divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), desempenham funções de topo, são responsáveis por funções de controlo ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos ou outras equivalentes com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os “Dirigentes”).

Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa:
Montante da retribuição variável:
Número de beneficiários:

485 039 €
- €
5

485,039 €
- €
5

Remuneração Anual Variável

O montante a atribuir a título de remuneração anual variável referente a 2015 encontra-se ainda sujeito a aprovação à data da realização da reunião do Conselho de Administração de aprovação de contas de 2015 para submissão à Assembleia Geral de acionistas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Acções: O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também, a nível mundial, um plano de incentivos a longo prazo em acções, que está dividido em ciclos.

Contudo, em 2015 não foram atribuídas quaisquer ações a Dirigentes do Banco no âmbito deste plano.

Novas Contratações

Em 2015, foi contratado um novo colaborador para funções que o qualificam como Dirigente. Para além da remuneração inherente às funções assumidas, não foi atribuído qualquer novo subsídio em virtude desta contratação”.

Cessações Contratuais

Em 2015, um dos colaboradores do Banco cessou as suas funções de Dirigente, mantendo-se contudo vinculado ao Banco no desempenho de outras funções. O Banco não efetuou o pagamento de qualquer indemnização em virtude da referida cessação.

Remuneration attributed to Directors in 2015

This information is provided to comply with the provisions of Article 17 of the Notice of the Bank of Portugal No. 10/2011, of 29 December (Diário da República, 2nd Series, 9 January 2012), corresponding to the disclosure of the annual remuneration paid to employees, who are not members of the management or supervisory bodies of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (the “Bank”), perform top functions, are responsible for monitoring tasks or perform functions with risk-taking responsibility or other equivalent with material impact on the risk profile of the Bank (hereinafter, the “Directors”).

Annual Remuneration

Amount of fixed remuneration:
Amount of variable remuneration:
Number of beneficiaries:

485,039 €
- €
5

Variable Annual Remuneration

The amount paid under the annual variable remuneration heading for 2015 is still subject to approval at the time of the meeting of the Board of Directors for approval of the 2015 accounts for submission to the General Shareholders Meeting of Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Shares: Grupo Santander, including the Bank, also has a long-term incentive plan, on a worldwide scale, which is divided into cycles.

However, no shares were awarded to the Directors of the Bank under this plan:

New Staff

In 2015, a new employee was hired for the position of Director. In addition to the remuneration inherent to the new duties undertaken, no new subsidy was allocated under this contract”.

Termination of Contracts

In 2015, one of the employees of the Bank ceased his duties as a Director, but remained linked to the Bank, by carrying out other duties. The Bank did not pay any compensation as a result of this termination.

Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Sociedade Anónima

Capital Social: EUR 66 592 947

NIPC: 503 811 483

Matriculada na C.R.C. de Lisboa sob o
nº único 503 811 483

Sede

Rua Castilho, 2

1269-073 Lisboa

Tel.: 707 200 103 / Fax: 707 200 092

Delegações

PORTO

Rua Engenheiro Ferreira Dias nº 181

4100-247 Porto

Tel.: 707 200 103 / Fax: 707 200 092

FUNCHAL

Av. do Infante, Centro Comercial Avenida, Loja F

9000-015 Funchal

Tel.: (351) 291 206 390 / Fax: (351) 291 206 391

FARO

EN 125, Sítio das Figuras, Lote 1, 1º, fracção AB ou loja 7

8005-145 Faro

Tel.: (351) 289 880 250 / Fax: (351) 289 880 251/2

<http://www.santanderconsumer.pt>

